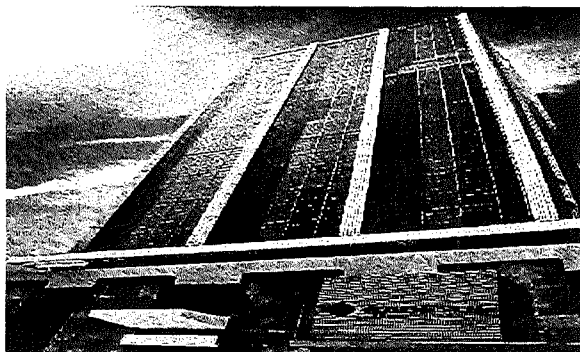


**Badesul Desenvolvimento S.A. -  
Agência de Fomento/RS**





**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Exercício de 2016

**A MENSAGEM DA PRESIDENTE**


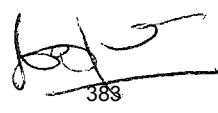
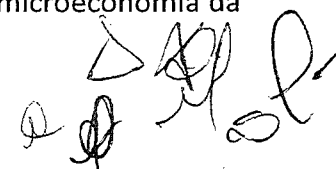
O Badesul é parte essencial do sistema brasileiro de desenvolvimento e, assim como outras agências de fomento do Brasil, enfrentou e afrontou a crise econômica com medidas enérgicas de reequilíbrio institucional, ao mesmo tempo em que, mediante financiamento de longo prazo, apoiou o desenvolvimento empresarial e público durante o ano de 2016.

Foi um ano de muito trabalho e poucas perspectivas de recuperação econômica no contexto nacional, assim como no gaúcho. Nesse ano, o Badesul desembolsou R\$ 278,2 milhões para o financiamento de 363 operações de novos investimentos. Esse número, muito aquém de seu desempenho normal, é consequência da baixa demanda por investimentos por parte dos setores produtivos frente ao cenário de incerteza econômica nacional; pela perda de *rating* de alavancagem de recursos junto ao principal parceiro repassador – BNDES, em razão do contexto institucional vivenciado e pela implantação de medidas que visam à desconcentração e qualificação da carteira de ativos do Badesul, dentre outras razões.

Alcançou-se um lucro antes de impostos, provisões e depreciação da ordem de R\$ 233,4 milhões. Esse bom resultado foi muito afetado pela necessidade de lançar despesas a título de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 286,3 milhões, razão principal para que o Badesul encerrasse 2016 com resultado líquido negativo de R\$ 66,7 milhões. Nos últimos dois anos, enfrentaram-se 26 recuperações judiciais, que totalizaram e fragilizaram aproximadamente R\$ 350 milhões em ativos do Badesul, que atualmente totalizam uma carteira de R\$ 3,2 bilhões. Cabe destacar que, a título de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Badesul mantém, em suplemento ao mínimo exigido de PCLD pela resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, o valor de R\$ 72,1 milhões, o que representa uma margem adicional de 24,8% em relação àquele mínimo.

O Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS vem, desde 2015, implantando um conjunto de medidas de gestão voltado ao seu reequilíbrio econômico, financeiro e operacional. Essas medidas, cabe reiterar, estão sendo implementadas em um contexto de grave recessão da economia brasileira, especialmente em 2015 e 2016, com perspectivas de sua extensão, com leve recuperação para até o final do exercício de 2017.

Acerca do futuro do Badesul, cabe expressar alguns destaques que sustentam otimismo e confiança. O primeiro e mais importante é que as reservas monetárias desta Agência de Fomento foram mantidas no patamar de R\$ 621 milhões, valor amplamente suficiente para suportar o *stress* financeiro do impacto da macroeconomia nacional sobre a microeconomia da

   
383



Instituição. O segundo destaque corresponde aos bons resultados das medidas de gestão voltadas à gradual desalavancagem e à melhoria do perfil de risco das operações acumuladas pela Instituição com relação ao seu Patrimônio Líquido, à redução de despesas, ao aumento de receitas, à cobrança e recuperação de créditos e ao monitoramento dos seus clientes. O terceiro destaque refere-se ao enfeixamento das ações associadas a essas medidas de gestão no que se denominou de Plano de Reestruturação do Badesul, que foi apresentado ao Banco Central do Brasil e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Assim como a Autoridade Monetária do Brasil acolheu o citado Plano como paradigma às Agências de Fomento, inclusive em substituição ao Plano de Capital que lhe foi apresentado pelo Badesul em 2015, o BNDES nele apoiou-se para tanto retomar em 2016 quanto manter em 2017 o fluxo financeiro vital à continuidade das operações de financiamento a investimentos na economia gaúcha produzidas pelo Badesul.

Dentre as medidas de redução de despesas do Badesul, em linha com outras medidas voltadas ao equilíbrio financeiro de longo prazo da Instituição, destaca-se o sucesso alcançado pelo Programa Especial de Desligamento Incentivado – PEDI, ao qual houve a adesão em 2016 de 25 colaboradores, o que significará uma redução de 26% nas despesas anuais de pessoal da Instituição a partir de 2017. Também cabe destaque a manutenção das despesas administrativas do Badesul no mesmo patamar de 2014, mesmo mantendo atualizados contratos e serviços.

Cabe igualmente o registro sobre a adequação em curso do Badesul aos requisitos dispostos na Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sobre o tema da evolução recente ainda difícil desta Instituição, toma-se a liberdade de lembrar, mesmo que já expresso em mensagens anteriores, que as origens da situação adversa que a Diretoria encontrou e vivencia suas consequências no Badesul estão associadas a dois fatores essenciais:

- a) o elevado ritmo de expansão das operações de crédito efetuadas ao longo da gestão anterior à atual, em especial em 2012 e 2013, muitas das quais solicitaram Recuperação Judicial em fase posterior, o que ensejou inclusive libelos na mídia local e desaguou em sindicância instaurada pelo Governo do Estado para apurar responsabilidades;
- b) o impacto da recessão econômica nas operações do Badesul, cujo principal efeito foi a expansão desmesurada das Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) em 2015 e 2016.

Em síntese, a Diretoria e os Colaboradores do Badesul, com o apoio do Conselho de Administração e acompanhamento do seu Conselho Fiscal, continuam empenhados no bem-sucedido processo de reequilíbrio econômico, financeiro e operacional da Instituição, no intuito de preservar e dar continuidade aos seus serviços de apoio financeiro e institucional ao desenvolvimento econômico e social gaúcho, em consonância com as prioridades ditadas pelo Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o Badesul, além de apoiar o Governo do Estado com financiamento ao desenvolvimento, remunerou o Estado do Rio Grande do Sul, desde 2001, o montante nominal de R\$ 190,6 milhões, mediante o pagamento de juros sobre o capital próprio.



A esta breve mensagem que lhes dirijo seguem-se tópicos que contemplam tanto um cenário resumido das circunstâncias econômicas que cercaram as atividades do Badesul em 2016, quanto detalham e demonstram fatos inerentes a essas atividades.

Mas, antes, faço questão de mais uma vez renovar, ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, os meus agradecimentos pela honra de servir ao povo gaúcho à frente desta Agência de Fomento, que tanto já contribuiu como continuará a contribuir para o desenvolvimento do RS e a consequente qualidade de vida dos rio-grandenses. Transmito ainda os meus agradecimentos ao Secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, aos meus colegas de Diretoria, aos Conselheiros e aos Colaboradores do Badesul.

Finalmente, é justamente aos clientes do Badesul, razão de ser desta Agência de Fomento do RS, que transmito minha gratidão pela ventura de exercerem a nobre função de investir na economia do Rio Grande do Sul e no desenvolvimento do povo gaúcho.

Susana Maria Kakuta  
Diretora-Presidente

### A SITUAÇÃO DA ECONOMIA NO EXERCÍCIO DE 2016

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima em 3,2% o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da economia mundial em 2016 e, para 2017, de 3,5%. Os países emergentes e em desenvolvimento apresentam importante contribuição para o crescimento da economia mundial nos anos citados, pois o FMI espera que tenham crescido 4,1% em 2016 e projeta 4,6% para 2017. Já para as economias avançadas, as estimativas de crescimento alcançam 1,9% em 2016 e 2,0% em 2017. Considerando apenas as economias da América Latina e do Caribe, o FMI estima que tenham apresentado recessão em 2016, com seu PIB conjunto caído 0,5%, enquanto a estimativa para 2017 é de recuperação de 1,5% no PIB da região. Em síntese, a economia mundial manteve um ritmo moderado de crescimento do seu PIB em 2016, mas transporta para 2017 um horizonte com importantes incertezas, dentre as quais as expectativas quanto a mudanças na política econômica dos Estados Unidos da América e quanto ao futuro da União Europeia, a partir do *Brexit* e da possibilidade de outras decisões na mesma linha. Estas incertezas irão compor desafios adicionais às políticas econômicas nacionais, em adição a um cenário internacional competitivo, mais protecionista e de riscos em crescimento.

Isto principalmente aplica-se ao Brasil, cuja economia apresentou retração do PIB em 2015, de 3,8%, situação que se repetiu em 2016, no patamar de 3,6%, caracterizando dois anos de recessão da economia brasileira. A taxa de inflação, que ascendeu a 10,67% em 2015, refluíu para dentro do intervalo da sua meta em 2016. A taxa de desocupação do Brasil terminou 2016 em 11,9% da População Economicamente Ativa, alcançando 12,1 milhões de pessoas. A taxa de juros Selic encerrou 2016 em 13,75% ao ano. Em síntese, a economia do Brasil em 2016 foi marcada por recessão, inflação alta, mas em declínio, desemprego cada vez mais elevado, assim como se manteve alta a taxa de juros básica. A política econômica de correção de rumos da economia brasileira iniciada em 2016 deverá dar continuidade, em 2017, a reformas econômicas e sociais voltadas ao gradual ajuste fiscal, a reforma previdenciária, ao investimento em infraestrutura e ao alcance de patamares crescentes de ética, produtividade, inovação e qualidade nos produtos e serviços que oferta à economia internacional e ao mercado nacional. Como resultado, espera-se que em 2017 ocorra o fim da recessão e o retorno a taxas de recuperação da economia brasileira, com taxa de inflação no centro da meta e taxas de juros em descenso, mas ainda com alto patamar de desemprego.

*[Handwritten signatures and initials]*

Como decorrência do cenário da economia brasileira, a economia do Rio Grande do Sul apresentou em 2016 uma taxa negativa no seu PIB similar à nacional, em torno de -3,4%, esperando-se também que, em 2017, inicie um processo de recuperação. Os desafios próprios da economia gaúcha estão ligados à modernização tecnológica e de gestão dos seus setores tradicionais, ao lado do advento e expansão de novas atividades intensivas em conhecimento, com o fito de renovar o dinamismo das suas fontes históricas de crescimento e dar vazão à capacidade empreendedora dos gaúchos.

#### **O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – MAPA ESTRATÉGICO 2015-2018**

As diretrizes que orientam as ações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestão 2015-2018, encontram-se definidas no seu Mapa Estratégico, cujo objetivo geral é: Viver um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida no Estado do Rio Grande do Sul. A execução desse objetivo de governo está amparada em quatro eixos de desenvolvimento:

- Eixo Econômico, que visa a gerar novo ciclo de desenvolvimento sustentável;
- Eixo Social, que visa a reforçar e ampliar as garantias dos direitos sociais;
- Eixo de Infraestrutura e Ambiente, que visa a prover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento sustentável e regional;
- Eixo de Governança e Gestão, que visa a produzir resultados por meio do planejamento e integração das políticas públicas.

#### **O BADESUL - DIRETRIZES PRIORITÁRIAS 2015-2018**

Na qualidade de Agência de Fomento do Governo do Estado para a execução das suas prioridades de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, o Badesul, em 2015-2018, pauta a sua atuação operacional e institucional conforme as diretrizes que se seguem, estabelecidas de acordo com o Mapa Estratégico e a Política de Desenvolvimento do Governo do Estado.

- a) Modernização de Setores Tradicionais da Economia Gaúcha.
- b) Indução de Novas Economias na Estrutura de Produção do Rio Grande do Sul.
- c) Dinamização de Economias de Cidades e Regiões do RS.
- d) Alavancagem da Infraestrutura Estadual.

Os temas transversais que perpassam as prioridades citadas são: inovação tecnológica; sustentabilidade (eficiência em energia, no uso da água, no uso de insumos e na reciclagem de resíduos, em especial); aumento da produtividade; advento e consolidação de empresas de base tecnológica; parcerias público-privadas; criação de competências; modernização de gestão e *upgrade* de políticas públicas. Os instrumentos mobilizados à execução das estratégias e prioridades descritas são os produtos e serviços que definem as áreas de negócios do Badesul.

#### **O BADESUL – PERFIL INSTITUCIONAL**

O Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, com controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul, que possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas.

O Badesul é uma Instituição financeira constituída como Agência de Fomento, na forma dada pela Resolução nº 2.828 do Conselho Monetário Nacional, dedicada ao financiamento e à promoção de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, cujo território delimita a área geográfica de atuação da Instituição.

O Badesul relaciona-se com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul mediante a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, à qual se vincula como Instituição Financeira da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.

Os produtos e serviços financeiros operados pelo Badesul, com seus públicos relevantes, são os que se seguem.

- a) *Crédito Empresarial*: Empresas Industriais e de Serviços.
- b) *Crédito Público*: Prefeituras Municipais.
- c) *Crédito Rural*: Produtores Agropecuários, Agroindústrias.
- d) *Crédito à Inovação*: Empresas Inovadoras.
- e) *Participações*: Fundos de Investimento Privados.
- f) *Serviços*: Governo do Estado, Fundos Públicos Estaduais e Prefeituras Municipais.

Os produtos financeiros operados pelo Badesul correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Subsidiariamente, o Badesul capta recursos da CEF (Caixa Econômica Federal) e da FINEP – Inovação e Pesquisa, assim como opera com recursos próprios, dentre outras formas, mediante destaque de capital, para o crédito a investimentos públicos municipais.

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Esses serviços inclusive estendem-se além do controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial à conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul).

Pretende-se, em 2017, estender aos municípios e regiões rio-grandenses a prestação de serviços pelo Badesul, na forma de apoio técnico ao planejamento do desenvolvimento de municípios e implantação de Parcerias Público-Privadas, iniciativas que visam à identificação de oportunidades locais de investimento e à promoção do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul.

### O BADESUL – OPERAÇÕES, RISCOS E FINANÇAS

#### Operações Aprovadas

Os números e valores das aprovações de crédito e de subscrição em fundos efetuados no exercício de 2016 são dispostos na tabela que se segue, conforme as áreas de crédito e de participações da Instituição e referenciadas ao Rio Grande do Sul como um todo.

Valor das Operações de Crédito Aprovadas e de Participações  
Subscritas pelo Badesul por Áreas de Negócios – 2015-2016.

Áreas de Negócios	2016		2015	
	Número	Valor R\$ mil	Número	Valor R\$ mil
Rural e Agroindustrial	62	50.765	336	225.329
Empresarial	17	45.267	57	143.068
Setor Público	49	47.054	70	69.008
Inovação	-	-	2	3.006
Renegociações	17	47.274	12	36.230
Total Operações Crédito	145	190.361	477	476.641
Participações Subscrições	0	0	1	10.000
Total Geral	145	190.361	478	486.641

Fonte: Badesul.

Essa tabela traz uma desaceleração em relação às aprovações de 2015, devido à retração na demanda por crédito de longo prazo na economia gaúcha, motivada, principalmente, pela recessão da economia brasileira e pela resultante cautela dos investidores, por restrição nos repasses financeiros do BNDES e por elevação dos padrões de risco a novos clientes.

Destaques Operacionais

*Modernização de Setores Tradicionais e Indução de Novas Economias.* No exercício de 2016, o Badesul alcançou o montante de R\$ 66,6 milhões para o financiamento de investimentos ligados ao processo de modernização de setores tradicionais da economia gaúcha, com destaque à produção agropecuária e agroindustrial, mas também às indústrias de alimentos, couros e calçados, química, metalúrgica, mecânica e elétrica, presentes na sua história industrial. A tabela que segue mostra a dimensão do estoque de operações de crédito a investimentos do Badesul associados com a modernização e o desenvolvimento da economia gaúcha.

Número e Valor do Estoque das Operações de  
Crédito do Badesul por Áreas de Negócios – 2016.

Áreas de Negócios	2016	
	Valor R\$ mil	Nº de CFAs*
Rural e Agroindustrial	1.422.227	4.898
Empresarial	1.579.490	2.176
Fomento Público	202.264	401
Total Operações Crédito	3.203.981	7.475

Fonte: Badesul. (\*) Contas Financeiras Ativas.

No que se refere ao estímulo à inovação e *startups* no Estado, por meio de participação acionária, o Badesul efetuou a integralização de R\$ 2,9 milhões em cotas de fundos de investimentos em participações que apoiam micro, pequenas e médias empresas inovadoras, preferencialmente, nas áreas de tecnologia da informação e comunicação, biotecnologia, novos materiais, nanotecnologia e agronegócio.

*Dinamização de Economias de Cidades e Regiões.* A carteira de operações de crédito de 2016 do Badesul, distribuída conforme as regiões rio-grandenses, também comprova a presença desta Agência do Fomento na geografia da economia gaúcha, o que se comprova na tabela que se segue, a qual apresenta as dez principais regiões apoiadas.

Número de CFAs e Valor do Estoque das Operações de Crédito do  
Badesul por Corede - 2016.

Região do Corede	Principal Município	2016	
		Valor R\$ mil	Nº de CFAs*
METROPOLITANO DELTA DO JACUI	PORTO ALEGRE	402.705,03	369
FRONTEIRA OESTE	URUGUAIANA	242.417,53	764
SERRA	CAXIAS DO SUL	211.909,44	431
MISSOES	SANTO ÂNGELO	205.714,11	593
ALTO JACUI	CRUZ ALTA	184.155,84	630
NOROESTE COLONIAL	IJUÍ	145.903,22	278
VALE DO TAQUARI	LAJEADO	131.022,83	280
VALE DO RIO DOS SINOS	NOVO HAMBURGO	130.337,89	234



SUL	PELOTAS	129.723,99	523
PRODUCAO	PASSO FUNDO	126.080,47	292
Total Parcial	-	<b>1.909.970</b>	<b>4.363</b>
Total Geral		<b>3.203.981</b>	<b>7.475</b>

Fonte: Badesul. (\*) Contas Financeiras Ativas.

*Alavancagem da Infraestrutura Estadual.* O Badesul desembolsou R\$ 57,9 milhões voltados à realização de investimentos em infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, com destaque para a produção e transmissão de energia e à logística. Faz-se também destaque às cidades apoiadas mediante o desembolso de R\$ 85,0 milhões em 2016, para a execução de investimentos públicos projetados por prefeituras municipais do RS e ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão.

#### Capital Social e Patrimônio Líquido

O Capital Social do BADESUL alcançou, ao final do exercício de 2016, R\$ 756,3 milhões. O Patrimônio Líquido do BADESUL alcançou, ao final de 2016, o valor de R\$ 676,7 milhões.

#### Saldo de Operações Ativas

O Badesul encerrou o exercício de 2016 com Saldo de Operações Ativas de R\$ 3.203,9 milhões, correspondente a 7.475 CFAs (Contas Financeiras Ativas) e a 2.867 clientes.

#### Gestão de Riscos e Liquidez Financeira

Observa-se que 84,99% do valor do Saldo de Operações Ativas registrado pelo BADESUL ao findar de 2016 corresponde a operações de crédito de curso normal, isto é, com classificação de risco (*rating*) desde AA até C. A aplicação dos recursos próprios desta Instituição em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) somou R\$ 621,1 milhões ao final do exercício, excluídos os recursos de propriedade dos Fundos Administrados, o que evidencia o elevado grau de liquidez desta Agência de Fomento.

#### Gestão de Fundos Estaduais

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Esses serviços inclusive estendem-se além do controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial à conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul). Registra-se também que, em relação ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), a Lei Estadual nº 11.916, de 02/06/2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015, foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o valor nominal de R\$ 26,7 milhões, valor aferido antes da promulgação da referida modificação de Lei.

#### Gestão de Pessoas

O BADESUL encerrou o exercício de 2016 com 150 colaboradores, o que representa um recuo de 32 colaboradores em relação ao número registrado em dezembro de 2015 (182).

colaboradores), em razão das adesões ao Programa Especial de Desligamento Incentivado e também como resultado de retorno de colaboradores a suas instituições de origem.

Resultado

O Resultado da Instituição apresentou-se negativo ao final do exercício de 2016 em R\$ 66,7 milhões. Tal resultado tem como fator preponderante a elevação das despesas com provisões, em especial para devedores duvidosos, explicadas tanto pela frustração de investimentos quanto pelo enfraquecimento da economia brasileira em geral. Acrescenta-se também a provisão, correspondente ao montante de R\$ 14,4 milhões, para fazer frente a perdas com ações trabalhistas como outro fator relevante a justificar esse resultado.

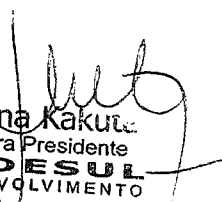
**A MENSAGEM DA DIRETORIA**

A Diretoria do BADESUL dirige-se à comunidade gaúcha para reafirmar aos rio-grandenses e a todos que se dedicam ao desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul a sua firme determinação quanto ao exercício da gestão desta Agência de Fomento de acordo com as estratégias e prioridades governamentais, conforme os requisitos prudenciais e regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e de acordo com os princípios de ética e transparência públicas.

Os dados e informações precedentes, que atestam o desempenho desta Instituição ao longo do exercício de 2016, ensejam o renovado agradecimento desta Diretoria aos clientes do BADESUL, os quais honram a tradição de amor ao trabalho, de empreendedorismo e de criação de riqueza na economia e na sociedade gaúchas. Nossos agradecimentos estendem-se às fontes repassadoras de recursos financeiros ao BADESUL, em especial ao BNDES, mas também à CEF e à FINEP, pela confiança espelhada nos limites de crédito que alocaram, mediante esta Agência de Fomento, para o financiamento do desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul e da sua gente.

Finalmente, esta Diretoria renova o seu reconhecimento à dedicação e ao espírito público dos colaboradores do BADESUL, com os quais esta gestão comunga os ideais de promoção do progresso econômico e do bem-estar social dos rio-grandenses.

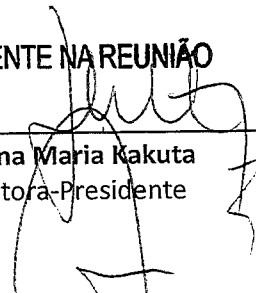


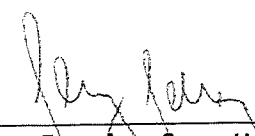
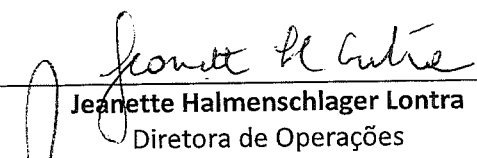

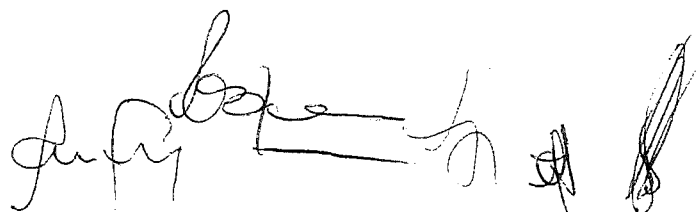
**A Diretoria**

  
Susana Kakut  
Diretora Presidente  
**BADESUL**  
DESENVOLVIMENTO



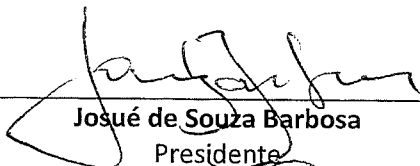
**Parecer da Diretoria:**

Aprovado, por unanimidade. A Diretoria encaminha para os Conselhos Fiscal e de Administração. em 02/03/2017.

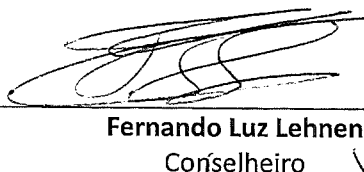
**AUSENTE NA REUNIÃO**  
\_\_\_\_\_  
**Susana Maria Kakuta**  
Diretora-Presidente  
\_\_\_\_\_  
**Diogo Paz Bier**  
Diretor de Inovação e Sustentabilidade  
\_\_\_\_\_  
**Kalil Sehbe Neto**  
Diretor-Financeiro  
\_\_\_\_\_  
**Pery Francisco Sperotto Coelho**  
Diretor Vice-Presidente  
\_\_\_\_\_  
**Jeanette Halmenschlager Lontra**  
Diretora de Operações  
\_\_\_\_\_  
**Paulo Odone Chaves de Araújo Ribeiro**  
Diretor-Administrativo

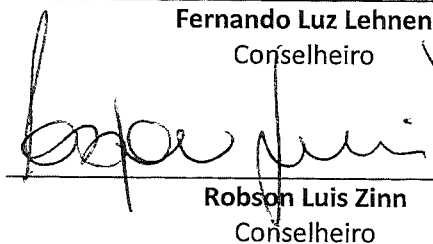
Parecer do Conselho de Administração:

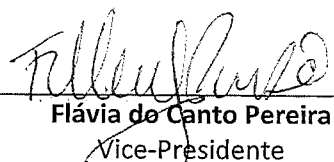
Aprovado, por unanimidade. em 06/03/2017.

  
**Josué de Souza Barbosa**  
Presidente

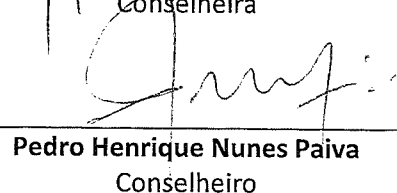
  
**Adenir de Fátima Jahn**  
Conselheira

  
**Fernando Luz Lehen**  
Conselheiro

  
**Robson Luis Zinn**  
Conselheiro

  
**Flávia do Canto Pereira**  
Vice-Presidente

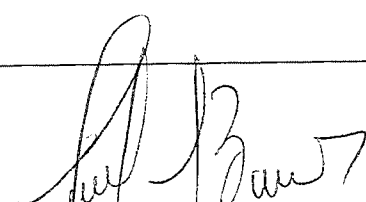

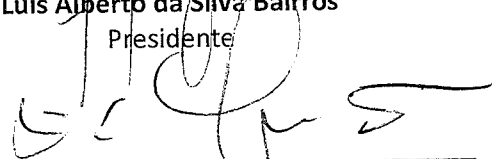
  
**Cintia Michelle Maas**  
Conselheira

  
**Pedro Henrique Nunes Paiva**  
Conselheiro



**Parecer do Conselho Fiscal:**

Quintas. Em 06/03/2017.

  
\_\_\_\_\_  
**Luis Alberto da Silva Bairos**  
Presidente  
\_\_\_\_\_  
**Adriana Furlanetto**  
Vice-Presidente  
\_\_\_\_\_  
**Silvio Vares Neto**  
Conselheiro

**BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.**  
**AGÊNCIA DE FOMENTO/RS**  
**NIRE nº. 43 3 0003872 6**  
**CNPJ nº. 02.885.855/0001-72**

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2016, compreendendo: Relatório da Administração, Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, todas comparativas ao exercício de 2015.

Porto Alegre, 06 de março de 2017.



Josué de Souza Barbosa,  
Presidente.



Flávia do Carmo Pereira,  
Vice-Presidente.



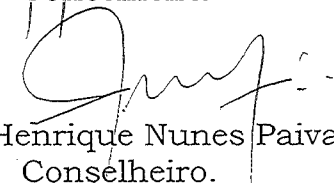
Adenir de Fátima Jahn,  
Conselheira.



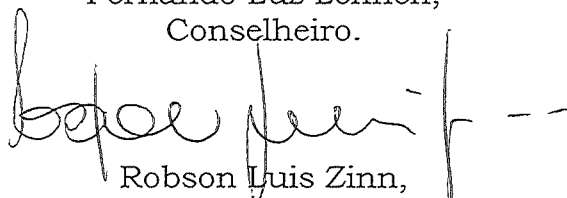
Cintia Michelle Maas,  
Conselheira.



Fernando Luz Lehen,  
Conselheiro.



Pedro Henrique Nunes Paiva,  
Conselheiro.



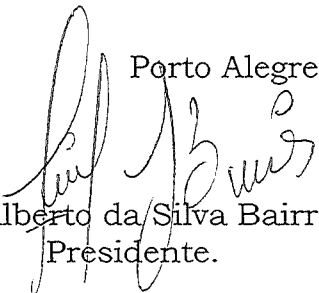
Robson Luis Zinn,  
Conselheiro.

**BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.**  
**AGÊNCIA DE FOMENTO/RS**  
**NIRE nº. 43 3 0003872 6**  
**CNPJ nº. 02.885.855/0001-72**

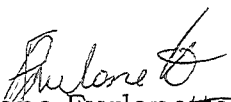
**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do CONSELHO FISCAL BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2016, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todas comparativas ao exercício de 2015. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período, das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as Demonstrações Financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa em 31 de dezembro de 2016.

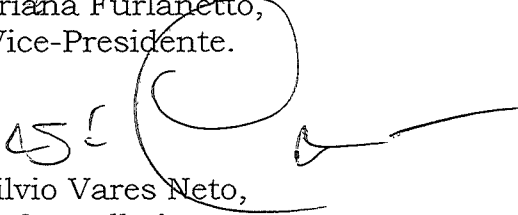
Porto Alegre, 06 de março de 2017.



Luis Alberto da Silva Bairros,  
Presidente.



Adriana Furlanetto,  
Vice-Presidente.



Silvio Vares Neto,  
Conselheiro.



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

### CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

#### IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ROSANE NUNES
REGISTRO.....	: RS-048702/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 334.369.670-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 01.03.2017 as 17:05:47.  
Válido até: 30.05.2017.  
Código de Controle: 246809.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.



KPMG Auditores Independentes  
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar  
90110-150 - Porto Alegre, RS - Brasil  
Caixa Postal 199  
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel 55 (51) 3303-6000  
Fax 55 (51) 3303-6001  
Internet www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do  
Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS  
Porto Alegre - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.




- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes  
CRCSP-014428/F-7



Cristiano Jardim Seguecio  
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

**Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS**  
**CNPJ 02.885.855/0001-72**  
**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**  
**(Em Milhares de Reais)**

	2016	2015		2016	2015
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		
Circulante	1.242.154	1.296.084	Circulante	549.854	607.607
Disponibilidades (Nota 4)	800	1.371	Obrigações por repasses do país – instituições oficiais (Nota 12)	536.361	559.762
Títulos e valores mobiliários	625.219	639.973	BNDES	295.438	317.743
Carteira própria (Nota 5)	625.219	639.973	Caixa Econômica Federal	1.736	1.561
Operações de crédito (Nota 6)	588.861	588.696	FINAME	237.305	239.488
Operações de crédito	694.644	665.453	FINEP	1.882	970
Setor público	69.826	61.118	Outras obrigações	13.493	47.845
Setor privado	624.818	604.335	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	57	242
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(125.783)	(76.757)	Fiscais e previdenciárias (Nota 13)	2.922	39.217
Outros créditos	47.149	62.314	Diversas	10.514	8.386
Avals e fianças honrados (Nota 7)	1.693	3.127	Despesas de pessoal	3.408	4.167
Rendas a receber (Nota 8)	3.475	2.508	Outros pagamentos	507	561
Diversos	41.981	56.679	Passivos atuariais (Nota 15)	772	1.600
Adiantamento e antecipações salariais	200	262	Credores diversos (Nota 16)	5.827	2.058
Adiantamento por nossa conta	1	-	Exigível a longo prazo	2.554.602	2.894.727
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	40.570	58.302	Obrigações por repasses do país – instituições oficiais (Nota 12)	2.435.883	2.797.796
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 10)	1.008	-	BNDES	1.186.593	1.328.516
Impostos e contribuições a compensar	962	495	Caixa Econômica Federal	27.540	28.232
Pagamentos a ressarcir	448	147	FINAME	1.213.064	1.432.306
Devedores diversos no país	485	(2.527)	FINEP	8.686	8.742
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 7b)	(1.693)	3.730	Outras obrigações	118.719	96.931
Outros valores e bens (Nota 10)	125	3.276	Diversas	118.719	96.931
Outros valores e bens	121	3.276	Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	104.097	84.462
Despesas antecipadas	4	4	Passivos atuariais (Nota 15)	14.518	12.304
Realizável a longo prazo	2.508.030	2.918.913	Comissão sob carta fiança	104	165
Operações de crédito (Nota 6)	2.272.123	2.734.943	Patrimônio líquido (Nota 17)	676.749	745.863
Operações de crédito	2.509.337	2.883.427	Capital Social	756.343	756.343
Setor público	137.869	129.375	De domiciliados no país	756.343	756.343
Setor privado	2.371.468	2.754.052	Reservas de lucros	-	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(237.214)	(148.484)	Ajuste de avaliação patrimonial	(3.639)	(1.258)
Outros créditos	235.907	183.970	Prejuízos acumulados	(75.955)	(9.222)
Rendas a receber (Nota 8)	181	232	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.781.205	4.248.197
Diversos	235.726	183.738			
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	214.597	174.069			
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 10)	2.519	-			
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14d)	18.610	9.669			
Permanente	31.021	33.200			
Imobilizado de uso (Nota 11)	31.021	33.200			
Imóveis de uso	35.074	35.074			
Outras imobilizações de uso	8.302	8.298			
Depreciação acumulada	(12.355)	(10.172)			
Total do Ativo	3.781.205	4.248.197			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS****CNPJ 02885855/0001-72****Demonstração do Resultado****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e do segundo semestre de 2016****(Em Milhares de Reais)**

	<b>2º Semestre 2016</b>	<b>Exercício 2016</b>	<b>Exercício 2015</b>
Receitas da Intermediação Financeira	243.535	402.119	364.053
Operações de Crédito	203.444	322.792	285.102
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	40.091	79.327	78.951
Despesas da Intermediação Financeira	(259.793)	(407.573)	(342.825)
Operações de Empréstimos e Repasses	(64.718)	(121.224)	(149.412)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6d)	(195.075)	(286.349)	(193.413)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	(16.258)	(5.454)	21.228
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(29.181)	(75.511)	(97.993)
Receitas da Prestação de Serviços	8.574	12.716	10.584
Rendas de Tarifas Bancárias	349	896	1.861
Despesas de Pessoal	(20.667)	(40.398)	(41.350)
Outras Despesas Administrativas (Nota 21a)	(8.373)	(17.530)	(17.294)
Despesas Tributárias	(5.301)	(10.248)	(10.443)
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	5.224	9.254	3.689
Outras Despesas Operacionais (nota 21b)	(8.987)	(30.201)	(45.040)
Resultado Operacional	(45.439)	(80.965)	(76.765)
Resultado Não Operacional	183	951	-
Resultado Antes da Tributação s/o Lucro e Participações	(45.256)	(80.014)	(76.765)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Notas 3k e 19)	146	13.281	47.789
Provisão para Imposto de Renda	(4.295)	(4.295)	(28.396)
Provisão para Contribuição Social	(3.633)	(3.633)	(19.883)
Ativo Fiscal Diferido	8.074	21.209	96.068
Participações Estatutárias no Lucro	-	-	(924)
Prejuízo Líquido do Período	(45.110)	(66.733)	(29.900)
Nº De Ações (Em Milhares)	756.343	756.343	756.343
(Prejuízo) Por Ação - R\$	(59,64)	(88,23)	(39,53)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS**  
**CNPJ 02.885.855/0001-72**  
**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e do segundo semestre de 2016**  
**(Em Milhares de Reais)**

	Reservas de lucros / (prejuízos) acumulados				Ajuste de avaliação patrimonial	Total
	Capital realizado	Legal	Reservas especiais -outras	(Prejuízos) acumulados		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>756.343</b>	<b>21.195</b>	<b>4.180</b>	<b>(4.697)</b>	<b>(761)</b>	<b>776.260</b>
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivos atuariais) (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(497)	(497)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>756.343</b>	<b>21.195</b>	<b>4.180</b>	<b>(34.597)</b>	<b>(1.258)</b>	<b>745.863</b>
Mutações do exercício	-	-	-	(29.900)	(497)	(30.397)
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>756.343</b>	<b>21.195</b>	<b>4.180</b>	<b>(34.597)</b>	<b>(1.258)</b>	<b>745.863</b>
Reversão de reservas de lucros para absorção de prejuízo	-	(21.195)	(4.180)	25.375	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivos atuariais) (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(2.381)	(2.381)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>756.343</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(75.955)</b>	<b>(3.639)</b>	<b>676.749</b>
Mutações do exercício	-	(21.195)	(4.180)	(41.358)	(2.381)	(69.114)
<b>Saldo em 1º de julho de 2016</b>	<b>756.343</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(30.845)</b>	<b>(1.258)</b>	<b>724.240</b>
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivos atuariais) (Prejuízo) do semestre	-	-	-	-	(2.381)	(2.381)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>756.343</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(75.955)</b>	<b>(3.639)</b>	<b>676.749</b>
Mutações do semestre	-	-	-	(45.110)	(2.381)	(47.491)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS**

CNPJ 02.885.855/0001-72

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e do segundo semestre de 2016

*(Em Milhares de Reais)*

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes da tributação e depois das participações	(45.256)	(80.014)	(76.765)
Ajustes do prejuízo líquido	198.709	309.195	240.698
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	194.771	282.608	190.435
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	304	3.741	2.978
Provisão/(Reversão de provisão) para desvalorização de títulos livres	236	631	(86)
Provisão/(Reversão de provisão) para planos de benefícios	(485)	(972)	475
Provisão para passivos contingentes	2.793	21.004	44.686
Depreciação	1.090	2.183	2.210
Resultado do período ajustado	153.453	229.181	163.933
Variações nos ativos e obrigações	(152.898)	(229.748)	(164.995)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(8.155)	14.123	17.022
(Aumento)/Redução em operações de crédito	95.153	200.047	(128.591)
(Aumento) em outros créditos	(7.090)	(16.755)	(8.784)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	26	3.605	(7)
(Redução) em outras obrigações	(3.460)	(56)	(9.949)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(226.133)	(385.314)	11.297
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.239)	(45.398)	(45.983)
Fluxo de Caixa líquido das atividades operacionais	555	(567)	(1.062)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição do imobilizado de uso	-	(4)	(279)
Fluxo de Caixa líquido das atividades de investimento	-	(4)	(279)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	555	(571)	(1.341)
Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	245	1.371	2.712
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	800	800	1.371
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	555	(571)	(1.341)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Badesul") é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual n.º 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social de Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S. A. - Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012. O Badesul é regido pela Resolução n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções n.º 3.757 de 01 de julho de 2009, n.º 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e n.º 4.023 de 27 de outubro de 2011, editadas pelo Banco Central do Brasil.

A função precípua do Badesul é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através de financiamento aos setores público e privado. Nesse contexto, no período de 2011 a 2014, no âmbito da política estadual de financiamento, o Badesul teve um aumento considerável na sua atuação, todavia resultando num quadro de alta exposição ao risco de crédito.

Em 2015 constatou-se que a situação que se apresentava naquele momento já indicava que haveria impactos nos limites operacionais do Badesul. Diante das evidências observadas, foi implementado um plano de contingência que teve sua vigência por um ano, visando manter os níveis ponderados de risco dentro dos limites de alavancagem adequados para o atendimento das regulações do Banco Central do Brasil, e para atendimento das exigências impostas pelo BNDES, principal credor da operação de fomento.

O referido plano de contingência não foi suficiente para reverter o quadro apresentado, agravado pelos efeitos da crise econômica instalada no Brasil, especialmente no Estado do RS, bem como, pelo risco de retirada de suporte financeiro do BNDES para novos repasses, o que exigiu medidas mais profundas, tendo sido estabelecido um plano de reestruturação institucional do Badesul. Este plano foi aprovado por todas as instâncias internas e acolhido pelo órgão regulador, BACEN, e também pelo BNDES. Em 31 de dezembro de 2016, a Instituição operava com limite de crédito do BNDES reduzido em relação a 2015, sujeito à revisão a qualquer tempo e vinculado às amortizações das operações existentes. Eventuais modificações e/ou restrições nesse limite de crédito poderão reduzir de forma significativa as atividades operacionais no futuro.

Entre as providências que vem sendo tomadas pela Administração do Badesul está a avaliação do comportamento de médio e longo prazo das operações de crédito, avaliação da inadimplência, das recorrentes situações de recuperação judicial dos devedores e as ações contidas no mencionado plano de reestruturação, o qual prevê medidas relevantes entre as quais se destacam as seguintes:

- a. Alcançar, de forma progressiva, seu ponto de equilíbrio operacional, através da redução de custos e despesas operacionais incluindo um programa especial de desligamento incentivado visando à redução de despesas com pessoal;
- b. Restabelecer níveis normais de crédito com o BNDES;
- c. Alcançar uma melhoria significativa da qualidade dos ativos;
- d. Diminuir gradativamente a dependência operacional junto a um único credor por meio de novas fontes de financiamento;
- e. Redefinir o papel do Badesul no âmbito do Sistema de Desenvolvimento do Estado do RS;
- f. Reduzir a exposição de riscos através de cessão de operações de crédito.

Considerando as providências tomadas, o Badesul espera que as atividades operacionais e financeiras apresentem significativos aumentos, e uma recuperação dos índices de lucratividade apresentados em períodos anteriores.

A preocupação estratégica do Badesul é prioritariamente voltada para assegurar uma política operacional necessária para suportar as operações, otimizar a relação risco x retorno, e realizar um planejamento adequado do seu capital, visando ao melhor equilíbrio entre as suas operações e as suas finanças. Através de uma visão prospectiva de mudanças nas condições de mercado e seus efeitos sobre o patrimônio líquido, o conjunto de ações estabelecido no referido plano de reestruturação institucional pretende fortalecer as finanças da Instituição, preparando-a para continuar a fomentar o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), recepcionados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

Em 02 de março de 2017 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras.

## **3 Resumo das principais práticas contábeis**

### **a. Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die" e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c. Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação contábil adotada pelo Badesul equipara-se a categoria "títulos para negociação".

**d. Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, ambas publicadas pelo Banco Central do Brasil.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As atualizações de operações em recuperação judicial, após o registro de acordo originado de plano de recuperação homologado por juiz, são contabilizadas em rendas a apropriar até seu efetivo recebimento, quando então são levadas a resultado como receitas de operações de crédito. As operações classificadas como *rating* "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999, publicada pelo Banco Central do Brasil, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como *rating* "H". Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está constituída conforme determinações das Resoluções CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, publicadas pelo Banco Central do Brasil, complementada por provisões adicionais, segundo normativo interno.



É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução CMN nº 2.682.

As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

**f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata die" incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**g. Imobilizado de uso**

O Imobilizado de uso está demonstrado pelo custo no que se refere aos bens recebidos em doação do Estado do Rio Grande do Sul, incorporados ao Patrimônio desta Agência de Fomento no exercício de 2000 pelo valor residual, tendo sido observada a continuidade dos registros patrimoniais existentes à época, e, os demais estão demonstrados pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 4% para imóveis de uso, 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 40% para veículo.

**h. Redução ao valor recuperável de ativo**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**i. Ativos e passivos em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

**j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias.

O ativo fiscal diferido, decorrente de imposto de renda e da contribuição social, é calculado mediante a aplicação das alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras sobre as diferenças temporárias e sobre os ganhos/perdas atuariais, o qual é registrado na rubrica Outros Créditos, em contrapartida ao resultado do período, e, quando aplicável, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Quando há alteração na legislação tributária é adotado o procedimento previsto na Circular nº 3.171, emitida pelo BACEN em 30 de dezembro de 2002, que determina que no caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada.

#### **I. Passivo atuarial**

O Badesul é patrocinador da FBSS – Fundação Banrisul de Seguridade Social e da CABERGS – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, as quais asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, conforme detalhamento constante na nota 15, bem como, oferece prêmio por aposentadoria segundo critérios estabelecidos em regulamento próprio. O reconhecimento contábil no Badesul segue as diretrizes contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1) recepcionado pelo Banco Central do Brasil mediante a edição da Resolução do CMN nº 4.424 e alterações posteriores conforme Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 33 (R2).

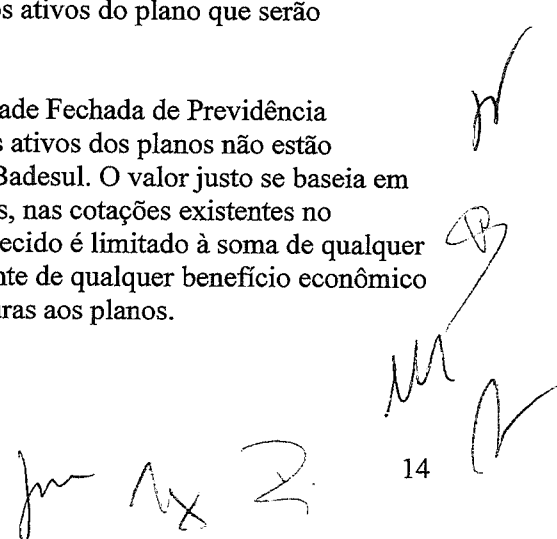
A Administração do Badesul tem procedido a avaliações atuariais dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente em cada período. As avaliações atuariais são elaboradas com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. As avaliações são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício, e, quando necessário, em bases semestrais.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal Brasileiro), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão utilizados para liquidar as obrigações.

Os ativos dos planos de previdência são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – FBSS e do Plano de Saúde pela CABERGS. Os ativos dos planos não estão disponíveis aos credores e não podem ser pagos diretamente ao Badesul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras aos planos.



**m. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o disposto no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 recepcionado pelo Banco Central do Brasil mediante a edição da Resolução CMN nº 3.823. Os principais critérios adotados são os seguintes:

- (i) **Contingências ativas** – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (ii) **Contingências passivas** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem reconhecimento contábil nem divulgação.

**n. Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

**o. Lucro/prejuízo por ação**

O lucro líquido/prejuízo por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2016	2015
Caixa	14	9
Depósitos Bancários	786	1.362
<b>Total</b>	<b>800</b>	<b>1.371</b>

## 5 Títulos e valores mobiliários

### a. Carteira própria - Composição

	2016	2015
Letras Financeiras do Tesouro	603.603	627.576
Cotas de Fundos de Investimento	22.432	12.582
(-) Provisão para desvalorização de títulos livres	(816)	(185)
<b>Total</b>	<b>625.219</b>	<b>639.973</b>

A carteira de títulos é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Do total aplicado em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 4.140 (R\$ 706 em 2015) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 16. A gestão financeira desses recursos é efetuada conforme descrito na nota 24b.

### b. Carteira própria - Valor de mercado

	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro	602.787	602.787	627.391	627.418
Cotas de Fundos de Renda Fixa	14.771	14.771	7.291	7.291
Cotas de Fundos em Participações	7.661	15.627	5.291	13.514
<b>Total</b>	<b>625.219</b>	<b>633.185</b>	<b>639.973</b>	<b>648.223</b>

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento financeiro o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada na CVM, já para os fundos de investimento em participações o valor de mercado é estimado com base no valor justo dos ativos investidos na proporção investida.

## 6 Operações de crédito

### a. Composição por tipo de operação

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2016	2015	2016	2015
Financiamentos	407.771	401.643	1.304.394	1.564.329
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	223.472	209.355	1.083.251	1.209.654
Financiamentos Infraestrutura e Desenvolvimento	63.401	54.455	121.692	109.444
<b>Total</b>	<b>694.644</b>	<b>665.453</b>	<b>2.509.337</b>	<b>2.883.427</b>

### b. Composição da carteira por vencimento (parcelas)

	2016	2015
Vencidas	56.277	53.914
Até 60 dias	21.141	18.577
De 61 a 180 dias	18.850	21.661
Acima de 180 dias	16.286	13.676
Vincendas	3.147.704	3.494.966
Até 180 dias	331.069	297.821
De 181 a 360 dias	307.298	313.718
Acima de 360 dias	2.509.337	2.883.427
<b>Total</b>	<b>3.203.981</b>	<b>3.548.880</b>

### c. Composição da carteira por setor de atividade

	2016	2015
<b>Setor Público Municipal</b>	<b>207.695</b>	<b>190.493</b>
Administração Direta	202.264	184.305
Outros Serviços	5.431	6.188
<b>Setor Privado</b>	<b>2.996.286</b>	<b>3.358.387</b>
Pessoa Física	1.757	-
Indústria	1.194.215	1.381.344
Comércio	175.600	210.843
Outros Serviços	317.991	347.191
Rural	1.306.723	1.419.009
<b>Total</b>	<b>3.203.981</b>	<b>3.548.880</b>

d. A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

2016								
Classificação nível de risco	Total das operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	670.463	20,93	-	-	2.432	0,36	2.432	0,36
A	1.078.379	33,66	5.392	0,5	497	0,04	5.889	0,54
B	713.608	22,27	7.136	1,0	1.424	0,19	8.560	1,19
C	260.607	8,13	7.818	3,0	4.072	1,56	11.890	4,56
D	105.797	3,30	10.581	10,0	7.805	7,37	18.386	17,37
E	106.241	3,32	31.872	30,0	19.754	18,59	51.626	48,59
F	72.546	2,26	36.273	50,0	31.601	43,55	67.874	93,55
G	15.057	0,47	10.540	70,0	4.517	30,00	15.057	100,00
H	181.283	5,66	181.283	100,00	-	-	181.283	100,00
<b>Total</b>	<b>3.203.981</b>	<b>100,00</b>	<b>290.895</b>	<b>-</b>	<b>72.102</b>	<b>-</b>	<b>362.997</b>	<b>-</b>

2015								
Classificação nível de risco	Total das operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	795.192	22,40	-	-	3.363	0,42	3.363	0,42
A	1.149.719	32,40	5.749	0,5	461	0,04	6.210	0,54
B	1.010.386	28,46	10.104	1,0	1.547	0,15	11.651	1,15
C	217.839	6,14	6.535	3,0	2.620	1,20	9.155	4,20
D	186.583	5,26	18.658	10,0	12.021	6,44	30.679	16,44
E	42.852	1,21	12.856	30,0	6.143	14,34	18.999	44,34
F	8.820	0,25	4.411	50,0	3.284	37,24	7.695	87,24
G	45.717	1,29	32.002	70,0	13.715	30,00	45.717	100,00
H	91.772	2,59	91.772	100,00	-	-	91.772	100,00
<b>Total</b>	<b>3.548.880</b>	<b>100,00</b>	<b>182.087</b>	<b>-</b>	<b>43.154</b>	<b>-</b>	<b>225.241</b>	<b>-</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobertura do risco de crédito das operações. Para tanto, o Badesul efetua provisionamento superior ao mínimo regulamentado na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, publicada pelo BACEN. As operações classificadas de um mesmo cliente com montante de saldo superior a R\$ 50 são avaliadas periodicamente e tem seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. As operações de clientes de saldo inferior a R\$ 50 tem provisão constituída

pelo seu nível apurado na contratação da operação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos. O conjunto de operações de um mesmo cliente tem seu provisionamento balizado pela operação de pior risco.

**e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2016	2015
<b>Saldo Inicial</b>	<b>225.241</b>	<b>214.351</b>
Adições / (Reversões) líquidas	282.608	190.434
Baixa por transferência a prejuízo	(144.852)	(179.544)
<b>Saldo Final</b>	<b>362.997</b>	<b>225.241</b>

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 11,33% (6,35% em 2015).

**f. Concentração dos maiores tomadores de crédito**

	2016		2015	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior	73.245	2,29	73.222	2,06
10 maiores seguintes	374.449	11,69	417.366	11,76
20 maiores seguintes	419.724	13,10	463.464	13,06
Demais	2.336.563	72,92	2.594.828	73,12
<b>Total</b>	<b>3.203.981</b>	<b>100,00</b>	<b>3.548.880</b>	<b>100,00</b>

**g. Garantias**

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Badesul detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

**h. Valores baixados a prejuízo**

No exercício de 2016 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 144.852 (R\$ 179.544 em 2015), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, editada pelo BACEN, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2016, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação está representado por R\$ 336.235 (R\$ 279.491 em 2015). Em 2016 foi baixado do saldo de prejuízo o montante de R\$ 3.251, referente a perdas de valor contábil decorrentes do registro de acordos em processos de recuperação judicial.

As recuperações por recebimento e renegociação das operações de crédito baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R\$ 89.858 (R\$ 17.457 em 2015), sendo que R\$ 89.432 referem-se ao saldo contábil recuperado e R\$ 426 referem-se aos encargos incorridos a partir de 60 dias do atraso das parcelas contratuais até a data do recebimento.

**7 Avais e fianças honrados**

**a. Composição do saldo**

	2016	2015
Créditos por avais e fianças honradas	1.693	3.127
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.693)	(2.527)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>600</b>

**b. Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa**

	2016	2015
Saldo Inicial	2.527	133
Adições / (Reversões) líquidas	3.741	2.978
Baixa por transferência a prejuízo	(4.575)	(584)
<b>Saldo Final</b>	<b>1.693</b>	<b>2.527</b>

**8 Rendas a receber**

	Curto prazo		Longo prazo	
	2016	2015	2016	2015
Comissões por Coobrigações a Receber/Carta Fiança	1.179	812	181	232
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento	2.296	1.696	-	-
<b>Total</b>	<b>3.475</b>	<b>2.508</b>	<b>181</b>	<b>232</b>



## 9 Créditos tributários de impostos e contribuições

A Administração do Badesul, tendo por base estudo técnico conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, realiza reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Foram constituídos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa, de rendas de atraso de contratos de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas, de passivos atuariais e de provisão para perdas com coobrigações assumidas, ambas passíveis de realização no período máximo de dez anos.

O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que, devido às incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente.

Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias julgadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31 de março de 2006, e na Circular nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil, incluindo a geração de lucros tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios.

### a. Composição do saldo dos créditos tributários

	Curto Prazo		Longo Prazo		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativo fiscal diferido - IRPJ	22.137	32.390	129.970	100.441	152.107	132.831
Ativo fiscal diferido - CSLL	18.433	25.912	84.627	73.628	103.060	99.540
<b>Total</b>	<b>40.570</b>	<b>58.302</b>	<b>214.597</b>	<b>174.069</b>	<b>255.167</b>	<b>232.371</b>

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2016 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda, e para a contribuição social de 20% até o exercício de 2018 e de 15% a partir do exercício de 2019 considerando o disposto na Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015.

### b. Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

Diferenças Temporárias	2016		
	Saldo projetado para realização até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	453.713	113.026	76.053
Rendas de atraso	45.280	11.320	8.008
Provisão para perdas com ações trabalhistas	70.199	17.550	12.426
Provisão para passivos atuariais	15.290	3.823	2.345
Provisão para perdas com coobrigações	25.558	6.389	4.227
<b>Total</b>	<b>610.040</b>	<b>152.108</b>	<b>103.059</b>

	2015		
	Saldo projetado para realização até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
<b>Diferenças Temporárias</b>			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	403.698	100.924	75.848
Rendas de Atraso	36.464	9.116	7.186
Provisão para perdas com ações trabalhistas	57.276	14.319	11.050
Provisão para passivos atuariais	13.904	3.476	2.209
Provisão para perdas com coobrigações	19.984	4.996	3.247
<b>Total</b>	<b>531.326</b>	<b>132.831</b>	<b>99.540</b>

c. **Movimentação do saldo dos créditos tributários**

	2016			2015
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Saldo inicial	132.831	99.539	232.370	135.971
Adições				
- Resultado	88.594	58.260	146.854	128.024
- Patrimônio líquido	1.094	656	1.750	896
Exclusões/Baixas				
- Resultado	(70.310)	(55.335)	(125.645)	(31.955)
- Patrimônio líquido	(101)	(61)	(162)	(565)
<b>Total</b>	<b>152.108</b>	<b>103.059</b>	<b>255.167</b>	<b>232.371</b>

d. **Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos**

Ano de Realização	2016			
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2017	89.900	22.073	18.381	40.454
2018	133.142	33.285	26.628	59.913
2019	139.896	34.974	20.984	55.958
2020	109.724	27.431	16.459	43.890
Acima de 2021	137.378	34.345	20.607	54.952
<b>Total</b>	<b>610.040</b>	<b>152.108</b>	<b>103.059</b>	<b>255.167</b>

**e. Valor presente dos créditos tributários reconhecidos**

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171, emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 3,00%, está representado por R\$ 132.430 (R\$ 122.740 em 2015) referentes ao imposto de renda e R\$ 96.329 (R\$ 92.617 em 2015) referentes à contribuição social.

**f. Créditos tributários não reconhecidos**

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31 de dezembro de 2016, R\$ 7.959 (R\$ 1.847 em 2015) relativos ao Imposto de Renda e R\$ 5.644 (R\$ 1.477 em 2015) relativos à Contribuição Social. Estão incluídos nesses montantes os créditos tributários considerados não realizáveis dentro do período de dez anos.

**10 Outros valores e bens**

	2016	2015
Bens não de uso próprio (imóvel recebido em dação em pagamento)*	-	3.600
Material em estoque	121	126
Despesas antecipadas	4	4
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>3.730</b>

(\*) No exercício de 2016 foi vendido imóvel anteriormente recebido em dação em pagamento. A venda foi a prazo, estando o respectivo direito a receber demonstrado na rubrica "Devedores por Compra de Valores e Bens".

**11 Imobilizado de uso**

Em 31 de dezembro de 2016 o imobilizado de uso apresenta a seguinte composição:

	Taxa de depreciação % ao ano	2016 Custo	2016 Depreciação acumulada	2016 Valor líquido	2015 Valor líquido
Imóveis de uso	4	35.074	(5.471)	29.603	31.006
Instalações, móveis e equipamentos	10	4.402	(3.378)	1.024	1.425
Sistema de processamento de dados	20	3.700	(3.342)	358	722
Outros	10	200	(164)	36	47
<b>Total</b>		<b>43.376</b>	<b>(12.355)</b>	<b>31.021</b>	<b>33.200</b>

## 12 Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, FINEP e CEF). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que tem vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 0,50% a.a. a 7,70% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, SELIC, UPRD-P, UPF e IPCA-M), e, (b) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 14,24% a.a.

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

	2016				
	Até 3	De 3 até 12	Total	Acima de 12	Total
	meses	meses	Circulante	meses	obrigações
BNDES	66.786	228.652	295.438	1.186.593	1.482.031
CEF	423	1.313	1.736	27.540	29.276
FINAME	48.181	189.124	237.305	1.213.064	1.450.369
FINEP	464	1.418	1.882	8.686	10.568
<b>Total</b>	<b>115.854</b>	<b>420.507</b>	<b>536.361</b>	<b>2.435.883</b>	<b>2.972.244</b>

	2015				
	Até 3	De 3 até 12	Total	Acima de 12	Total
	meses	meses	Circulante	meses	obrigações
BNDES	87.663	230.080	317.743	1.328.516	1.646.259
CEF	380	1.181	1.561	28.232	29.793
FINAME	48.520	190.968	239.488	1.432.306	1.671.794
FINEP	48	922	970	8.742	9.712
<b>Total</b>	<b>136.611</b>	<b>423.151</b>	<b>559.762</b>	<b>2.797.796</b>	<b>3.357.558</b>

## 13 Fiscais e previdenciárias

Impostos e Contribuições sobre Lucros a pagar  
 Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros  
 Impostos e Contribuições sobre Salários  
 PIS, COFINS, ISSQN  
**Total**

2016	2015
369	36.877
105	99
1.562	1.311
886	930
<b>2.922</b>	<b>39.217</b>

## 14 Passivos contingentes

Movimentação 2016				
Natureza	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	Saldo Final
Trabalhista (a)	57.276	14.378	1.455	70.199
Cível (b)	233	-	52	181
Provisão p/perda com coobrigações (vide nota 21b "ii")	19.984	12.270	6.696	25.558
Provisão FGI (vide nota 21b "i")	6.969	1.112	-	8.081
Outras provisões	-	78	-	78
<b>Total</b>	<b>84.462</b>	<b>27.838</b>	<b>8.203</b>	<b>104.097</b>

Movimentação 2015				
Natureza	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	Saldo Final
Trabalhista (a)	41.139	19.112	2.975	57.276
Cível (b)	274	-	41	233
Provisão p/perda com coobrigações (vide nota 21b "ii")	-	19.984	-	19.984
Provisão FGI (vide nota 21b "i")	1.880	5.089	-	6.969
<b>Total</b>	<b>43.293</b>	<b>44.185</b>	<b>3.016</b>	<b>84.462</b>

Os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

### a. Ações trabalhistas

Processos trabalhistas: a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. As adições ocorridas no exercício de 2016 decorreram de novas ações impetradas e de atualização financeira de todos os processos, cuja probabilidade de perda foi julgada provável.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Em 31 de dezembro de 2016 existiam 69 (50 em 2015) ações envolvendo risco de perda possível que representavam o valor de R\$ 35.081 (R\$ 42.358 em 2015).

### b. Ações cíveis

Processos cíveis: a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de

direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de pedidos de reparação por danos morais ou materiais. Em 31 de dezembro de 2016 existiam 172 (155 em 2015) ações envolvendo risco de perda possível que representam o valor de R\$ 31.494 (R\$ 19.436 em 2015).

**c. Ações Fiscais**

- (i) PIS/COFINS - Ação coletiva em que o Badesul é parte: No exercício de 2010 a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, representando as agências de fomento associadas, instituições financeiras assim consideradas pela legislação vigente, interpôs demanda judicial em caráter preventivo que versa sobre a sistemática de apuração do PIS e da COFINS das Agências de Fomento, a qual poderia representar uma futura contingência tributária para o Badesul.

Em 17 de setembro de 2012 foi editada a Lei nº 12.715, produzindo efeito a partir de 01 de janeiro de 2013 com a possibilidade de opção para o exercício de 2012, a qual veio eliminar a “lacuna” que havia na legislação tributária quanto à expressa previsão do tratamento tributário aplicável às Agências de Fomento, conforme disposto no seu artigo nº 70.

Em 23 de dezembro de 2013 a Receita Federal do Brasil expediu dois autos de infração, para PIS e COFINS, respectivamente, cujo montante apurado com juros e multa foi R\$ 68.655 compreendendo o período de 2009 a 2011, compostos pelos valores originais atualizados acrescidos das multas de ofício. Houve impugnação, esgotou-se todas as vias recursais em sede de processo administrativo, porém sem êxito, de forma que o Badesul foi, em 07 de fevereiro de 2017, intimado pelo Fisco para pagamento. Está em fase preparatória o ajuizamento da medida judicial, processo no qual se poderão ser discutidas amplamente todas as teses, inclusive teses não analisadas no processo administrativo. A assessoria jurídica classifica o processo como de perda possível. Os valores originais foram atualizados acrescidos das multas de ofício sem desconto incluindo também o exercício de 2012, cuja estimativa montou R\$ 89.541 para 31 de dezembro de 2016 (R\$ 75.696 em dezembro de 2015).

- (ii) ISSQN: A Prefeitura Municipal de Porto Alegre ingressou na justiça ação para cobrança de ISSQN contra a extinta Caixa Econômica Estadual do RS, processo do qual o Badesul, entre outros, está arrolado como parte responsável por tal débito. O Badesul, por entender não cabível essa execução fiscal, ajuizou ação anulatória de débito fiscal com antecipação de tutela contra a Prefeitura do Município de Porto Alegre, tendo sido vencedor em primeiro e segundo graus e o recurso especial da referida Prefeitura não foi admitido, tendo, a decisão, transitado em julgado no dia 29/06/16. Os autos foram remetidos ao primeiro grau e o Badesul apresentou petição requerendo a desconstituição dos Autos de Infração e Lançamento. Intimado o Município sobre tal pedido, ainda não se manifestou. Esta possível contingência foi estimada em R\$ 27.375 para a data base 31 de dezembro de 2016 (R\$ 23.944 para 31 de dezembro de 2015).

*[Handwritten signatures and initials]*

**d. Devedores por depósitos em garantia**

	2016	2015
Ações cíveis	142	51
Ações trabalhistas	18.444	9.596
Ações tributárias	24	22
<b>Total</b>	<b>18.610</b>	<b>9.669</b>

**15 Passivos atuariais**

Discriminação	Curto prazo		Longo prazo	
	2016	2015	2016	2015
Planos previdenciários (c)	-	-	10.974	8.166
Plano de saúde (d)	-	-	1.742	1.553
Prêmio por aposentadoria (e) (*)	772	1.600	1.802	2.585
<b>Total</b>	<b>772</b>	<b>1.600</b>	<b>14.518</b>	<b>12.304</b>

(\*) Para efeito de publicação o saldo referente à provisão para prêmio por aposentadoria está segregado em curto e longo prazo, considerando a data esperada de elegibilidade de aposentadoria pelo critério do INSS (vide nota 15e).

**a. Composição do passivo atuarial líquido**

Para 31 de dezembro de 2016 foi procedida, por atuário independente, nova avaliação atuarial dos planos de benefício pós-emprego. Segue demonstração da posição do passivo atuarial líquido.

	Planos de previdência complementar				Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano salgado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)		
Movimentação da Posição Líquida do Balanço	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Valor presente das obrigações atuariais	24.817	10.651	312	6.882	4.266	2.574
Valor justo dos ativos do plano	(15.884)	(9.413)	(271)	(6.120)	(2.524)	-
Valor presente das obrigações a descoberto	8.933	1.238	41	762	1.742	2.574
<b>Passivo atuarial líquido</b>	<b>8.933</b>	<b>1.238</b>	<b>41</b>	<b>762</b>	<b>1.742</b>	<b>2.574</b>

	Planos de previdência complementar				Plano de saúde	Prêmio de aposentadoria
	Plano PB1	Plano salgado	Plano FBPREV I	Plano FBPREV II		
	(c.i)	(c.ii)	(c.iii)	(c.iv)	(d)	(e)
<b>Movimentação da Posição Líquida do Balanço</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2015</b>
Valor presente das obrigações atuariais	20.613	8.381	260	3.176	3.684	4.185
Valor justo dos ativos do plano	(13.958)	(7.863)	(187)	(2.256)	(2.131)	-
Valor presente das obrigações a descoberto	6.655	518	73	920	1.553	4.185
Passivo atuarial líquido	<u>6.655</u>	<u>518</u>	<u>73</u>	<u>920</u>	<u>1.553</u>	<u>4.185</u>

**b. Movimentação do passivo atuarial reconhecido**

*Movimentação no exercício*

	Planos de previdência complementar				Plano de saúde	Prêmio de aposentadoria
	Plano PB1	Plano salgado	Plano FBPREV I	Plano FBPREV II		
	(c.i)	(c.ii)	(c.iii)	(c.iv)	(d)	(e)
<b>Passivo Atuarial em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>6.655</b>	<b>518</b>	<b>73</b>	<b>920</b>	<b>1.553</b>	<b>4.185</b>
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do exercício	320	(8)	59	190	186	328
(Ganho)/Perda reconhecidos em outros resultados abrangentes	3.381	840	(58)	(346)	153	-
Contribuições do empregador vertidas no exercício	(1.423)	(112)	(33)	(2)	(150)	(1.939)
<b>Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>8.933</b>	<b>1.238</b>	<b>41</b>	<b>762</b>	<b>1.742</b>	<b>2.574</b>

	Planos de previdência complementar				Plano de saúde	Prêmio de aposentadoria
	Plano PB1	Plano salgado	Plano FBPREV I	Plano FBPREV II		
	(c.i)	(c.ii)	(c.iii)	(c.iv)	(d)	(e)
<b>Passivo Atuarial em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>7.186</b>	<b>607</b>	<b>379</b>	<b>-</b>	<b>740</b>	<b>3.853</b>
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do exercício	617	70	20	(374)	80	582
(Ganho)/Perda reconhecidos em outros resultados abrangentes	(836)	(126)	(295)	1.294	792	-
Contribuições do empregador vertidas no exercício	(312)	(33)	(31)	-	(59)	(250)
<b>Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>6.655</b>	<b>518</b>	<b>73</b>	<b>920</b>	<b>1.553</b>	<b>4.185</b>



**Movimentação no segundo semestre**

	Planos de previdência complementar				Plano de saúde	Prêmio de aposentadoria
	Plano PB1	Plano salgado	Plano FBPREV I	Plano FBPREV II		
	(c.i)	(c.ii)	(c.iii)	(c.iv)	(d)	(e)
Passivo Atuarial em 30 de junho de 2016	6.103	458	87	1.014	1.571	4.075
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do semestre	160	(4)	29	95	93	292
(Ganho)/Perda reconhecidos em outros resultados abrangentes	3.381	840	(58)	(346)	153	-
Contribuições do empregador vertidas no semestre	(711)	(56)	(17)	(1)	(75)	(1.793)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2016	8.933	1.238	41	762	1.742	2.574

	Planos de previdência complementar				Plano de saúde	Prêmio de aposentadoria
	Plano PB1	Plano salgado	Plano FBPREV I	Plano FBPREV II		
	(c.i)	(c.ii)	(c.iii)	(c.iv)	(d)	(e)
Passivo Atuarial em 30 de junho de 2015	7.340	627	379	-	771	3.718
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do semestre	308	34	10	(374)	20	467
(Ganho)/Perda reconhecidos em outros resultados abrangentes	(836)	(126)	(295)	1.294	792	-
Contribuições do empregador vertidas no semestre	(157)	(17)	(21)	-	(30)	-
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2015	6.655	518	73	920	1.553	4.185

**c. Planos previdenciários complementares**

O Badesul é co-patrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões, os quais seguem discriminados abaixo:

- (i) Plano de Benefícios I (PB1): É do tipo "benefício definido" oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL admitidos pelo Badesul por meio de sucessão trabalhista, e a sua avaliação é realizada em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões. Tendo em vista que este plano apresentou déficits recorrentes (desde 2009), foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e os respectivos patrocinadores, mediante a aprovação do órgão regulador e fiscalizador (PREVIC) em 23/12/2013, contendo as condições para reestruturação deste Plano com a possibilidade de migração espontânea e incentivada dos participantes e assistidos para um plano de benefícios salgado e/ou para um plano de contribuição definida, visando ao equacionamento da

situação que se apresentava. O cronograma estabelecido no TAC previu 180 dias para conclusão do processo como um todo. Ao longo do primeiro semestre de 2014 foi operacionalizado o cronograma de eventos estabelecidos no TAC, tendo ocorrido o processo de migração voluntária e incentivada dos participantes e assistidos para os novos Planos (Plano de benefícios Saldado e Plano de benefícios FBPREV II), na sua maioria para este último. Permanecem neste Plano 3 participantes ativos e 23 assistidos.

- (ii) **Plano de Benefícios Saldado:** Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo “benefício definido” e sua avaliação é procedida por atuário independente. Sendo este um plano saldado, não há apuração de custos e, consequentemente, contribuições normais. Poderá haver, porém, contribuições extraordinárias, caso o plano apresente déficit. São beneficiários deste Plano 5 participantes ativos e nenhum assistido.
- (iii) **Plano de Benefício FBPREV I:** Este plano é estruturado na modalidade “contribuição variável” e foi criado para a adesão de empregados não participantes de outros planos de benefícios da Fundação Banrisul, admitidos antes da data efetiva do plano até 90 dias a contar da data efetiva do plano e para os empregados que foram admitidos na patrocinadora após a data efetiva de acordo com o regulamento do plano. Os benefícios e institutos oferecidos aos empregados são: aposentadoria normal, antecipada e por invalidez; pensão por morte; benefício proporcional; auxílio doença; abono anual; auxílio funeral e benefício mínimo. São beneficiários deste Plano 65 participantes ativos e nenhum assistido.
- (iv) **Plano de Benefício FBPREV II:** Criado no primeiro semestre de 2014 para atender exclusivamente os participantes e assistidos migrados do Plano PB1. É do tipo “contribuição variável” e sua avaliação, em conformidade com a legislação específica é procedida por atuário independente. Os benefícios assegurados por este Plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, auxílio funeral, e, benefícios com características de benefício definido que são: aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual e pensão por morte. São beneficiários deste Plano 44 participantes ativos e 18 assistidos.

**d. Plano de saúde**

O Plano de Saúde é mantido pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da coparticipação. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: (a) Plano PAM - Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA, PAMES; (b) PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

**e. Prêmio por aposentadoria**

Prêmio concedido pelo Badesul aos empregados que se aposentarem em conformidade com o disposto no artigo 82 do regulamento do pessoal do BANRISUL, cujo direito foi mantido aos funcionários transferidos daquele Banco para o Badesul, por sucessão trabalhista, ocorrida em maio de 2002. O benefício equivale a uma remuneração para o empregado que se aposentar com 20 anos de empresa, duas remunerações para quem se aposentar com 25 anos de empresa e cinco remunerações para quem se aposentar com 30 anos de empresa. No exercício de 2016, em razão da implementação do programa especial de desligamento incentivado, houve saída de funcionários beneficiários desse prêmio, do que resultou em pagamentos maiores nesse período.

**f. Principais premissas**

As principais premissas informadas a seguir foram as utilizadas para cálculo nas avaliações atuariais realizadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

**(i) Premissas econômico-financeiras**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Taxa de desconto (taxa real)		
Plano PB1	5,85% ao ano	7,37% ao ano
Plano Saldado	5,85% ao ano	7,37% ao ano
Plano FBPREV I	5,85% ao ano	7,37% ao ano
Plano FBPREV II	5,85% ao ano	7,37% ao ano
Planos de Saúde	5,85% ao ano	7,37% ao ano
Prêmio por Aposentadoria	6,44% ao ano	6,65% ao ano
Taxa de retorno esperada dos Ativos (taxa real)	*	*
Taxa de crescimento salarial futuro (taxa real)**	3,56% ano	3,56% ano
Taxa de crescimento dos benefícios (taxa real)	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Expectativa de inflação	4,85% ao ano	6,87% ao ano
Fator de capacidade dos salários	98%	98%
Fator de capacidade do Plano	98%	98%
Fator de capacidade dos benefícios do INSS	98%	98%
Análise de permanência no Plano de saúde	100%	100%
Taxa de crescimento dos custos com saúde (HCCTR - taxa real)***	3,52% ao ano	3,51% ao ano

(\*) A taxa de retorno esperada dos Ativos é idêntica à taxa de desconto (taxa real)

(\*\*) Para o plano saldado a taxa de crescimento real dos salários é 0% a.a.

(\*\*\*) Para o programa PROMED a HCCTR considerada foi de 0% a.a.

(ii) Premissas demográficas

	2016	2015
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 desagravada em 10% (segregada por sexo)	AT 2000 desagravada em 10% (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 83 desagravada em 50%	RRB 83 desagravada em 50%
Tábua de entrada em invalidez	Light forte desagravada em 60%	Light forte desagravada em 50%
Tábua de rotatividade	Experiência TowersPerrin agravada em 125% 100% na elegibilidade	Experiência TowersPerrin agravada em 125% 100% na elegibilidade
Entrada em aposentadoria	Plano de saúde considera-se a idade de aposentadoria de 64 anos para os homens e 61 anos para as mulheres Benefícios a conceder: Família média Benefícios concedidos: Família real informada	Plano de saúde considera-se a idade de aposentadoria de 64 anos para os homens e 61 anos para as mulheres Benefícios a conceder: Família média Benefícios concedidos: Família real informada
Composição familiar	Sendo família média: - percentual de casados: 75% - diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos - 1 filho temporário	Sendo família média: - percentual de casados: 95% - diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos - 1 filho temporário
Duration		
Plano PBI	21,32 anos	22,00 anos
Plano Saldado	22,58 anos	23,54 anos
Plano FBPREV I	25,00 anos	26,00 anos
Plano FBPREV II	22,00 anos	22,00 anos
Plano de saúde	21,00 anos	23,00 anos
Prêmio por aposentadoria	1,56 anos	2,03 anos

(iii) Plano de saúde - custo assistencial

Para fins de avaliação em 31 de dezembro de 2016 os custos dos planos médico-hospitalares foram projetados conforme as despesas médias anuais dos planos por se tratar de planos mutualísticos, sendo que o crescimento das despesas médias foi projetado conforme premissa de HCCTR. Para o programa de auxílio medicamento (PROMED) os custos projetados consideram o perfil das despesas do programa conforme faixa etária dos participantes, dado que o subsídio financeiro oferecido no programa é integralmente custeado pelas mantenedoras conforme despesas efetivamente realizadas pelos ex-empregados vinculados a cada uma.

	Custo médio/Ano (Em Reais)	
	2016	2015
Custo médio PAMES (PAM027)	3.721,01	3.160,00
Custo médio PAMPA (PAM019)	310,08	263,00
Custo FAR200: conforme tabela abaixo.	-	-

Faixas Etárias	Custo médio (Em Reais)	
	2016	2015
0 a 17 anos	0,00	0,00
18 a 29 anos	71,42	44,00
30 a 39 anos	175,80	155,00
40 a 49 anos	141,20	130,00
50 a 59 anos	418,16	390,00
60 a 69 anos	787,60	652,00
70 anos ou +	579,72	854,00

**g. Análise de sensibilidade**

O item 145 do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) dispõe sobre a necessidade de apuração e divulgação de dados da análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial, para os planos de previdência complementar.

Análise de sensibilidade - impacto nas obrigações apurado em 31 de dezembro de 2016:

	Plano PB1		Plano SALDADO		Plano FBPREV I		Plano FBPREV II	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Taxa de desconto</b>								
Aumento de 0,5%	(1.137)	(4,58)	(537)	(5,04)	(9)	(2,94)	(235)	(3,42)
Redução de 0,5%	1.238	4,99	586	5,50	10	3,13	253	3,67
<b>Expectativa de vida</b>								
Redução de 1 ano	(296)	(1,19)	(214)	(2,01)	8	2,62	(148)	(2,14)
Aumento de 1 ano	292	1,18	210	1,97	9	(2,78)	145	2,11
<b>Crescimento salarial</b>								
Aumento de 0,5%	6	0,02	-	-	11	3,62	1	0,02
Redução de 0,5%	(6)	(0,02)	-	-	(12)	(3,70)	1	(0,02)

## h. Alocação de capital

Segue demonstrada a composição dos Ativos, avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2016:

Alocação do valor justo dos ativos dos Planos	Planos de Previdência Complementar			
	Plano Saldado	Plano PB1	Plano FBPREV I	Plano FBPREV II
Caixa e equivalentes de caixa	385	1.739	22	242
Instrumentos patrimoniais	5.503	9.068	74	3.218
Instrumentos de dívida	1.349	1.824	50	518
Imóveis	185	306	-	66
Fundos de Investimento	1.991	2.947	92	1.876
Fundo de Oscilações de Risco mantido pelo Plano	-	-	33	200
<b>Total</b>	<b>9.413</b>	<b>15.884</b>	<b>271</b>	<b>6.120</b>

## 16 Credores diversos

	2016	2015
Financiamentos a Liberar para Mutuários dos Fundos Administrados (*)	4.135	706
Cobrança (valores a processar)	700	454
Recebimento de Fundos Regionais Administrados (*)	5	-
Fornecedores	592	496
Outros	395	402
<b>Total</b>	<b>5.827</b>	<b>2.058</b>

(\*) Os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 24b, que tem como única exceção àquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos transitarem em conta corrente do Badesul.

## 17 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o Capital Social da Instituição no valor de R\$ 756.343 (R\$ 756.343 em 2015), representado por 756.343.248 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País.

### b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva para incentivos fiscais foi constituída em 30/06/2014 por parcela do lucro líquido decorrente de doações recebidas, conforme regulamentação em vigor. Em 31/12/2014 esta reserva foi revertida tendo em vista não haver lucro suficiente. A proposta da Administração é de que seja constituída esta reserva em exercícios subsequentes quando o lucro, antes de sua distribuição,

comportar o valor da parcela referente à doação recebida, visando à manutenção da condição de não tributação da receita reconhecida no exercício de 2014.

As outras reservas especiais de lucros são compostas por lucros remanescentes ainda não deliberados em Assembleia Geral de acionistas, permanecendo nesta condição para futura destinação. Este procedimento está em conformidade ao que dispõe a Carta Circular nº 3.516 emitida pelo Banco Central do Brasil em 21 de julho de 2011. Em 11 de março de 2016 os acionistas, em assembleia geral ordinária, deliberaram pela reversão do saldo de reservas de lucros, no montante de R\$ 25.375, para absorção de prejuízos acumulados.

**c. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

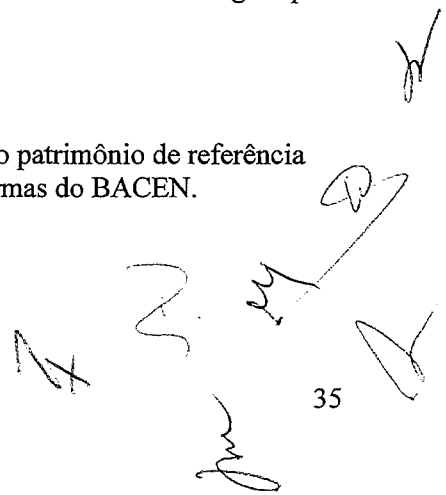
Aos acionistas estão assegurados dividendos até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários. Não é permitida a distribuição de dividendos antes da absorção de prejuízos acumulados, sendo que, no caso do Badesul, além desta condição deve ser observado o citado na nota “b” acima, a respeito da reserva para incentivos fiscais.

Quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da Assembleia Geral de acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa reclassificado da Demonstração do Resultado para a rubrica de Prejuízos Acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante o artigo 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, emitida pelo Banco Central do Brasil. Nos exercícios de 2016 e de 2015 não houve registro de despesa de JSCP.

## **18 Capital regulamentar**

O BACEN, em consonância com as diretrizes do Acordo de Capital – Basileia III, estabeleceu para vigência a partir do exercício de 2016, os índices mínimos de capital equivalentes à relação entre o patrimônio de referência (PR) e os ativos ponderados ao risco (RWA) de no mínimo 9,875%, reduzindo gradualmente até 8,0% em 01 de janeiro de 2019. Também é requerido o cumprimento de um adicional de capital principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACPconservação, ACPcontracíclico e ACPsistêmico, que em conjunto com os índices mínimos de capital, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo. Atualmente, o valor apurado para o ACPconservação e para o ACPcontracíclico corresponde a 0,625% respectivamente. O ACPsistêmico não é exigido para as agências de fomento, logo não se aplica ao Badesul.

A tabela a seguir demonstra a composição do patrimônio de referência, o patrimônio de referência mínimo requerido e o índice de Basileia, apurados de acordo com as normas do BACEN.



	<u>2016</u>
<b>Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco</b>	
De crédito	3.136.826
De mercado	3.398
Operacional	341.393
<b>Ativos Ponderados pelo Risco</b>	<u><b>3.481.617</b></u>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA</b>	<u><b>343.810</b></u>
ACP conservação	21.760
ACP contracíclico	21.760
<b>Patrimônio de Referência</b>	<u><b>496.749</b></u>
<b>Margem</b>	<u><b>109.419</b></u>
<b>Índice de Basileia</b>	<u><u><b>14,27%</b></u></u>

	<u>2015</u>
<b>Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco</b>	
De Crédito	3.603.081
De mercado	2.996
Operacional	288.402
<b>Ativos Ponderados pelo Risco</b>	<u><b>3.894.479</b></u>
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA</b>	<u><b>428.393</b></u>
<b>Patrimônio de Referência</b>	<u><b>565.863</b></u>
<b>Margem</b>	<u><b>137.470</b></u>
<b>Índice de Basileia</b>	<u><u><b>14,53%</b></u></u>

*Handwritten signatures and initials:*  
 18, Z, M, R, B



## 19 Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>(45.256)</b>	<b>(80.014)</b>	<b>(76.765)</b>
Participações Estatutárias no Lucro	-	-	(924)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos</b>	<b>67.279</b>	<b>98.177</b>	<b>196.595</b>
<b>Diferenças Temporárias</b>	<b>66.764</b>	<b>97.582</b>	<b>195.530</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70.382	71.161	140.731
Rendas a apropriar em atraso	(5.389)	6.683	17.421
Rendas decorrentes de Ganhos em Renegociações	1.958	2.133	(4.014)
Provisões para contingências	11.026	19.557	21.185
Outras provisões	(11.213)	(1.952)	20.207
<b>Diferenças Permanentes</b>	<b>515</b>	<b>595</b>	<b>1.065</b>
Despesas não dedutíveis	515	595	1.065
<b>Base de cálculo do IR e CS</b>	<b>22.023</b>	<b>18.163</b>	<b>118.906</b>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente (Nota 3k) (*)	(8.140)	(8.140)	(49.577)
Incentivos Fiscais	212	212	1.298
<b>Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos</b>	<b>(7.928)</b>	<b>(7.928)</b>	<b>(48.279)</b>
<b>Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 9)</b>	<b>8.074</b>	<b>21.209</b>	<b>96.068</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado</b>	<b>146</b>	<b>13.281</b>	<b>47.789</b>

(\*) No primeiro semestre de 2016 foi apurado prejuízo fiscal de (R\$ 3.860), portanto não houve lançamento de provisão de IRPJ e de CSLL para aquele período.

## 20 Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
Recuperação de encargos e despesas	109	269	255
Reversão de provisões operacionais	4.507	7.979	810
Encargos (atualização depósitos judiciais e outros)	589	967	669
Honorários de sucumbência	9	12	1.930
Outras	10	27	25
<b>Total</b>	<b>5.224</b>	<b>9.254</b>	<b>3.689</b>

## 21 Outras despesas administrativas e outras despesas operacionais

### a. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2016	2016	2015
Água, energia e gás	363	841	856
Comunicação	77	158	180
Manutenção e conservação de bens	733	1.190	962
Processamento de dados	2.578	5.403	5.746
Publicidade e propaganda	612	1.658	1.535
Serviços do sistema financeiro	392	770	779
Serviços de terceiros	983	1.775	1.482
Serviços técnicos especializados	222	658	333
Transporte	27	50	53
Viagem	144	292	357
Emolumentos Cartoriais	617	1.584	1.016
Depreciação	1.090	2.183	2.210
Contribuições para entidades representativas	126	307	304
Doações – projetos com incentivo fiscal	-	-	800
Outras	409	661	681
<b>Total</b>	<b>8.373</b>	<b>17.530</b>	<b>17.294</b>

### b. Outras despesas operacionais

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2016	2016	2015
Despesa com provisão p/planos de benefícios pós-emprego	126	251	381
Despesa com provisão p/contingências trabalhistas	6.680	14.378	18.885
Despesa com provisão decorrente de honra FGI (i)	-	1.112	5.089
Despesas com provisão p/perda com coobrigações (ii)	-	12.270	20.390
Despesa com programa especial de desligamento incentivado	2.121	2.121	-
Outras	60	69	295
<b>Total</b>	<b>8.987</b>	<b>30.201</b>	<b>45.040</b>

- (i) Em atendimento à orientação do Banco Central do Brasil era reconhecida provisão para contingência na extensão da obrigação assumida sempre que havia adiantamento de honra por parte do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), sendo a mesma ajustada quando da efetiva recuperação do crédito coberto por esse Fundo. A partir de 01/07/2016 entrou em vigência nova regulamentação do FGI, quando foi realizada consulta ao BACEN sobre a possibilidade de reversão da provisão existente até aquela data, estando o assunto em análise por aquele órgão regulador.
- (ii) É reconhecida provisão para cobrir eventuais riscos de desembolsos futuros para honrar cartas fiança concedidas. A metodologia adotada para apuração do valor a reconhecer é a mesma utilizada na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito ativa. Vide Nota 24a.

*[Handwritten signatures and initials]*

## 22 Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal do Badesul.

	2016		
	(Direitos)		
	Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 24b)	(2.296)	10.062	-
Contratação de serviços especializados	299	-	595
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	-	-	2.023
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(47)	-	-
Despesa de Pessoal - funcionários adidos	78	-	855
Outros valores a ressarcir	(400)	-	-

	2015		
	(Direitos)		
	Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 24b)	(1.695)	7.382	-
Contratação de serviços especializados	309	-	605
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	-	-	1.935
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(84)	-	-
Despesa de Pessoal- funcionários adidos	88	-	1.178
Outros valores a ressarcir	(409)	-	-

(\*) Refere-se ao total da remuneração fixa e variável do pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal).

## 23 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Badesul considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da Instituição num processo contínuo de otimização da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos. O relatório de gestão de riscos está disponibilizado no sítio [www.badesul.com.br](http://www.badesul.com.br).

Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

**a. Risco de mercado**

Revisada, anualmente, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado da Instituição tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento.

O risco de mercado não é significativo para o Badesul, considerando que a maioria de suas operações têm as taxas “casadas” no ativo e no passivo por decorrerem de operações de repasses, o que mitiga o risco de exposição.

**b. Risco de crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 2.682, publicada pelo Banco Central do Brasil em 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados.

Esse é o maior risco ao qual a Instituição está exposta. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração dos níveis de exposição de risco *rating* das operações e consequentes níveis de provisionamento, além de outros indicadores.

**c. Risco operacional**

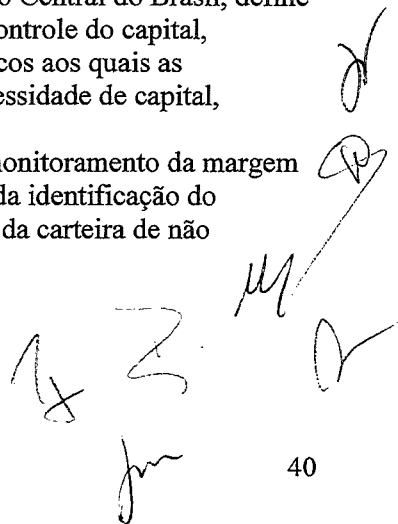
A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida, revisada periodicamente, contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

Para apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWAOPAD serve como fator de monitoramento deste risco.

**d. Gerenciamento de capital**

A Resolução CMN nº 3.988, de 30 de junho de 2011, publicada pelo Banco Central do Brasil, define o gerenciamento de capital como processo contínuo de monitoramento e controle do capital, contemplando a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais as instituições financeiras estão sujeitas e ao planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

No Badesul o gerenciamento do capital é realizado a partir do controle e monitoramento da margem ou da insuficiência de margem para o Limite de Basileia, apurada a partir da identificação do patrimônio de referência, patrimônio de referência exigido e RBAN (risco da carteira de não negociação).



**e. Risco de Liquidez**

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco. Internamente este tema está normatizado por meio de resolução do Conselho de Administração, revisado periodicamente, que contempla, além da política de gerenciamento, o plano de contingência. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, e por isso são alvo de monitoramento constante, são a inadimplência, as letras financeiras do tesouro (LFT) e o fluxo de caixa.

**f. Risco Socioambiental**

A Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, publicada pelo Banco Central do Brasil, estabelece que as instituições financeiras devem implementar uma Política de Responsabilidade Socioambiental, contemplando diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental. O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras, decorrentes de danos socioambientais, que, por sua vez, são relacionados com poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

**24 Compromissos e responsabilidades**

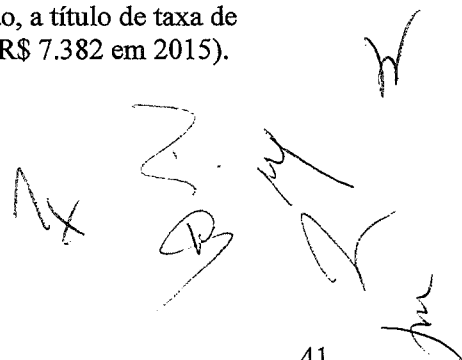
**a. Coobrigações por garantias prestadas**

O Badesul concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES e da FINEP, cujos contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 está representado por R\$ 68.318 (R\$ 89.285 em 2015).

**b. Gestão de recursos de terceiros**

O Badesul por determinação legal (leis e decretos estaduais) executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS ("Fundo"). Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do Badesul está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

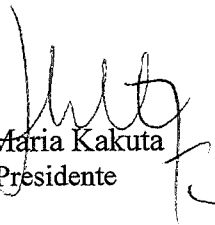
Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2016, representam o montante de R\$ 2.905.452 (R\$ 3.125.537 em 2015). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o Badesul é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no exercício de 2016 R\$ 10.062 (R\$ 7.382 em 2015).



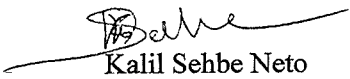
## **25 Outras Informações**

A Lei Estadual nº 11.916, de 02 de junho de 2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015 foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o montante de R\$ 26.735 (valor nominal), que corresponde ao período compreendido entre o último aumento de capital realizado até o mês de setembro de 2015.

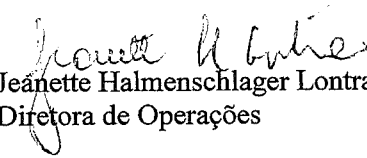
### Diretoria executiva




Susana Maria Kakuta  
Diretora Presidente



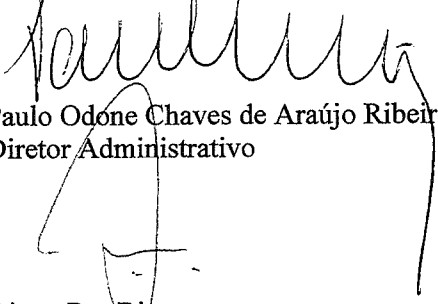
Kalil Sehbe Neto  
Diretor Financeiro,  
Responsável pela Área Contábil



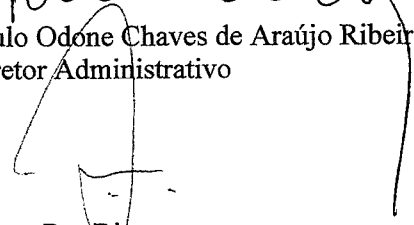
Jeannette Halmenschlager Lontra  
Diretora de Operações



Pery Francisco Sperotto Coelho  
Diretor Vice-Presidente



Paulo Odone Chaves de Araújo Ribeiro  
Diretor Administrativo



Diogo Paz Bier  
Diretor de Inovação e Sustentabilidade



Rosane Nunes  
Contadora CRC/RS 48702/O-3

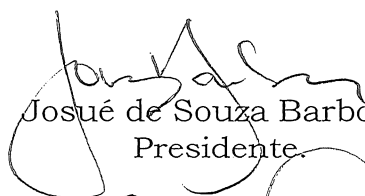
\* \* \*

**BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.**  
**AGÊNCIA DE FOMENTO/RS**  
**NIRE nº. 43 3 0003872 6**  
**CNPJ nº. 02.885.855/0001-72**


**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2016, compreendendo: Relatório da Administração, Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, todas comparativas ao exercício de 2015.

Porto Alegre, 06 de março de 2017.



Josué de Souza Barbosa,  
Presidente.



Flávia do Canto Pereira,  
Vice-Presidente.




Adenir de Fátima Jahn,  
Conselheira.



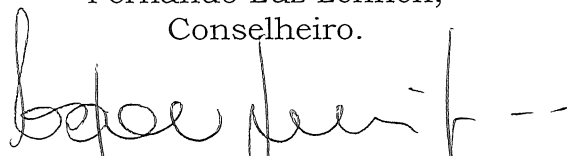
Cintia Michelle Maas,  
Conselheira.



Fernando Luz Lehen,  
Conselheiro.



Pedro Henrique Nunes Paiva,  
Conselheiro.



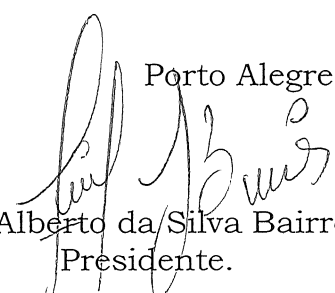
Robson Luis Zinn,  
Conselheiro.

**BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.**  
**AGÊNCIA DE FOMENTO/RS**  
**NIRE nº. 43 3 0003872 6**  
**CNPJ nº. 02.885.855/0001-72**

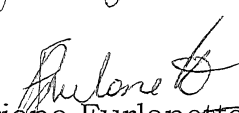
**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do CONSELHO FISCAL BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2016, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todas comparativas ao exercício de 2015. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período, das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as Demonstrações Financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 06 de março de 2017.



Luis Alberto da Silva Bairros,  
Presidente.

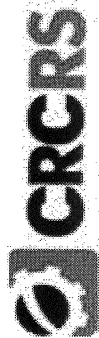


Adriana Furlanetto,  
Vice-Presidente.



Silvio Vares Neto,  
Conselheiro.





## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

### CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

**O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

#### IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ROSANE NUNES
REGISTRO.....	: RS-048702/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 334.369.670-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 01.03.2017 as 17:05:47.

Válido até: 30.05.2017.

Código de Controle: 246809.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.



**Caixa de Administração da Dívida  
Pública Estadual S.A.  
CADIP**



CADIP

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.

COMPANHIA ABERTA

CGC/MF Nº 00.979.969/0001-56 – NIRE 43 3 0003451 8

AVENIDA MAUÃ, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA FAZENDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Na forma das disposições legais e estatutárias, apresentamos e submetemos à apreciação e deliberação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Companhia, preparadas em acordo com a legislação pertinente em vigor, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

O cenário econômico global caracterizou-se por um desempenho positivo em 2016, embora em ritmo ainda modesto, principalmente nos principais países europeus.

A conjuntura econômica do Brasil foi marcada por uma forte recessão em 2016, alto nível de desemprego, desajuste fiscal nas contas públicas, clima de conturbação na área política com o impeachment da Presidente da República e reforma ministerial, continuidade do processo conhecido como operação Lava Jato, revelando o envolvimento de altas figuras políticas em corrupção financeira, culminando com rebaixamento do raiting do Brasil a níveis de grau de não investimento.

O reflexo desse cenário deu-se no desempenho negativo da economia no exercício de 2016, traduzido por uma retração da atividade da ordem de 3,49% no PIB, com inflação de 6,29%, medida pelo IPCA, e forte redução nos investimentos.

Utilizada como instrumento de controle da inflação, a taxa básica de juros – SELIC – manteve-se em nível elevado durante o ano, estabilizada em 14,25% e reduzida para 13,75% em dezembro.

Naturalmente tal clima econômico e político prejudicou fortemente o mercado de capitais, inviabilizando operações de captação de recursos, razão pela qual a Companhia não efetuou emissão de valores mobiliários no exercício. Assim, apenas 4 emissões de ações e 5 de debêntures foram registradas na CVM para oferta pública em 2016.

A compra de ações na BOVESPA por estrangeiros superou as vendas em 2016. A expectativa de manutenção da taxa de juros dos Estados Unidos favoreceu o fluxo de recursos para a bolsa brasileira. Além disto, a manutenção da taxa SELIC também contribuiu para o ingresso de dólares para o Brasil. Entretanto, o índice BOVESPA registrou valorização de 38,94% no ano, atingindo 60.227 pontos em 31/12/2016, contra 43.349 em 31/12/2015, resultante da valorização das ações de empresas de energia elétrica, siderurgia e mineração.

A taxa cambial acusou desvalorização do dólar de 16,54% no ano contra uma valorização de 47,01% em 2015.

As contas patrimoniais da Companhia não apresentaram alterações relevantes no exercício.

As demonstrações do resultado revelam uma receita de R\$ 22 mil e despesa de R\$ 249 mil no exercício, correspondendo a um resultado negativo de R\$ 227 mil. No item de despesas destacam-se os serviços de terceiros, representando 60,6% do total e publicações, com 20,9%.

O resultado do exercício apresenta redução de 47,0% em relação ao registrado no exercício de 2015.

Para compromissos de curto e de longo prazo a Companhia goza de confortável situação de solvência.

Prudencialmente a Companhia procede a atualização dos valores referentes às provisões para riscos.

Os Auditores Independentes contratados pela Companhia prestam unicamente serviços de auditoria contábil independente.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para as atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2016.

A Administração.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante			Não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	22.031	22.253	Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	426	398
	22.031	22.253		426	398
Não circulante			Patrimônio líquido (Nota 6)		
Tributos diferidos (Nota 3)	145	135	Capital social	10.200	10.200
Depósitos judiciais	134	121	Reservas de lucros	11.684	11.911
	279	256		21.884	22.111
Total do ativo	22.310	22.509	Total do passivo e do patrimônio líquido	22.310	22.509

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2016	2015
Prejuízo líquido do exercício	(227)	(428)
Atribuível a:		
Controladores	(226)	(427)
Não Controladores	(1)	(1)
Outros componentes do resultado abrangente	0	0
Resultado abrangente do período	(227)	(428)
Atribuível a:		
Controladores	(226)	(427)
Não Controladores	(1)	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2016	2015
Despesas operacionais		
Perda pela não recuperabilidade de Ativos (Nota 9)	-	(3.705)
Despesas gerais e administrativas (Nota 10)	(221)	(248)
Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	(28)	(28)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	(249)	(3.981)
Receitas financeiras	12	3.716
Tributos sobre receitas financeiras	-	(172)
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(237)	(437)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	9
Prejuízo líquido do exercício	(227)	(428)
Prejuízo líquido por ação ordinária - Básico e Diluído - R\$	(0,033)	(0,062)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício:	(237)	(437)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Provisão para riscos fiscais	28	28
	(209)	(409)
Variações de ativos e passivos operacionais:		
Aumento em depósitos judiciais	(13)	(11)
	(13)	(11)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(222)	(420)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(222)	(420)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	22.031	22.253
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.253	22.673
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(222)	(420)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

	2016	2015
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12	3.716
Valor adicionado a distribuir	12	3.716
Distribuição do valor adicionado		
Serviços de terceiros, impostos taxas e emolumentos	211	239
Despesas tributárias	-	172
Provisão para riscos fiscais	28	28
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-	3.705
Prejuízos absorvidos	(227)	(428)
Valor adicionado distribuído	12	3.716

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Em 1º de janeiro de 2015	10.200	2.040	10.299	-	22.539
Aumento de capital social	310.127				310.127
Cancelamento de Ações	(310.127)				(310.127)
Prejuízo líquido do exercício				(428)	(428)
Absorção do prejuízo			(428)	428	-
Em 31 de dezembro de 2015	10.200	2.040	9.871	-	22.111
Prejuízo				(227)	(227)
Absorção do prejuízo			(227)	227	-
Em 31 de dezembro de 2016	10.200	2.040	9.644	-	21.884

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais

1. Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As Demonstrações Contábeis foram liberadas pela Diretoria para exame da auditoria em 6 de janeiro de 2017.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

<div><div><div>CADIP</div><div>Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.</div></div><div><div>CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.</div><div>COMPANHIA ABERTA</div><div>CGC/MF Nº 00.979.969/0001-56 – NIRE 43 3 0003451 8</div><div>AVENIDA MAUÁ, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)</div></div><div><div></div><div>GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA FAZENDA</div></div></div>																													
»»» Continuação																													
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015																													
Em milhares de reais																													
<div><div>2.1. Base de preparação</div><p>As Demonstrações Contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.</p><p>A preparação de Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.</p></div> <div><div>2.2. Caixa e equivalentes de caixa</div><p>Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.</p></div> <div><div>2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge</div><p>A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de <i>hedge</i>, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.</p><p>Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.</p></div> <div><div>2.4. Provisões</div><p>As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.</p></div> <div><div>2.5. Reconhecimento da receita</div><p>A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.</p></div>	<div><div>3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos</div><p>As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.</p><p>Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.</p><div><div>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido</div><p>A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 22.801 (2015 - R\$ 22.592), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 22.592 (2015 - R\$ 22.592), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.752 (2015 - R\$ 7.681), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 145 (2015 - R\$ 135).</p></div><div><div>4. Caixa e equivalentes de caixa</div><table><tr><td></td><td><u>2016</u></td><td><u>2015</u></td></tr><tr><td>Bancos - conta movimento</td><td>46</td><td>118</td></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>21.985</td><td>22.135</td></tr><tr><td></td><td><u>22.031</u></td><td><u>22.253</u></td></tr></table><p>As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.</p></div><div><div>5. Partes relacionadas</div><p>Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.</p></div><div><div>6. Patrimônio líquido</div><div><div>(a) Capital social</div><p>Por deliberações dos Órgãos da Administração, decorreram, no exercício social de 2015, as seguintes alterações no Capital Social:</p><div><div>(i) Grupamento de Ações:</div><p>foi efetuado o grupamento de ações da Companhia de 1 (uma) para cada grupo de 10 (dez) possuídas;</p><div><div>(ii) Aumento de Capital Social:</div><p>em outubro de 2015 foi aumentado o Capital Social da Companhia no valor de R\$ 310.127.175,60, com a emissão privada de 93.977.932 de ações ordinárias, integralizadas mediante cessão de Direitos Creditórios na forma prevista no § 2º do Artigo 3º da Lei Estadual nº 10.600 de 26 de dezembro de 1995.</p><div><div>(iii) Cancelamento de Ações:</div><p>em dezembro de 2015 foram canceladas 93.977.932 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de emissão da Companhia.</p></div></div></div></div></div></div>		<u>2016</u>	<u>2015</u>	Bancos - conta movimento	46	118	Aplicações financeiras	21.985	22.135		<u>22.031</u>	<u>22.253</u>	<div><p>Em 31 de dezembro de 2016 o Capital está composto 6.800.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.</p><div><div>(b) Reservas de lucros</div><div><div>(i) Reserva legal</div><p>É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.</p><div><div>(ii) Reserva de retenção de lucros</div><p>A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.</p><div><div>(c) Apropriação do lucro líquido do exercício</div><p>De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:</p><div><div>(i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e</div><div><div>(ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.</div></div></div><div><div>7. Remuneração dos administradores</div><p>Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.</p></div><div><div>8. Provisão para riscos fiscais</div><p>A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 292, em 31 de dezembro de 2016, (2015 - R\$ 277) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 134, em 31 de dezembro de 2016, (2015 - R\$ 121), estas com decisão favorável à Companhia em 1ª Instância, junto a Justiça Federal.</p></div><div><div>9. Perda pela não recuperabilidade de ativos</div><p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, registrou perda pela não recuperabilidade integral de ativos no valor de R\$ 3.705 mil, na cessão de Direitos Creditórios.</p></div><div><div>10. Despesas gerais e administrativas</div><p>Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:</p><table><tr><td></td><td><u>2016</u></td><td><u>2015</u></td></tr><tr><td>Serviços de terceiros</td><td>151</td><td>183</td></tr><tr><td>Impostos taxas e emolumentos</td><td>18</td><td>13</td></tr><tr><td>Publicações</td><td><u>52</u></td><td><u>52</u></td></tr><tr><td></td><td><u>221</u></td><td><u>248</u></td></tr></table></div></div></div></div></div></div>		<u>2016</u>	<u>2015</u>	Serviços de terceiros	151	183	Impostos taxas e emolumentos	18	13	Publicações	<u>52</u>	<u>52</u>		<u>221</u>	<u>248</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>																											
Bancos - conta movimento	46	118																											
Aplicações financeiras	21.985	22.135																											
	<u>22.031</u>	<u>22.253</u>																											
	<u>2016</u>	<u>2015</u>																											
Serviços de terceiros	151	183																											
Impostos taxas e emolumentos	18	13																											
Publicações	<u>52</u>	<u>52</u>																											
	<u>221</u>	<u>248</u>																											
<div><div>Leonildo Migon</div><div>Presidente</div></div> <div><div>Carlos Eduardo Provenzano</div><div>Olavo Cesar Dias Medeiros</div><div>Diretor de Relações com Investidores</div><div>Diretor Técnico</div></div> <div><div>Paulo Cesar Santana Nunes</div><div>Contador</div><div>CRCRS 034346/0-4</div><div>CPF 139.198.490-00</div></div>	<div>MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</div> <div>O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas.</div> <div><div>Flávio Pompermayer</div><div>Luiz Gonzaga Veras Mota</div><div>Leonardo Maranhão Busatto</div><div>Luís Antônio Medina Gomez</div><div>Ricardo Richinti Hingel</div></div>	<div>PARECER DO CONSELHO FISCAL</div> <div>Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2016, bem como a justificativa da não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2016 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2017, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, e entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas.</div> <div><div>Fernando Rodrigues</div><div>Cristoferli Wingert</div><div>Conselheiro</div><div>Conselheiro</div></div> <div><div>Cristiane Costa da Rosa</div><div>Conselheira</div></div>																											
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																													
<div>Aos Administradores e Acionistas da</div> <div>CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP</div> <div>Porto Alegre/RS</div> <div><div>Opinião</div><p>Examinamos as demonstrações contábeis da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.</p><div><div>Opinião sobre as demonstrações contábeis</div><p>Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).</p><div><div>Base para opinião</div><p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p><div><div>Principais assuntos de auditoria</div><p>Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p><p>Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.</p></div><div><div>Outros Assuntos</div><div><div>Demonstração do valor adicionado</div><p>A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p></div></div></div></div></div>	<div><div>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor</div><p>A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.</p><p>Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p><p>Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p></div> <div><div>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis</div><p>A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p><p>Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p><p>Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.</p></div> <div><div>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis</div><p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.</p><p>Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p><p>Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de</p></div>	<div>auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</div> <div><p>Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.</p><p>Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.</p><p>Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.</p><p>Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</p><p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante os nossos trabalhos não identificamos deficiências nos controles internos.</p><p>Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.</p><p>Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p></div> <div>Porto Alegre, RS, 06 de janeiro de 2017.</div>																											
<div><div></div><div>EXACTO AUDITORIA S/S</div><div>CRC/RS 1.544</div><div>DANIEL EDUARDO RODRIGUES</div><div>CRC/RS 30.361</div></div>																													

**Companhia de Gás do  
Estado do RS  
SULGÁS**







Table with 10 columns and 100 rows of numerical data. The data is organized into a grid with a central vertical line and horizontal lines separating the rows. The numbers are small and dense, typical of a financial statement or ledger.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2016

*Demonstrações Contábeis da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul relativas ao exercício de 2016.*



# Índices

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa método indireto.....	8
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1. Contexto operacional.....	9
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.....	9
3. Resumo das principais políticas contábeis.....	11
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	14
5. Contas a receber de clientes e PDD.....	14
6. Estoques.....	15
7. Ativos intangíveis.....	15
8. Fornecedores.....	16
9. Financiamentos.....	16
10. Benefícios a empregados.....	16
11. Patrimônio líquido.....	17
12. Dividendos e juros sobre capital próprio.....	17
13. Receita.....	18
14. Impostos e contribuições sociais.....	18
15. Contingências.....	20
16. Transações com partes relacionadas.....	21
17. Despesas por natureza.....	22
18. Resultado financeiro.....	22
19. Seguros.....	23
20. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás.....	23
21. Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros.....	23
22. Receitas e custos de construção.....	24
23. Eventos subsequentes.....	24


**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2016 e 31/12/2015**

Em Reais

**ATIVO**

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo Circulante</b>		<b>218.745.653,41</b>	<b>112.898.256,95</b>
Disponível		163.843.279,78	61.319.899,18
Caixa e equivalentes de caixa	NOTA 04	163.843.279,78	61.319.899,18
Direitos realizáveis até o exercício seguinte		54.902.373,63	51.578.357,77
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 05	46.709.829,30	44.251.969,68
Estoques	NOTA 06	4.796.393,79	4.460.497,80
Impostos a Recuperar	NOTA 14	1.619.586,61	1.874.075,58
Despesas Antecipadas		787.123,19	293.855,75
Outros Ativos		989.440,74	697.958,96
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>212.890.827,26</b>	<b>201.759.748,61</b>
Relizável a longo prazo		48.630.936,73	41.663.618,47
Impostos Diferidos Ativos	NOTA 14	2.764.328,83	2.153.373,76
Impostos a Recuperar	NOTA 14	6.278.711,67	4.566.662,36
Depósitos Judiciais		2.703.113,33	2.808.482,95
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 20	4.446.759,80	182.422,05
Crédito referente arbitragem internacional	NOTA 05	28.360.671,88	28.360.671,88
Garantia BNDES	NOTA 09	4.023.571,67	3.538.225,92
Outros Ativos		53.779,55	53.779,55
<b>Investimentos</b>		<b>13.772,40</b>	<b>13.772,40</b>
Investimentos		13.772,40	13.772,40
<b>Intangível</b>	NOTA 07	<b>164.246.118,13</b>	<b>160.082.357,74</b>
Imobilizado da Concessão - Terrenos		147.400,00	147.400,00
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações Operacionais		329.008.209,40	279.353.826,79
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações de Escritório		3.902.660,54	4.700.432,38
Imobilizado da Concessão - Equipamentos para Processamento de Dados		6.583.621,80	6.014.162,58
Imobilizado da Concessão - Veículos		150.309,00	752.809,00
Imobilizado da Concessão - Pesquisa e Desenvolvimento		221.720,61	28.836,88
Imobilizado da Concessão em Andamento		15.348.336,62	41.589.410,76
(-) Amortização Acumulada		(191.116.139,84)	(172.504.520,65)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>431.636.480,67</b>	<b>314.658.005,56</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS




**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2016 e 31/12/2015**

Em Reais

**PASSIVO**

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2016	31/12/2015
<b>Passivo Circulante</b>		<b>167.199.547,40</b>	<b>111.501.262,63</b>
Fornecedores	NOTA 08	49.831.871,68	85.146.138,29
Empréstimos e Financiamentos	NOTA 09	4.607.783,51	211.625,28
Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar		3.722.022,71	3.480.215,94
Impostos a pagar	NOTA 14	5.192.074,08	3.077.608,17
Imposto de renda e contribuição social a pagar	NOTA 14	37.464.652,85	150.432,18
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		59.240.958,38	14.930.759,31
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás		944.559,89	1.560.232,49
Outros passivos		6.195.624,30	2.944.250,97
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>80.130.179,71</b>	<b>68.734.976,54</b>
Empréstimos e Financiamentos	NOTA 09	50.701.680,59	38.899.270,45
Provisão para Contingências	NOTA 15	1.067.827,45	1.475.034,42
Arbitragem internacional AES/YPF	NOTA 08	28.360.671,67	28.360.671,67
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>184.306.753,56</b>	<b>134.421.766,39</b>
<b>Capital Social</b>		<b>81.186.711,84</b>	<b>81.186.711,84</b>
Capital Subscrito e Integralizado	NOTA 11	81.186.711,84	81.186.711,84
<b>Reserva de Lucros</b>		<b>14.981.722,44</b>	<b>8.442.776,61</b>
Reserva Legal	NOTA 11	14.981.722,44	8.442.776,61
<b>Dividendos à disposição da assembléia</b>		<b>88.138.319,28</b>	<b>44.792.277,94</b>
Dividendos Adicionais Propostos	NOTA 12	88.138.319,28	44.792.277,94
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>431.636.480,67</b>	<b>314.658.005,56</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Claudemir Bragagnolo  
Diretor Presidente  
CPF: 273.532.220-34

Alex Dornelles da Silva  
Contador CRCRS n.º 64077  
CPF: 676.831.420-34





COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2016 e 31/12/2015**  
Em Reais

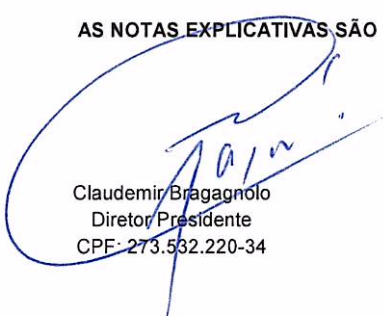
		31/12/2016	31/12/2015
	NOTA EXPLICATIVA		
Receita Líquida - Venda de Gás e Serviços	NOTA 13	599.313.109,40	1.181.521.424,44
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	NOTA 17	(351.024.111,55)	(997.751.437,17)
Lucro Bruto	NOTA 17	248.288.997,85	183.769.987,27
Despesas e Receitas Operacionais		(65.444.995,32)	(81.775.934,14)
Despesas Comerciais	NOTA 17	(13.247.657,39)	(8.595.100,70)
Despesas Gerais Administrativas	NOTA 17	(54.858.053,18)	(73.715.621,65)
Outras Despesas e Receitas Operacionais		2.660.715,25	534.788,21
Receita de Construção - CPC 17	NOTA 22	22.641.692,67	32.473.424,71
Custos de Construção - CPC 17	NOTA 22	(22.641.692,67)	(32.473.424,71)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		182.844.002,53	101.994.053,13
Receitas Financeiras	NOTA 18	14.188.035,32	8.164.742,92
Despesas Financeiras	NOTA 18	(4.803.619,76)	(11.248.620,13)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		192.228.418,09	98.910.175,92
Imposto de Renda	NOTA 14	(44.477.856,74)	(21.829.222,71)
Contribuição Social	NOTA 14	(16.971.644,86)	(8.543.373,92)
Lucro Líquido do Exercício		130.778.916,49	68.537.579,29
Lucro por ação de Capital Social		6,07	3,18


AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES FINDOS EM 31/12/2016 e 31/12/2015**

		31/12/2016	31/12/2015
	EXPLICATIVA		
Lucro líquido do exercício		130.778.916,49	68.537.579,29
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total	NOTA 2	130.778.916,49	68.537.579,29
Atribuível ao sócio Estado do Rio Grande do Sul		66.697.247,41	34.954.165,44
Atribuível ao sócio Petrobrás		64.081.669,08	33.583.413,85

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

  
Claudemir Bragagnolo  
Diretor Presidente  
CPF: 273.532.220-34

  
Alex Dornelles da Silva  
Controlador CRCRS n.º 64077  
CPF: 676.831.420-34

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2016 e 31/12/2015

Em Reais

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS		LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>		<b>81.186.711,84</b>	<b>5.015.897,65</b>	<b>34.869.321,66</b>	<b>0,00</b>	<b>121.071.931,15</b>
Dividendos adicionais aprovados				(34.869.321,66)		(34.869.321,66)
Lucro Líquido do exercício					68.537.579,29	68.537.579,29
<b>Destinações do lucro líquido do exercício:</b>						
Constituição da Reserva Legal			3.426.878,96		(3.426.878,96)	-
Dividendos Obrigatórios					(14.930.759,31)	(14.930.759,31)
Dividendo Adicional sujeito a aprovação				44.792.277,94	(44.792.277,94)	-
Juros sobre o Capital Próprio					(5.387.663,08)	(5.387.663,08)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>		<b>81.186.711,84</b>	<b>8.442.776,61</b>	<b>44.792.277,94</b>	<b>0,00</b>	<b>134.421.766,39</b>
Dividendos adicionais aprovados				(44.792.277,94)		(44.792.277,94)
Lucro líquido do exercício					130.778.916,49	130.778.916,49
<b>Destinações do lucro líquido do exercício:</b>						
Reserva legal	Nota 11		6.538.945,83		(6.538.945,83)	-
Dividendos Obrigatórios	Nota 12				(29.379.439,76)	(29.379.439,76)
Dividendo Adicional sujeito a aprovação	Nota 12			88.138.319,28	(88.138.319,28)	-
Juros sobre o Capital Próprio	Nota 12				(6.722.211,62)	(6.722.211,62)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>81.186.711,84</b>	<b>14.981.722,44</b>	<b>88.138.319,28</b>	<b>(0,00)</b>	<b>184.306.753,56</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Claudemir Bragagnolo  
Diretor Presidente  
CPF: 273.532.220-34

Alex Dornelles da Silva  
Contador CRCRS n.º 64077  
CPF: 676.831.420-34



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

Em Reais	31/12/2016	31/12/2015
<b>1 - Receitas</b>		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	761.926.421,13	1.391.617.929,88
1.2. Devoluções de venda	(2.000.587,63)	(1.195.494,35)
1.3. Outras receitas operacionais	2.675.423,05	574.692,80
1.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.204.133,64)	(283.163,27)
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>		
2.1. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	413.804.563,18	1.135.231.497,35
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	33.389.073,86	39.307.697,53
<b>3 - Retenções</b>		
3.1. Amortizações	19.268.844,27	17.315.523,20
<b>4 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>293.934.641,60</b>	<b>198.859.246,98</b>
<b>5 - Valor adicionado recebido em transferência</b>		
5.1. Receitas financeiras	14.188.035,32	8.164.742,92
<b>6 - Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>308.122.676,92</b>	<b>207.023.989,90</b>
<b>7 - Distribuição do valor adicionado</b>	<b>308.122.676,92</b>	<b>207.023.989,90</b>
7.1. Pessoal		
Remuneração direta	26.484.311,50	21.413.454,55
Benefícios	7.548.276,17	7.247.166,23
FGTS	1.476.761,46	1.331.259,37
7.2. Impostos, taxas e contribuições		
Federais	96.344.028,67	79.054.764,45
Estaduais	38.999.607,60	25.058.602,26
Municipais	51.989,49	64.904,50
7.3. Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	4.603.608,99	2.498.496,82
Aluguéis	1.835.176,55	1.817.762,43
7.4. Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o Capital Próprio	6.722.211,62	5.387.663,08
Dividendos Mínimo Obrigatório	29.379.439,76	14.930.759,31
Dividendos Adicionais Propostos	88.138.319,28	44.792.277,94
Constituição da Reserva Legal	6.538.945,83	3.426.878,96

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Claudemir Bragagnolo  
Diretor Presidente  
CPF: 273.532.220-34

Alex Dornelles da Silva  
Contador CRCRS n.º 64077  
CPF: 676.831.420-34



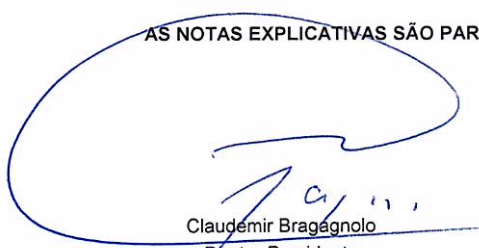



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS  
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
Em Reais

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>130.778.916,49</b>	<b>68.537.579,29</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	2.204.133,65	283.163,27
Amortização	19.268.844,27	17.315.523,20
	<b>152.251.894,41</b>	<b>86.136.265,76</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais</b>		
(Aumento) redução de contas a receber de clientes de outras	(4.661.993,27)	15.396.777,77
Redução (aumento) de estoques	(335.895,98)	(367.991,09)
Redução (aumento) de outros ativos	(8.146.040,70)	(4.380.996,98)
Aumento (redução) de fornecedores	(35.314.266,61)	(11.352.197,76)
Aumento (redução) outros passivos	70.862.123,81	18.784.806,49
Imposto de renda e contribuição social pagos	(24.359.527,71)	(27.949.241,92)
Juros pagos	(4.603.608,99)	(1.464.332,26)
Juros recebidos	648.462,19	992.993,55
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>146.341.147,15</b>	<b>75.796.083,56</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de Intangível	(23.581.208,72)	(34.119.011,72)
Baixa de intangível	148.604,05	227.258,68
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(23.432.604,67)</b>	<b>(33.891.753,04)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(29.861.518,63)	(46.492.428,88)
Juros sobre o Capital Próprio	(6.722.211,62)	(5.387.663,08)
Recebimento/Amortizações de Empréstimo	16.198.568,37	31.110.895,73
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(20.385.161,88)</b>	<b>(20.769.196,23)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>102.523.380,60</b>	<b>21.135.134,29</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	61.319.899,18	40.184.764,89
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<b>163.843.279,78</b>	<b>61.319.899,18</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

  
Claudemir Bragagnolo  
Diretor Presidente  
CPF: 273.532.220-34

  
Alex Dornelles da Silva  
Contador CRCRS n.º 64077  
CPF: 676.831.420-34





COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS  
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR  
PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

### 1) Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrico.

### 2) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

#### a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

#### b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os CPC's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa
- Nota 7 - Intangíveis
- Nota 15 - Provisões para contingências

#### c. Demonstração do resultado abrangente

Na demonstração do resultado abrangente não há valores a serem expostos sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao abrangente total.



### 3) Resumo das principais políticas contábeis

#### a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

##### • Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

##### • Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção.

A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás.

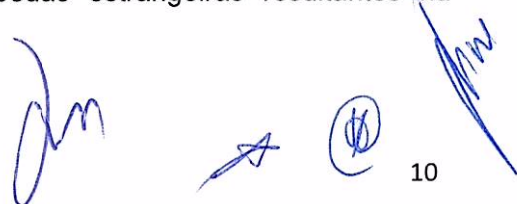
Assim, em virtude do descrito acima, a companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

#### b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.





#### **d. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

#### **e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

#### **f. Instrumentos Financeiros Não Derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

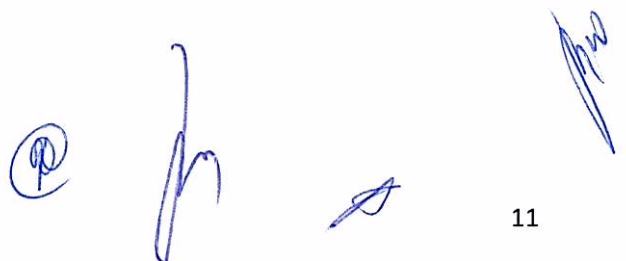
#### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

#### **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de falência e concordata. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.



### **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações especiais e outras contas a pagar.

### **Capital Social**

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

### **g. Instrumentos Financeiros Derivativos**

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2016 e 2015.

### **h. Intangível**

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

### **i. Estoques**

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

### **j. Benefícios a Empregados**

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 10.

### **l. Investimentos**

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### **m. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 14.





#### **n. Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos com devedores duvidosos, bem como provisões para imposto de renda/contribuição social e contingências são constituídas por valores considerados suficientes pela Administração. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

#### **o. Demonstração do Valor Adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional.



#### 4) Caixas e Equivalentes de Caixas

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	3.953,50	5.447,13
Banco Conta Movimento	501.135,06	8.565.870,94
Aplicações Financeiras	163.338.191,22	52.748.581,11
<b>TOTAL</b>	<b>163.843.279,78</b>	<b>61.319.899,18</b>

As aplicações financeiras foram realizadas no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 13,63%.

#### 5) Contas a Receber de Clientes e PDD

##### a) Contas e Receber de Clientes

	31/12/2016	31/12/2015
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.	11.090.204,86	7.960.355,49
BRASKEM S.A.	4.620.775,63	10.520.186,75
TP Industrial de Pneus do Brasil LTDA.	2.899.976,44	2.763.786,24
CMPC - Celulose Riograndense LTDA.	7.567.018,92	3.863.691,17
GERDAU Aços Especiais S.A.	1.438.067,12	785.932,48
SOLAE do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	1.296.563,06	1.355.101,75
GERDAU Aços Longos S.A.	447.174,69	416.067,29
IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A.	1.733.100,76	1.564.316,85
PETROBRAS Distribuidora S.A.	1.166.342,25	1.063.441,11
Outros	18.812.885,57	16.117.236,91
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.362.280,00)	(3.478.059,11)
<b>TOTAL</b>	<b>46.709.829,30</b>	<b>42.932.056,94</b>

##### Confissão de Dívida

	31/12/2016	31/12/2015
Confissão de Dívida de Curto Prazo	2.700.271,50	2.700.271,50
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.700.271,50)	(1.380.358,76)
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.319.912,75</b>

##### TOTAL do Contas a Receber

<b>46.709.829,30</b>	<b>44.251.969,68</b>
----------------------	----------------------

##### Detalhe - Clientes

	31/12/2016	31/12/2015
Vencidas até 30 dias	10.695.439,62	1.244.368,65
De 31 a 60 dias	186.083,96	139.556,33
De 61 a 90 dias	51.681,94	84.650,87
Mais de 90 dias	6.817.031,26	6.262.445,99
<b>Clientes Vencidos</b>	<b>17.750.236,78</b>	<b>7.731.021,84</b>
A Vencer até 30 dias	32.577.061,60	39.726.933,13
De 31 a 60 dias	2.618.609,60	1.582.893,35
De 61 a 90 dias	7.163,34	-
Mais de 90 dias	819.309,48	-
<b>Clientes a Vencer</b>	<b>36.022.144,02</b>	<b>41.379.365,70</b>
<b>Total de Clientes Vencidos e a Vencer</b>	<b>53.772.380,80</b>	<b>49.110.387,54</b>

Há um valor de R\$ 28.360.671 registrado à conta específica no Ativo Não Circulante que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoeletrico entre as empresas YPF S/A e AES Uruguiana Empreendimentos S/A, realizadas até o ano de 2008. Este valor encontra-se registrado também à conta específica do Passivo Não Circulante, pois depende de decisão judicial de litígio entre as duas empresas sobre os valores das transações que ora se encontram sob arbitragem internacional.

##### b) Perdas Estimadas com Devedores Duvidosos - PDD

PDD em 31/12/2015	4.858.417,86
Adições em 2016	2.204.133,64
<b>PDD em 31/12/2016</b>	<b>7.062.551,50</b>

São computados na formação da PDD títulos em atraso, sob protesto ou cobrança judicial. O montante de R\$ 7.062.551,50 é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas no recebimento de créditos.

## 6) Estoques

Os saldos compõem-se de:

Estoques	31/12/2016	31/12/2015
Materiais de Manutenção	3.384.370,77	3.155.257,09
Materias de Conversão	1.412.023,02	1.305.240,71
<b>Total</b>	<b>4.796.393,79</b>	<b>4.460.497,80</b>

## 7) Ativos intangíveis

Os valores reconhecidos no Intangível, como o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, são constituídos pelos custos relativos à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás.

Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em atividade.

A amortização foi calculada com base na vida-útil dos ativos em conformidade com o contrato de concessão e reconhecida no resultado do exercício.

Contas	Taxa Anual de Amortização	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos	-	147.400,00	147.400,00
Gasoduto Gás Natural - Uruguiana	10%	2.658.860,96	2.658.860,96
Gasoduto Gás Natural	10%	311.784.896,01	262.519.180,01
Máquina e Equipamentos Técnicos	10%	2.786.141,78	2.856.031,18
Ferramentas	20%	63.856,07	60.418,56
Equipamentos de Segurança	10%	407.813,32	402.447,55
Estoque de Cilindros GNV	10%	17.357,97	18.875,93
Cilindros GNV	10%	421.432,71	419.914,75
Sistema Supervisório - Externo	10%	10.590.212,05	10.149.557,32
Sistema Supervisório - Interno	10%	277.638,53	268.540,53
Móveis e Utensílios	10%	1.158.837,03	1.144.179,77
Instalações	10%	1.747.382,65	2.558.747,82
Equipamentos de Escritórios	10%	315.960,78	311.320,68
Equipamentos Telefônicos	10%	599.573,07	611.973,77
Equipamentos Transmissores	20%	15.679,66	8.983,00
Equip. Processamento de Dados	20%	3.150.407,47	2.835.865,51
Software	20%	3.433.214,33	3.178.297,07
Veículos	20%	150.309,00	752.809,00
Pesquisa e Desenvolvimento	10%	221.720,61	28.836,88
Outros	10%	65.227,34	65.227,34
Imobilizado da Concessão em Andamento - Obras	-	10.231.465,67	34.700.597,40
Imobilizado da Concessão em Andamento - Estoques	-	5.116.870,96	6.888.813,36
(-) Amortização Acumulada		(191.116.139,84)	(172.504.520,65)
<b>Total</b>		<b>164.246.118,13</b>	<b>160.082.357,74</b>

Contas	31/12/2015	Aquisições	Amortizações	Baixas	Transferências	31/12/2016
Terrenos	147.400,00	0,00		-	0,00	147.400,00
Equipamentos e Instalações Operacionais	279.353.826,79	2.068.391,68		(37.974,83)	47.625.483,72	329.008.209,40
Equipamentos e Instalações de Escritório	4.700.432,38	79.370,27		(95.494,94)	-781.647,17	3.902.660,53
Equipamentos para Processamento de Dados	6.014.162,58	630.726,14		(8.238,45)	-53.028,47	6.583.621,80
Veículos	752.809,00	0,00		(602.500,00)	0,00	150.309,00
Imobilizado da Concessão em Andamento	41.618.247,64	20.802.720,63		(61.620,92)	(46.790.808,08)	15.570.057,24
<b>Total do Custo</b>	<b>332.586.878,39</b>	<b>23.581.208,72</b>		<b>(805.829,14)</b>	<b>0,00</b>	<b>355.362.257,97</b>
(-) Amortização Acumulada	(172.504.520,65)	-		657.225,09	-	(191.116.139,84)
<b>Total Geral</b>	<b>160.082.357,74</b>	<b>23.581.208,72</b>	<b>(19.268.844,27)</b>	<b>(148.604,05)</b>	<b>-</b>	<b>164.246.118,13</b>

Do total R\$ 805.829,14 de bens baixados, R\$ 105.902,70 são referentes baixas que foram convertidas em créditos de PIS/COFINS.



## 8) Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores de Gás Natural	42.758.147,22	78.855.146,70
Fornecedores de Frete de Gás Natural	953.697,51	741.682,49
Fornecedores de Materiais e Serviços Gasoduto	4.230.836,73	4.066.689,71
Fornecedores de Outros Materiais	363.200,04	340.371,94
Fornecedores de Serviços	1.525.990,18	1.142.247,45
	<u>49.831.871,68</u>	<u>85.146.138,29</u>

### Detalhe - Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
A Vencer até 30 dias	34.937.123,47	58.232.531,52
De 31 a 60 dias	14.894.748,21	26.913.606,77
De 61 a 90 dias	-	-
Mais de 90 dias	-	-
Fornecedores a Vencer	<u>49.831.871,68</u>	<u>85.146.138,29</u>

Há um valor de R\$ 28.360.671 registrado à conta específica no Passivo Não Circulante que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoeletrico entre as empresas YPF S/A e AES Uruguiana Empreendimentos S/A, realizadas até o ano de 2008. Este valor encontra-se registrado também à conta específica do Ativo Não Circulante, pois depende de decisão judicial de litígio entre as duas empresas sobre os valores das transações que ora se encontram sob arbitragem internacional.

## 9) Financiamentos

A Companhia firmou contrato junto ao BNDES para o financiamento de 50% do portfólio de investimentos previstos para o quinquênio 2014-2018, às taxas SELIC + 2,48% ao ano (50% do valor previsto) e TJLP + 2,48% ao ano (50% do valor previsto). A data de assinatura do contrato foi 20 de abril de 2015 no valor total previsto de R\$ 138,2 milhões. No dia 26 de novembro de 2015 ocorreu o primeiro ingresso no valor de R\$ 38,8 milhões, referente a 50% dos investimentos realizados pela Companhia no último quadrimestre de 2013, todo o ano de 2014 e os primeiros sete meses de 2015. No ano de 2016 houve ingressos de valores nos meses de abril, julho e outubro, totalizando R\$ 15,5 milhões, referentes a 50% dos investimentos realizados pela Companhia no período de agosto de 2015 a julho de 2016. Os depósitos foram realizados no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O financiamento possui prazo de carência até agosto de 2017, com pagamentos trimestrais de juros que ocorrerão nos dias quinze dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e abertura de uma conta garantia no valor de R\$ 3,5 milhões. A partir de setembro de 2017 os pagamentos ocorrerão mensalmente, nos dias quinze de cada mês, dando início à amortização do principal que deverá ocorrer até fevereiro de 2022. Os saldos em 31 de dezembro de 2016 referentes aos financiamentos são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
BNDES I - TJLP	27.863.285,09	19.678.310,22
BNDES II - SELIC	27.446.179,01	19.432.585,51
	<u>55.309.464,10</u>	<u>39.110.895,73</u>

O saldo da conta garantia em 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações Financeiras LP	<u>4.023.571,67</u>	<u>3.538.225,92</u>

## 10) Benefícios a empregados

### Benefícios de curto prazo a empregados

Além da remuneração e demais vantagens previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, como por exemplo, periculosidade e horas extras, a Companhia oferece um conjunto de benefícios de curto prazo formalizados em acordo coletivo. São eles: Participação nos Lucros, Planos de Saúde e Odontológicos, Plano de Previdência complementar, Auxílio Creche, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Educação, Auxílio Atividade Física, Vale Rancho, Vale Alimentação/Refeição, Vale Natal, Seguro de Vida, Auxílio Funeral, Auxílio ao Filho Excepcional, Auxílio Instrutor de Treinamento, Auxílio Despesa de Transferência, Complemento Auxílio Doença, Reembolso Anestesia. Tais benefícios quando ocorrem são reconhecidos no resultado seguindo o princípio de competência de acordo com o valor apurado ou por estimativas confiáveis.

### Planos de contribuição definida

O Plano SulgasPrev é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (art. 1º do Regulamento do SulgasPrev):

#### I - Quanto aos Participantes:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda Proporcional Diferida;
- Renda de Aposentadoria por Invalidez;
- Abono Anual.

#### II - Quanto aos Beneficiários:

- Renda de Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

### Participação nos Lucros ou Resultados

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 5.715.597,17 (cinco milhões, setecentos e quinze mil, quinhentos e noventa e sete reais com dezessete centavos) relativo ao exercício findo em 2016, sendo que foram pagos em adiantamento R\$ 1.292.743,13 (um milhão, duzentos e noventa e dois mil, setecentos e quarenta e três reais com treze centavos) em dezembro de 2016, assim restando e R\$ 4.422.854,04 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais com quatro centavos) a serem pagos em 2017.



## 11) Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 81.186.711,84, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Capital Social
GASPETRO	10.565.696	49%	39.781.488,80
GOV. DO ESTADO DO RS	10.996.948	51%	41.405.223,04
	21.562.644	100%	81.186.711,84

### b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. Em 2013 a Reserva Legal acumulada de R\$ 13.531.118,64 foi incorporada ao Capital Social e, com isso, voltou a ser constituída. Em 31/12/2016 o saldo acumulado da Reserva Legal é de R\$ 14.981.722,44.

### c) Lucro por Ação

O Lucro por ação (R\$ por ação) da Companhia em 2016 e 2015 foram os seguintes:

	2016	2015
Lucro Líquido	130.778.916,49	68.537.579,29
Quantidade de ações ordinárias	21.562.644	21.562.644
Lucro líquido básico diluído por ação ordinária	6,07	3,18

## 12) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

### a) Dividendos

O artigo 30 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

	31/12/2016 VALORES (R\$)	31/12/2015 VALORES (R\$)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	130.778.916,49	68.537.579,29
RESERVA LEGAL	(6.538.945,83)	(3.426.878,96)
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(6.722.211,62)	(5.387.663,08)
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	117.517.759,04	59.723.037,25
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS (25%)	14.983.514,28	7.614.687,25
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO (25%)	14.395.925,48	7.316.072,06
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	44.950.542,83	22.844.061,75
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	43.187.776,45	21.948.216,19
TOTAL	117.517.759,04	59.723.037,25

No Passivo Circulante consta o valor de R\$ 29.861.518,62 referente a dividendos relativos ao exercício de 2015 com pagamento previsto até o final do exercício de 2017, conforme deliberação da AGE de 28/12/2016.

### b) Juros Sobre o Capital Próprio

Em 31/12/2016, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 6.722.211,62 e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul	3.428.327,93	-	3.428.327,93
Petrobrás Gás S/A	3.293.883,69	494.082,55	2.799.801,14
TOTAL	6.722.211,62	494.082,55	6.228.129,07

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio gerou uma economia tributária de R\$ 2.285.551,95 para a Companhia.

### 13) Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITA DE VENDAS DE GÁS</b>	<b>761.926.421,13</b>	<b>1.391.617.929,88</b>
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	11.926.071,27	7.536.995,90
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	22.779.650,80	18.428.270,48
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	551.696.987,90	802.984.611,87
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	69.070.694,55	70.637.593,38
RECEITA DE GÁS VEICULAR	95.905.223,34	84.534.637,04
RECEITA DE GÁS CLIMATIZAÇÃO	916.880,04	1.123.147,94
RECEITA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO	9.630.913,23	1.058.319,01
RECEITA DE GÁS TERMOELÉTRICA	-	405.314.354,26
<b>( - ) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA</b>	<b>162.613.311,73</b>	<b>210.096.505,44</b>
DEVOLUÇÕES DE VENDA	2.000.587,63	1.195.494,35
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	12.508.111,70	16.235.061,55
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	57.613.120,66	74.779.676,69
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	90.267.817,98	117.857.219,30
ISS SOBRE SERVIÇO	223.673,76	29.053,55
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>599.313.109,40</b>	<b>1.181.521.424,44</b>

### 14) Impostos e Contribuições Sociais

Conforme quadros abaixo, a companhia registra Impostos e Contribuições a compensar e a recolher. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

#### a) Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

<b>Ativo Circulante</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
ICMS a Compensar	935.131,28	1.371.205,42
Imposto de Renda e Contribuição Social	34.136,47	226.006,30
PIS/COFINS a Compensar	650.318,86	276.863,86
<b>TOTAL</b>	<b>1.619.586,61</b>	<b>1.874.075,58</b>

<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
ICMS a compensar	1.229.330,57	1.378.097,33
PIS/COFINS a compensar	5.049.381,10	3.188.565,03
IR/CSLL Diferidos	2.764.328,83	2.153.373,76
<b>TOTAL</b>	<b>9.043.040,50</b>	<b>6.720.036,12</b>

**b) Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes dos impostos	192.228.418,09	98.910.175,92
	<b>192.228.418,09</b>	<b>98.910.175,92</b>
<b>Adições:</b>		
Provisões trabalhistas	0,00	679.470,93
Provisões cíveis	0,00	258.855,99
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	2.204.133,65	283.163,27
Participação dos administradores	157.013,86	77.537,24
Incentivos estaduais e federais	2.098.287,40	1.797.620,25
Outras despesas não dedutíveis	814.723,70	71.544,30
<b>Total das adições</b>	<b>5.274.158,61</b>	<b>3.168.191,98</b>
<b>Exclusões:</b>		
Reversão de provisões	407.206,97	163.982,72
Juros sobre capital próprio	6.722.211,62	5.387.663,08
Outras receitas dedutíveis	2.399,67	0,00
<b>Total das exclusões</b>	<b>7.131.818,26</b>	<b>5.551.645,80</b>
<b>Base de cálculo da CSLL e IRPJ:</b>	<b>190.370.758,44</b>	<b>96.526.722,10</b>
<b>Cálculo da Contribuição Social</b>		
<b>Alíquota de 9%</b>	<b>17.133.368,26</b>	<b>8.687.404,99</b>
CSLL diferida sobre provisões	(161.723,40)	(144.031,07)
<b>Contribuição social do exercício</b>	<b>16.971.644,86</b>	<b>8.543.373,92</b>
<b>Cálculo do Imposto de Renda</b>		
<b>Alíquota de 15%</b>	<b>28.555.613,77</b>	<b>14.479.008,32</b>
<b>Adicional de 10% (menos parcela isenta de R\$ 240.000,00)</b>	<b>19.013.075,84</b>	<b>9.628.672,21</b>
Incentivos federais aproveitados no exercício	(2.641.601,20)	(1.878.371,52)
IR diferido sobre provisões	(449.231,67)	(400.086,30)
<b>Imposto de renda do exercício</b>	<b>44.477.856,74</b>	<b>21.829.222,71</b>
<b>Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>31,97%</b>	<b>30,71%</b>

**c) Impostos e Contribuições Sociais a Recolher**

Passivo Circulante	31/12/2016	31/12/2015
ICMS	954.968,62	48.343,95
COFINS	1.968.499,88	1.246.690,00
PIS	422.905,84	268.732,29
IRPJ e CSLL	37.464.652,85	150.432,18
Outras Obrigações	1.845.699,74	1.513.841,93
<b>TOTAL</b>	<b>42.656.726,93</b>	<b>3.228.040,35</b>



**d) Impostos e Contribuições Diferidos Ativos (Não Circulante )**

IRPJ e CSLL Diferido sobre:	31/12/2016	31/12/2015
Provisão Devedores Duvidosos	7.062.551,50	4.858.417,86
Provisões Cíveis e Trabalhistas	1.067.827,45	1.475.034,42
<b>Base de Cálculo</b>	<b>8.130.378,95</b>	<b>6.333.452,28</b>
<b>Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)</b>	<b>2.764.328,83</b>	<b>2.153.373,76</b>

**15) Provisões para Contingências**

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2016, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo.

Por sua vez, se o prognóstico for possível perda, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo. Os processos classificados como de possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa.

Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Os processos avaliados como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com Possível Perda (Não Provisionados)	6.637.512,43	2.123.608,75	8.761.121,18
Processos com Provável Perda (Provisionados)	411.692,43	656.135,02	1.067.827,45
<b>TOTAL</b>	<b>7.049.204,86</b>	<b>2.779.743,77</b>	<b>9.828.948,63</b>

Dentre as causas classificadas como possíveis (não provisionadas) está o processo cível de valor relevante movido pela empresa Qualysolda RS Engenharia Ltda. contra a Companhia. O valor da causa atualmente está em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final 31/12/2015	Reversões 31/12/2016	Adições 31/12/2016	Saldo Final 31/12/2016
Provisões Trabalhistas	1.063.341,99	(407.206,97)	-	656.135,02
Provisões Cíveis	411.692,43	-	-	411.692,43
<b>TOTAL</b>	<b>1.475.034,42</b>	<b>(407.206,97)</b>	<b>-</b>	<b>1.067.827,45</b>



## 16) Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o Grupo Petrobras S/A.:

Composição dos Saldos	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo Circulante</b>		
Contas a Receber BR Distribuidora	1.166.342,25	1.063.441,11
Contas a Receber Petrobras	11.090.204,86	7.960.355,49
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedor de Gás - Petrobras	42.761.610,72	78.858.610,20

Composição dos Saldos	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas com partes relacionadas</b>		
BR Distribuidora S/A	26.913.121,68	24.500.578,44
Petrobras S/A	126.410.515,47	356.711.555,82
<b>Compra de Gás Natural</b>		
Petrobras Global Trading	-	240.261.709,43
Petróleo Brasileiro S/A	312.579.326,32	597.918.055,45

b) Remuneração e benefícios – Diretores e Conselhos de Administração e Fiscal:

	31/12/2016	31/12/2015
Administradores	483.728,71	477.600,10
Conselho de Administração	118.742,39	163.786,75
Conselho Fiscal	74.202,79	65.370,91
<b>Total</b>	<b>676.673,89</b>	<b>706.757,76</b>

## 17) Despesas por Natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2016	31/12/2015
Compra de Gás e demais insumos	(320.847.525,21)	(970.857.216,00)
Custos de Operação e Manutenção da Rede	(11.780.233,48)	(10.664.633,62)
Amortização Operacional	(18.396.352,86)	(16.229.587,55)
Amortização Administrativa	(872.491,41)	(1.085.935,65)
Despesas com Materias e Serviços	(25.995.578,70)	(22.544.632,10)
Despesas com Pessoal	(40.319.961,67)	(33.871.252,69)
Despesas Tributárias	(917.678,79)	(24.808.901,91)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	2.660.715,25	534.788,21
<b>Total</b>	<b>(416.469.106,87)</b>	<b>(1.079.527.371,31)</b>

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Classificadas como:</b>		
Custo dos Produtos Vendidos	(351.024.111,55)	(997.751.437,17)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(59.737.217,32)	(78.852.019,30)
Participação nos Lucros ou Resultados	(5.707.778,00)	(2.923.914,84)
<b>Total</b>	<b>(416.469.106,87)</b>	<b>(1.079.527.371,31)</b>

## 18) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas Financeiras</b>		
Aplicações Financeiras	13.092.720,05	3.293.236,36
Descontos Obtidos	182.921,95	267.285,92
Juros Recebidos	648.462,19	1.026.441,39
Multa Contratual	228.991,25	781.071,26
Variação Cambial	-	2.365.022,66
Variação Monetárias Ativa	34.939,88	431.685,33
<b>Total</b>	<b>14.188.035,32</b>	<b>8.164.742,92</b>

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Despesas Financeiras</b>		
Descontos Concedidos	(62.467,87)	(28.954,40)
Despesas Bancárias	(93.309,14)	(1.406.312,78)
Despesas com Empréstimos	-	(424.405,99)
Despesas de Cobrança	(224,78)	(225,58)
Juros Pagos	(2.976,80)	(824.078,74)
Juros sobre Empréstimos	(4.600.632,19)	(1.674.418,08)
Multa por Atraso de Pagamento	(4.750,45)	(72.883,03)
Variação Monetária Passiva	(39.258,53)	(71.098,44)
Variação Cambial Passiva	-	(6.746.243,09)
<b>Total</b>	<b>(4.803.619,76)</b>	<b>(11.248.620,13)</b>



## 19) Seguros

A companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
Maife Vera Cruz	Patrimonial	até maio/2017	R\$ 12.500,00
Ace Seguradora	Responsabilidade Civil	até agosto/2017	R\$ 40.500,00

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

## 20) Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

O Take or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Petrobras, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada, sendo que foi registrado o valor R\$ 182.422,05 referente operação ocorrida no exercício de 2011. O Ship or Pay é cláusula contratual de transporte de gás natural, segundo a qual a concessionária para quem está sendo feito o serviço está obrigada a pagar pelo transporte, mesmo no caso do gás não ser transportado. Durante o ano de 2016 foi registrado o valor de R\$ 4.264.337,75.

## 21) Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás.

O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.

- **Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da “cesta de óleos” e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

- **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

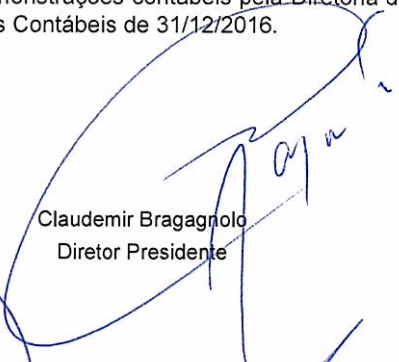
## 22) Receitas e Custos de Construção


Conforme preceitua o CPC 17, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:


	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	22.641.692,67	32.473.424,71
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	22.641.692,67	32.473.424,71
<b>MARGEM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>


## 23) Eventos Subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 23 de janeiro de 2017, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa, não evidenciando fato subsequente que afetasse as Demonstrações Contábeis de 31/12/2016.

  
Claudemir Bragagnolo  
Diretor Presidente

  
João Luiz Mallmann  
Diretor Administrativo-Financeiro

  
Luís Felipe Espírito Basso Poli  
Diretor Técnico-Comercial

  
Alex Dornelles da Silva  
Contador CRCRS n.º 64077



**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros e Acionistas da

**CIA. DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS**

Porto Alegre/RS

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **CIA. DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CIA. DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SULGÁS** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Outros Assuntos**

### *Demonstração do Valor Adicionado*

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 19 de fevereiro de 2016 sem modificação.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de



erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

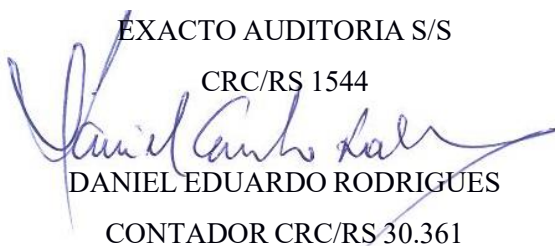
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

Porto Alegre, RS, 10 de fevereiro de 2017.

EXACTO AUDITORIA S/S  
CRC/RS 1544  
  
DANIEL EDUARDO RODRIGUES  
CONTADOR CRC/RS 30.361

**Companhia Riograndense  
de Saneamento  
CORSAN**





## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No atual contexto nacional de redução significativa da atividade econômica, com reflexo direto no resultado das empresas, podemos afirmar que o desempenho da Corsan foi satisfatório, com o crescimento de lucro da ordem de 27% em relação ao ano anterior. Mesmo com a descontinuidade dos repasses do Governo Federal, por meio do Orçamento Geral da União – OGU, a Companhia deu continuidade aos investimentos já em andamento, como forma de não paralisar importantes obras. Para isso, utilizou recursos próprios, fazendo-se necessária uma readequação do seu fluxo de caixa para atender a totalidade dos compromissos assumidos. Obras importantes foram entregues, principalmente nos grandes sistemas e em regiões fundamentais do ponto de vista da população beneficiada e dos impactos ambientais proporcionados. Regiões tais como a Metropolitana, o Litoral Norte e a Serra Turística foram consideradas estratégicas e de intervenção prioritária por parte da Companhia.

A gestão investiu na Governança, com a criação das áreas responsáveis pela avaliação dos riscos, de compliance e controles internos, para dar segurança e transparência às suas ações, antecipando-se à legislação que seria aprovada posteriormente. Um setor de auditoria foi constituído para dar apoio tanto às decisões do Conselho de Administração como para verificar a implementação e os resultados obtidos por elas.

Comprometida com a ampliação dos serviços, elaborou um Plano de Expansão dos Sistemas de Esgotamento Sanitário que prevê a sua universalização em 2040, mas com saltos significativos da implantação da infraestrutura nos primeiros 10 anos. Para tanto, foi estruturada uma Parceria Público Privada para a Região Metropolitana de Porto Alegre, com investimentos na ordem de R\$ 1,6 bilhão, que permitirá chegarmos ao ano de 2027 com um atendimento sanitário de 97% da população.

No ano em que se comemoram os seus 50 anos de existência, podemos afirmar que a Corsan vem realizando um grande esforço para atender às expectativas da população gaúcha frente a desafios cada vez maiores, principalmente no que diz respeito à universalização do esgoto, meta muito almejada no Brasil, mas que precisa de um grande volume de recursos para ser atingida.

### INTRODUÇÃO

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, a Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN submete o Relatório da Administração à apreciação dos acionistas. Acompanham o relatório os pareceres dos auditores independentes, bem como a apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

### A EMPRESA

A Corsan foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966 com o fim de promover a saúde e a qualidade de vida da população por meio da preservação dos recursos hídricos. No ano em que comemorou seu jubileu de ouro, a Companhia manteve sólida a identidade com a sociedade gaúcha, sendo reconhecida em todas as esferas como braço estratégico do Estado para a execução das políticas públicas de saneamento básico. Alinhada às diretrizes da Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação – SOP, a Corsan vem sendo fortalecida institucionalmente pelo governo, seja mediante melhorias e expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, seja pelo aprimoramento de técnicas de planejamento e governança corporativa.

No conjunto de suas práticas de gestão, a Corsan busca constantemente a otimização do desempenho, a proteção às partes interessadas (clientes, investidores, empregados, fornecedores), a transparência nas ações e prestações de contas, e a equidade de tratamento aos acionistas. Como sociedade de economia mista de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, a Corsan tem como acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul (com 99,99% do capital social) e como acionistas minoritários as Prefeituras Municipais de Estrela, Carazinho, São Marcos, Muçum, Rosário do Sul, Lajeado, Quaraí e Cerro Largo. Segundo esse modelo societário, são realizadas assembleias gerais de acionistas, as quais versam sobre temas oportunos e relevantes tanto para a Companhia quanto para os acionistas. As assembleias são realizadas em condições de data e horário compatíveis com o acesso das partes, sendo precedidas por convocação dentro dos parâmetros legais, inclusive quanto ao detalhamento da pauta.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

#### Estrutura organizacional

- Conselho de Administração: órgão de deliberação colegiada, com autonomia dentro de prerrogativas e responsabilidades estabelecidas pelo Estatuto Social da Corsan e pela legislação, atuando de forma a orientar os atos de gestão da Diretoria Executiva, proteger o patrimônio da Companhia e promover a realização do objeto social.
- Conselho Fiscal: a quem cabe representar os acionistas em sua função fiscalizadora, acompanhando os atos dos administradores e verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, bem como defender os interesses da Corsan e dos acionistas.
- Diretoria Executiva: responsável por gerir os negócios da Companhia, em sintonia com a visão, missão, valores, objetivos estratégicos e princípios fixados pelos integrantes da gestão. Compõe-se de Diretoria da Presidência, Diretoria Administrativa, Diretoria Comercial, Diretoria de Expansão, Diretoria de Operações, Diretoria Financeira e de Relações com os Investidores e Diretoria Técnica.

Ainda com relação ao organograma, além das Superintendências Funcionais, vinculadas às diretorias, a Companhia mantém dez Superintendências Regionais, cujo objetivo é promover a aproximação entre a gestão dos serviços prestados e os municípios atendidos.

#### Auditoria interna e controles internos, compliance e gestão de riscos

A Corsan prima pelas melhores práticas de controles internos e gestão de riscos, incluindo o gerenciamento integrado dos atos de gestão e dos fatos administrativos e contábeis. Sistemáticamente são realizadas análises, revisões, e são mapeadas fragilidades em todos os níveis da estrutura. A auditoria interna é responsável por averiguar a eficácia dos controles internos e dos processos de gerenciamento de riscos com o objetivo de agregar valor e melhorar as operações e resultados da organização.

A fim de conferir maior acuidade à Governança Corporativa, em conformidade com a Lei das Estatais<sup>1</sup>, a Companhia adota estruturas autônomas, porém interdependentes, de auditoria interna e de controles internos, *compliance* e gestão de riscos. No que se refere à auditoria interna, são auditados os atos de gestão das diretorias e respectivas unidades organizacionais, bem como da Fundação Corsan. No âmbito dos controles internos e gestão de riscos, são elaboradas/acompanhadas/revisadas as políticas e estratégias institucionais, com foco na proposição de medidas corretivas à Diretoria Colegiada e ao Conselho de Administração, ante eventuais deficiências detectadas nos processos da empresa.

#### Gestão da governança corporativa

Dentre as ações desenvolvidas em 2016, destacam-se: a revisão do Regimento Interno, a estruturação dos laboratórios regionais de esgoto; a implantação da unidade de saneamento especial de Santa Maria; a normatização das jornadas de trabalho e respectivos controles; a elaboração da matriz de riscos e respectiva política de riscos da empresa; e a representação institucional da Companhia no grupo de trabalho do governo do Estado, cuja finalidade é regulamentar a Lei das Estatais no Rio Grande do Sul.

Ainda com relação à Lei das Estatais, salientam-se ações como a implantação do Código de Conduta Ética; a criação de políticas institucionais de divulgação de informações, de distribuição de dividendos e de relacionamento com fornecedores; o Plano de Negócios da Corsan para 2017 e a Estratégia de Longo Prazo; e a realização do Seminário de Governança Corporativa, que contou com representantes do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, diretores, superintendentes e chefes das principais unidades de saneamento.

### ANÁLISE CONJUNTURAL

#### Contexto legal

A Constituição Federal<sup>2</sup> estabelece como atribuição do Poder Público prestar serviços públicos, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação. Ao Sistema Único de Saúde - SUS<sup>3</sup> compete participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico. Tais ações visam a garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saneamento, promovendo a proteção e a recuperação da saúde dos brasileiros, direito de todos e dever do Estado conforme assegurado no artigo 196 da Constituição.

As condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, bem como para a organização e funcionamento do sistema estão previstas na Lei nº 8.080/1990<sup>4</sup>, onde consta que a União, os Estados e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as atribuições de participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico, colaborar na proteção e recuperação do meio ambiente, bem como propor a celebração de convênios, acordos e protocolos internacionais relativos à saúde, saneamento e meio ambiente.

As diretrizes nacionais para o saneamento básico são estabelecidas na Lei do Saneamento<sup>5</sup>, segundo a qual devem ser observados princípios como da universalização do acesso; da integralidade; do abastecimento de água e esgotamento sanitário de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente; da adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; da eficiência e sustentabilidade econômica; da utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas; da transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados; do controle social; da segurança, qualidade e regularidade; da integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; da adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

#### Mercado e concorrência

No Brasil, o setor de saneamento básico está concentrado principalmente em operadores públicos. No Rio Grande do Sul, a Corsan presta serviço de abastecimento de água a cerca de seis milhões de gaúchos, ou seja, dois terços da população do estado, distribuídos em 316 municípios. Quanto ao esgotamento sanitário, a Companhia está em plena expansão, atendendo a cerca de 700 mil pessoas, em 50 municípios do estado, com sistema instalado. A prestação dos serviços de água e esgoto, além de observar a Lei do Saneamento, é regida por contratos de concessão e de programa firmados com os municípios, e por contratos de adesão firmados com os usuários dos serviços. A relação contratual da Companhia com o município e com o usuário conta com a mediação de agências reguladoras.

Não obstante estar inserida em um ambiente de mercado que opera em regime de concessão pública, a Corsan é avaliada por esse mercado no que tange à capacidade de operação e à qualidade da prestação dos serviços às comunidades. Os municípios, no papel de poder concedente, juntamente com os entes reguladores, estipulam o caráter especial dos contratos e da respectiva prorrogação, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados. Tais condições são estabelecidas sob a forma não só de cláusulas contratuais, mas de compromissos de contratos de concessão/programa e de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). No intuito de aprimorar a gestão dos compromissos, a Corsan está desenvolvendo um módulo específico em seu sistema de planejamento, com foco na otimização e transparência dos processos.

Voltando à análise do mercado, algumas prefeituras têm promovido processos licitatórios nos quais é permitida a participação de companhias e empresas privadas no setor de saneamento, modalidade pela qual optaram os municípios de Uruguaiana e São Gabriel. Por outro lado, algumas companhias de outras unidades da Federação estão alterando seus Estatutos para poderem participar de licitações em outros estados, o que colabora para a intensificação da concorrência. Apesar da mudança gradativa no mercado, a Corsan, por uma questão de logística, é a operadora de maior relevância no contexto estadual, atuando na maioria dos sistemas, com expressiva capacidade de geração de economia em escala mesmo diante dos variados níveis de complexidade de

operação e da heterogeneidade dos aspectos geográficos das regiões.

Diferentemente de outras companhias estaduais de saneamento do Brasil, a Corsan não mantém contrato com a capital, peculiaridade esta que impõe um singular padrão de operação e comercialização. Em contrapartida, a região metropolitana de Porto Alegre é, em sua maioria, atendida pela Companhia.

### Clientes

A Corsan presta serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário aos seus clientes, sendo remunerada por meio de tarifa consumo, com faturamento mensal. As tarifas praticadas pela Companhia estratificam-se em seis categorias: Residencial Básica, Residencial Social (subsidiada em 60%), Comercial, Comercial C1 (com subsídio que a equipara à tarifa residencial), Industrial e Pública. Apesar da diversidade de categorias, o perfil dos clientes é essencialmente residencial, seja do ponto de vista do cadastro (89,6% do total de economias ativas são residenciais ou residenciais sociais), seja do ponto de vista do faturamento (81,8% do faturamento mensal advém das economias residenciais).

### Fornecedores

Na qualidade de companhia de economia mista, a Corsan relaciona-se com seus fornecedores por meio de processos licitatórios, regidos pela Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei 12.462/11 e Lei 13.303/16. Dentre concorrências, pregões e tomadas de preço, foram realizados aproximadamente 340 certames em 2016, totalizando mais de meio bilhão de reais em valores licitados e/ou contratados. Na condução dos processos licitatórios, bem como na gestão dos contratos dos devedores advindos, a Corsan compromete-se a obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, estabelecendo assim um relacionamento com fornecedores de bens e serviços baseado nos princípios da probidade administrativa. Dentro desse escopo de prescrições legais e premissas de gestão, a Companhia colhe, junto às empresas contratadas, o trabalho infantil (exceto como menor aprendiz a partir de 14 anos), além do emprego de menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### Ambiente regulatório

A Lei do Saneamento norteia a prestação dos serviços pela Corsan inclusive no âmbito da regulação. Os contratos de programa têm sua regulação a cargo das agências reguladoras dos serviços públicos, por meio de convênios firmados diretamente com os municípios. A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande Sul - AGERGS regula a maioria dos contratos da Companhia. Fora a AGERGS, o Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - PRÓ-SINOS regula os contratos da maioria dos municípios integrantes da bacia do Rio dos Sinos. Além desses dois entes reguladores, registram-se a Agência Reguladora de Erechim - AGER e a Agência Reguladora de Serviços Delegados de São Borja - AGESB.

Para atender aos quesitos legais, a contabilidade regulatória é o instrumento de geração das informações necessárias à regulação dos serviços de saneamento. A Lei do Saneamento<sup>6</sup> determina que os prestadores de serviços de saneamento que atuam em mais de um município, ou que prestam distintos serviços públicos de saneamento básico em um mesmo município, mantenham sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada município. A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação do sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as premissas legais. Nesse horizonte, a Corsan observa o que estabelece a Lei, adotando o plano de contas homologado pelos entes reguladores.

### TRANSPARÊNCIA

#### Acesso à informação

A Corsan disponibiliza informações ao mercado, aos acionistas e a membros do Conselho Fiscal, sem limitações, referentes a exercícios anteriores, desde que tais informações tenham relação com questões atuais em análise ou se refiram a partes interessadas, observando que não seja violado o sigilo previsto em lei.

#### Portal da Transparência

A Corsan entende que a prestação de contas para os usuários e para a população em geral é um direito pleno da sociedade civil. Como empresa pública de saneamento, tem o compromisso de divulgar sistematicamente informações atualizadas, e de tornar seus processos cristalinos aos olhos da sociedade. Nesse sentido, e integrada à política de transparência da gestão pública estadual, a Companhia disponibiliza informações sobre gastos e receitas, além de outras informações úteis aos cidadãos, no Portal da Transparência Corsan, <http://www.transparencia.corsan.com.br>.

#### Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, é o maior portal de informações do setor de saneamento brasileiro, com uma base de dados e indicadores sobre a prestação de serviços de água, esgoto e de resíduos sólidos. A Corsan fornece anualmente ao SNIS dados de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade relativos aos serviços de água e esgoto. As informações prestadas são públicas e disponibilizadas gratuitamente a qualquer interessado.

#### Acordo de Resultados e PPA

O Acordo de Resultados é um instrumento de governança utilizado pelo overno do Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de estabelecer os principais compromissos dos órgãos de governo, representados por ações planejadas, indicadores e metas que devem ser cumpridos ao longo do ano. As finalidades do Acordo são: reforçar a macroestrutura de governança do estado; promover a cultura de gestão por resultados; alinhar e priorizar as ações e os resultados estratégicos das secretarias e demais órgãos vinculados ao governo do estado; propiciar o acompanhamento da gestão com base em informações objetivas e transparentes; fortalecer o processo de supervisão e melhorar o uso dos recursos públicos; aperfeiçoar os processos de planejamento estratégico e estabelecimento de metas de desempenho compatíveis com as políticas públicas, programas setoriais e disponibilidade financeira; promover o planejamento e a gestão por resultados no âmbito da administração pública estadual, estimulando, valorizando e destacando servidores, dirigentes e órgãos que alcancem suas metas e atinjam os resultados previstos; dar transparência às metas e às ações e facilitar o controle social sobre as atividades de governo.

O Acordo de Resultados 2016 foi monitorado sob dois ângulos: pela medição de um conjunto de projetos de expansão, e por 14 indicadores estratégicos conforme segue:

- Índice de atendimento urbano com serviços de abastecimento de água em municípios operados pela Corsan;
- Índice de atendimento urbano efetivo com serviços de esgotamento sanitário referido aos municípios operados pela Corsan;
- Índice de regularidade dos contratos de prestação de serviços de saneamento firmados pela Corsan com os municípios concedentes;
- Razão Operacional sem Receita de Construção;
- Índice de Perdas de Faturamento;
- LAJIDA/EBITDA Sem Margem de Construção;
- Margem de investimentos com recursos próprios;
- Produtividade de pessoal para sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário;
- Índice de perdas de água na distribuição;
- Índice de micromedição;
- Índice de medição dos investimentos em expansão de sistemas de água e esgoto, com recursos captados do PAC;
- Índice de medição dos investimentos em expansão de sistemas de água e esgoto, licitados e contratados com recursos do PAC;
- Índice de execução anual dos investimentos com recursos próprios e de terceiros em expansão de sistemas de água e esgoto;
- Reclamações de falta de água.

Além do Acordo de Resultados, a Corsan está inserida no Plano Plurianual do Governo do Estado para o quadriênio 2016-2019 (PPA 2016-2019)<sup>7</sup>, elaborado e coordenado pela então Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (SEPLAN). O plano configura-se como instrumento legal que define diretrizes, objetivos e metas da administração estadual, organizado por meio de programas dispostos em eixos. A Corsan insere-se no PPA 2016-2019 no âmbito do Eixo de Infraestrutura e Ambiente.

### ESTRATÉGIAS E VISÃO DE FUTURO

As estratégias e a visão de futuro da Corsan estão contempladas no planejamento estratégico da Companhia - na missão, na visão e nos valores:

- Missão: Prestar serviços de excelência em saneamento básico nos segmentos e na área em que atua, cumprindo o seu papel social, ambiental e econômico, gerando valor às partes interessadas;
- Visão 2016-2019: Em 2019, manter a universalização da cobertura de água e atender 30% da população urbana com a utilização do sistema de esgotamento sanitário de modo sustentável e com a garantia da satisfação dos clientes;
- Visão 2030: Em 2030, ser reconhecida pela universalização dos serviços de abastecimento de água, por atender 70% da população urbana utilizando o sistema de esgotamento sanitário, pela excelência dos seus serviços e produtos e pela consolidação de novos negócios;
- Valores: Sustentabilidade, responsabilidade social, ética, transparência, produtividade, segurança e eficiência, gestão compartilhada, valorização das pessoas e integração entre as áreas.

O planejamento estratégico desdobra-se em 18 objetivos estratégicos, distribuídos em quatro perspectivas interdependentes: financeira, clientes, processos, aprendizagem & crescimento. Vinculados aos objetivos estratégicos, a Companhia monitora um conjunto de 49 indicadores e desenvolve 42 projetos estratégicos. Dentre os projetos estratégicos, destacam-se como oportunidades de negócio:

- Gestão dos resíduos sólidos das Estações de Tratamento de Água (ETA) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), com análise de novos produtos;
- Produção de energia limpa;
- Implantação dos sistemas misto e individual para esgotamento sanitário;
- Soluções ambientais e tecnológicas para novos clientes (água de reuso, recebimento de efluentes industriais);
- Recepção de efluentes externos a partir da capacitação das Estações de Tratamento de Esgoto em conformidade com a legislação ambiental.

Com o propósito de dotar a Companhia de uma estrutura de apoio à gestão de projetos, bem como de seu monitoramento, foi criado o Escritório de Gerenciamento de Projetos Estratégicos - EGPE. Dentre os benefícios dessa estrutura, destacam-se: a promoção da cultura de gerenciamento de projetos pela perspectiva de melhoria de métodos e processos; o acesso a melhores práticas; a promoção da gestão integrada e transversal; e a melhoria da comunicação entre as áreas gestoras dos projetos.

### PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

Como reflexo da constante busca de aperfeiçoamento dos processos, a Corsan vem obtendo reconhecimento sob a forma de premiações e certificações:

- Empresa pública preferida - a Corsan foi premiada como a empresa pública preferida e a 3ª mais lembrada pelo povo gaúcho.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Realizado pela Qualidade Pesquisas e Conhecimento Estratégico e publicado pelo Jornal do Comércio, o prêmio Marcas de Quem Decide é o mais abrangente estudo de reconhecimento de marcas do sul do Brasil.
- 6ª empresa do Brasil em infraestrutura - a 43ª edição do anuário Maiores & Melhores, da revista Exame consagrou a Corsan como a 6ª empresa do Brasil em infraestrutura e única gaúcha destacada nesse setor. A Companhia também foi reconhecida como a 38ª entre as 100 maiores empresas da Região Sul. Ela está no 298º lugar entre as 1.000 maiores empresas em atuação no Brasil.
  - Destaque no anuário Valor 1000 - a Corsan obteve posições de destaque na 16ª edição do anuário Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico. A Companhia conquistou a 257ª posição entre as mil maiores empresas do país e o 8º lugar entre as dez organizações de melhor desempenho no setor Água e Saneamento. Nesse setor, a empresa obteve também as seguintes colocações: 3ª em cobertura de juros, 4ª em rentabilidade, 6ª em receita líquida e 9ª em crescimento sustentável.
  - Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) – Troféu Bronze: as Superintendências Regionais dos Sinos (SURSIN) e Metropolitana (SURMET) foram reconhecidas com o Prêmio Troféu Bronze Nível I do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) 2016. O prêmio é uma iniciativa da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) para estimular a busca e a aplicação de boas práticas de gestão e melhoria dos resultados das organizações que atuam no saneamento ambiental do país.
  - 16ª maior empresa do Estado: a Corsan ocupa posição de destaque no tradicional ranking Grandes & Líderes – 500 Maiores do Sul. A Companhia foi premiada como a 16ª maior empresa do Estado. Na listagem da região Sul, conquistou o 2º lugar no setor Serviços Públicos e a 39ª colocação geral. Realizado pela revista Amanhã com apoio técnico da PwC, o ranking é um detalhado panorama empresarial da região.
  - Prêmio de Responsabilidade Social - a Corsan recebeu medalha do Prêmio de Responsabilidade Social de 2016. A distinção refere-se à categoria Entidade Governamental pela realização de projetos voltados para o bem-estar social e a preservação do meio ambiental. O prêmio é uma parceria entre a Assembleia Legislativa e organizações da sociedade civil.
  - Recertificação da Superintendência de Tratamento de Efluentes Líquidos do Polo Petroquímico - SITEL, com reconhecimento em nível nacional e internacional, de conformidade com a norma ABNT NBR ISO 14001:2004, por meio da Fundação Carlos Alberto Vanzolini - FCAV/USP.

### DIMENSÃO INSTITUCIONAL

#### Planejamento, orçamento e gestão estratégica de compromissos com o poder concedente

Para aprimorar os processos de planejamento, orçamento e gestão, em especial no que tange a compromissos assumidos nos contratos de programa e planos municipais de saneamento, a Corsan vem desenvolvendo o Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica – SISPLAN. Esse sistema oferecerá aos usuários a visibilidade e as ferramentas de controle necessárias, integradas aos demais sistemas de informação da Companhia, para que, a partir dos compromissos, sejam gerados os planos de ação por município e segmento, bem como as consequentes demandas às áreas executoras.

#### Operação Verão

A Corsan participa ativamente da tradicional Operação Verão coordenada pelo governo do estado, em especial em três frentes:

- Atendimento ao público: a Companhia desloca temporariamente parte dos funcionários de outras regiões do estado para o litoral, onde a demanda por atendimento comercial, operacional e de eventos é bastante grande na temporada de verão, período em que municípios da região praticamente triplicam sua população.
- Eventos: no que tange a eventos apoiados e/ou patrocinados, destacam-se projetos voltados à prática de atividades esportivas e aos cuidados com o meio ambiente, tais como: Projeto Mais Verão SBT, em Imbé; Projeto Super Vôlei, em Tramandaí; Projeto Verão para Todos, abrangendo praias dos litorais norte e sul.
- Serviço diferenciado: além do abastecimento de água e do esgotamento sanitário (prestados mediante contrapartida tarifária), a Corsan oferece aos veranistas um serviço gratuito: a disponibilização de chuveiros ao longo da orla. A iniciativa, inédita na região sul do Brasil, contribui tanto para o conforto da população quanto para o fortalecimento da marca Corsan junto à comunidade.

#### Cobrança pela disponibilidade da rede de esgoto

A Corsan vem concentrando seus investimentos na expansão do sistema de esgotamento sanitário, bem como realizando ações de conscientização ambiental em paralelo à realização das obras. Entretanto, frustram-se os investimentos em infraestrutura na medida em que os usuários resistem à conexão ao sistema.

No sentido de equacionar esse impasse, que significativo prejuízo causa ao meio ambiente e à efetividade do investimento público, iniciou-se, ainda em 2014, um trabalho conjunto entre Corsan, Agers e Ministério Público, voltado à definição da cobrança pela disponibilidade da rede de esgoto. As discussões foram pautadas pelos preceitos da Lei de Saneamento e do Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, com a finalidade de adotar medidas de incentivo à conexão do imóvel à rede, o que se reflete na melhoria da saúde pública, no controle da poluição hídrica e do solo. Em novembro de 2016, a Agers aprovou a Resolução Normativa 35/2016, que disciplina a cobrança pela disponibilidade do sistema de esgotamento sanitário operado pela Corsan, estabelecendo incentivos aos usuários a partir da aplicação de percentuais regressivos de desconto sobre o valor da tarifa. Segundo a normativa, o usuário que não conectar o imóvel nos prazos estipulados, passará a pagar pela disponibilidade do sistema, tornando-se um poluidor pagador. Uma vez regulamentada, a cobrança pela disponibilidade passou à fase de implantação nos processos da Companhia.

### Interface com o Judiciário

Considerando que atos e fatos da administração têm desdobramentos no âmbito judicial, merecem destaque:

- Uniformização de Jurisprudência pertinente a promoções de classe da Corsan, questão submetida ao Pleno do Tribunal Regional do Trabalho, ocasião em que a Companhia foi vitoriosa;
- Novo Termo de Compromisso Ambiental (TCA) para a regularização ambiental das estações de tratamento de água licenciadas pela FEAPAM, no que diz respeito à implantação dos sistemas de tratamento do lodo gerado pelas estações licenciadas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - FEAPAM;
- TCA celebrado com a Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, para conversão de 15 mil mudas de vegetação nativa devidas pela Corsan em pecúnia de R\$128 mil a serem repassados ao município de Viamão, decorrentes de reposição florestal obrigatória na área das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário Alvorada/Viamão. A celebração do TCA, além de proporcionar a compensação ambiental, ensinará o cumprimento da Licença de Instalação do empreendimento;
- Ações junto aos Municípios para o reconhecimento da imunidade tributária. Como exemplo pode ser citado o êxito obtido junto ao Município de Canoas quanto ao IPTU e ao ISSQN;
- Pedido de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial, junto à Secretaria da Receita Federal, passo antecedente à compensação de valores considerados como indevidamente recolhidos à União.

### DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

#### Gestão de pessoas

Considerando as 756 admissões efetivadas em 2016, a Corsan encerra o ano com um total de 5.943 empregados. Para promover a qualidade de vida de seus trabalhadores, em especial no que se refere à preservação da saúde e integridade física, são premissas da gestão: observar os aspectos de segurança do trabalho inseridos no processo produtivo; identificar, avaliar e gerenciar riscos relacionados ao trabalho; assegurar a conformidade com a legislação vigente de segurança e saúde do trabalho. Com referência ao Acordo Coletivo de Trabalho, as negociações resultaram na manutenção das vantagens e na continuidade da recuperação de perdas, com o reajuste salarial pelo INPC, de forma parcelada. O reajuste foi acordado em percentuais e datas diferenciadas para parcelas salariais, gratificações e benefícios, de modo que não houvesse perda salarial e que o custo permanecesse entre o valor orgão e autorizado pelo Governo Estadual. O acordo foi homologado a partir de um consenso entre as partes, adaptado à atual situação financeira que o País vivencia. Sobre políticas de incentivo, destaca-se a manutenção do Programa de Participação nos Lucros e nos Resultados (PPLR), o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV) e o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA), todos em observância à realidade econômico-financeira da empresa.

#### Aprendizagem e crescimento

A Corsan prepara-se para implantar uma política de gestão de pessoas orientada para os resultados. Alinhada a essa perspectiva, foi criada a Universidade Corporativa (UNICORSAN), com foco na gestão do conhecimento, buscando a identificação, disseminação, retenção e desenvolvimento do conhecimento por meio de diversas ações de educação corporativa. Além disso, a UNICORSAN configura-se como ferramenta de suporte ao processo sucessório nos diferentes níveis hierárquicos da Companhia. Foram geradas mais de quatro mil oportunidades de capacitação, dentre as quais se destacam: Curso Básico de Tratamento de Água e Esgoto, com objetivo de agregar conhecimento técnico e aperfeiçoar a execução das práticas de laboratório e operação dos sistemas de tratamento de água e esgoto; Programa Integrar, consistindo em um conjunto de ações para que o recém-admitido seja inserido psicologicamente e funcionalmente na sua unidade organizacional de lotação; Curso de Nivelamento de Gestores, capacitando os Chefes de Unidades para a melhoria de gestão de processos e pessoas; Gestão Classe Mundial, capacitando lideranças e profissionais seniores nos critérios do Modelo de Excelência de Gestão, utilizando a metodologia do PNQS; Almoxarifado e Inventário Físico, aprimorando controles, registros e acuracidade dos inventários de materiais; Formação de Agentes de Serviços Operacionais em Ações Comerciais Integradas, qualificando empregados recentemente incorporados aos quadros da empresa para desempenhar os serviços operacionais com eficiência; cursos na área de segurança do trabalho, com objetivo de atender à legislação vigente quanto às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; Treinamento do Sistema Móvel de Serviço – SMS, com objetivo de habilitar os agentes operacionais à nova tecnologia, bem como capacitar os agentes comerciais (atendimento e retaguarda) a operar com o novo módulo do sistema comercial.

#### Logística de suprimentos

Os seus processos de aquisição e consumo de material foram automatizados, implementando o controle através de indicadores. Além disso, foram centralizados os processos de compras, abrangendo os pedidos das Superintendências Regionais e de todos os setores da Diretoria Administrativa. Nas Unidades Polo foram abertos almoxarifados, o que possibilitou o retorno para o sistema de R\$15 milhões em materiais. Adotou-se o ponto de pedido®, e se instituiu a curva XYZ® para melhor controle dos materiais. Na esteira das melhorias implementadas na gestão dos suprimentos, foi realizado o primeiro leilão de descarte da Companhia, contemplando materiais de informática.

### DIMENSÃO COMERCIAL

A sustentabilidade econômico-financeira dos serviços públicos de saneamento básico deve ser assegurada mediante o pagamento de tarifas, que visam à remuneração pela prestação dos serviços, observando a modicidade tarifária. Para viabilizar o equilíbrio, a política de subsídio cruzado praticada pela Corsan permite não apenas a manutenção do mercado, mas torna possível o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente aquelas menos desenvolvidas economicamente. Foram disponibilizados mais de 530 milhões de metros cúbicos de água potável a 2,5 milhões de economias ativas. O consumo médio mensal superou a marca de 9 m³ por economia e o índice de universalização do serviço (NUA) chegou a 96,05%. No que se refere a esgotamento sanitário, o índice de universalização (NUE) chegou a 13,55%.

Segmento	Economias		
	2015	2016	% Crescimento
Abastecimento de Água	2.525.930	2.584.006	2,30%
Esgotamento Sanitário	318.095	354.123	11,33%

Volume de Água Disponibilizado (m³)	2015	2016	% Crescimento
	520.518.834	530.880.225	1,99%

Além do incremento de economias e volumes, como forma de assegurar a sustentabilidade econômica, a Companhia busca constantemente potencializar seus recursos, aprimorando processos. Nessa perspectiva, merecem destaque ações como:

- Otimização da medição: mediante a aquisição de medidores com o propósito de deixar o parque de hidrômetros com idade média de 3,5 anos. O índice de micromedição chegou a 98,81%;
- Redução da evasão de clientes: por meio da revalidação do Termo de Cooperação com o Ministério Público do Rio Grande do Sul e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, para coibir o uso de fontes irregulares;
- Captação de clientes em esgotamento sanitário: através da revisão de mais de 65 mil ligações factíveis, com vistas à notificação para ligação, com a viabilização da ligação intradomiciliar;
- Automatização da interface comercial com o cliente: pela implantação do Sistema Móvel de Serviço – SMS, cujo objetivo é operação dos principais módulos comerciais de contato com o cliente, permitindo processar, em tempo real a atualização das informações relativas aos serviços executados em campo;
- Controle da inadimplência: com a manutenção da inclusão de usuários inadimplentes em órgãos de restrição ao crédito, bem como da emissão de segundo comunicado aos CPF/CNPJ negativados somente na Corsan, ações que geraram um retorno de 15% da dívida negatizada;
- Otimização de serviços e relacionamento: mediante a disponibilização de envio de faturas por e-mail, proporcionando redução de emissão da fatura em papel e custos com Correios;
- Atualização cadastral: por meio do processo massivo de revisão de cadastro específico nas economias atendidas, tendo como resultado o incremento de 28 mil economias faturadas além do crescimento vegetativo natural.

### DIMENSÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

Para manter e avançar nos níveis de universalização de água e esgoto com sustentabilidade e transparência, a Corsan mantém o foco na melhoria dos processos também nas áreas técnica e operacional. Nessa dimensão, merecem destaque ações como:

- Tecnologia da informação e Comunicação (TIC): manutenção do parque de TIC da Corsan; adequação do *link* de dados em fibra ótica do *Call Center*; transferência do *Data Center* da sede da Companhia para uma instalação privada, atendendo aos requisitos técnicos de disponibilidade e segurança dos sistemas e dados; aprovação de Política de Segurança da Informação e Comunicação, atendendo a orientação do Governo do Estado.
- Integração com Sistema Móvel de Serviços – SMS: desenvolvimento dos procedimentos operacionais para o SMS e *Tablet*, para geração e controle das ordens de serviços operacionais e comerciais.
- Canais de Relacionamento com o Cliente:
  - Teleatendimento ativo e *chat*: foi agregado ao atual serviço de *Call Center* o teleatendimento ativo (permitindo realizar ligações telefônicas para comunicar débitos a clientes) e o atendimento via *chat* no *site* da Corsan (atendendo a exigência legal de acessibilidade para clientes com deficiência auditiva);
  - Avaliação externa e monitoramento do Teleatendimento: o canal de teleatendimento obteve uma nota de satisfação 78,03 (sobre 100 pontos possíveis) em enquête eletrônica realizada ao longo de todo ano;
  - Monitoramento do teleatendimento: com o intuito de inspecionar e corrigir eventuais desvios nos procedimentos, a Corsan monitora sistematicamente gravações de ligações realizadas para o *Call Center* e postagens em redes sociais;
  - Atendimento presencial – gerenciamento de filas: após projeto-piloto em Canoas, a Corsan investe em sistema automatizado de gerenciamento de filas para 40 Unidades de Saneamento;
  - Mensagem de Texto para celulares: além das comunicações de falta de água, o serviço passa a abranger o envio de reaviso de débitos, dicas sobre a utilização dos serviços e convites para participação nas reuniões comunitárias do Trabalho Técnico Social;
- Tratamento de Efluentes Líquidos do Polo Petroquímico;
  - Implantação de sistema de turbilhonamento para a remoção dos compostos orgânicos voláteis na chegada do efluente bruto;
  - Assinatura de Termo de Cooperação com a Universidade de Rio Grande para desenvolvimento de sistema de respirometria *on-line*, único no Estado, que permitirá obter informações sobre o desempenho da ETE em um tempo 300 vezes menor do que o dos procedimentos atualmente utilizados, aumentando a eficiência e reduzindo significativamente as despesas com energia elétrica;
  - Parceria com as Indústrias do Polo Petroquímico do Sul e FEEVALE no Projeto de Produção de Água de Reúso;
  - Aumento do recebimento de lixiviado de 150 para 200m³/dia;
  - Implantação de aterro de resíduos da construção civil no Sistema Centralizado de Controle de Resíduos Sólidos do Polo Petroquímico (SICECORS) e ampliação da licença para recebimento de resíduos Classe I de 300 para 500 m³/mês;
  - Conclusão das obras de duplicação da ETA, aumentando sua produção de 30 para 60 L/s e substituindo 8 mil metros de adutoras de água bruta e tratada;
  - Conclusão das obras de modernização do Departamento de Central de Tratamento dos Efluentes Líquidos do Complexo Automotivo GM (CETEL), e início da operação do novo processo de tratamento baseado na utilização de lodos ativados, ampliando a capacidade de atendimento às necessidades do Complexo Automotivo da General Motors.

### DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

No âmbito da expansão dos sistemas, em especial os de esgotamento sanitário, a Companhia atua nas áreas beneficiadas desde antes do início das obras. O trabalho socioambiental realizado nas comunidades consiste primeiro em conhecer e entender a população por meio de um diagnóstico socioterritorial, balizador do trabalho a ser realizado posteriormente. Uma vez iniciadas as obras, as pessoas são informadas sobre o andamento e importância dos empreendimentos; em paralelo, são trabalhadas questões de educação ambiental e saneamento. Em visitas domiciliares, reuniões comunitárias e outras atividades, as equipes de campo estabelecem um vínculo com a comunidade, fortalecendo a confiança no trabalho realizado e no controle social. Foram realizadas mais de 11 mil visitas domiciliares em diferentes regiões do Estado: Metropolitana, Litoral, Fronteira e Missões.

As Prefeituras Municipais são os principais parceiros locais do trabalho socioambiental, que também articula associações de moradores, escolas, igrejas, Ministério Público e outros órgãos. O objetivo maior é conscientizar a população acerca dos benefícios, tangíveis e intangíveis, que os investimentos proporcionam, incentivando assim a ligação ao sistema público. Mais de 1.500 pessoas foram mobilizadas em reuniões comunitárias.

### DIMENSÃO DA EXPANSÃO DOS SERVIÇOS

#### Plano de expansão

Face à necessidade de definir o cenário futuro atrelado a uma estratégia de investimento em esgotamento sanitário para médio e longo prazo suficiente para atingir a universalização dos serviços, a Corsan aprovou metodologia que estabelece parâmetros, critérios e metas de atendimento para o plano de expansão do sistema de esgotamento sanitário nos 316 municípios atendidos. Tal estudo levou em consideração as metas estabelecidas para a universalização dos serviços de esgotamento sanitário pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANAB, com vistas à universalização do sistema em 2033, com 96% da meta final para a Macrorregião Sul, no que tange ao indicador de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários. Para que a Companhia atenda à meta do PLANAB e universalize o sistema de esgotamento sanitário no prazo, são necessários investimentos na ordem de R\$ 10,8 bilhões.

Para a implementação da metodologia aprovada, fez-se necessária a convergência das diretrizes estabelecidas pelo plano de expansão, dos Planos Municipais de Saneamento Básico e do Plano Estadual de Saneamento Básico.

#### Plano de investimentos

Plano de Investimentos Plurianual									
Fonte/Período	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Contrapartida	32.810	72.300	74.964	52.115	19.260	3.620	-	-	255.069
Financiado	124.300	207.228	185.256	190.703	136.631	98.097	91.387	64.791	1.098.392
Próprio	207.003	100.927	80.699	51.043	3.571	-	-	-	443.243
Repasse	60.320	94.599	133.797	116.411	87.353	74.090	64.356	64.356	695.282
Totais	426.450	475.054	474.715	410.273	246.815	175.807	155.743	129.147	2.491.987

Base: Sistema AGE PCP e PLP

em milhares

#### Parceria Público-Privada (PPP)

Diante dos compromissos firmados visando à universalização do serviço de esgotamento sanitário, a Corsan estuda modelos de negócio que possibilitem alternativas de financiamento desse setor do plano de expansão. O modelo de parceria público-privada configura-se como solução promissora, primeiramente por atribuir ao parceiro privado a responsabilidade pela captação dos recursos necessários para investimentos previstos no escopo do projeto. Em segundo lugar, por não haver um formato rígido de negócio, possibilitando que a modelagem tenha aderência às necessidades estratégicas da Companhia, em especial quanto à transferência operacional da prestação de serviços, o que permite desenhar um modelo de parceria com maior ganho de eficiência. A partir dessa premissa, a Corsan concluiu o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), que resultou na modelagem da PPP para contratação no modelo de concessão administrativa para nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre: Canoas, Gravataí, Cachoeirinha, Esteio, Sapucaia do Sul, Gualiba, Eldorado do Sul, Alvorada e Viamão.

### DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

#### Financiamentos

As obras e projetos com recursos financiados/repases captados nos exercícios anteriores foram mantidas em execução. Com relação ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, os valores originalmente contratados são da ordem de R\$ 2,84 bilhões, sendo R\$ 2,66 bilhões de financiamento/repasse e R\$ 180,6 milhões de contrapartida. Os recursos do PAC são provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tendo como principais agentes financeiros a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fora do âmbito do PAC, estão vigentes os contratos de financiamento/repasse a seguir:

- Contratado aguardando início da execução das obras:
  - Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL – FOCEM, na ordem de US\$ 2,5 milhões, cujos recursos destinam-se ao



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- sistema de esgotamento sanitário de Aceguá;
- Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES, promovido pela Agência Nacional de Águas – ANA, na ordem de R\$ 5,1 milhões, cujos recursos destinam-se ao sistema de esgotamento sanitário de Erechim.
  - Em fase de encerramento da execução do objeto:
    - Debêntures – BNDES, na ordem de R\$ 66 milhões com recursos destinados para obras em SAA, SES e Desenvolvimento Operacional em diversas localidades.
  - Em fase de consulta aos agentes financeiros:
    - Debêntures – BNDES, montante de R\$ 308,7 milhões para investimentos em SES, Desenvolvimento Comercial e Operacional;
    - Financiamento – BID, montante de US\$ 486,3 milhões para investimentos em SAA, SES, Modernização Operacional e Fortalecimento Institucional;
    - Financiamento – IN14, montante de R\$ 59,4 milhões para investimentos nos SES dos municípios de Imbé, Xangri-lá e Tramandaí;

### Investimentos realizados

Foram realizados R\$ 273 milhões em investimentos, sendo 40% com recursos de terceiros e 60% com recursos próprios (incluindo as contrapartidas dos financiamentos).

Investimentos Realizados em 2016			
Programa	Origem Recurso		Totais
	Próprios	Terceiros	
Abastecimento de Água	52.953	34.332	87.285
Esgotamento Sanitário	39.233	75.047	114.281
Desenvolvimento Comercial	20.947	-	20.947
Desenvolvimento Empresarial	31.519	-	31.519
Desenvolvimento Operacional	17.567	1.638	19.205
<b>Totais</b>	<b>162.220</b>	<b>111.017</b>	<b>273.237</b>

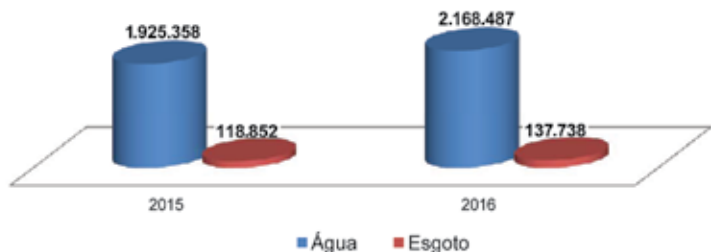
Base: Sistema AGE

em milhares

### Receita Operacional Bruta Direta (água e esgoto)

A receita direta oriunda dos serviços de abastecimento de água representou 94,03% da receita operacional bruta de 2016; enquanto o esgotamento sanitário foi responsável por 5,97% da receita operacional. Comparando essa proporção à receita de 2015 (94,19% em água e 5,81% em esgoto), evidencia-se um leve incremento na participação da receita de esgotamento sanitário no total da receita operacional bruta direta.

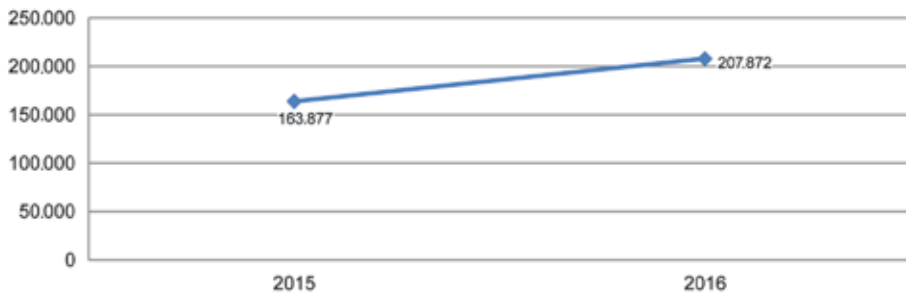
### Receita Operacional Bruta Direta (em milhares de reais)



### Lucro Líquido do Exercício

Comparando-se os últimos dois anos, evidencia-se que o lucro líquido do exercício de 2016 apresenta variação positiva de 26,84% em relação a 2015.

### Lucro Líquido do Exercício (em milhares de reais)



### Endividamento Líquido

O endividamento geral da Companhia referente a empréstimos e financiamentos atingiu R\$ 495 milhões em 2016 e R\$ 460 milhões em 2015, conforme quadro a seguir:

	2015	2016
Endividamento de curto prazo	60.111	62.253
Endividamento de longo prazo	399.933	433.619
<b>Total</b>	<b>460.044</b>	<b>495.872</b>
Disponibilidades	52.961	43.669
Endividamento Líquido	407.083	452.203
Endividamento Líquido (Endividamento Líquido/Patrimônio Líquido)	24,29%	23,69%

em milhares

### Composição do LAJIDA (EBITDA)

A Margem Líquida, indicador que expressa a relação entre o lucro líquido e a receita líquida de vendas, chegou a 15,48% em 2015. Em 2016, a Margem Líquida ficou em 13,39%.

	2015	2016
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	220.072	254.784
(+) Despesas Financeiras	95.336	75.536
(-) Receitas Financeiras	-90.291	-119.633
(+) Depreciações e Amortizações	96.918	105.443
<b>LAJIDA</b>	<b>322.035</b>	<b>316.130</b>
Margem Líquida	15,48%	13,39%

em milhares

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa Audilink e Cia. Auditores, cujo contrato foi renovado por mais doze meses. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações contábeis.

### AGRADECIMENTOS

A Corsan agradece aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação - SOP, aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência nos relacionamentos, a qual tornou possíveis os êxitos obtidos no exercício 2016.

Porto Alegre, 13 de março de 2017.  
Administração da CORSAN

<sup>1</sup> Lei Federal 13.303, de 30 de junho de 2016.

<sup>2</sup> Art. 175 da Constituição Federal.

<sup>3</sup> Art. 200, inciso IV da Constituição Federal.

<sup>4</sup> Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, Art. 15.

<sup>5</sup> Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Art. 2º.

<sup>6</sup> Lei Federal 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Art. 18.

<sup>7</sup> Instituído pela Lei Estadual 14.755, de 20 de outubro de 2015.

<sup>8</sup> O ponto de pedido é a quantidade em estoque que uma vez atingida, inicia o processo de compra ou produção, considerando o consumo médio mensal, o tempo de reposição e o estoque de segurança.

<sup>9</sup> A classificação XYZ avalia o grau de criticidade ou imprescindibilidade dos itens no desenvolvimento das atividades realizadas, com objetivo de otimizar a gestão de estoques.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

### ATIVO

	Nota	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>		<b>564.378</b>	<b>486.035</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.586	21.152
Aplicações financeiras	5	13.083	31.809
Contas a receber de clientes	6	299.631	272.110
Estoques	7	95.115	66.427
Depósitos judiciais	18	108.686	72.815
Impostos a recuperar		10.263	12.187
Outros créditos	9	7.014	9.535
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.706.916</b>	<b>3.427.083</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>920.290</b>	<b>810.263</b>
Contas a receber de clientes	6	4.499	4.716
Depósitos judiciais	18	163.556	149.025
Aplicações financeiras	5	55.343	46.057
Aplicações no caixa único do estado		157	729
Ativos financeiros - contratos de concessão	10	402.336	322.819
Créditos fiscais diferidos	8	284.409	277.296
Depósitos em garantia	15	3.109	3.012
Outros créditos	9	6.881	6.609
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>923</b>	<b>914</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	11	<b>92.400</b>	<b>88.360</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	12	<b>2.693.303</b>	<b>2.527.546</b>
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>4.271.294</b>	<b>3.913.118</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>		<b>805.680</b>	<b>640.674</b>
Empréstimos e financiamentos	14	53.164	51.235
Debêntures	15	9.089	8.876
Fornecedores		126.344	121.059
Impostos e contribuições		82.170	53.439
Dívidas com Fundação CORSAN	21.b	35.657	32.181
Ordenados, férias e encargos a pagar		67.589	64.882
Provisões para riscos trabalhistas	18	218.959	139.319
Participação nos resultados		31.994	27.908
Dividendos e juros sobre o capital próprio	21.a	169.362	130.553
Outros débitos	16	11.352	11.222
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.556.707</b>	<b>1.596.667</b>
Empréstimos e financiamentos	14	402.527	361.413
Debêntures	15	31.092	38.520
Dívidas com Fundação CORSAN	21.b	69.329	125.904
Contratos de repasse	17	9.232	9.232
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	18	330.925	290.945
Provisão para benefício pós-emprego	19	700.506	757.134
Débitos fiscais diferidos	8	13.096	13.519
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.889.577</b>	<b>1.663.024</b>
Capital social		939.148	939.148
Reservas de capital		17.148	17.148
Reservas de lucros		785.418	687.453
Outros resultados abrangentes		147.863	19.275
Adiantamento para futuro aumento de capital		19.330	12.753
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL</b>	20	<b>1.908.907</b>	<b>1.675.777</b>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.271.294</b>	<b>3.913.118</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2016	2015
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS</b>	22	<b>2.361.576</b>	<b>2.080.188</b>
Custos das vendas, serviços e de construção	23	(1.520.411)	(1.351.935)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>841.165</b>	<b>728.253</b>
<b>RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(630.478)</b>	<b>(503.136)</b>
Despesas comerciais	23	(105.741)	(80.267)
Despesas administrativas	23	(523.194)	(416.463)
Outras receitas operacionais		14.232	9.210
Outras despesas operacionais		(15.775)	(15.616)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>210.687</b>	<b>225.117</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	24	<b>44.097</b>	<b>(5.045)</b>
Receitas financeiras		119.633	90.291
Despesas financeiras		(75.536)	(95.336)
<b>LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>254.784</b>	<b>220.072</b>
Corrente	8.a	(121.254)	(100.866)
Contribuição social		(33.674)	(27.606)
Imposto de renda		(87.580)	(73.260)
Diferido	8.a	74.342	44.671
Contribuição social diferida		19.649	11.772
Imposto de renda diferido		54.693	32.899
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>207.872</b>	<b>163.877</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>		<b>0,33882</b>	<b>0,26711</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas	2.561.333	2.259.559
Vendas de mercadorias e serviços	2.311.821	2.065.573
Receitas de construção	205.191	184.066
Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	4.441	(7.979)
Outras receitas	39.880	17.899
Insumos adquiridos de terceiros	(886.251)	(769.139)
Custos dos serviços	(709.678)	(695.497)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(135.590)	(87.515)
Outros	(40.983)	13.873
Valor adicionado bruto	1.675.082	1.490.420
Depreciação e amortização	(105.443)	(96.918)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.569.639	1.393.502
Valor adicionado recebido em transferência	131.475	99.078
Receitas financeiras	119.633	90.291
Doações e subvenções	11.842	8.787
Valor adicionado total a distribuir	1.701.114	1.492.580
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	1.013.606	849.157
Remuneração	582.101	567.175
FGTS	31.531	28.357
Benefícios	217.349	191.647
Fundo de previdência	182.625	61.978
Impostos, taxas e contribuições	379.763	360.383
Federal	365.049	346.475
Estadual	11.607	12.004
Municipal	3.107	1.904
Remuneração de capitais de terceiros	99.873	119.163
Despesas financeiras	75.536	95.336
Aluguéis	24.337	23.827
Remuneração de capitais próprios	207.872	163.877
Juros sobre o capital próprio	111.821	54.913
Lucros retidos	96.051	108.964
Total do valor adicionado distribuído	1.701.114	1.492.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		207.872	163.877
Outros resultado abrangentes		128.588	251.753
Realização da reserva de reavaliação		(1.914)	(2.229)
Ganho (perda) atuarial - FUNCORSAN	19	197.731	384.821
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(67.229)	(130.839)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		336.460	415.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	254.784	220.072
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	105.443	96.918
Baixa de imobilizado e intangível	1.941	834
Provisão para devedores duvidosos	(4.441)	7.979
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	73.472	55.138
Provisão para benefício pós-emprego	141.102	5.493
Juros e variações monetárias	48.900	78.189
Rendimento sobre Aplicações Financeiras de Curto Prazo	(8.657)	(12.599)
Ajuste a valor presente sobre clientes	(204)	(560)
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(36.706)	(26.804)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(4.182)	(4.952)
Provisão para tributos diferidos (PIS/PASEP)	(681)	(5.189)
Imposto de renda e contribuição social	(121.254)	(100.866)
Lucro líquido ajustado	449.517	313.653
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
Aumento de contas a receber de clientes	(22.659)	(32.763)
Aumento de estoques	(35.400)	(22.508)
Aumento de depósitos judiciais	(50.402)	(45.078)
Redução (aumento) de rendimentos SIAC	572	(592)
Aumento de depósitos em garantia	(97)	(300)
Redução de outros créditos	17.171	3.177
Variações nos passivos:		
Aumento de fornecedores	5.285	23.132
Aumento (redução) de impostos e contribuições	28.731	(710)
Redução (aumento) de dívidas com Fundação CORSAN	(33.718)	1.703
Aumento de férias e encargos a pagar	1.543	7.669
Aumento (redução) de participação nos resultados	4.086	(5.825)
Aumento (redução) de outros débitos	1.293	(9.255)
Caixa líquido das atividades operacionais	365.922	232.303
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	18.097	65.828
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(18.782)	(12.059)
Custos de construção - contratos de concessão	(201.009)	(179.114)
Outras aquisições intangível	(91.142)	(84.391)
Caixa líquido das atividades de investimento	(292.836)	(209.736)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	122.232	67.666
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(108.559)	(105.435)
Contratos de repasse	24	5.142
Debêntures - pagamento	(10.914)	(10.878)
Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento	(73.012)	(8.029)
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.577	12.753
Caixa líquido das atividades de financiamento	(63.652)	(38.781)
(Aumento) Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.434	(16.214)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.586	21.152
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.152	37.366
Variação de caixa e equivalentes de caixa	9.434	(16.214)

Itens que não afetam caixa (Nota 2.2)

Transferências entre ativo financeiro e intangível	(168.802)	37.042
Transferências entre estoque e intangível	6.712	7.183
Juros capitalizados	22.311	22.836
Aumento de capital social com adiantamento para futuro aumento de capital	-	101.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
	Capital social	Auxílios para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	657.351	9.262	7.886	69.174	1.225	685.861	(232.478)	-	1.198.281	101.797	1.300.078
Integralização de Capital	281.797	-	-	-	-	(180.000)	-	-	101.797	(101.797)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.753	12.753
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(2.229)	2.229	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	253.982	-	253.982	-	253.982
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	163.877	163.877	-	163.877
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(54.913)	(54.913)	-	(54.913)
Constituição de reservas	-	-	-	8.194	291	102.708	-	(111.193)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	939.148	9.262	7.886	77.368	1.516	608.569	19.275	-	1.663.024	12.753	1.675.777
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.f	-	-	-	-	-	-	-	-	6.577	6.577
Realização da reserva de reavaliação	20.c	-	-	-	-	-	(1.914)	1.914	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	130.502	-	130.502	-	130.502
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	207.872	207.872	-	207.872
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio	20.d	-	-	-	-	-	-	(111.821)	(111.821)	-	(111.821)
Constituição de reservas	20.e	-	-	-	10.394	143	87.428	-	(97.965)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		939.148	9.262	7.886	87.762	1.659	695.997	147.863	1.889.577	19.330	1.908.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua



# COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90  
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre  
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966. O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Obras, Saneamento e Habitação. O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades. Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios, que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul. Atua em 316 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 288 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 286 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2016, há 15 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

### 2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### 2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 13 de março de 2017. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

#### 2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### 2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

#### 2.4) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia. Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

#### 2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

#### 2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

#### 2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

#### 2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios	25 anos
• Máquinas	10 anos
• Veículos	5 anos
• Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### 2.9) Ativos intangíveis

##### Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.14, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica onde os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

#### 2.10) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com Fundação CORSAN. A Companhia não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, operações com instrumentos derivativos.

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

##### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros – empréstimos e financiamentos.

##### Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

##### Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### 2.11) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

##### Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 2.12) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695 de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência. Desde 1º de janeiro de 2013, ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 – Benefício a Empregados. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria. O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação CORSAN.

#### 2.13) Impostos

##### Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

##### Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%
ISS - Imposto sobre Serviços	2% a 5%

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).





# COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90  
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre  
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.14) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

#### Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua. A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção (IAS 11), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (2,08% em 2016 e 2,76% em 2015). A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

#### Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

### 2.15) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado, para fins contábeis, como dividendo e é apresentado nas Demonstrações Contábeis como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal relacionado é registrado e ajustado na apuração do IRPJ e CSLL. As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 20d.

### 2.16) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB). Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 e Demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

### 2.17) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2016 os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo, foram ajustados a seu valor presente.

### 2.18) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### 2.19) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e consequentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

### 2.20) Programa de participação nos lucros e resultados - PPLR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

### 2.21) Redução ao valor recuperável – Impairment

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

### 2.22) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

## 3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no País. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o País.

#### Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano.

## 4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS AINDA NÃO EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são abaixo apresentadas. Porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens e serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nos IFRS e nos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("US Gaap") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A nova norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.
- IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa - Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações à IAS 7 tem vigência a partir de 01/01/2017
- IAS 12 Tributos sobre o lucro - Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. As alterações à IAS 12 têm vigência a partir de 01/01/2017.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções. Considerando as atuais operações da Companhia, a administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	1	1
Depósitos bancários	8.752	9.417
Aplicação de liquidez imediata	21.833	11.734
	<u>30.586</u>	<u>21.152</u>

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo totalizam R\$13.083 em 31 de dezembro de 2016 (R\$31.809 em 31 de dezembro de 2015) e referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.

Continua



# COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90  
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre  
www.corsan.com.br



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$55.343 em 31 de dezembro de 2016 (R\$46.057 em 31 de dezembro de 2015) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal. O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Banco	Ano	Valor
Banrisul Reserva BNDES PAC 1	2023	6.673
Banrisul Reserva BNDES PAC 2	2027	4.913
Caixa Econômica Federal Reserva	2034	43.757
		<u>55.343</u>

### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber vincendas		
Particular	148.840	132.240
Pública	12.330	12.254
Contas a receber vencidas		
Particular	65.500	57.710
Pública	19.152	30.649
Receitas a faturar	68.639	58.745
Total de contas a receber	314.461	291.598
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.331)	(14.772)
	<u>304.130</u>	<u>276.826</u>
Circulante	299.631	272.110
Não circulante	4.499	4.716

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	148.840	12.330	132.240	12.254
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	38.708	4.200	38.456	3.752
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	14.741	6.238	11.083	6.754
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	7.071	3.363	4.641	8.901
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	3.694	2.607	1.410	9.589
Créditos vencidos - mais de 360 dias	1.286	2.744	2.120	1.653
	<b>214.340</b>	<b>31.482</b>	<b>189.950</b>	<b>42.903</b>

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar. A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.14). A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	(14.772)	(6.792)
Adições	(30.634)	(14.128)
Reversões/realização de perda	35.075	6.148
Saldo no final do exercício	<u>(10.331)</u>	<u>(14.772)</u>

### 7. ESTOQUES

	31/12/2016	31/12/2015
Tubulações de água e esgoto	48.104	24.843
Materiais de tratamento/laboratório	31.794	26.482
Materiais diversos	15.217	15.102
	<u>95.115</u>	<u>66.427</u>

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

### 8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Classificados no Ativo Não Circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	284.409	277.296
<b>Classificados no Passivo Não Circulante</b>		
Pasep e Cofins diferidos	13.096	13.519

#### a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32(R2) vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

#### Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	700.506	757.134
Provisão para contribuição adicional a Fundação CORSAN	4.472	34.007
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	549.884	430.264
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.331	14.772
Provisões para perdas - Prefeitura de Novo Hamburgo	9.610	9.610
Provisões para perdas - outras	76.585	62.633
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	29.080	40.400
Reserva de reavaliação	(74.429)	(73.792)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(275.270)	(297.523)
Encargos financeiros capitalizados	(194.194)	(174.708)
Variação cambial tributada por regime de caixa	(3.502)	7.403
Outras provisões e diferenças temporárias	3.424	5.375
Total das diferenças temporárias	<u>836.497</u>	<u>815.575</u>
Alíquota vigente	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	<u>284.409</u>	<u>277.296</u>

#### Conciliação alíquota efetiva

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	254.784	220.072
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(86.627)	(74.825)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	38.019	18.670
Incentivos fiscais	5.769	3.655
Outras diferenças permanentes	(4.073)	(3.695)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(46.912)</u>	<u>(56.195)</u>
Corrente	(121.254)	(100.866)
Diferido	74.342	44.671
Alíquota efetiva	18%	26%

#### b) COFINS e PASEP Diferidos

	31/12/2016			31/12/2015		
COFINS e PASEP Diferidos	COFINS	PASEP	Total	COFINS	PASEP	Total
RTT	10.760	2.336	13.096	11.108	2.411	13.519
Total COFINS e PASEP	10.760	2.336	13.096	11.108	2.411	13.519
Valor passivo	(10.760)	(2.336)	(13.096)	(11.321)	(2.457)	(13.778)
Valor ativo	-	-	-	213	46	259

### 9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos com prefeituras municipais	3.096	3.419
Adiantamento de férias	3.333	3.920
Indenizações judiciais a receber	4.131	3.605
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.868	1.799
Valores a compensar	1.035	1.916
Créditos diversos	432	1.485
	<u>13.895</u>	<u>16.144</u>
Circulante	7.014	9.535
Não circulante	6.881	6.609

### 10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, R\$402.336 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$322.819 em 31 de dezembro de 2015). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros	1.123.179	943.916
( - ) Ajuste a valor presente	(720.843)	(621.097)
	<u>402.336</u>	<u>322.819</u>

#### Movimentação do Ativo Financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do exercício	322.819	292.042
Constituição/realização de AVP	36.706	26.803
Adições/(Baixas)	(125.991)	41.016
Transferências líquidas	168.802	(37.042)
Saldo no final do exercício	<u>402.336</u>	<u>322.819</u>

#### Transferência de Bens e Serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$23.060 (R\$24.246 em 31 de dezembro de 2015) e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01 em 2010.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguaiiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$34.250 (R\$36.856 em 31 de dezembro de 2015) e foi reclassificado para o ativo financeiro em 2011.

### 11. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2015	22.128	310.001	136	332.265
Adições	-	18.534	248	18.782
Baixas	-	(686)	-	(686)
Transferências	-	(1.029)	-	(1.029)
Saldos em 31/12/2016	<u>22.128</u>	<u>326.820</u>	<u>384</u>	<u>349.332</u>

Depreciação				
Saldos em 31/12/2015	(18.060)	(225.845)	-	(243.905)
Depreciações	(625)	(13.050)	-	(13.675)
Baixas	-	648	-	648
Saldos em 31/12/2016	<u>(18.685)</u>	<u>(238.247)</u>	<u>-</u>	<u>(256.932)</u>

Saldos líquidos em 31/12/2015	4.068	84.156	136	88.360
Saldos líquidos em 31/12/2016	<u>3.443</u>	<u>88.573</u>	<u>384</u>	<u>92.400</u>

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$10.680 (R\$10.176 em 31 de dezembro de 2015), R\$1.507 (R\$1.119 em 31 de dezembro de 2015) como despesa comercial e R\$1.488 (R\$1.510 em 31 de dezembro de 2015) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos" são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

### 12. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do intangível
Saldos em 31/12/2015	904.507	696.603	147.319	1.116.177	2.864.606
Adições	14.413	2.541	9.191	258.660	284.805
Baixas	(7)	-	(128)	(1.860)	(1.995)
Transferências	52.444	164.442	2.377	(244.640)	(25.377)
Saldos em 31/12/2016	<u>971.357</u>	<u>863.586</u>	<u>158.759</u>	<u>1.128.337</u>	<u>3.122.039</u>

Amortização					
Saldos em 31/12/2015	(201.467)	(95.506)	(40.087)	-	(337.060)
Amortizações	(47.224)	(34.867)	(9.677)	-	(91.768)
Baixas	2	-	90	-	92
Saldos em 31/12/2016	<u>(248.689)</u>	<u>(130.373)</u>	<u>(49.674)</u>	<u>-</u>	<u>(428.736)</u>

Saldos líquidos em 31/12/2015	703.040	601.097	107.232	1.116.177	2.527.546
Saldos líquidos em 31/12/2016	<u>722.668</u>	<u>733.213</u>	<u>109.085</u>	<u>1.128.337</u>	<u>2.693.303</u>

A amortização do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$91.768 (R\$84.113 em 31 de dezembro de 2015).

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados imóveis e equipamentos necessários, à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$22.311 (R\$22.836 em 31 de dezembro de 2015). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 7,3% a.a.

### 13. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multi-localizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos. Pelo motivo acima exposto a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	30.968	25.077	187.070	157.169
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	12.921	15.649	35.674	56.989
Caixa Econômica Federal				7.047	7.665	157.256	124.047
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	17/02/30	7.047	7.631	156.459	123.182
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR	8,27%	31/03/17	-	34	797	865
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16	-	41	-	-
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	146	145	882	910
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.733	2.314	18.560	18.981
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	349	344	3.085	3.317
				<u>53.164</u>	<u>51.235</u>	<u>402.527</u>	<u>361.413</u>

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabeleçam metas de desempenho econômico-financeiro, que se cumpridas possibilitam a Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2018	52.228
2019	49.813
2020	49.597
2021	37.705
2022	37.705
Após 2022	175.479
	<u>402.527</u>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 31 de dezembro de 2016 os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.116	2.123	7.366	9.514
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.042	3.853	14.805	17.360
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.931	2.900	8.921	11.646
			9.089	8.876	31.092	38.520

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.109 (R\$3.012 em 31 de dezembro de 2015).

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento Líquido Total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/Receita Líquida	Igual ou inferior a 26%

Em 31 de dezembro de 2016 os índices estavam integralmente atendidos.

### 16. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2016	31/12/2015
Consignações a recolher	5.920	5.446
Depósitos e retenções contratuais	4.696	5.338
Convênio Sesi	121	249
Outras contas a pagar	615	189
	11.352	11.222

### 17. CONTRATO DE REPASSE

#### a) Orçamento Geral do Estado - OGE

Foi assinado contrato de repasse do Orçamento Geral do Estado – OGE, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, e a CORSAN, que têm por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida do contrato. Os valores foram transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$4.090 em 31 de dezembro de 2016 (R\$4.090 em 31 de dezembro de 2015). Historicamente estes valores são capitalizados por determinação do Acionista Controlador.

#### b) Agência Nacional das Águas - ANA

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 – PRODES entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que têm por finalidade a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 31 de dezembro de 2016 (R\$5.142 em 31 de dezembro de 2015).

### 18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	353.676	76.588	248.443	86.241
Adições	211.048	52.454	227.024	19.049
Saques/Reversões	(148.344)	(12.973)	(130.824)	(31.521)
Despesa financeira	14.989	2.446	9.033	2.819
Saldo final	431.369	118.515	353.676	76.588
Total		549.884		430.264
Circulante		218.959		139.319
Não circulante		330.925		290.945

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	221.840	176.762
Adições	217.410	149.426
Saques/Reversões	(167.008)	(104.348)
Saldo final	272.242	221.840
Circulante	108.686	72.815
Não circulante	163.556	149.025

As principais contingências provisionadas são:

#### Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$66.577 (R\$61.447 em 31 de dezembro 2015).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 1.891 ações. Em 31 de dezembro de 2016 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$364.792 (R\$292.229 em 31 de dezembro de 2015).

c) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$217.395 em 31 de dezembro de 2016 (R\$121.056 em 31 de dezembro de 2015).

#### Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013 a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2015).

b) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 2.272 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$107.957 (R\$66.423 em 31 de dezembro de 2015).

c) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Funcorsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$5.890 em 31 de dezembro de 2016 (R\$5.497 em 31 de dezembro de 2015).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$170.410 em 31 de dezembro de 2016 (R\$247.477 em 31 de dezembro de 2015).

### 19. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2016	31/12/2015
Plano de benefício definido	361.145	-
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	72.871	53.790
Incentivo à demissão voluntária	266.490	703.344
	700.506	757.134

#### Contribuição esperada para a patrocinadora

	2017	2016
Plano de benefício definido	47.090	46.959
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	2.346	9.100
Incentivo à demissão voluntária	66.350	63.416
	115.786	119.475

#### a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD nº 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo (ativo):

#### Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações atuariais	1.779.259	1.275.859
Valor justo dos ativos do plano	(1.313.128)	(1.196.328)
Passivo/ (ativo) atuarial líquido total reconhecido	466.131	79.531
Restrição do déficit contratado	-	78.554
Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 21.b)	(104.986)	(158.085)
Passivo atuarial provisionado	361.145	-

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora FUNCORSAN no valor de R\$104.986 em 31 de dezembro de 2016 (R\$158.085 em 31 de dezembro de 2015).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2016 e 2015 foi a seguinte:

	2016	2015
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	158.085	633.686
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	116.679	47.923
Contribuições do empregador vertidas no ano	(79.055)	(79.183)
Outros resultados abrangentes	270.422	(444.341)
Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano	466.131	158.085

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2016, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2017 são explicadas no quadro a seguir:

	2017	2016
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	32.416	21.706
Contribuições esperadas de participantes	(54.548)	(54.785)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	225.719	193.246
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(140.450)	(43.488)
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	63.137	116.679

#### Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2016	2015
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.441.419	1.674.343
Custo do serviço corrente bruto	21.706	25.010
Juros sobre obrigação atuarial	193.246	204.979
Benefícios pagos no ano	(141.552)	(113.216)
(Ganhos)/perdas atuariais	428.859	(349.697)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	1.943.678	1.441.419

#### Evolução do valor justo do ativos

	2016	2015
Valor justo dos ativos no início do ano	1.196.328	1.040.657
Benefícios pagos durante o exercício	(141.552)	(113.216)
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	54.785	51.601
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	79.056	79.184
Rendimento esperado dos ativos no ano	43.488	130.464
(Ganhos)/perdas atuariais	81.023	7.638
Valor justo dos ativos no fim do ano	1.313.128	1.196.328

#### b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações atuariais	72.871	53.790
Passivo atuarial provisionado	72.871	53.790

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2016 e 2015 foi a seguinte:

	2016	2015
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	53.790	71.445
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	8.180	11.261
Contribuições do empregador vertidas no ano	(11.049)	(8.571)
Outros resultados abrangentes	21.950	(20.345)
Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano	72.871	53.790

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2016, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2017, são explicadas no quadro a seguir:

	2017	2016
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	1.878	1.306
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	7.752	6.874
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	9.630	8.180

#### Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2016	2015
Valor das obrigações atuariais no início do ano	53.790	71.445
Custo do serviço corrente bruto	1.306	2.077
Juros sobre obrigação atuarial	6.874	9.184
Benefícios pagos no ano	(11.049)	(8.571)
(Ganhos)/ perdas atuariais	21.950	(20.345)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	72.871	53.790

#### c) Incentivo à Demissão Voluntária

A CORSAN assegura um benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 – 2017.

Para recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

##### c.1) Indenização de pagamento único

- Aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2016;

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;

- Possuir mais de 20 anos de vínculo empregatício com a CORSAN;

O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$296.838 conforme segue:



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- 54 anos: 21 remunerações base;  
- 55/56 anos: 19 remunerações base;  
- 57/58 anos: 17 remunerações base;  
- 59 ou mais: 16 remunerações base;

### c.2) Indenização mensal

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;  
- Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;  
- Estar vinculado a FUNCORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;  
- Estar desligado da CORSAN.

A Indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completem as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações atuariais	266.490	703.344
Passivo/(ativo) atuarial provisionado	266.490	703.344

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2016 e 2015 foi a seguinte:

	2016	2015
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	703.344	595.213
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	116.560	87.998
Contribuições do empregador vertidas no ano	(63.311)	(59.731)
Outros resultados abrangentes	(490.103)	79.864
Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano	266.490	703.344

A origem da despesa reconhecida durante o exercício de 2016, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2017, são explicadas no quadro a seguir:

	2017	2016
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	36.561	23.606
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	25.618	92.954
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	62.179	116.560

### Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2016	2015
Valor das obrigações atuariais no início do ano	703.344	595.213
Custo do serviço corrente bruto	23.606	15.899
Juros sobre obrigação atuarial	92.954	72.099
Benefícios pagos no ano	(63.311)	(59.731)
(Ganhos)/ perdas atuariais	(490.103)	79.864
Valor das obrigações atuariais no final do ano	266.490	703.344

### d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	2016	2015
Taxa de desconto atuarial - real	5,71% a.a.	7,36% a.a.
Taxa de desconto atuarial - nominal	10,79% a.a.	13,99% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - real	5,71% a.a.	7,36% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - nominal	10,79% a.a.	13,99% a.a.
Taxa de crescimento salarial - real	2,18% a.a.	2,18% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios - nominal	4,80% a.a.	6,17% a.a.
Inflação projetada	4,80% a.a.	6,17% a.a.
Fator de capacidade	98,02%	98,00%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,89%	4,99%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,89%	4,99%
Demográficas	2016	2015
Tábua de mortalidade geral basic male	AT 2000 (A5%) basic male	AT 2000 (A5%)
Tábua de mortalidade de inválidos basic male	AT 49 male (A100%)	AT 49 male (A100%)
Tábua de entrada em invalidez	TASA - 1927	TASA - 1927
Tábua de rotatividade	Gama Exp. Tot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Tot. Funcorsan 2015
Entrada em aposentadoria	100% de elegibilidade	100% de elegibilidade
Composição familiar	61%/84% casados, mulher/homens.	61%/84% casados, mulher/homens.
Benefícios a conceder e concedidos	3/4 anos mulher mais jovem para participantes mulheres e homens	3/4 anos mulher mais jovem para participantes mulheres e homens

O retorno dos investimentos da Fundação Corsan em 2016 foi de R\$191.335 (R\$139.188 em 2015)

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %		Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 percentagem ou faixa de percentagem
Segmento	2016	2015	Limite
Renda Fixa	87,58%	85,44%	100%
Renda Variável	3,41%	5,34%	70%
Investimentos Estruturados	0,35%	0,18%	20%
Carteira de Imóveis	5,51%	5,70%	8%
Empréstimos	3,14%	3,33%	15%
Disponível	0,01%	0,01%	-
Fundo Garantidor	100%	100%	

Em 01 de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 01 de janeiro de 2012 a 30 de abril de 2016, onde até 31 de dezembro de 2016, 1.590 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, 202 funcionários já haviam se desligado da Companhia. No exercício a despesa com desligamento foi de R\$63.311 (R\$59.731 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada FUNCORSAN no valor de R\$104.986 em 31 de dezembro de 2016 (R\$158.085 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$141.101. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data base.

### Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

### Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da Funcorsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada. Sendo gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Funcorsan.

### Política de investimentos

A Funcorsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

### Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan;
- Receitas de aplicações do patrimônio.

### Gestão de recursos

A Funcorsan delega à Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

### Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

### Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No exercício de 2016 as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

### 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Companhia é de R\$939.148, estando assim representado:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais(%)
Acionistas						
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Mucum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
	306.756.816	306.756.816	613.513.632	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

#### b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

#### c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2016 monta R\$74.414 (R\$76.328 em 31 de dezembro de 2015) líquida de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes".

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no período findo em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$1.914, líquido dos efeitos tributários (R\$2.229 em 31 de dezembro de 2015).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$73.449, líquidas dos efeitos de créditos tributários (R\$57.053 em 31 de dezembro de 2015).

#### d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	207.872	163.877
( - ) Reserva legal (5%)	(10.394)	(8.194)
( + ) Ajustes lei nº 12.973/14	204	-
( - ) Reserva de incentivos fiscais	(143)	-
Base de cálculo para dividendos	197.539	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%) a pagar	49.385	38.921
Juros sobre capital próprio a pagar	62.436	15.992
Total dos juros e dividendos distribuídos	111.821	54.913

Para apuração dos dividendos mínimos obrigatórios foram considerados os métodos e critérios contábeis vigentes, conforme estabelece a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76. Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são conforme o demonstrado a seguir:

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	Total Dividendos	JSCP - valor líquido	Dividendos propostos (R\$)
Ações ordinárias	23.517	29.731	-
Ações preferenciais	25.868	32.705	-
	49.385	62.436	-

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$111.821 (R\$54.913 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$38.019 (R\$18.670 em 31 de dezembro de 2015) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos juros sobre capital próprio é registrado no Patrimônio Líquido. A Companhia imputou parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios líquido do Imposto de renda retido na fonte.

#### e) Reservas de lucros

##### Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, e constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

##### Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

##### Reserva de retenção de lucros

A administração propõe, sujeito à aprovação da Assembleia Geral, a destinação do montante de R\$87.428 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados. Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

#### f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia registrou como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$19.330, totalizando em 31 de dezembro de 2016 (R\$12.753 em 31 de dezembro de 2015), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU e Fundação Nacional da Saúde – FUNASA.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os adiantamentos foram classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível.

### 21. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

#### a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2016	31/12/2015
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	17.774	34.093
Aplicações no caixa único do Estado	157	729
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(169.362)	(130.553)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual.

#### b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

##### b.1) Contratos de dívidas

Composição da Dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	3.720	3.464	754	3.823
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	19.434	18.165	50.075	60.817
Contrato 122005		(*)	01/12/18	12.503	10.552	18.500	32.550
TAC	INPC	6% a.a.	31/12/18	-	-	-	28.714
				35.657	32.181	69.329	125.904

(\*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).  
Em 31 de dezembro de 2016, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2018	36.422
2019	17.169
2020	15.738
	69.329

#### c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$3.085 (R\$6.406 em 31 de dezembro de 2015).

### 22. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de abastecimento de água	2.195.204	1.948.642
Serviços de esgoto	140.493	121.416
Outras receitas de serviços prestados	37.568	17.476
Receitas de construção	205.191	184.066
Impostos sobre receita serviços	(216.880)	(191.412)
	2.361.576	2.080.188

### 23. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	947.136	838.453
Materiais	75.377	70.252
Energia elétrica	215.733	212.015
Serviços de terceiros	267.623	242.088
Gerais	109.862	127.504
Depreciações e amortizações	105.443	96.918
Provisões	227.163	82.321
Custos de construção	201.009	179.114
Outras (receitas)despesas operacionais, líquidas	1.543	6.406
	2.150.889	1.855.071
Classificados como:		
Custos dos serviços	1.520.411	1.351.935
Despesas comerciais	105.741	80.267
Despesas administrativas	523.194	416.463
Outras (receitas)despesas operacionais, líquidas	1.543	6.406
	2.150.889	1.855.071

### 24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras	119.633	90.291
Acréscimos por inadimplementos	27.442	24.168
Variações monetárias ativas	20.697	10.916
Receitas financeiras pela realização de AVP	36.706	26.804
Variações cambiais ativas	19.005	8.183
Outras receitas financeiras	15.783	20.220
Despesas financeiras	(75.536)	(95.336)
Juros e taxas sobre financiamentos	(11.032)	(7.571)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(10.217)	(16.049)
Variações monetárias passivas	(45.425)	(39.751)
Variações cambiais passivas	(8.862)	(31.965)
Resultado financeiro líquido	44.097	(5.045)

### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

#### a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

• **Caixa e equivalentes de caixa** – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores.

• **Aplicações financeiras** – referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.  
• **Contas a receber** – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa.  
• **Ativos financeiros** – referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados.  
• **Contas a pagar** – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável.  
• **Empréstimos e financiamentos e debêntures** – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.  
• **Dívidas com a Fundação CORSAN** – estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 22.b. A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.10.

#### b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

#### c) Gerenciamento de Riscos

*Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia*

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

##### a) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

##### b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	53.205	157.499	262.124	472.828
Debêntures	11.601	27.468	4.221	43.290
Fornecedores	126.344	-	-	126.344
Dívidas com Fundação Corsan	37.796	56.806	16.682	111.284
	228.946	241.773	283.027	753.746

##### c) Risco de mercado:

**Risco da taxa de juros:** Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

**Risco de taxas de câmbio:** Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

#### Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2016 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

		(Perdas) / Ganhos financeiros					
Operação	Risco	2016	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(189.058)	(1.792)	(1.493)	(2.240)	(2.800)	(3.360)
Empréstimos	TJLP	(218.038)	(13.082)	(10.902)	(16.353)	(20.441)	(24.529)
Empréstimos	US Dólar	(48.595)	(8.219)	(14.949)	(1.875)	(14.492)	(27.109)
Debêntures	TJLP	(40.181)	(2.411)	(2.009)	(3.014)	(3.767)	(4.520)
		(495.872)	(9.066)	545	(23.482)	(41.500)	(59.518)
Indexador	TR / UPR		0,95	0,79	1,18 **	1,48	1,78
	TJLP		6,00	5,00	7,50 **	9,38	11,25
	US Dólar	3,37	2,80	2,33	3,50 ***	4,38	5,25

Fontes:

\* Portal Brasil

\*\* BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

\*\*\* Focus - Relatório de Mercado

#### d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	14	455.691	412.648
Debêntures	15	40.181	47.396
Fornecedores		126.344	121.059
Dívida Funcorsan	21.b	104.986	158.085
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(30.586)	(21.152)
(-) Aplicações financeiras	5	(68.426)	(77.866)
Dívida líquida		628.190	640.170
Patrimônio e Adiantamentos		1.908.907	1.675.777
Capital social e dívida líquida		2.537.097	2.315.947
Quociente de alavancagem		24,76%	27,64%

### DIRETORIA

Flavio Ferreira Presser  
Diretor Presidente  
CPF nº 192.190.830-00

Marcus Vinicius Vieira de Almeida  
Diretor Administrativo  
CPF nº 000.625.630-92

Jorge Luiz Costa Melo  
Diretor Financeiro e de  
Relações com Investidores  
CPF nº 149.304.120-72

Eduardo Barbosa Carvalho  
Diretor de Operações  
CPF nº 414.119.780-72

Antonio Gomes  
Diretor Técnico  
CPF nº 266.196.100-30

Luciano Eli Martin  
Diretor Comercial  
CPF nº 375.607.350-53

Marcus Vinicius Caberlon  
Diretor de Expansão  
CPF nº 198.669.250-72

Graziela Bohn Flores  
Superintendente de Contabilidade  
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7  
CPF nº 911.643.110-34



# COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90  
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre  
www.corsan.com.br



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Ilmos. Srs.  
Conselheiros, Diretores e Acionistas da  
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN  
Porto Alegre - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Conforme mencionado na nota 13, a Companhia adota a política de não contratar cobertura de apólice de seguro que garanta indenização em caso de eventual sinistro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### Informação suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, Rogério Alves Rios, Paulo Marques dos Reis e Felipe Henrique Giaretta, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificada que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2016, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em Abril de 2016, contempla o pagamento sob a forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Os dividendos obrigatórios apurados (25% sobre o lucro) atingiram a cifra de R\$ 49.385 mil, sendo que a Companhia registrou, no decorrer do exercício de 2016 o valor de R\$ 111.821 mil, correspondente ao valor de juros sobre o Capital Próprio, já líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte não restando, portanto, nenhum valor a ser creditado, a título de Dividendos, relativos ao Exercício de 2016. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa AUDILINK & CIA. AUDITORES e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal declara que os documentos estão aptos à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN.

Porto Alegre, 15 de março de 2017.

ROGÉRIO ALVES RIOS

PAULO MARQUES DOS REIS

FELIPE HENRIQUE GIARETTA

### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Eldorado do Sul, 13 de março de 2017.

AudiLink & Cia. Auditores  
CRC-RS 003688/F-0

Roberto Caldas Bianchessi  
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

### MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 16 de março de 2017.

AUGUSTO ARNOLD FILHO  
Presidente do Conselho

FLAVIO FERREIRA PRESSER  
Conselheiro

SILVÉRIO MIRANDA NETO  
Conselheiro

ODIR LUIZ BACCARIN  
Conselheiro

CLIVER ANDRÉ FIEGENBAUM  
Conselheiro



**Companhia Estadual de Geração e  
Transmissão de Energia Elétrica  
CEEE - GT**







# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Dezembro 2016**

**Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as  
Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)**

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

**Valores expressos em milhares de reais.**

## SUMÁRIO

Relatório de Administração	03
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	27
Demonstração dos Resultados	28
Demonstração dos Resultados Abrangentes	28
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	29
Demonstração dos Fluxos de Caixa	30
Demonstração dos Valores Adicionados	31
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	32
Relatório dos Auditores Independentes	103
Declaração dos Diretores	109
Parecer do Conselho Fiscal	111
Manifestação do Conselho de Administração	112

## Senhoras e Senhores Acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração.

### 1. Mensagem da Administração

Seguindo nosso compromisso de transparência em todas as ações da gestão, apresentamos o Relatório de Administração 2016 da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Nossos esforços de gestão, que iniciaram em janeiro de 2015, quando assumimos a Diretoria das Empresas do Grupo CEEE, seguem surtindo efeito. É com imensa satisfação que anunciamos que a CEEE-GT encerrou o exercício com lucro líquido de R\$ 980,4 milhões. Nosso crescimento é visível. Desde 2009 não se registrava resultado semelhante. Esta grande conquista é resultado, dentre diversos esforços empregados, da indenização das parcelas de receita das instalações componentes da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

Nosso destaque também é dado para o índice Ebitda (lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização), que foi de R\$1.232,3 milhões em 2016, uma variação de 217.436% quando comparado aos R\$ 567,0 mil negativos em 2015. Os demais resultados financeiros são promissores, e podem ser acompanhados nas próximas páginas.

Dentre as ações técnico-operacionais que merecem destaque, na área de Geração podemos ressaltar o indicador de disponibilidade das usinas. Encerramos 2016 com 95,25% para as usinas despachadas centralizadamente. A soma de esforços operacionais na aplicação de recursos em manutenção e operação da geração foi da ordem de R\$ 170 milhões, o que está promovendo a modernização e adequação das usinas existentes e também a melhoria da confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica.

Já na área da Transmissão, a expansão e a ampliação de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica registraram incremento de 208 MVA (Megavolt-ampère). Além disso, durante o ano de 2016, foram concluídos 48 reforços no sistema pela área de manutenção de transmissão.

Outro ponto que merece destaque é a implantação do novo sistema corporativo ERP. Desde 05 de dezembro de 2016, contamos com o que há de mais moderno em termos sistemas de gerenciamento de informações. Esta mudança está promovendo, dentre diversos benefícios, a assertividade nas informações, a segurança e o controle dos dados da Companhia, além de iniciar uma transformação no padrão de qualidade do gerenciamento de nossos processos.

Neste relatório, será possível acompanhar um resumo destas e de muitas outras ações que foram concretizadas em 2016. Nosso trabalho está em pleno desenvolvimento. Seguiremos atuando primando pela transparência, prontidão e antecipação aos fatos. Uma boa leitura.

### 2. Perfil da Empresa CEEE-GT

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma das empresas pertencentes ao Grupo CEEE, é concessionária do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul.

A CEEE-GT é uma sociedade de economia mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, efetuado em novembro de 2006. Tem como maior acionista a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), que, por sua vez, tem o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário.

A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

## 2.1 Composição Acionária

A composição acionária da empresa, em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES	%
CEEE-Par	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92
ELETROBRÁS	3.067.035	32,23	87.639	53,43	3.154.674	32,59
MUNICÍPIOS	34.564	0,35	53.446	32,60	88.010	0,91
BM&F BOVESPA S.A	33.808	0,36	20.622	12,57	54.430	0,56
OUTROS	504	0,01	1.220	0,74	1.724	0,02
<b>TOTAL</b>	<b>9.516.732</b>	<b>100,00</b>	<b>164.014</b>	<b>100,00</b>	<b>9.680.746</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco Itaú S/A - Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais / Unidade de Atendimento para Empresas

Notas:

1 - Data base: 31/12/2016

2 - 714 Acionistas

3 - Patrimônio Líquido em 30/09/2016: R\$ 2.249.484 (R\$ Mil)

4 - Valor Patrimonial da Ação-VPA: R\$ 232,37 (unitário)

### 2.1.1 Comportamento do preço das ações

De janeiro a dezembro de 2016, as ações ordinárias nominativas (ON) da Companhia foram negociadas em 62 dos 249 pregões do ano e as ações preferenciais nominativas (PN) em 39 dos 208 pregões do ano, no mercado à vista da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa).

As ações ON e PN, respectivamente, fecharam o período cotadas na Bolsa, a R\$ 82,51 (oitenta e dois reais e cinquenta e um centavos) e R\$ 69,97 (sessenta e nove reais e noventa e sete centavos) o preço unitário, sendo negociadas por lotes de mil unidades.

As informações acima podem ser encontradas no “Resumo Mensal de Negociação” de dezembro de 2016, disponível no site da BM&FBovespa.

### 2.1.2 Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Companhia coloca à disposição dos seus acionistas a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, instalada na sua sede, sito av. Joaquim Porto Villanova, nº 201, prédio A1, sala 620, bairro Jardim Carvalho, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande de Sul, CEP 91-410-400.

A Diretoria presta informações sobre a posição acionária individual, dividendos, cotação das ações da, solicitações para a emissão de certificados e crédito dos dividendos, e demais informações para o bom relacionamento entre a Companhia e seus Acionistas.

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone de número +55 51 3382-5715, pelo e-mail [ri@ceee.com.br](mailto:ri@ceee.com.br) e pelo site <http://ri.ceee.com.br>.

### 2.1.3 Relações com o mercado

Em 2016, a Companhia realizou a Reunião Pública Anual com Investidores e Analistas do Mercado no dia 23/12/2016.

## 2.2 Reconhecimentos

### Prêmio 500 Maiores do Sul

O Grupo CEEE ocupou a 12ª colocação no ranking do Rio Grande do Sul e a 31ª posição na região Sul do Brasil, em 2016. O ranking Grandes & Líderes - 500 Maiores do Sul é elaborado pela Revista Amanhã em conjunto com a PwC, com dados coletados no balanço financeiro das empresas (ou grupos).

### Ranking Estadão Empresas Mais

No estudo elaborado pelo jornal O Estado de São Paulo, a CEEE também conquista posição de destaque entre as 1500 maiores companhias do Brasil. Com metodologia diferente da aplicada pela revista Amanhã, o Ranking Estadão classificou o Grupo CEEE como a 738ª empresa com maior receita líquida.

### Prêmio Qualidade da Transparência Contábil

A CEEE-GT recebeu o Prêmio Qualidade da Transparência Contábil, conferido pela Abraconee - Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica. O Diploma pelo 2º lugar obtido como “Melhor Divulgação das Demonstrações Financeiras”, na categoria Companhia de Médio Porte, do exercício de 2015, foi entregue no XXXII Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrico realizado, de 20 a 23 de novembro, em Florianópolis (SC).

## 3. Gestão e Governança Corporativa

### 3.1 Organização e Gestão

A CEEE-GT, no âmbito do Departamento de Operação do Sistema, da Divisão de Instalações na transmissão, possui certificação ISO9001/2008 para o escopo Pré-Operação, Operação em Tempo Real, Pós-Operação e Normatização desde 2001.

Para obter a certificação, estes processos devem ser submetidos a auditorias de empresas certificadoras independentes, periodicamente. Cada certificação tem duração de três anos. De julho de 2014 a julho de 2017, a empresa certificadora é a ABS Group.

Nas últimas cinco avaliações semestrais não foram registradas não-conformidades nos processos.

### 3.2 Ética

Por meio de seu conjunto de valores e princípios éticos, o Código de Ética da CEEE-GT estabelece diretrizes básicas para a conduta requerida para todos os dirigentes, empregados e partes interessadas, independente da área de atuação e do nível hierárquico por estes ocupados.

A Companhia assegura a manutenção de canais de relacionamento, internos e externos, para o recebimento de consultas e denúncias de práticas irregulares ou consideradas ilegais e contrárias aos valores e princípios éticos disponíveis para a sociedade, clientes, fornecedores, investidores e empregados.

### 3.3 Governança Corporativa

A Companhia segue as melhores práticas de mercado, fazendo parte do Nível 1 de Governança Corporativa da BMF&Bovespa, onde estão listadas as empresas com reconhecida transparência com seus públicos.

Dentre as melhores práticas adotadas estão àquelas constantes do regulamento de governança corporativa do nível 1, que compreendem, dentre outras, da publicação do calendário de eventos corporativos da companhia, a ciência dos administradores das boas práticas de governança corporativa através dos termos de anuência e adesão, realização de reunião pública anual com analistas e investidores, política de negociação de valores mobiliários e do uso de informações privilegiadas pelos administradores e o código de conduta estabelecendo os valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a Companhia se relacione.

A estrutura da administração da empresa é constituída pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal e Conselho de Consumidores. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a Auditoria Independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da empresa com suas partes interessadas.

### 3.4 Tecnologia da informação

No mês de dezembro de 2016, o Grupo CEEE deu o maior passo de sua história em termos de tecnologia de gestão. A entrada em operação dos novos sistemas de Gestão Administrativo (ERP) e Comercial (SGC), que compõem o Projeto Convex, permitindo que a empresa se equipare às organizações líderes no setor elétrico. Além de uma maior eficiência nos processos de trabalho e segurança das informações, o principal benefício trazido pelo Convex será a integração entre os processos, permitindo que atividades antes realizadas em sistemas paralelos e isoladas sejam gerenciadas através de uma única ferramenta. Isso tornará os processos de negócio mais ágeis e permitirá o monitoramento e visibilidade de todo o fluxo de informação.

### 3.5 Acordo de Resultados

Em 2016, a Companhia celebrou junto ao Governo do Estado do RS o Acordo de Resultados. Trata-se da formalização dos principais compromissos dos órgãos do Governo Estadual com a sociedade. Sua composição abrange três dimensões, sendo: a) Indicadores de Desempenho; b) Projetos Prioritários para o ano de 2016; e, c) Compromissos de Gestão. O Documento foi assinado em 08 de abril de 2016, momento em que a CEEE-GT comprometeu-se com 34 projetos, sendo 13 obras de Transmissão, 10 obras TESB e o Complexo Eólico Povo Novo, além de 05 (cinco) indicadores de desempenho. Os resultados alcançados confirmam o compromisso da gestão com a eficiência operacional, a racionalização dos gastos e assertividade nos investimentos. Cabe destacar a conclusão de 11 (onze) obras de transmissão e o desempenho positivo dos indicadores técnicos e econômico-financeiro, destacando-se neste último as ações assertivas tomadas no corrente ano que resultaram na melhora do desempenho do indicador, mantendo esta tendência para o próximo ano.

Indicador	Objetivo do Indicador	Unidade de medida	Polaridade	Meta	Realização 2016
DGH60	Medição da Disponibilidade da Geração Hidrelétrica, sendo a média móvel 60 meses das disponibilidades das usinas.	Pontos percentuais	↑	90,27	95,25
TFM-G	Taxa de Falhas da unidade geradora hidráulica das usinas despachadas centralizadamente. Periodicidade mensal, com meta de atendimento anual.	Pontos percentuais	↓	7	6,51*
EIT	Representa o percentual de energia interrompida, por causa relacionada à transmissão da CEEE-GT em relação a energia total consumida no RS	Pontos percentuais	↓	0,005	0,0052



Indicador	Objetivo do Indicador	Unidade de medida	Polaridade	Meta	Realização 2016
QO&M	É o percentual remanescente do Pagamento Base Total ativo da Resolução homologatória da ANEEL - RAP, após descontos de receitas decorrentes da Parcela Variável de O&M acrescido do PA - Qualidade DIT	Pontos percentuais	↑	98,65	99,13
EBITDA REGULATÓRIO	Resultado Operacional	Valor em milhões R\$	↑	≥0	<i>aguardando fechamento</i>

\* Indicador extrapolou a meta firmada no Acordo de Resultados, mas manteve-se dentro do limite considerado aceitável pelo ONS (<7).

### 3.6 Participação no Mercado de Energia Elétrica

O quadro a seguir apresenta as Participações Societárias da CEEE-GT em Empreendimentos de Geração.

Empreendimentos	Participação CEEE
UHE Machadinho (1)	5,53%
UHE Dona Francisca (1) (2)	10,00%
UHE Campos Novos (3)	6,51%
UHE Furnas do Segredo (3)	10,50%
UHE Monte Claro (3) (4)	30,00%
UHE Castro Alves (3) (4)	30,00%
UHE 14 de Julho (3) (4)	30,00%
UHE Foz do Chapecó (3)	9,00%
UTE Piratini (3)	10,00%
EOL Palmares (3)	10,00%
EOL Ventos da Lagoa (3)	10,00%
EOL Ventos do Litoral (3)	10,00%
EOL Ventos do Sul S/A (3)	10,00%
EOL Ventos dos Índios Energia S/A (3)	10,00%

(1) A CEEE-GT recebe em energia a sua participação nestes empreendimentos.

(2) A energia assegurada à CEEE é de 2MWm nos 10 primeiros anos de operação comercial (2001 à 2010), 6MWm do 11º ao 20º (2011 à 2020) e 10MWm a partir do 21º ano (2021 à 2030).

(3) A CEEE-GT não recebe energia, apenas dividendos destes empreendimentos.

(4) Usina integrante do Projeto CERAN (Companhia Rio das Antas).

## 4. Desempenho Operacional

### 4.1 Setor de Energia Elétrica no Brasil

O consumo de energia elétrica no Brasil fechou 2015 com declínio de 2,1% em relação a 2014, registrando 467,70 TWh. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a estrutura da oferta de energia elétrica brasileira foi proveniente em 61,9 % de usinas hidroelétricas; 21,4% de centrais termoelétricas (excluindo-se da contagem a energia nuclear); 2,5% de centrais nucleares; 8,2% da biomassa; e 3,7% da eólica. O ano de 2015, assim como 2014, foi atípico pela participação baixa da hidroeletricidade na comparação com anos anteriores.

O consumo de energia elétrica das famílias brasileiras alcançou 131.295 GW no ano de 2015. Considerando todas as classes de atividade, o consumo total no País foi de 465.203 GWh.

### 4.2 Mercado de Geração e Transmissão de Energia

A CEEE-GT produz cerca de 19% da energia hidrelétrica gerada no Rio Grande do Sul. O Parque Gerador da CEEE-GT possui uma potência instalada de 909,9 MW, atinge uma potência total de 1.267,27 MW, distribuídos nas usinas do Sistema Jacuí, do Sistema Salto, em nove Pequenas Centrais Hidrelétricas, além de participações em

projetos em parcerias público/privada. A energia produzida pelas usinas destina-se ao suprimento do Sistema Integrado Nacional (SIN), com os clientes situados em empresas de distribuição, consumidores do mercado livre, comercializadoras e geradoras.

Parque Gerador - Características Físicas							
Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporcional	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
<b>Integral</b>	<b>909,90</b>	<b>424,07</b>		<b>909,90</b>	<b>424,07</b>		
UHE Governador Leonel de Moura Brizola	180,00	123,00	100%	180,00	123,00	1962	31/12/2042
UHE Passo Real	158,00	68,00	100%	158,00	68,00	1973	31/12/2042
UHE Itaúba	500,00	190,00	100%	500,00	190,00	1978	30/12/2021
PCH Ivaí	0,70	0,45	100%	0,70	0,45	1950	Usina com registro. Sem data de vencimento
UHE Canastra	42,50	24,00	100%	42,50	24,00	1956	31/12/2042
PCH Bugres	11,12	10,00	100%	11,12	10,00	1952	31/12/2042
PCH Herval	1,44	0,29	100%	1,44	0,29	1937	31/12/2042
PCH Passo do Inferno	1,33	0,52	100%	1,33	0,52	1948	31/12/2042
PCH Toca	1,09	0,36	100%	1,09	0,36	1929	Usina com registro. Sem data de vencimento
UHE Ernestina	4,80	3,24	100%	4,80	3,24	1957	31/12/2042
PCH Capigüi	3,76	0,69	100%	3,76	0,69	1933	31/12/2042
PCH Forquilha	1,00	0,95	100%	1,00	0,95	1950	31/12/2042
PCH Guarita	1,76	0,99	100%	1,76	0,99	1953	31/12/2042
PCH Santa Rosa	1,40	0,88	100%	1,40	0,88	1955	31/12/2042
PCH Ijuizinho	1,00	0,70	100%	1,00	0,70	1950	31/12/2042
<b>Compartilhada</b>	<b>3.755,20</b>	<b>1.719,44</b>		<b>357,37</b>	<b>160,53</b>		
UHE Machadinho	1.140,00	529,00	5,53%	63,00	26,16	2002	
UHE Dona Francisca	125,00	78,00	10,00%	12,50	6,00	2001	
UHE Campos Novos	880,00	377,90	6,51%	57,30	24,60	2007	
UHE Furnas do Segredo	9,80	3,86	10,50%	1,03	0,41	2005	
UHE Monte Claro	130,00	59,00	30,00%	39,00	17,70	2005	
UHE Castro Alves	130,00	64,00	30,00%	39,00	19,20	2008	
UHE 14 de Julho	100,00	50,00	30,00%	30,00	15,00	2009	
UHE Foz do Chapecó	855,00	432,00	9,00%	77,00	38,90	2010	
UTE Piratini	10,00	0,00	10,00%	1,00	0,00	2003	
EOL Palmares	57,5	18,98	10,00%	5,75	1,90	2010	
EOL Ventos da Lagoa	57,5	19,20	10,00%	5,75	1,92	2012	
EOL Ventos do Litoral	57,5	19,70	10,00%	5,75	1,97	2012	
Ventos do Sul Energia S/A	150,00	47,50	10,00%	15,00	4,75	2006	
Ventos dos Índios Energia S/A	52,90	20,30	10,00%	5,29	2,03	2014	
<b>Sociedade de Propósito Específico</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>Total</b>	<b>4.665,10</b>	<b>2.143,51</b>		<b>1.267,27</b>	<b>584,60</b>		

Na área de Transmissão, a CEEE-GT disponibilizou ao sistema elétrico interligado 6.073 km de linhas de transmissão (5.902 próprio e 171 com contrato de O&M) e, através da operação de 68 subestações (54 próprias, 2 com cessão de uso, 10 compartilhadas e 2 com contrato de O&M), totalizando uma potência instalada de 9.925 MVA. Seus principais clientes são as concessionárias de distribuição que atuam no Estado, as Empresas de geração, e 11 consumidores livres.

#### 4.2.1 Comercialização

Através da Lei Federal nº 12.783/2013 a CEEE-GT prorrogou por 30 anos a concessão de 12 usinas de seu parque gerador. A energia destes empreendimentos, totalizando 233 MW médios, foi alocada na forma de Cotas de Garantia Física e Potência às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo a Companhia remunerada pela operação e manutenção destas usinas.

A CEEE-GT comercializou em 2016, além dos montantes entregues na forma de Cotas, entre contratos de compra e venda, um total de 258 MW médios, negociados no Ambiente Regulado (CCEARs) e no Ambiente Livre (CCEALs). Os ajustes no balanço energético - montantes não comprados ou não vendidos em contratos – foram liquidados no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 19 de dezembro de 2016 a CEEE-GT encaminhou carta à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Usina Hidrelétrica de Itaúba para um período de 30 anos. O Contrato de Concessão nº 25/2000 estabelece o prazo de concessão da referida usina até 30 de dezembro de 2021, sendo a manifestação realizada com um mínimo de 60 meses antes da data final do respectivo contrato em atendimento ao previsto, na Lei nº 12.783/2013.

Modelo de Negócio e Condições no ACR			
Usina	Modelo de Negócio em 31 de dez/2016 (energia)	Preço no ACR EM 31/DEZ/2016	Data e índice de reajuste no ACR
UHE Governador Leonel de Moura Brizola	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 27.615.225,84	IPCA em 1º/jul
UHE Passo Real	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 27.104.951,41	IPCA em 1º/jul
UHE Canastra	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 8.432.795,02	IPCA em 1º/jul
PCH Bugres	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 3.549.762,98	IPCA em 1º/jul
PCH Herval	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 1.081.421,71	IPCA em 1º/jul
PCH Passo do Inferno	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 641.591,35	IPCA em 1º/jul
UHE Ernestina	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 1.653.991,65	IPCA em 1º/jul
PCH Capigüi	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 1.084.830,30	IPCA em 1º/jul
PCH Forquilha	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 672.289,77	IPCA em 1º/jul
PCH Guarita	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 867.114,52	IPCA em 1º/jul
PCH Santa Rosa	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 778.504,78	IPCA em 1º/jul
PCH Ijuizinho	100% ACR/Cotas até o vcto. outorga - Lei 12.783/2013	RAG de R\$ 626.388,90	IPCA em 1º/jul
UHE Itaúba, UHE Dona Francisca, PCH Toca e PCH Ivaí	4% ACR e 96% ACL	R\$ 167,81/MWh	Cesta várias datas
Machadinho	100% ACL	Não Aplicável	Não Aplicável

#### 4.3 Aspectos Regulatórios

Atualmente a remuneração dos investimentos em melhorias é regada pela Resolução 642/2014 que prevê aprovação de plano de investimento com horizonte de 5 anos pela ANEEL e incorporação de receita após entrada em operação comercial das reformas previstas. As intervenções de maior valor (Grupo 2) dependem de aprovação de um plano de investimento pela agência reguladora e definição de receita adicional para remuneração dos investimentos. Os serviços de menor valor (Grupo 1) podem ser realizados sem autorização prévia da ANEEL e serão remunerados na revisão tarifária subsequente, até o limite aprovado no plano de investimento da usina.

Em abril/2016 a SRG/ANEEL expôs aos concessionários em regime de cotas a possibilidade de aprimoramentos nos contratos de concessão, incluindo um adicional de receita para os investimentos em reformas e melhorias, em isonomia aos critérios do Leilão 12/2015. No Leilão 12/2015, das usinas que não renovaram concessão nos termos da MP 579/2012, foi prevista uma parcela de receita para cobrir todos os investimentos em melhoria ao longo da concessão (GAG melhorias). Esta parcela foi atrelada ao valor da GAG O&M por meio de fator multiplicador variando de 1,2 a 2,012 conforme a necessidade de intervenções do aproveitamento. Nesta oportunidade foi solicitado aos agentes envio de proposta de metodologia e/ou adicional de receita necessário para cobrir os investimentos.

Em dezembro/2016, após análise pela ANEEL das contribuições apresentadas, foi publicada a Nota Técnica nº146/2016-SRG/ANEEL sobre proposta de inclusão da GAG melhorias para as usinas cotistas e recomendação

de abertura de consulta pública, com contribuições dos interessados, pelo período de 45 dias. Esta NT apresentou 03 alternativas para o cálculo da GAG melhorias.

As alternativas propostas foram analisadas em reunião realizada pela ABRAGE com a participação dos agentes interessados, de forma a contemplar no processo o adicional de receita necessário para realização dos investimentos previstos e redução das incertezas regulatórias que atualmente trazem grandes dificuldades para o setor. Algumas alternativas propostas foram a inclusão no cálculo de GAG dos custos civis, JDC (juros durante a construção) e demandas da administração pública. Também foram analisadas vantagens do fim do processo de revisão tarifária, que poderá resgatar um planejamento de médio e longo prazo para manutenção das usinas e contribuir para melhor confiabilidade do sistema.

A Área de Geração permanece acompanhando as propostas de alteração da regulação referente a remuneração, onde tem-se a expectativa de ajustes durante o ano de 2017.

#### 4.3.1 Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

##### 4.3.1.1 Produtividade e Qualidade

Indicadores Operacionais de Geração - Usinas Hidroelétricas (UHE's) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's):

- As Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS (Usinas Tipo I) são reguladas por disponibilidade, devendo manter disponibilidade móvel nos últimos 60 meses igual ou superior a estabelecida pela ANEEL.
- Enquadram-se neste critério na CEEE-GT as UHE's Leonel de Moura Brizola, Itaúba e Passo Real. As três usinas encerraram 2016 atendendo este indicador.
- Disponibilidade: A Disponibilidade Geral Equivalente das Usinas representa o percentual de tempo médio ponderado pela potência de cada máquina disponível para a geração de energia elétrica. O valor do mês de dezembro de 2016, que corresponde à média acumulada nos últimos 5 anos, ficou em 95,25%.
- As PCHs e a UHE Canastra são reguladas por produção de energia. A meta da CEEE-GT é de gerar na média anual 100% da garantia física vigente para cada instalação.

DGH60 - INDICADOR															
Disponibilidade média móvel 60 meses, ponderada pela Garantia Física das Usinas Despachadas Centralizadamente															
Usina	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	desvio da meta	folga em dias (1UG)	Limite
Itaúba	96,33%	96,32%	96,32%	96,26%	95,83%	95,55%	95,29%	95,00%	94,75%	94,62%	94,62%	94,62%	+ 5,04%	430	89,58%
Passo Real	97,17%	96,92%	96,84%	96,84%	96,83%	96,82%	96,81%	96,83%	96,84%	96,84%	97,03%	96,94%	+ 7,36%	261	89,58%
Leonel Brizola	95,87%	95,70%	95,50%	95,49%	95,37%	95,16%	95,27%	95,35%	95,47%	95,61%	95,53%	95,53%	+ 2,51%	231	93,02%
Total	96,39%	96,30%	96,24%	96,20%	95,92%	95,71%	95,57%	95,42%	95,30%	95,25%	95,27%	95,25%	5,42%		90,32%
Média Anual:	95,74%														

As demais UHE's e PCH's da CEEE-GT também têm sua disponibilidade acompanhada mensalmente. Apesar da ANEEL não estabelecer disponibilidade mínima para os empreendimentos não despachados centralizadamente (usinas Tipo III), este indicador é acompanhado pela CEEE-GT com vistas à maximização do tempo disponível para geração de energia.

a) Indicadores Operacionais e de Produtividade de Transmissão: Capacidade Instalada: Este indicador corresponde à soma da potência nominal de todos os transformadores da Transmissão em operação. Em 2016 a CEEE-GT concluiu a implantação de novos transformadores em 4 Subestações, aumentando em 208 MVA a potência instalada ao sistema de transmissão, totalizando 9.925 MVA. Houve um aumento de 2,1% de capacidade instalada em relação a 2015. Os principais empreendimentos que entraram em operação comercial que contribuíram para esse aumento na capacidade instalada foram nas subestações de São Borja 2, Quinta, Santa Rosa 1 e Guarita.

b) Índice de Índice de Indisponibilidade Mensal de Energia na Transmissão (IIMET): Indica o percentual de energia deixada de transportar no mês, em relação ao montante total de energia requerida.

A apuração dos montantes de energia interrompida e de suas respectivas causas é realizada diariamente e contabilizada com periodicidade mensal para o cálculo do indicador, permitindo a quantificação dos montantes absolutos e percentuais de cada uma das causas para um melhor controle através de ações específicas e pertinentes às causas verificadas.

O quadro 1 demonstra uma estabilidade destes indicadores entre 2010 e 2016.

Valores do Indicador IIT							
Indicador (%)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
IIMET – Geral	0,0060	0,0071	0,0049	0,0060	0,0066	0,0057	0,0045
IIMET – Transmissão	0,0039	0,0060	0,0047	0,0058	0,0041	0,0049	0,0043

c) Energia Deixada de Transmitir (EDT): Este indicador se divide em dois subitens, um valor global, incluindo motivos externos e alheios a CEEE Transmissora, e outro para as causas específicas de responsabilidade da empresa.

A EDT Total soma toda a energia interrompida no ano de 2016 e a EDT Média é o resultado da média dos doze meses do ano de 2016.

O quadro 2 demonstra os valores obtidos nos últimos 6 anos.

Valores do Indicador EDT						
Indicador (MWh)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
EDT Total - Geral	2217,98	1580,51	2002,44	2379,69	1540,15	1528,29
EDT Total - Transmissão	1885,27	1504	2100,59	1429,31	1809,27	1454,23
EDT Média - Geral	184,83	131,71	175,05	198,31	128,35	127,36
EDT Média - Transmissão	157,11	125,62	166,87	119,11	150,77	121,19

## 5. Investimentos

Os investimentos realizados pela CEEE-GT no Parque Gerador e em obras de Subestações e Linhas de Transmissão atendem determinação do contrato de concessão e tem o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica, ao longo de 2016.

### 5.1 Geração

#### 5.1.1 Expansão e Modernização da Geração

Tendo como objetivo aumentar sua participação no mercado através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos das diversas fontes de energia, em especial as Pequenas Centrais Hidrelétricas energia eólica, através da qual a companhia expandirá em 102,45 MW a sua capacidade de geração. Destacadas abaixo, as principais expectativas de realizações no âmbito da expansão da geração:

- Os projetos das usinas de Forquilha, Guarita e Ernestina encontram-se em tramitação junto à ANEEL, para fins de aprovação de Projeto Básico.
- O projeto da PCH Santa Rosa aguarda informação de acesso junto a RGE para encaminhamento de documentação a EPE para determinação de tarifa. Findando esta fase estará apta para lançamento de edital de contratação de implantação.

As principais obras de Expansão da Geração que iniciarão ou terão continuidade em 2017 são:

- UHE Bugres: A ampliação da UHE Bugres, autorizada pela ANEEL, cujo início da obra estava previsto para o 2º semestre de 2016 teve seu cronograma ajustado em função da alteração do ponto de conexão ao sistema de transmissão nas tensões de 6,6 kV para 69 kV em função da Superintendência de Concessão de Distribuição e Transmissão da Agencia Nacional de Energia Elétrica (SCT/ANEEL) considerar que as obras necessárias na SE Bugres serem de interesse exclusivo da geradora. Esta modificação gerou a necessidade

de nova alteração do contrato de concessão, finalizados pela Superintendência de Concessões de Geração (SCG/ANEEL) em Dez/2016. Os recursos necessários para execução da obra foram viabilizados em Dez/2016 com a assinatura do contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). A nova data de início das obras foi definida para 01/06/2017 com término previsto para Dez/2018. A potência instalada da UHE Bugres passará de 11,12 MW para 19,20 MW e as modificações na SE Bugres atenderão o aumento de energia disponível na usina.

- Implantação do Complexo Eólico de Povo Novo no município de Rio Grande, com potência total de 52,5 MW. Este Complexo é constituído por três Centrais Geradoras Eólicas sendo elas:
  - - CGE Curupira, com Potência Instalada de 23,1 MW;
  - - CGE Povo Novo, com Potência Instalada de 8,4 MW;
  - - CGE Fazenda Vera Cruz, com Potência Instalada de 21,0 MW.
  - As CGEs são geridas por três Sociedades de Propósito Específico, respectivamente, Ventos de Curupira, Ventos de Povo Novo e Ventos de Vera Cruz, sendo a CEEE-GT a acionista majoritária das mesmas. Este empreendimento integra a matriz de produção de energia sustentável, ampliando a produção eólica do Estado do Rio Grande do Sul e prevê um montante de investimento na ordem de R\$ 360 milhões, em valores atuais. Em função da dificuldade em captar recursos no sistema financeiro e a escassez de recursos próprios da controladora, a obra de implantação do Complexo teve seu andamento paralisado em Agosto de 2016. A CEEE-GT negocia financiamento com a Caixa Econômica Federal, através do FI-FGTS, de modo a possibilitar a conclusão da obra. Em função destas dificuldades, a entrada em operação prevista inicialmente para maio de 2016 foi reprogramada, com nova previsão para Dez/2017. Sua potência é suficiente para fornecer energia para cerca de 90 mil residências e gera em torno de 800 empregos diretos. No momento 73,23% das obras civis estão concluídas.
- Demais projetos:
- A modernização da UHE Leonel de Moura Brizola (Jacuí) encontra-se em avaliação da viabilidade das alternativas de reforma, ampliação bem como a recuperação dos conjuntos turbogeradores.

### *5.1.2 Manutenção e Operação da Geração*

A ação de Manutenção e Operação da Geração objetiva manter o percentual ótimo de disponibilidade para o fornecimento de energia elétrica. No ano de 2016, a Companhia alcançou o indicador de Disponibilidade de suas usinas de 95,25% para as usinas despachadas centralizadamente, resultado da soma de esforços operacionais e da aplicação de recursos da ordem de R\$ 170.580.199,05 milhões (sendo R\$ 728.549,09 mil em despesas de capital e R\$ 169.851.649,96 milhões em despesas correntes) em manutenção e operação da geração, promovendo a modernização e adequação das usinas existentes e também a melhoria da confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica. Para a ação de Manutenção e Operação da Geração será dada continuidade as manutenções das Usinas com vistas a manter a disponibilidade e qualidade da produção de energia.

### *5.1.3 Modernização de Instalações de Geração*

Os principais projetos que prevêem novos investimentos em modernização e automação do parque gerador são:

- Usinas UHE Ernestina, Guarita e Capigüi previsão de automatização entre 2017 e 2018;
- Atualização tecnológica de diversos equipamentos, prevendo a substituição de equipamentos e sistemas convencionais, de tecnologia analógica por equipamentos e sistemas digitais, abrangendo principalmente as funções de controle, comando, medição, proteção e regulação.



- A substituição desses equipamentos permitirá que as PCH's (Ernestina, Capigüi e Guarita) sejam telecomandadas de forma remota, permitindo então minimizar a mão de obra (local) e sua operação realizada através do centro de controle da UHE Canastra.
- Usina UHE Passo Real, previsão de automatização entre 2017 e 2018.
- Os projetos básicos para a automação da Usina e Subestação consistem na atualização tecnológica de diversos equipamentos, prevendo a substituição de equipamentos e sistemas convencionais de tecnologia analógica por equipamentos e sistemas digitais, abrangendo principalmente as funções de controle, comando, medição, proteção e regulação.
- Os equipamentos atualmente em operação nas instalações apresentam tecnologias defasadas, sendo que a operação da Usina e Subestação é realizada por equipes de operadores locais. Nesse sentido, a automação e modernização das instalações passam pela substituição dos atuais equipamentos por modelos mais eficientes e confiáveis, o que aumentará consideravelmente a vida útil das instalações. A substituição desses equipamentos permitirá que a Usina e Subestação sejam supervisionadas e telecomandadas de forma remota, permitindo então minimizar a mão de obra (local) e sua operação realizada através do centro de controle da UHE Itaúba.
- Usina UHE Passo Real, Reforma do Grupo 2 – Usina;
- Em 22/12/16, foi assinado o termo aditivo, para a execução de serviços de reabilitação e de modernização da unidade geradora 2 da UHE Passo Real, localizada no município de Salto do Jacuí/RS, com prazo de execução de 330 dias, e conclusão prevista para o ano de 2018.
- Usina UHE Ernestina, Reforma da Barragem.
- Elevação dos diques de terra e reforço do painel da tomada d'água e do painel de descarregamento de água, para obter maior potência de geração e garantir uma maior segurança da estrutura.

## 5.2 Transmissão

### 5.2.1 Expansão da Transmissão

A ação Expansão da Transmissão tem foco na construção e na ampliação de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica. No ano de 2016, sua capacidade foi ampliada em 208 MVA (Megavolt-ampere).

Na Tabela a seguir temos as principais Obras com suas localizações, com foco na expansão da transmissão da CEEE-GT através obras da ampliação de Subestações:

Expansão da Transmissão - Obras e Serviços em Subestações			
COREDE	Subestação	Especificação	Situação
Alto Jacuí	SE Passo Real	Ampliação	Em andamento
Fronteira Noroeste	SE Santa Rosa 1	Ampliação	Em andamento
Médio Alto Uruguai	SE Guarita	Adequação	Em andamento
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Eldorado do Sul	Ampliação	Em andamento
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Guaíba 2	Ampliação	Em andamento
Vale do Rio dos Sinos	SE Canoas 1	Ampliação	Em andamento

A CEEE-GT além de suas iniciativas próprias, no campo da expansão de transmissão, participa de empreendimentos de transmissão concedidos em parceria com outras empresa, através de (Sociedades de Propósitos Específicos) SPE's, em leilões realizados pela ANEEL: TSLE - Transmissora Sul Litorânea de Energia, com a TESB - Transmissora de Energia Sul-Brasil LTDA e com a FOTE - Fronteira Oeste Transmissora de Energia. A seguir estão discriminados os empreendimentos viabilizados em cada uma das participações, sendo elas:

**TSLE:** Consórcio formado entre CEEE-GT com participação de 49% e Eletrosul com 51%. O valor do empreendimento é estimado em R\$709 milhões e viabilizará a conexão dos Parques Eólicos de Santa Vitória do Palmar, bem como possibilitará a interligação de novos Parques Eólicos. Os principais empreendimentos deste

Consórcio são: LT Nova Santa Rita - Povo Novo; LT Povo Novo - Marmeleiro; LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar; SE Povo Novo; SE Marmeleiro e SE Santa Vitória do Palmar. Obras concluídas. O valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital aplicados em 2016 pela CEEE-GT, foi de R\$ 11.955 milhões.

**TESB:** Consórcio formado pela CEEE-GT, PROCABLE e INSIGMA, onde a CEEE - GT possui 90,4% de participação. O valor em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC's) aplicados pela CEEE-GT em 2016 foi de R\$ 74,4 milhões. Este investimento possibilitará a interligação de novos Parques Eólicos que estão em estudos. Os principais empreendimentos deste Consórcio são: LT Porto Alegre 9 x Porto Alegre 8; LT Porto Alegre 9 x Nova Santa Rita; LT Campo Bom x Taquara; LT Restinga x Viamão 3; LT Restinga x Porto Alegre 13; SE Jardim Botânico; SE Viamão 3; SE Restinga; SE Candelária 2.

**FOTE:** Consórcio formado entre CEEE-GT com participação de 49% e Eletrosul com 51%. O valor do empreendimento é estimado em R\$ 222 milhões. Os principais empreendimentos, no Rio Grande do Sul, são: LT Santo Angelo x Maçambará; SE Santa Maria 3. O valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital aplicados em 2016 pela CEEE-GT, foi de R\$ 3 milhões.

### 5.2.2 Manutenção e Operação da Transmissão

Durante o ano de 2016 foram concluídos 32 reforços e 16 melhorias pela área de manutenção no sistema de transmissão. As atividades compreenderam a substituição de equipamentos já superados ou em final de vida útil, destacando-se a substituição de 5 disjuntores de 138 kV da usina do Jacuí. Todas as substituições promoverão receita adicional a ser definida pela ANEEL no primeiro semestre de 2017. As atividades contidas no escopo da ação envolvem investimentos em obras e serviços no sistema, incluindo subestações, linhas de transmissão e serviços de telecomunicação visando o atendimento dos parâmetros definidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema e pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

### 5.2.3 Modernização de Instalações de Transmissão

As principais obras com andamento em 2017 que visam a Expansão da Transmissão são:

Obra	Descrição	Previsão de Conclusão
Subestação Bagé 2	Instalação do terceiro Transformador 230/69 kV – 50 MVA	julho 2017
Subestação Guaíba 2	Instalação do terceiro Transformador 230/69 kV – 50 MVA	julho 2017
Subestação Santa Rosa 1	Instalação do terceiro Transformador 230/69 kV – 83 MVA	setembro 2017
Subestação Taquara	Adequação do Setor de 138 kV	agosto 2017
Subestação Passo Real	Instalação do segundo Transformador 230/138KV - 3X50MVA	agosto 2017
Subestação Canoas 1	Instalação do segundo Transformador 230/23 kV – 50 MVA, seccionamento do da LT 230 kV Cidade Industrial/Porto Alegre 9 e a instalação de 2 banco de capacitores em 23 kV	outubro 2017
Subestação Eldorado do Sul	Seccionamento da LT 230 kV Guaíba 2 / Porto Alegre 9, instalação de um banco de capacitores em 23 kV e instalação de um módulo de interligação de barramentos	dezembro 2017
Subestação Porto Alegre 13	Complementação dos módulos de conexão dos TR 230/13,8 kV	dezembro 2017
Subestação Santa Marta	Instalação do terceiro Transformador 230/69 kV – 83 MVA	julho 2018

Com relação a Manutenção e Operação da Transmissão será dada continuidade as manutenções das Subestações e Linhas, visando manter o bom desempenho e disponibilidade do sistema.

### 5.3 Participação no Mercado de Energia Elétrica

O quadro a seguir apresenta as Participações Societárias da CEEE-GT em Empreendimentos de Geração.

Empreendimentos	Participação CEEE
UHE Machadinho (1)	5,53%
UHE Dona Francisca (1) (2)	10,00%
UHE Campos Novos (3)	6,51%
UHE Furnas do Segredo (3)	10,50%
UHE Monte Claro (3) (4)	30,00%
UHE Castro Alves (3) (4)	30,00%
UHE 14 de Julho (3) (4)	30,00%
UHE Foz do Chapecó (3)	9,00%
UTE Piratini (3)	10,00%
EOL Palmares (3)	10,00%
EOL Ventos da Lagoa (3)	10,00%
EOL Ventos do Litoral (3)	10,00%
EOL Ventos do Sul S/A (3)	10,00%
EOL Ventos dos Índios Energia S/A (3)	10,00%

(1) A CEEE-GT recebe em energia a sua participação nestes empreendimentos.

(2) A energia assegurada à CEEE é de 2MWm nos 10 primeiros anos de operação comercial (2001 à 2010), 6MWm do 11º ao 20º (2011 à 2020) e 10MWm a partir do 21º ano (2021 à 2030).

(3) A CEEE-GT não recebe energia, apenas dividendos destes empreendimentos.

(4) Usina integrante do Projeto CERAN (Companhia Rio das Antas).

## 6. Balanço Social – Indicadores Sociais

1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2016 (valor em mil R\$)			Dezembro 2015 (valor em mil R\$)		
Receita líquida (RL)	1.873.147			542.746		
Resultado operacional (RO)	(27.495)			(27.012)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	216.912			266.954		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais Compulsórios	47.281	22%	3%	43.068	20%	2%
Saúde	425	0%	0%	504	0%	0%
Medicina e Segurança	1.634	1%	0%	813	0%	0%
Educação	567	0%	0%	467	0%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.129	1%	0%	1.295	1%	0%
Benefícios	49.863	23%	3%	60.199	28%	3%
Alimentação	15.802	7%	1%	15.212	7%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	1.518	1%	0%	1.434	1%	0%
Previdência privada	27.499	13%	1%	37.455	17%	2%
Plano de Saúde	5.044	2%	0%	6.098	3%	0%
Participação nos Lucros ou Resultados	3.372	2%	0%	871	0%	0%
Inclusão Social	103	0%	0%	99	0%	0%
Outros	630	0%	0%	872	0%	0%
Produtividade	470	0%	0%	704	0%	0%
Vale Transporte - Excedente	160	0%	0%	168	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>105.004</b>	<b>38%</b>	<b>19%</b>	<b>108.188</b>	<b>40%</b>	<b>20%</b>
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0%	0%	2.116	8%	0%
Inclusão Social	0	0%	0%	121	0%	0%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>2.237</b>	<b>8%</b>	<b>0%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	40.702	148%	2%	55.054	200%	3%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>40.702</b>	<b>148%</b>	<b>2%</b>	<b>57.291</b>	<b>208%</b>	<b>3%</b>
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Indicador Ambiental	676	2%	0%	197	1%	0%
Gestão	30	0%	0%	548	2%	0%
Resíduos	30	0%	0%	548	2%	0%
Programas Ambientais	1.661	6%	0%	2.735	10%	0%
Podas e Desmatamento	1.461	5%	0%	1.119	4%	0%
Monitoramento de águas e Salvação fauna	49	0%	0%	49	0%	0%
Acompanhamento Técnico e Gerenciamento Ambiental	45	0%	0%	1.428	5%	0%
Desapropriações - Indenizações	106	0%	0%	93	0%	0%
Outros	-	0%	0%	46	0%	0%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>2.367</b>	<b>9%</b>	<b>0%</b>	<b>3.480</b>	<b>13%</b>	<b>0%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%:		( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%:		( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%:
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2016			2015		
Nº de empregados(as) ao final do período*	1.175			1.285		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	584			1.018		
Nº de estagiários(as)	71			95		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	593			303		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	180			196		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,68%			23,78%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	122			147		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6,29%			7,69%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	23			26		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2016:			Em 2015:		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	19,66			21,07		
Número total de acidentes de trabalho**	10			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2016: R\$1.860.888			Em 2015: R\$ 698.593		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	32,39% governo	16,73% colaboradores(as)	___% retido	22,00% governo	37,57% colaboradores(as)	___% retido
	45,51% acionistas	5,37% terceiros		12,16% acionistas	28,27% terceiros	
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	Em 2016			Em 2015		
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo						
Escolaridade						
Graduados	608			593		
Ensino Médio	537			660		
Ensino Fundamental	30			32		
** Acidentes com perda de tempo				** Acidentes com perda de tempo		

## 6.1. Indicadores Sociais

### 6.1.1 Força de Trabalho

A força de trabalho da Empresa é formada, majoritariamente, por eletricitistas, técnicos e engenheiros, profissões que, historicamente, são exercidas por homens. Isso se reflete diretamente no quadro de empregados, dos quais 15,31% são mulheres e 84,69% são homens.

Temos ainda sobre o quadro de empregados que, a maior parte destes (42,38%) se encontra na faixa de idade entre 31 e 41 anos. Referente ao grau de instrução, 35,15% tem nível superior e 16,67% tem algum tipo de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado), tem-se ainda que 45,62% têm ensino médio. A CEEE-GT encerrou o ano de 2016 com 1.175 empregados.

A CEEE-GT acompanha a composição dos grupos de empregados por categoria, de acordo com gênero e faixa etária, no sentido de mapear oportunidades de melhoria em programas destinados garantir o princípio de igualdade de oportunidades.

Em 2016, 71 estudantes estagiaram na CEEE-GT. Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa contou com um total de 71 estagiários (6,04% em relação ao total de empregados).

A taxa de rotatividade (turnover) é historicamente baixa e como nos anos anteriores manteve este padrão ficando em 0,42% como taxa média do ano de 2016.

Por se tratar de uma Empresa de economia mista, há a necessidade legal de realização de concursos públicos para a contratação de novos empregados na CEEE-GT. Por isto, não existe uma diretriz para contratados locais.

### 6.1.2 Diversidade e Igualdade

A Empresa respeita a diversidade e não permite qualquer tipo de discriminação por razão de raça, cor, sexo, ideologia, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição pessoal, física ou social de seus profissionais. Em 2016, não houve casos de discriminação encaminhados por meio dos canais de comunicação relativos ao Código de Ética.

Em seus concursos públicos, a CEEE-GT faz a reserva de 10% do total de vagas cabíveis para pessoas portadoras de necessidades especiais. Há no quadro de pessoal, 23 empregados portadores de deficiência o que representa 1,97%.

Durante o ano, a Empresa realizou diversas ações para difundir o seu compromisso da diversidade entre todos os empregados, utilizando os meios de comunicação interna e eventos presenciais para envolvê-los na temática.

No período de abrangência do presente relatório não ocorreram na Empresa, registros de demissão, suspensão ou advertência, de empregado por corrupção ou discriminação. Não ocorreram da mesma forma registros de violação de direito dos povos indígenas.

### 6.1.3 Remuneração

A CEEE-GT conta com um Plano de Cargos e Salário (PCS) que prevê promoções por antiguidade em anos pares e por merecimento em anos ímpares.

As promoções por desenvolvimento profissional ocorrem mensalmente, de acordo com a existência de vagas e as demais exigências estabelecidas em seu regulamento.

Os empregados podem acompanhar sua situação funcional, relativa às promoções, pelo sistema corporativo. No ano de 2016 foram promovidos 108 empregados, conforme segue:

Níveis	Pleno	Sênior
Administrativa	12	5
Operacional	31	15
Técnica	25	12
Superior	0	5

A CEEE-GT adota o modelo de remuneração flexível que relaciona o desempenho dos empregados ao alcance de metas e resultados estabelecidos para um determinado período de tempo.

A política de remuneração da CEEE-GT não diferencia homens e mulheres. As diferenças de remuneração estão relacionadas à dinâmica estabelecida no PCS. Para acompanhar este indicador e a referida dinâmica, a Empresa utiliza o sistema corporativo, verificando a proporção do salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.

#### 6.1.4 Avaliação de desempenho

O indicador de avaliação de desempenho é monitorado através do sistema corporativo, considerando o número de avaliações satisfatórias e insatisfatórias para um determinado período.

A Empresa tem interesse que todos realizem avaliação de desempenho, uma vez que isto contribui para o crescimento da organização e gera oportunidades de identificação de melhorias.

A avaliação de desempenho é um dos critérios obrigatórios para que os empregados habilitem-se às promoções.

O processo de avaliação de desempenho ocorre em datas fixas e pré-estabelecidas. Aqueles empregados que se encontram afastados (licenças de saúde, maternidade, acidente de trabalho) realizam suas avaliações quando do retorno às suas atividades.

#### 6.1.5 Programa de Desligamento Incentivado (PDI)

Este Programa visa contribuir com a adequação dos recursos humanos às necessidades da Empresa, auxiliando no equilíbrio da maturidade profissional. A iniciativa também atende àqueles empregados que ansiavam por novas oportunidades fora da CEEE-GT, proporcionando incentivo financeiro aos empregados que aderirem.

Em 2016 foram desligados através do PDI, 32 empregados, distribuídos entre as áreas da Empresa.

O valor despendido com o Programa de Desligamento Incentivado foi de R\$5 milhões e engloba valores de incentivo, verbas de rescisão e respectivos encargos.

#### 6.1.6 Relações Sindicais

A CEEE-GT reconhece que as entidades sindicais são representantes legítimas de seus empregados, respeita as opções de filiação de seus empregados e mantém uma interação constante com as entidades sindicais por meio de uma gerência instituída para esta finalidade.

A CEEE-GT possui empregados representados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul e outros. A totalidade dos empregados é abrangida pelos acordos coletivos firmados entre a Empresa e essas entidades. Também estão previstas liberações permanentes e esporádicas de dirigentes e representantes sindicais para as atividades sindicais permitidas e o procedimento para que se realizem nas instalações da Empresa, dentre outras questões. São garantidas atividades sindicais dentro das instalações da Empresa, desde que seja feita solicitação, com exposição de motivos e pauta, com antecedência, à Diretoria Administrativa.

Além dos benefícios determinados pela legislação trabalhista, o acordo coletivo prevê auxílio-creche, assistência aos empregados com filhos portadores de necessidades especiais, previdência complementar, patrocínio de



curso de pós-graduação a empregados enquadrados em cargos de nível superior, plano de saúde, plano odontológico, 180 dias de licença maternidade e participação nos lucros e resultados.

Anualmente a CEEE-GT realiza a negociação do acordo coletivo de trabalho abrangendo todos os empregados ativos e inativos. As negociações ocorrem entre a Diretoria da Empresa e os sindicatos, que, conforme demonstrativo abaixo, representam, no corrente ano, 1.175 empregados ativos.

NOME DO SINDICATO	QUANTIDADE DE EMPREGADOS
CONTABILISTAS	25
SASERS	1
SENERGISUL	748
SENGE (ENGENHEIROS)	156
SINDAERGS (ADMINISTRADORES)	20
SINDARS (ADVOGADOS)	19
SINDECON (ECONOMISTAS)	6
SINDITEST (TÉC. SEG. TRABALHO)	11
SINTEC (TÉC. IND. NÍVEL MÉDIO)	187
SIPERGS (PSICÓLOGOS)	2
TOTAL	1.175

Em 2016, a CEEE-GT realizou inúmeras reuniões com as entidades sindicais, visando à celebração do acordo coletivo de trabalho e do acordo coletivo específico relativo à participação nos lucros e resultados. As questões envolvendo os demais acordos específicos também foram discutidas, possibilitando a renovação dos mesmos.

No que concerne ao direito de greve, numa área de atuação cujos serviços são considerados essenciais à população, deve haver uma comunicação formal pelas entidades sindicais ou pelos trabalhadores com 72 horas de antecedência ao evento, conforme estabelecido pela Lei nº 7.783/99.

#### 6.1.7 Programas de capacitação de Recursos humanos

A CEEE-GT utiliza o conceito de Educação Corporativa, promovendo a capacitação profissional dos seus empregados através da realização de treinamentos voltados para o desenvolvimento das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias para a execução das atividades da Empresa.

A Companhia, através do Centro Técnico de Aperfeiçoamento e Formação-CETAF, possui uma parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS, disponibilizando seu espaço ocioso à Universidade mediante o pagamento mensal das despesas de manutenção do imóvel e o fornecimento de cursos para o desenvolvimento de seus empregados, como pós-graduação, promovendo uma capacitação atualizada e de qualidade.

#### 6.2 Pesquisa e Desenvolvimento

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento são desenvolvidos com a perspectiva de melhoria contínua em produtos, processos e a eficiência dos serviços prestados a sociedade. O Programa de P&D do setor elétrico foi constituído por lei, e cabe à ANEEL regulamentar o investimento no programa e avaliar seus resultados. A agência estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos por meio do Manual de Procedimentos Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – PROP&D. A CEEE-GT aplicou R\$ 2,58 milhões, durante o ano de 2016, em projetos com foco na busca constante por inovações que venham enfrentar os desafios tecnológicos do setor elétrico, dos quais podemos citar:

Geração Solar fotovoltaica: Tem por objetivo instalar usina conectada à rede de distribuição com capacidade de 550 kWp, utilizando painéis fotovoltaicos como fonte de geração de energia. A proposição de arranjos técnicos e comerciais para o projeto de geração de energia elétrica através de tecnologia solar fotovoltaica, de forma integrada e sustentável, busca criar condições para o desenvolvimento de conhecimento técnico e

desenvolvimento tecnológico necessário à inserção da geração solar fotovoltaica na matriz energética nacional. Público Alvo: GRUPO CEEE, CENTRO ADMINISTRATIVO FERNANDO FERRARI.

Protótipo de sistema de diagnóstico de hidrogeradores a partir do monitoramento permanente e em tempo real de parâmetros da função geração: O projeto objetiva o desenvolvimento experimental de um protótipo de sistemas de monitoramento e diagnóstico de hidrogeradores, cuja a função é antecipar falhas no gerador, permitindo a mudança do paradigma de manutenção preventiva e periódica para preditiva condicional. Público Alvo: CEEE-GT

## 7. Gestão Econômica Financeira

Em 2016 o cenário econômico e regulatório adverso dos últimos exercícios se agravou, o desaquecimento da economia brasileira e gaúcha gerou retração do consumo e aprofundamento da recessão. A principal causa da crise foi o esgotamento do modelo de crescimento econômico baseado na expansão do consumo e de crédito abundante. Apesar da adoção de políticas anticíclicas, o Governo viu a recessão avançar ao longo de 2016, com reflexo no risco Brasil, prejudicando e encarecendo sensivelmente o acesso ao capital de terceiros pelas empresas, não sendo diferente para os segmentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Para o enfrentamento desse contexto macroeconômico recessivo e de crise no setor elétrico, várias ações foram tomadas pela Companhia no biênio 2015-2016, as quais buscam recuperação dos resultados, otimizando os custos e despesas operacionais, mirando uma equação de sustentabilidade econômica e financeira no médio prazo:

- a) Comitê de Racionalização de Gastos - criado no primeiro trimestre de 2015, com objetivo essencial de dar fluidez, priorização e assertividade nos gastos com investimento e custeio, buscando atingir o máximo de economicidade e eficiência.
- b) Reprogramação Orçamentária - Estabelecimento de orçamento conciso, ante a evolução dos métodos de construção do mesmo. Dentre as ações iniciais, houve a suspensão dos recursos administrados através do Sistema de Planejamento e Controle Financeiro (PCF), aplicação de premissas reais para a política de investimentos na elaboração do Plano Plurianual de 2016-2019, mais aderentes com as possibilidades financeiras da Companhia.
- c) Manutenção do atual Plano de Desligamento Incentivado – PDI - Manutenção da política de incentivo àqueles empregados que conquistem as carências para aposentadoria e se desliguem de forma espontânea.
- d) Equalização dos Custos Judiciais - Trabalho de identificação de nichos de litígios institucionalizados em setores da área de concessão, passíveis de realizar trabalho combinado entre a área jurídica e técnica de atendimento ao consumidor. Tal esforço permite programar ações pró-ativas e antecipadas de forma a mitigar novas ações cíveis e indenizatórias, bem como reduzir o valor de eventuais condenações.
- e) Novas Captações Financeiras - Apesar de todo o esforço em racionalizar os gastos da empresa, buscando seu equilíbrio, vislumbra-se a captação junto a agentes financeiros públicos ou privados (nacionais ou internacionais), através de operações estruturadas e lastreadas em recebíveis, como é praxe de mercado.

Outro aspecto relevante foi à adequação da estrutura de pessoal, onde em abril/2016 à CEEE-GT, desligou compulsoriamente 57 funcionários, o que proporcionará, a partir do ano de 2017, uma redução estimada de R\$ 22 milhões no custo e despesa operacional da empresa.

Cabe salientar que o Resultado da Companhia em 2016 foi significativamente impactado pelo reconhecimento dos valores a receber pertinentes aos ativos da RBSE. Conforme Despacho Nº 1.643 emitido pela ANEEL em 16 de junho de 2016, a CEEE-GT obteve como montante homologado de indenização pertinente aos ativos não totalmente depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, o valor de R\$836.283, na data base de 31 de dezembro de 2012. Sendo que o valor bruto dos bens para fins de indenização (Valor Novo de Reposição - VNR) totalizou R\$ 2.741.278, conforme processo nº 48500.000805/2014-52.

Neste exercício, após atualização do valor do laudo homologado para fins de indenização, foi adicionado do custo de capital (remuneração e depreciação) atualizado até o período de Dezembro de 2016, sendo este remunerado pelo custo de capital próprio do segmento, totalizando o ganho de R\$ 964,8 milhões, líquido dos efeitos tributários.

## **7.1 DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO**

A CEEE-GT encerrou o exercício de 2016 com lucro líquido de R\$ 923,7 milhões, frente aos R\$84,9 milhões do ano de 2015. Esta elevada variação do resultado líquido é decorrente do registro da RBSE no exercício de 2016, conforme descrito anteriormente.

A empresa reconheceu em 2016 um acréscimo de R\$1.266,2 milhões em seu ativo financeiro, pertinentes aos valores da RBSE. O impacto foi de R\$ 1.266,2 milhões na Receita Operacional Líquida, e R\$ 301,3 milhões nas provisões de imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$ 964,8 milhões no Lucro Líquido.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização) foi de R\$1.175,5 bilhões em 2016 comparado aos R\$(567,0) mil em 2015, representando uma variação de 207435% no período.

A receita operacional líquida no exercício de 2016 foi de R\$ 1.873,1 milhões, aumento de 245% frente aos R\$ 542,7 milhões apresentados no exercício de 2015.

O custo do serviço de energia elétrica apresentou acréscimo de 9%, totalizando R\$ 482,0 milhões no exercício de 2016 comparados aos R\$ 440,7 milhões em 2015.

Os custos gerenciáveis (despesas operacionais) apresentaram variação de 80%, somando R\$ 242,4 milhões em 2016 comparados aos R\$ 134,3 milhões no exercício de 2015.

O endividamento com instituições financeiras reduziu 4%, passando de R\$ 311,5 milhões do exercício de 2015 para R\$ 299,7 milhões no exercício de 2016.

## **7.2 Resultados do exercício**

### **7.2.1 Receita Bruta**

Em 2016, a Receita Operacional Bruta atingiu R\$ 2.012,7 milhões, frente aos R\$ 671,3 milhões em 2015, variação de 200%.

No segmento de Transmissão, a receita bruta totalizou em 2016 R\$ 1.657,0 milhões comparado ao montante de R\$ 353,2 milhões em 2015, apresentando incremento de 369%. Esta variação é consequência, essencialmente, da contabilização dos valores de VNR (Valor Novo de Reposição) e Atualização pertinentes aos ativos da RBSE – Rede Básica Sistema Existente, sendo reconhecido na receita de 2016 R\$ 1.266,2 milhões. Ademais, o incremento é verificado também no reajuste tarifário da Transmissora para o ciclo 2016/2017 em 17%, resultado dos índices de correção monetária IPCA e IGPM e da entrada em operação de novas obras no ciclo 15/16.

No segmento de Geração, é verificado incremento de 11% na Receita Bruta, o qual teve origem na elevação do preço médio de venda praticado, tanto nos contratos do ambiente regulado e livre, como nos contratos do regime de cotas.

### **7.2.2 Deduções da Receita Bruta**

As deduções da receita operacional são os valores descontados diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre venda e os encargos intra-setoriais. Houve acréscimo de 9% nas deduções operacionais, totalizando R\$ 139,6 milhões em 2016 frente aos R\$ 128,5 milhões de 2015.

Este incremento deve-se substancialmente pelo aumento nas cotas de Proinfa e CDE.

### 7.2.3 Receita Líquida Operacional

A receita líquida em 2016 foi de R\$ 1.873,1 milhões, sendo que em 2015 foi de R\$ 542,7 milhões, refletindo um acréscimo de 245%. Este incremento deve-se a combinação das variações apresentadas na receita operacional bruta e nas deduções da receita operacional, conforme identificado anteriormente.



### 7.2.4 Custo do Serviço de Energia Elétrica

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços, divide-se:

- **Custo com Energia Elétrica:** O custo com energia elétrica aumentou 11%, apresentando em 2016 o montante de R\$ 127,9 milhões, comparados aos R\$ 115,2 milhões em 2015. Esta variação é justificada pelo aumento do montante de energia adquirida de terceiros, em 2016 totalizou 41,9 MW médio frente aos 32,6 MW médio comprados em 2015.
- **Custo de Operação:** apresentou incremento de 9%, totalizando R\$ 354,0 milhões em 2016 frente aos R\$ 325,5 milhões de 2015. A variação é justificada pelos valores de custo com pessoal, em consequência aos desligamentos efetuados em março de 2016, nos quais estavam incluídos funcionários da área de operação.

### 7.2.5 Despesas Operacionais

As despesas operacionais representam os gastos para a manutenção da atividade da empresa, incluem as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais. As despesas operacionais apresentaram um acréscimo de 80% registrando no exercício de 2016 R\$ 242,2 milhões comparados aos R\$ 134,3 milhões em 2015.

O fator impactante neste acréscimo é a contabilização de provisão para perda de valor recuperável nas controladas TESB e Complexo Eólico Povo Novo, foram registrados respectivamente R\$ 9,1 milhões e R\$ 104,3 milhões respectivamente, à título de impairment nestes investimentos, totalizando R\$ 113,4 milhões.

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015	Variação % 2016/2015
Receita Operacional Bruta	2.012.784	671.279	199,84
Deduções da Receita Operacional	(139.637)	(128.533)	8,64
Receita Operacional Líquida	1.873.147	542.746	245,12
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(482.006)	(440.741)	9,36
Custo com Energia Elétrica	(127.981)	(115.200)	11,09
Custo de Operação	(354.026)	(325.541)	8,75
Lucro Operacional Bruto	1.391.141	102.005	1263,80
Despesas Operacionais	(242.279)	(134.389)	80,28
Pessoal	(72.177)	(50.368)	43,30
Material	(983)	(624)	57,53
Serviços	(11.433)	(8.645)	32,24
Outros	(157.687)	(74.752)	110,95
Outras Receitas	22.614	17.758	27,35
Outras Despesas	(27.495)	(12.386)	121,99
Resultado do Serviço	1.143.981	(27.012)	-4335,08
Depreciação e Amortização	(31.611)	(26.445)	19,53
Resultado de Participações Societárias	11.492	40.931	-71,92
EBITDA	1.175.591	(567)	-207435,34
Margem EBITDA	62,76%	-0,10%	62,86
Receita/Despesa Financeira	63.774	52.500	21,48
Imposto de Renda e Contribuição Social	(295.465)	18.528	-1694,70
Resultado Líquido do Exercício	923.782	84.947	987,48

O quadro abaixo apresenta os resultados e indicadores econômico-financeiros:

Informações e Indicadores Econômicos - Financeiros	2016	2015	Variação % 2016/2015
<b>Informações Financeiras</b>			
Ativo Total	4.084.993	2.918.824	39,95%
Passivo	1.903.260	1.436.870	32,46%
Patrimônio Líquido	2.181.734	1.481.954	47,22%
Receita Operacional Líquida	1.873.147	542.746	245,12%
Resultado do Serviço (EBIT)	1.143.981	(505.753)	-326,19%
Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício	923.782	84.947	987,48%
EBITDA (1)	1.175.591	(567)	-207435,34%
PMS (2)	(84.593)	(59.637)	41,85%
<b>Indicadores Financeiros</b>			
Dívida Total (3)	301.722	311.500	-3,14%
ROCE (4) (%)	50,69%	22,37%	28,33%
Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total (5) (%)	46,59%	49,23%	-2,64%
Margem Operacional (6) (%)	65,09%	12,24%	52,85%
Margem Líquida (7) (%)	49,32%	15,65%	33,67%
Dívida Líquida (8)	394.694	123.366	219,94%
PMS / ROL (%)	-4,52%	-10,99%	6,47%
Cotação Unitária da Ação - ON (R\$ por lote mil)	2,53	0,22	-
Cotação Unitária da Ação - PNA (R\$ por lote mil)	2,53	0,22	-

(1) EBITDA = Resultado do Serviço menos depreciação e amortização.

(2) PMS = Pessoal Material e Serviços (excluídos efeitos CPC 33(R1))

(3) Dívida Total = Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

(4) ROCE - Retorno sobre o Capital Empregado = Receita Operacional Líquida/Ativo Não Circulante)x100

(5) Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total = Passivo Circulante +Passivo Não Circulante/Ativo Total x 100

(6) Margem Operacional = Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social/Receita Operacional Líquida x 100

(7) Margem Líquida = Lucro/Prejuízo do Exercício/Receita Operacional Líquida

(8) Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos - Disponibilidades

## 7.2 LAJIDA / EBITDA

O LAJIDA, usualmente denominado pelo mercado como EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, isto é, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Analizando os efeitos ocorridos na receita operacional, o EBITDA teve uma variação de 207435%, registrando R\$1.175,5 milhões em 2016 comparados aos R\$(567,0) mil em 2015, isto deve-se ao registro da receita relativa aos ativos da RBSE.

A margem do EBITDA apresentou uma variação positiva de 62,86, passando de -0,10% em 2015 para 62,76% em 2016.

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2016	2015	Variação % 2016/2015
Receita Operacional Líquida - ROL	1.873.147	542.746	245,12
( - ) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(482.006)	(440.741)	9,36
( - ) Despesas Operacionais	(247.161)	(129.017)	91,57
Resultado do Serviço - EBIT	1.143.981	(27.012)	-4335,08
( + ) Depreciação e Amortização	31.611	26.445	19,53
<b>EBITDA</b>	<b>1.175.591</b>	<b>(567)</b>	<b>-207435,34</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>62,76%</b>	<b>-0,10%</b>	<b>62,86</b>

(\*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

## 7.3 Endividamento com Instituições Financeiras

Em 2016, o saldo da dívida da Empresa totalizou em R\$ 299,7 milhões, distribuídos conforme tabela, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, demonstrados a seguir:

CEEE-GT	Indexador	Saldo (R\$ Mil)	Participação no Total (%)
<b>Saldo Devedor da Dívida Interna</b>		<b>63.052</b>	<b>21,03%</b>
Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR	RGR	-	0,00%
Moeda Nacional - FIDC	CDI	-	0,00%
Moeda Nacional - BNDES	TJLP	63.052	21,03%
<b>Saldo Devedor da Dívida Externa</b>		<b>236.714</b>	<b>78,97%</b>
Moeda Externa - AFD	Dólar/Libor	129.259	43,12%
Moeda Externa - BID	Dólar/Libor	107.455	35,85%
<b>Saldo Devedor da Dívida</b>		<b>299.766</b>	<b>100,00%</b>

## 7.4 Ingressos Extra-Operacionais

No mês de junho de 2016, a CEEE-GT recebeu nova parcela do desembolso no valor de R\$ 32,2 milhões, resultante do financiamento firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT). Posteriormente, em dezembro de 2016 a Companhia recebeu ainda R\$ 34,68 milhões referente ao mesmo programa, totalizando R\$ 66,88 milhões.

No período de janeiro a maio de 2016, a Companhia recebeu R\$ 24 milhões em pagamento do Mútuo IV, firmado entre a CEEE-GT e a CEEE-D. Em março de 2016, a CEEE-GT recebeu R\$ 7 milhões da CEEE-D, referente ao Mútuo V, que substituiu o anterior.



## 8. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2013, no valor de R\$ 410,1 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12(doze) meses, com uma carga mínima de 2.734 horas/ano, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2016, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, onde é dado ao presente contrato o valor de R\$512,9 mil e carga horária mínima de 2.997 horas/ano.

Neste contrato, além dos serviços normais de auditoria independente na elaboração de demonstrações financeiras estão contemplados os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR e auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.

Além dos serviços prestados à transmissora, a Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE – D (valor de R\$504,3 mil e uma carga de 2.947 horas/ano) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE – PAR (valor de R\$47,5 mil e uma carga de 277 horas/ano), que são respectivamente, Concessionária e Empresa Controladora, resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. Ou seja, todas as empresas integrantes do Grupo CEEE.

O contrato da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT representa 48,17% em relação aos honorários totais pagos pelas empresas CEEE-D, CEEE-PAR e inclusive CEEE-GT.

A política na contratação de bens e serviços da Companhia é elaborada em observância à lei de licitações e contratos (Lei Nº 8.666/93). Além disso, são observados os princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item 1.2.10.6 m.2 da Resolução nº 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.



### **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da nossa missão.

**PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO**

Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**

Diretor

**JULIO ELOI HOFER**

Diretor

**JORGE PAGLIOLI JOBIM**

Diretor

**LEONARDO HOFF**

Diretor

**LUIZ CARLOS SACILOTO TADIELLO**

Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**

Diretor



## Balanco Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLDADORA		CONSOLIDADO		Nota Explicativa	CONTROLDADORA		CONSOLIDADO		
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015			
ATIVO CIRCULANTE											
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	33.846	38.171	37.654	40.332	.....	53.891	83.225	116.148	181.820	
Investimentos em Títulos do Governo .....	10	126.818	149.963	126.818	149.963	.....	32.667	30.626	32.691	30.644	
Concessionárias e Permissórias .....	6	94.013	130.193	94.099	130.193	.....	20.254	32.965	35.325	41.927	
Tributos a Recuperar .....	7	8.925	31.354	9.024	31.370	.....	20.206	29.247	20.206	29.247	
Estoque .....	8	8.092	7.438	8.092	7.438	.....	56.114	60.480	56.114	60.480	
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	52.240	50.549	62.005	58.873	.....	43.136	41.945	43.136	41.945	
Pagamentos Antecipados .....	.....	1.437	822	1.492	879	.....	24	20.736	21.111	21.111	
Outros Créditos a Receber .....	9	64.658	83.891	65.333	83.876	.....	19.692	28.529	25.886	30.412	
		390.029	492.381	404.517	502.924		269.696	328.128	350.242	437.586	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE											
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	21	281.516	282.253	282.253	
Provisão para Benefícios a Empregados .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	22	854.325	604.371	604.371	
Obrigações Fiscais .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	20	16.164	3.330	3.330	
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	24	159.510	145.113	145.113	
Obrigações da Concessão .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	23	5.194	5.033	5.033	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	11	261.277	-	-	
Outros Passivos .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	25	55.579	68.642	70.829	
								1.633.565	1.108.742	1.631.229	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Capital Social .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	588.447	588.447	588.447	
Reserva de Incentivos Fiscais .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	26.2	1.209.304	1.209.304	1.209.304	
Outros Resultados Abrangentes .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	26.4	(463.920)	(226.873)	(226.873)	
Lucros e/ou Prejuízos Acumulados .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	26.4	-	(88.924)	(88.924)	
Reserva Legal .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	26.4	42.396	-	42.396	
Provisão para Dividendos .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	26.4	129.143	-	129.143	
Reserva Estatutária .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	26.4	273.610	-	273.610	
Reserva Especial de Lucros a realizar .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	26.4	84.790	-	84.790	
Dividendos Remanescentes .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	26.4	317.963	-	317.963	
Participação dos não controladores .....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	2.181.733	1.481.954	1.481.954	
								-	17.534	5.896	
								2.181.733	1.481.954	2.199.268	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
								4.084.994	2.918.824	4.180.738	
ATIVO NÃO CIRCULANTE											
Tributos a Recuperar .....	7	610	610	610	610	.....	.....	.....	.....	.....	
Aplicações Financeiras .....	5	9	8.331	9	8.331	.....	.....	.....	.....	.....	
Depósitos Judiciais .....	12	50.052	48.835	52.610	48.835	.....	.....	.....	.....	.....	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	11	-	38.715	-	38.715	.....	.....	.....	.....	.....	
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital .....	15.8	291.176	362.426	99.477	84.510	.....	.....	.....	.....	.....	
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	313.076	103.276	542.561	357.203	.....	.....	.....	.....	.....	
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE .....	14	1.689.166	415.022	1.689.166	415.022	.....	.....	.....	.....	.....	
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda .....	.....	2.094	3.044	2.094	3.044	.....	.....	.....	.....	.....	
Outros Créditos a Receber .....	9	359.726	345.786	383.953	387.691	.....	.....	.....	.....	.....	
Investimentos .....	15	702.284	648.566	538.931	593.637	.....	.....	.....	.....	.....	
Imobilizado .....	16	283.922	447.126	463.255	591.137	.....	.....	.....	.....	.....	
Intangível .....	17	2.850	4.706	3.555	4.706	.....	.....	.....	.....	.....	
		3.694.965	2.426.443	3.776.221	2.533.441						
TOTAL DO ATIVO											
		4.084.994	2.918.824	4.180.738	3.036.365						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração do Resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>28</b>	<b>1.873.147</b>	<b>542.746</b>	<b>1.940.657</b>	<b>661.254</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		<b>(482.005)</b>	<b>(440.741)</b>	<b>(537.062)</b>	<b>(551.935)</b>
Custo com Energia Elétrica	29	(127.980)	(115.200)	(134.543)	(115.200)
Custo de Operação	30	(354.026)	(325.541)	(402.520)	(436.735)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>1.391.141</b>	<b>102.005</b>	<b>1.403.595</b>	<b>109.319</b>
Despesas Operacionais		(242.279)	(134.389)	(327.198)	(135.563)
Despesas com Vendas .....	30	(5.959)	(2.614)	(5.959)	(2.614)
Despesas Gerais e Administrativas .....	30	(87.241)	(66.366)	(87.420)	(67.195)
Outras Despesas Operacionais .....	30	(149.079)	(65.409)	(233.819)	(65.754)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável .....	30	(113.482)	-	(113.482)	-
Outras Despesas Operacionais .....	30	(35.597)	(65.409)	(120.337)	(65.754)
Outras Receitas	31	22.614	17.758	22.614	17.758
Outras Despesas	31	(27.495)	(12.386)	(27.495)	(12.386)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		<b>1.143.981</b>	<b>(27.012)</b>	<b>1.071.516</b>	<b>(20.872)</b>
Resultado de Participações Societárias		11.492	40.931	79.785	43.193
Resultado Financeiro, Líquido	32	63.774	52.500	62.803	50.951
Resultado Operacional		1.219.247	66.419	1.214.104	73.272
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CS</b>		<b>1.219.247</b>	<b>66.419</b>	<b>1.214.104</b>	<b>73.272</b>
Imposto de Renda Corrente .....	33	(1.215)	(13.107)	(2.618)	(18.290)
Imposto de Renda Diferido .....	33	(215.997)	26.873	(215.997)	26.873
Contribuição Social Corrente .....	33	(494)	(4.912)	(1.047)	(6.750)
Contribuição Social Diferida .....	33	(77.759)	9.674	(77.759)	9.674
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>923.782</b>	<b>84.947</b>	<b>916.682</b>	<b>84.779</b>
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	27	95,42	0,22	94,69	0,22
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	27	95,42	0,22	94,69	0,22
<b>Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>923.783</b>	<b>84.947</b>
<b>Atribuído ao Acionista Não Controlador</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.100)</b>	<b>(168)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>923.782</b>	<b>84.947</b>	<b>916.682</b>	<b>84.779</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>(228.437)</b>	<b>(51.534)</b>	<b>(228.437)</b>	<b>(51.534)</b>
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda .....	10	23.905	(35.938)	23.905	(35.938)
Venda de Títulos do Governo .....	10	9.036	37.853	9.036	37.853
Ganho/Perda Atuarial .....	10	(250.706)	(52.799)	(250.706)	(52.799)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes .....	10	(10.672)	(650)	(10.672)	(650)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>		<b>695.345</b>	<b>33.413</b>	<b>688.245</b>	<b>33.245</b>
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora				695.345	33.413
Atribuído ao Acionista Não Controlador				(7.100)	(168)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício</b>	<b>923.782</b>	<b>84.947</b>	<b>916.682</b>	<b>84.779</b>
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo .....	(36.443)	61.592	(36.443)	61.592
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis .....	30.396	26.445	30.396	26.445
Resultado de Equivalência Patrimonial .....	(9.956)	(40.931)	(78.248)	(43.193)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras .....	108.286	46.299	108.286	46.299
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	5.959	6.547	5.959	6.547
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	292.931	(36.546)	292.931	(36.546)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível .....	399.753	102.965	399.753	102.965
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo .....	(14.091)	(57.039)	(14.091)	(57.039)
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE .....	(1.274.144)	-	(1.274.144)	-
Outros .....	-	-	70.804	(7.314)
<b>CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES</b>	<b>426.473</b>	<b>194.279</b>	<b>421.885</b>	<b>184.535</b>
<b>Variações no Ativo Circulante e Não Circulante</b>	<b>(77.649)</b>	<b>445.299</b>	<b>(78.756)</b>	<b>439.044</b>
Concessionárias e Permissonárias .....	30.275	(81.566)	30.275	(81.566)
Tributos a Recuperar .....	22.429	9.737	22.346	9.721
Aplicações Financeiras de Longo Prazo .....	8.322	(885)	8.322	(885)
Estoques .....	(654)	1.051	(654)	1.051
Investimentos em Títulos do Governo .....	70.177	384.387	70.177	384.387
Pagamentos Antecipados .....	(615)	59	(617)	86
Contas a Receber .....	(463)	-	(545)	-
Depósitos Judiciais .....	(1.217)	735	(1.891)	(261)
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI .....	-	222.634	-	222.634
Ativo Financeiro da Concessão .....	(211.491)	54.121	(211.491)	54.121
Bens e Direitos Destinados à Alienação .....	(113)	-	(113)	-
Outros Créditos a Receber .....	5.701	(144.974)	5.435	(150.244)
<b>Variações no Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>(155.738)</b>	<b>(109.223)</b>	<b>(188.718)</b>	<b>(5.990)</b>
Fornecedores .....	(29.334)	(42.288)	(66.064)	53.602
Obrigações Trabalhistas .....	2.041	279	2.047	282
Obrigações Fiscais .....	3.123	26.809	6.248	33.983
Provisão para Benefícios a Empregados .....	(61.015)	(52.541)	(61.015)	(52.541)
Obrigações da Concessão .....	1.352	8.963	1.352	8.963
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias .....	(38.510)	(13.235)	(38.510)	(13.235)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	7.061	(4.135)	7.061	(4.135)
Pagamento de Encargos de Dívidas .....	(11.638)	(11.293)	(11.638)	(11.293)
Outros Passivos .....	(28.818)	(21.782)	(28.199)	(21.616)
<b>CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>193.086</b>	<b>530.355</b>	<b>154.411</b>	<b>617.589</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
<b>Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento</b>	<b>(236.539)</b>	<b>(503.994)</b>	<b>(338.719)</b>	<b>(478.061)</b>
Aumento de Investimentos .....	(176.710)	(20.874)	-	(10.927)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado .....	(130.187)	(206.829)	(213.515)	(433.848)
Aquisição de Ativo Intangível .....	(892)	(1.138)	(1.017)	(1.138)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital .....	71.250	(275.153)	(124.187)	(32.148)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
<b>Caixa Líquido Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>39.128</b>	<b>(30.335)</b>	<b>181.630</b>	<b>(173.168)</b>
Incremento de Empréstimos e Financiamentos .....	88.991	77.015	88.991	86.773
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos .....	(49.863)	(107.350)	(49.863)	(259.941)
Integralização de Capital Social .....	-	-	-	-
Partes Relacionadas .....	-	-	142.502	-
<b>REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(4.325)</b>	<b>(3.974)</b>	<b>(2.678)</b>	<b>(33.640)</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa .....	38.171	42.145	40.332	73.972
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa .....	33.846	38.171	37.654	40.332

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



**Demonstração do Valor Adicionado**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS					
Receita Operacional Bruta .....	28	2.012.784	671.279	2.080.294	789.787
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	30	(5.959)	(6.547)	(5.959)	(6.547)
Outras Receitas e Despesas .....		4.881	5.371	4.881	5.371
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(200.534)	(181.795)	(339.644)	(293.416)
Material .....	30	(12.214)	(6.833)	(12.214)	(6.833)
Serviços de Terceiros .....	30	(36.115)	(29.727)	(36.476)	(29.935)
Custo de Energia Comprada .....	29	(127.981)	(115.200)	(134.543)	(115.200)
Outros Custos Operacionais .....	30	(10.039)	(9.970)	(10.039)	(9.970)
Custo de Construção .....	30	(376)	-	(48.179)	(111.194)
Outras Despesas Operacionais .....	30	(13.809)	(20.065)	(98.193)	(20.284)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.811.172	488.308	1.739.572	495.195
(-) Depreciação e Amortização .....	30	(31.611)	(26.445)	(31.611)	(26.445)
(-) Provisões .....	30	(148.471)	(52.084)	(148.471)	(52.084)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		1.631.090	409.779	1.559.490	416.666
(+) Resultado de Participações Societárias .....		11.492	40.931	79.785	43.193
(+) Receitas Financeiras .....	32	161.604	247.883	161.679	248.088
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.804.186	698.593	1.800.954	707.947
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		311.376	262.520	312.167	263.190
Remuneração Direta .....		149.055	119.475	149.846	120.145
Benefícios .....		27.654	29.674	27.654	29.674
Plano de Benefícios Previdenciais .....		64.197	67.223	64.197	67.223
Compromissos Previdenciais .....		48.749	34.680	48.749	34.680
F.G.T.S. ....		21.721	11.468	21.721	11.468
Impostos, Taxas e Contribuições		469.080	153.602	471.111	160.700
Federais .....		467.645	150.720	469.676	157.818
Estaduais .....		970	183	970	183
Municipais .....		465	2.699	465	2.699
Remuneração de Capitais de Terceiros		99.948	197.524	100.994	199.278
Aluguéis .....	30	2.118	2.141	2.118	2.141
Despesas Financeiras .....	32	97.830	195.383	98.876	197.137
Remuneração de Capitais Próprios		923.782	84.947	916.682	84.779
Lucro Líquido do Exercício .....		923.782	84.947	916.682	84.779
TOTAL		1.804.186	698.593	1.800.954	707.947

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas

às Demonstrações Financeiras  
em 31 de Dezembro de 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. Em janeiro de 2014 a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a sócia Zhejiang United Engeneering CO Ltda, transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT. Ainda no exercício de 2014 foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$25.000, durante o exercício de 2015 foi integralizado o montante de R\$9.947 e no exercício de 2016 totalizaram R\$ 176.710, integralizados pela CEEE-GT na Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 90,40% do capital integralizado.

No segmento de geração, a CEEE-GT também exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

### 1.1. Das Concessões

#### 1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei 12.783/13, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia para o regime de cotas.

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada  (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL  [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de  Unidades Geradoras	Localização  (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

\* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, ficou delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, sendo que, em paralelo, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões, em especial no que se refere à indenização dos investimentos ainda não depreciados inerentes as usinas renovadas. Vide nota explicativa nº 15.

#### 1.1.1.1. Aspectos Regulatórios

##### a) Repactuação do Risco Hidrológico

As condições hidrológicas adversas ocorridas no último triênio, somada às decisões operativas e a outros fatores que influenciam no despacho da geração pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), afetaram financeiramente os agentes hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que, ao não conseguirem entregar energia suficiente para honrar seus contratos, ficaram expostos ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no Mercado de Curto Prazo (MCP).

A Companhia, com o objetivo de se proteger financeiramente dos valores a ela atribuídos a título de risco hidrológico, bem como do rateio dos valores proveniente de outros agentes protegidos judicialmente, ingressou com ação judicial e obteve decisão liminar, com efeitos a partir de março de 2015, limitando a redução, via Fator de Ajuste do MRE (GSF), a 5% da Garantia Física das usinas modeladas no perfil da CEEE-GT junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e que não foram objeto de renovação das Concessões prevista na Lei nº 12.783/2013.

A Lei nº 13.203, publicada em 9 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa ANEEL nº 684, publicada em 14 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes participantes do MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

A referida regulamentação apresentou propostas distintas para a energia contratada no ano de 2015 no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), porém ambas tinham como condição para a repactuação a retirada de qualquer ação judicial relativa ao tema, com resolução de mérito.

Devido à característica do portfólio de contratos de venda de energia em 2015, a Companhia teve quase que a totalidade de sua energia remetida à modalidade de repactuação no ACL, cuja proposta se caracteriza pela contratação de energia de reserva.

Em janeiro de 2016 a Administração decidiu por não aderir à proposta, mantendo a ação judicial em curso.

#### *1.1.2. Concessão de Transmissão*

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

##### *1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL*

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579, ficando delineado o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI. Vide nota explicativa nº 13.5.

Ainda, no que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. A Companhia submeteu à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados em 29/04/2015 e conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tem um prazo de 150 dias para validar as informações. Outras informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 9.5.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/13), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

#### 1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Companhia até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

## 2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

## 3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

As Demonstrações Financeiras compreendem:

#### a) Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

### *b) Demonstrações Financeiras Consolidadas*

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. E, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### *3.1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras*

A Administração da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 24/03/2017.

#### *3.1.3. Base de Mensuração*

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

#### *3.1.4. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional*

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

#### *3.1.5. Lucro Líquido por Ação*

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

### **3.2. Reclassificações de Saldos Contábeis**

A Administração da Companhia após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação do seu desempenho operacional e financeiro reclassificou na sua demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 29 de março de 2016, conforme demonstrado a seguir:



Demonstrações do Resultado do Exercício	Saldos apresentados em 2015	Reclassificações	Saldos 2015 após reclassificação
Custo de Operação	(272.147)	(53.394)	(325.541)
Despesas Gerais e Administrativas	(56.835)	(9.531)	(66.366)
Outras Despesas Operacionais	(128.334)	62.925	(65.409)

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

(a) Reclassificação da despesa com pessoal das Outras Despesas Operacionais para Custo de Operação, no valor de R\$53.394.

(b) Reclassificação da despesa com Pessoal das Outras Despesas Operacionais para Despesas Gerais e Administrativas, no valor de R\$9.531.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido.

### 3.3. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das Informações Trimestrais Individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas Informações Trimestrais. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real.

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis.

#### Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

#### Provisões para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra provisão sobre contas a receber que a administração entende terem incerteza quanto ao seu recebimento. Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

#### Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

## Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

## Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

## Ativo Financeiro da Concessão

O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

## Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

## Vida útil do ativo imobilizado

A Administração da Companhia utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, limitado ao prazo de concessão.

## 3.4. Procedimento de Consolidação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e das suas controladas a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Empresas Controladas	% de Participação	
	31/12/2016	31/12/2015
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB	90,40%	90,40%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. São elas:

##### 4.1. Ativos e Passivos Financeiros

###### 4.1.1. Reconhecimento e Mensuração

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

###### 4.1.2. Classificação

A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- II. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- III. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- IV. Disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

##### 4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

#### 4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a três meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a doze meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas com aplicações financeiras de longo prazo.

#### 4.4. Títulos Disponíveis para a Venda

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

#### 4.5. Concessionárias e Permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede até a data das Demonstrações Financeiras, para Concessionárias e Permissionárias, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

#### 4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Refere-se aos recebíveis faturados, até o encerramento das Demonstrações Financeiras, contabilizado com base no regime contábil de competência.

#### 4.7. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

#### 4.8. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática.

#### 4.9. Bens e Direitos Destinados a Alienação

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados, como *mantidos para venda*, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

#### **4.10. Ativo Financeiro da Concessão**

O Contrato de Concessão 055/2011 teve seu primeiro aditivo celebrado em 04 de dezembro de 2012 para prorrogação do prazo de concessão de transmissão de energia elétrica pelo período de trinta (30) anos a partir do mês subsequente a sua assinatura. As novas instalações integradas após a renovação da concessão em 2012 serão reconhecidas como novo Ativo Financeiro. O contrato de concessão de transmissão 080/2002, vigente até 2032, é reconhecido como Ativo Financeiro.

O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a Receita Anual Permitida – RAP, nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

#### **4.11. Investimentos**

##### **4.11.1. Investimentos em controladas**

Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e consolidados integralmente na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

##### **4.11.2. Investimentos em coligadas**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a parcela de participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

#### 4.11.3. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em participações em Coligadas - goodwill

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve estar contido no saldo contábil do investimento a ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável.

#### 4.12. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito, como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### 4.13. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

#### 4.14. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, e dos Municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de transmissão. Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro da Concessão.

#### 4.15. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

##### 4.15.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido



diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

#### 4.15.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### 4.16. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

#### 4.17. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras.

#### 4.18. Valor Justo

- I. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.
- II. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura de geração vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.
- III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de

apresentação das Demonstrações Financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.

#### **4.19. Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

#### **4.20. Outros Ativos e Passivos**

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

#### **4.21. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Os impostos e contribuições corrente e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.”

#### **4.22. Provisão para Benefícios a Empregados**

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

#### **4.23. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

#### **4.24. Reconhecimento da Receita**

##### **4.24.1. Receita da Geração**

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e prevêm o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal. Conforme a Medida Provisória 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2012, Resolução Homologatória ANEEL nº 1408/2012 e Resolução Homologatória ANEEL nº 1410/2012, a receita do segmento de Geração é reconhecida por cotas de energia das usinas com concessão renovadas, através de RAG – Receita Anual de Geração.

##### **4.24.2. Receita da Transmissão**

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita é efetuado mediante critério de rateio realizado, mensalmente, pelo Operador Nacional do Sistema- ONS. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento também é influenciado pelo cálculo da Receita Anual Permitida – RAP, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela CEEE GT. A RAP tem como princípio, recuperar o capital investido pela Companhia na construção das instalações, bem como cobrir os seus custos de operação e manutenção.

##### **4.24.2.1. Receita de Construção**

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

#### **4.24.2.2. Receita Financeira**

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's, originárias do processo de liquidação judicial nº 2006.71.00.047783-2.

#### **4.25. Despesa Financeira**

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

#### **4.26. Distribuição de Dividendos**

Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 50% do lucro anual da Companhia. Portanto, no encerramento do exercício, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08.

#### **4.27. Transações com Partes Relacionadas**

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 35.

#### **4.28. Informações por Segmento**

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia.

A Companhia, considerando a natureza de suas operações, conclui que possui os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

#### **4.29 Questões Ambientais**

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

#### **4.30. Demonstração do Resultado**

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela função das receitas e despesas operacionais.

#### **4.31. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos Futuros**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente:

#### *4.31.1. IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)*

Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

A Administração da Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar e acreditam que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

#### *4.31.2. IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)*

Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

A Administração da Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar e acreditam que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

#### *4.31.3. IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)*

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*.

A Administração da Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar e acreditam que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

#### *4.31.4. IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)*

Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas não têm expectativa de impactos relevantes na aplicação do CPC 47 considerando que atualmente já apresenta de forma segregada cada receita de seus clientes.

#### *4.31.5. IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)*

Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

A Companhia e suas controladas iniciaram as análises dos contratos e identificaram que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que não foram identificados, até o momento, contratos em que a Companhia e suas controladas figuram como arrendatários. Os efeitos estão relacionados ao reconhecimento de novos ativos e passivos nos arrendatários devido a arrendamentos operacionais.

## 5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>				
Numerário Disponível .....	1.312	2.467	5.056	3.893
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - SIAC/BANRISUL .....	32.534	35.517	32.598	35.517
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - CDB Especial .....	-	187	-	922
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>33.846</b>	<b>38.171</b>	<b>37.654</b>	<b>40.332</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Fundo Bradesco Empresas .....	9	-	9	-
Quotas Subordinadas - FIDC .....	-	8.331	-	8.331
<b>Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo</b>	<b>9</b>	<b>8.331</b>	<b>9</b>	<b>8.331</b>

### 5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$1.312 (R\$2.467 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

### 5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$32.534 (R\$35.517 em 31 de dezembro de 2015) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

O valor de R\$8.331 em 31 de dezembro de 2015 no ativo não circulante refere-se a Quotas Subordinadas dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC V CEEE-GT, que são atualizadas conforme definido em contrato.

## 6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento de Energia .....	23.668	19.499	23.754	19.499
Encargos de uso da Rede .....	45.433	47.295	45.433	47.295
Energia de Curto Prazo - CCEE .....	30.467	72.937	30.467	72.937
Títulos de Crédito a Receber .....	458	359	458	359
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa .....	(6.013)	(9.897)	(6.013)	(9.897)
<b>Total</b>	<b>94.013</b>	<b>130.193</b>	<b>94.099</b>	<b>130.193</b>

### 6.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$6.013 (R\$9.897 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

	Saldo 31/12/2015	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2016
Suprimento de Energia .....	1.591	414	(19)	1.986
Encargos de uso da Rede .....	3.530	753	(256)	4.027
Títulos de Crédito a Receber .....	285	22	(307)	-
Diversos .....	4.491	5.051	(9.542)	-
<b>Total</b>	<b>9.897</b>	<b>6.240</b>	<b>(10.124)</b>	<b>6.013</b>



## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>				
PIS/COFINS a Compensar .....	151	7	151	7
INSS a Compensar .....	358	400	358	400
IRPJ e CSLL a Compensar .....	8.313	30.874	8.313	30.874
Outros Créditos a Compensar .....	104	73	203	89
	<u>8.925</u>	<u>31.354</u>	<u>9.024</u>	<u>31.370</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
PIS/COFINS a Compensar .....	2	2	2	2
INSS a Compensar .....	605	605	605	605
IRPJ e CSLL a Compensar .....	1	1	1	1
Outros Créditos a Compensar .....	2	2	2	2
	<u>610</u>	<u>610</u>	<u>610</u>	<u>610</u>

## 8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Estoque de Operação .....	8.573	7.956	8.573	7.956
(-) Provisão para Perdas .....	(482)	(518)	(482)	(518)
	<u>8.092</u>	<u>7.438</u>	<u>8.092</u>	<u>7.438</u>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

## 9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D .....	9.1	5.569	7.466	5.569	7.466
Adiantamento a Fornecedores/Empregados .....		3.575	2.437	3.575	2.437
Aluguel de Postes e Serviços Prestados .....		4.245	4.969	4.245	4.969
Cedência de Funcionários .....	35	377	1.583	377	1.583
Conta Gráfica .....	9.2/35	9.318	15.132	9.318	15.132
Dividendos a Receber .....	9.3	22.142	16.248	22.124	16.232
Custos a Reembolsar .....	9.4	18.757	16.486	18.757	16.486
Desativação em Curso .....		-	41	-	41
Outros Devedores .....		675	19.529	1.368	19.530
		<u>64.658</u>	<u>83.891</u>	<u>65.333</u>	<u>83.876</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Mútuo CEEE-D .....	9.5/35	355.276	342.448	355.276	342.448
Outros .....	9.7	4.450	3.338	28.677	45.243
		<u>359.726</u>	<u>345.786</u>	<u>383.953</u>	<u>387.691</u>

### 9.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$5.569 (R\$7.466 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

## 9.2. Conta Gráfica

O valor de R\$9.318 (R\$15.132 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos saldos de contratos de compartilhamento das atividades de Tecnologia da Informação e de atividades de Telecomunicações entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

## 9.3. Dividendos a Receber

O valor de R\$21.637(R\$16.248 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a dividendos declarados pelas investidas, compostos da seguinte forma: Etau R\$94, Complexo Eólico Povo Novo R\$17, Enerfin R\$1.327 e Enercan R\$1.795 (vide nota explicativa nº 15).

## 9.4. Custos a Reembolsar

O valor de R\$18.757 (R\$16.486 em 31 de dezembro de 2015) refere-se, principalmente, aos contratos de prestação de serviços de operação e manutenção com as investidas Povo Novo e TESB.

## 9.5. Mútuo CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária) no valor de até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração na Cláusula Primeira. Através do Despacho 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212 (trezentos e trinta e cinco milhões duzentos e doze mil). As parcelas liberadas, corrigidas mensalmente pela CDI, perfazem o montante de R\$355.276.

Data do Evento	Histórico	Valor
31/12/2016	Parcelas Liberadas até 31/12/2016	300.000
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	86.276
31/12/2016	Parcelas Recebidas até 31/12/2016	(31.000)
		355.276
NÃO CIRCULANTE .....		355.276

## 10. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Investimentos em Títulos do Governo .....	126.818	149.963	126.818	149.963
Total	126.818	149.963	126.818	149.963

### 10.1. Descrição

O saldo de R\$126.818 (R\$149.963 em 31 de dezembro de 2016) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, da Receita Federal do Brasil - RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos da Companhia junto a Receita Federal do Brasil - RFB e junto a Secretaria do Tesouro Nacional - STN que totalizavam o montante de R\$55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$1.153.631, os quais foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a
- VI. Pagamento do principal e juros:
  - Principal - em parcela única na data de vencimento do título;
  - Juros - semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012, 18/12/2012 e 17/12/2013 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranche para a Companhia no valor de R\$451.310, de R\$459.759 e de R\$365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

## 10.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como "Ativos Financeiros mantidos até o vencimento" levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrasetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

A Companhia considerou as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- a intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.
- as NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas a Concessionária não possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2017, 2035 e 2045.
- as NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

### 10.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a. calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

### 10.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2015	149.962	3.533	(27.099)	-	-
Atualização pela taxa efetiva	14.091	-	-	14.091	-
Valorização do valor justo	23.905	-	23.905	-	-
Venda do ativo financeiro	(54.038)	-	9.036	(9.036)	-
Juros Recebidos	(7.102)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	3.064	(10.672)	-	7.608
Posição em 31/12/2016	126.818	6.597	(4.830)	5.055	7.608

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

### 11.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

#### 11.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reconhecimento do Custo Atribuído .....	70.612	95.861	70.612	82.781
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda .....	5.183	(41.058)	5.183	(41.058)
Exclusão Temporária .....	21.289	51.454	21.289	51.454
Exclusão Temporária - MP 579/2012 (Renovação das Concessões).....	1.266.236	-	1.266.236	-
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido .....	1.363.320	106.257	1.363.320	93.177
IR e CS (Alíquota 34%) .....	463.529	36.127	463.529	36.127
IR e CS (Redutor 30% - RIR/99, Art.510) .....	(131.856)	-	(131.856)	-
Total do Passivo Fiscal Diferido .....	331.673	36.127	331.673	36.127

### 11.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais Não Utilizados

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Companhia revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT não foi incrementado no exercício de 2016. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de Dezembro de 2016, R\$303.193 (R\$ 297.821 em 31 de dezembro de 2015).

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a indenização da RBSE foi calculado à alíquota de 34%, líquido da redução de 30%, a título de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 301.364.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56) .....	276.927	272.597	276.927	272.597
Provisão para Contingências Trabalhistas .....	95.233	104.260	95.233	104.260
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis .....	72.525	49.184	72.525	49.184
Outras Provisões .....	0	495	0	495
Total das Diferenças Temporárias .....	444.685	426.536	444.685	426.536
Alíquota IRPJ/CSLL .....	34%	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias .....	151.193	145.022	151.193	145.022
Base Negativa da CSLL .....	391.940	394.294	391.940	394.294
CSLL Diferida (Alíquota 9%) .....	35.275	35.486	35.275	35.486
Prejuízos Fiscais do IRPJ .....	748.480	750.833	748.480	750.833
IRPJ Diferido (Alíquota 25%) .....	187.120	187.708	187.120	187.708
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL .....	222.395	223.194	222.395	223.194
Crédito Fiscal não Reconhecido.....	(303.193)	(297.821)	(303.193)	(297.821)
Saldo Contábil.....	70.395	70.395	70.395	70.395

### 11.1.4. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Diferenças Temporárias Tributáveis .....	331.673	36.127	331.673	31.680
Diferenças Temporárias Dedutíveis .....	(70.395)	(70.395)	(70.395)	(70.395)
Saldo Contábil Líquido.....	261.278	(34.268)	261.278	(38.715)

## 11.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia, com base em estudo técnico submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Companhia. Esse estudo projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Exercício de 2016.....	20.015	2.134	20.015	2.134
Exercício de 2017.....	32.950	(4)	32.950	(4)
Exercício de 2018.....	29.553	(15.527)	29.553	(15.527)
Exercício de 2019.....	27.687	(19.652)	27.687	(19.652)
Exercício de 2020.....	47.483	(15.713)	47.483	(15.713)
A partir do Exercício de 2021 .....	103.590	10.047	103.590	10.047
Total .....	<u>261.278</u>	<u>(38.715)</u>	<u>261.278</u>	<u>(38.715)</u>

## 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$50.052 (R\$48.835 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 24).

## 13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante .....	52.240	50.549	62.005	58.873
Não Circulante .....	313.076	103.276	542.561	357.203
Total .....	<u>365.315</u>	<u>153.825</u>	<u>604.565</u>	<u>416.076</u>

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão sob os quais a Companhia obtém remuneração do capital investido.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002 e no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001, a Administração entende que a aplicação do modelo “financeiro” é o que melhor representa o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infra-estrutura construída é recuperada por meio da RAP (Receita Anual Permitida), a qual contempla os seguintes valores:

- I. receita para cobrir os custos de operação e manutenção (O&M) da infra-estrutura vinculada aos contratos de concessão; e
- II. receita para amortização do capital investido na infra-estrutura a serviço da concessão. Esta parcela de receita é definida mediante a metodologia do WACC (*weighted average cost of capital*), a qual estabelece a remuneração mínima para o investimento realizado.



No caso de extinção da concessão, os bens reversíveis e classificados no ativo financeiro, ainda não amortizados pela RAP, serão indenizados pelo poder concedente ou por outro órgão por ele delegado para tal atribuição.

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor de R\$, 417.555 é composto por R\$23.767, referente aos bens vinculados ao Contrato de Concessão nº 080/2002 e por R\$ 358.165, referente ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$35622 refere-se ao Aditivo do Contrato de Concessão nº 025/2000. . O registro é demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras em curso que ainda não possuem Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

### 13.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	CONSOLIDADO				
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011 TESB	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	104.779	49.046	-	262.251	416.076
(+) Receita de Construção (Adições).....	-	-	-	47.803	47.803
(+) Receita Financeira.....	-	15.664	-	13.467	29.131
(-) Amortização do período.....	-	(13.139)	-	-	(13.139)
(-) Outros.....	201.147	(27.804)	35.622	(84.270)	124.695
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	305.926	23.767	35.622	239.251	604.566
Em 31 de Dezembro de 2016 - Circulante	35.303	16.937	-	9.765	62.005
Em 31 de Dezembro de 2016 - Não Circulante	270.623	6.830	35.622	229.486	542.561

O Contrato de Concessão 001/2011 da Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB ainda não se encontra em fase operacional, dessa forma, não há receita de O&M (operação e manutenção) ou amortização do ativo financeiro. A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.756/2014 de 24 de junho de 2014 é de R\$25.449.

### 13.2. Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os Artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

### 13.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Companhia quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 1.1.2.1).

#### 13.4. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

#### 14. Rede Básica do Sistema Existente – RBSE

O Montante de R\$ 1.689.166 refere-se à parcela dos ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000 pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, os quais conforme previsão da Lei Nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, em seu §2º, art. 15º, são passíveis de indenização pela União.

Na sequência deste processo de indenização dos ativos vinculados à RBSE, a ANEEL divulgou a Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definindo os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Nesse sentido, considerando os comandos da Resolução ANEEL, a CEEE-GT, em 27 de dezembro de 2013, enviou ao órgão regulador o cronograma para realização do laudo de avaliação que valoraria estes ativos considerando o critério de valor novo de reposição.

Foi concluído em 23 de março de 2015 o Relatório de Avaliação Patrimonial para Indenização da Rede Básica da CEEE-GT, elaborado pela Consultoria American Appraisal. O referido relatório foi entregue na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 29 de abril de 2015. Conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tinha um prazo de 150 dias para validar as informações, sendo 30 dias contados a partir da data de protocolo para manifestar o aceite do laudo de avaliação enviado pela companhia e mais 120 dias a partir do aceite para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

Finalmente, conforme Despacho Nº 1.643 emitido pela ANEEL em 16 de junho de 2016, a CEEE-GT obteve como montante homologado de indenização pertinente aos ativos não totalmente depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, o valor de R\$836.283, na data base de 31 de dezembro de 2012. Sendo que o valor bruto dos bens para fins de indenização (Valor Novo de Reposição - VNR) totalizou R\$ 2.741.278, conforme processo nº 48500.000805/2014-52.

Dentro deste contexto, foi emitida em 20 de abril de 2016 a Portaria Nº 120 MME, a qual estabeleceu que os valores homologados pela ANEEL a título dos ativos não depreciados em 31 de maio de 2000, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das transmissoras, sendo o custo de capital destes adicionados às suas Receitas Anuais Permitidas – RAP.

Também determinou a Portaria, que o custo de capital destes ativos será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, passando pelo reajuste e revisão conforme as regras previstas nos contratos de concessão, e deverá incorporar a RAP a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Além disso, a Portaria Nº 120 MME determinou que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária, deve ser atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio, real, do segmento de transmissão, definido pela ANEEL.

Desta maneira, o montante final de R\$ 1.689.166 é composto pelo valor homologado para fins de indenização, pertinente aos bens da Rede Básica Sistema Existente – RBSE, adicionado do custo de capital (remuneração e depreciação) atualizado até o período de Dezembro de 2016, sendo este remunerado pelo custo de capital próprio do segmento, cálculo este efetuado na melhor estimativa da administração considerando os dados e informações disponíveis, sendo o ganho de R\$ 964.871, líquido dos efeitos tributários, reconhecido no resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2016 na rubrica Remuneração do Ativo Financeiro e atualizado até 31 de dezembro de 2016.

## 15. INVESTIMENTOS

### 15.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	699.592	645.842	536.239	590.913
Avaliadas pelo método de custo	2.692	2.724	2.692	2.724
	<u>702.284</u>	<u>648.566</u>	<u>538.931</u>	<u>593.637</u>

### 15.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes seguimentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
CERAN	TESB	Ventos de Curupira
Jaguari	FOTE	Ventos de Povo Novo
Chapecoense	TSLE	Ventos de Vera Cruz
ENERCAN	TPAE	Palmares
	Etau	Ventos da Lagoa
		Ventos do Litoral
		Ventos do Sul
		Ventos dos Índios

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
<b>Controladas</b>				
TESB	255.194	90,40%	60.000	90,40%
Ventos de Curupira	10	99,99%	10	99,99%
Ventos de Povo Novo	10	99,99%	10	99,99%
Ventos de Vera Cruz	10	99,99%	10	99,99%
<b>Coligadas</b>				
FOTE	23.215	49,00%	23.215	49,00%
TSLE	280.000	49,00%	280.000	49,00%
Ceran	510.000	30,00%	510.000	30,00%
TPAE	20.350	20,00%	20.350	20,00%
Jaguari	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Etau	34.895	10,00%	34.895	10,00%
Palmares	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul	140.964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios	63.641	10,00%	63.641	10,00%
Chapecoense	714.509	9,00%	714.509	9,00%
Enercan	388.787	6,51%	388.787	6,51%

### 15.3 Controladas

#### 15.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos:

- LT 230Kv, com extensão aproximada de 12Km, com origem na subestação Porto Alegre 9 e término na subestação Porto Alegre 8;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 29Km, com origem na subestação Porto Alegre 9 e término na subestação Nova Santa Rita;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 29Km, com origem na subestação Campo Bom e término na subestação Taquara;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 19Km, com origem na subestação Restinga e término na subestação Porto Alegre 13;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 13Km, com origem na subestação Restinga e término na subestação Viamão 3;
- SE Porto Alegre 12;
- SE Viamão 3;
- SE Candelária 2; e
- SE Porto Alegre 13.

A composição acionária originária foi assim estabelecida: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 40%, Zhejiang United Engineering CO Ltda – 40% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 20%.

Em julho de 2012, em virtude da subscrição do capital a ser integralizado, as sócias Procable Energia e Telecomunicações S.A., detentora de 40% das quotas e a sócia Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda detentora de 40% das quotas, cederam e transferiram cada uma 3%, totalizando 6% de cessão e transferência de cotas de capital subscrito e não integralizado para a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, passando para a seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 37%, Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda – 37% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 26%.

Em março de 2013, a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. cedeu e transferiu, 27% das cotas não integralizadas para a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, passando para a seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 10%, Zhejiang United Engineering CO Ltda – 37% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 53% do capital subscrito.

Ainda em 2013, a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT recebeu transferências de cotas da seguinte forma:

- a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. cedeu e transferiu gratuitamente 9,2% das cotas, correspondendo a 5.520.000 cotas. As cotas cedidas pela sócia Procable correspondem a 1.830.000 cotas de capital integralizado e 3.690.000 cotas de capital não integralizado.
- a sócia Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda cedeu e transferiu 28,2% das cotas, correspondendo a 16.920.000 cotas, gerando uma contrapartida de R\$16.920 cujo pagamento se dará mediante condições estabelecidas em Termo de Compromisso a ser firmado entre as partes (vide nota explicativa nº 24.4).

Com as transferências, a TESB passa ter seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A – 0,8%, Zhejiang Insignia United Engineering CO Ltda – 8,8% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 90,4% do capital subscrito.

A transferência de controle acionário estava condicionada a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

No encerramento do exercício de 2013 a participação da CEEE-GT no capital da TESB, considerando as cotas integralizadas era de 0,02%.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é 90,4% do capital social subscrito.

### *15.3.2. Complexo Eólico Povo Novo*

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 55MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potência instalada é de 25MW;
- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potência instalada é de 7,5MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potência instalada é de 22,5MW;

O conjunto de investimentos ocorrerá em 2014 e 2015, uma vez que o início da operação comercial do empreendimento deverá ocorrer em 2016.

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas. Os principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrados a seguir, são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas da CEEE-GT.

### *15.3.3 Impairment*

A companhia estimou o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas TESB e Complexo Eólico Povo Novo, com base no valor em uso, sendo este mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um Impairment de R\$ 84,2 milhões, e a adicionalmente controladora CEEE-GT contabilizou R\$ 9,1 milhões em provisão para perda de valor recuperável.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi estimado R\$ 104,1 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

O valor total de Impairment apurado nas empresas controladas foi de R\$ 113,2 milhões, sendo ainda R\$ 84,2 milhões contabilizados na controlada TESB, refletindo no cálculo da equivalência patrimonial da CEEE-GT.

#### 15.4. Coligadas

##### 15.4.1. Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A - FOTE

Em novembro de 2013, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A, constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A – FOTE, com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LOTE I – Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C1;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C2;
- SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA; e
- SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo pátio)

Em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC no valor total de R\$30.345 na proporção de 49% para a CEEE-GT e de 51% para a Eletrosul. Tendo em vista os adiantamentos para futuro aumento de capital aprovados e realizados pelos acionistas, em 15 de dezembro de 2014 foi autorizado o aumento do capital social da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A - FOTE em R\$23.205 com a subscrição de 23.205.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

##### 15.4.2. Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT e a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LT Nova Santa Rita, com extensão aproximada de 281Km, com origem na SE Nova Santa Rita e término na SE Campo Novo;
- LT Povo Novo - Marmeleiro, com extensão aproximada de 154Km, com origem na SE Povo Novo e término na SE Marmeleiro;
- LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, com extensão aproximada de 52Km, com origem na SE Marmeleiro e término na SE Santa Vitória do Palmar;
- SE 525/230 kV Povo Novo;
- SE 525kV Marmeleiro;
- SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar; e
- Instalações de Transmissão de Rede Básica na SE Povo Novo.

Em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC no valor total de R\$498.500 na proporção de 49% para a CEEE-GT e de 51% para a Eletrosul. Tendo em vista os adiantamentos para futuro aumento de capital aprovados e realizados pelos acionistas, em 11 de dezembro de 2014 foi autorizado o aumento do capital social da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE em R\$245.990 com a subscrição de 245.990.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.



#### *15.4.3. Companhia Energética Rio das Antas – CERAN*

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponde a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a terceira unidade geradora.

#### *15.4.4. Transmissora Porto Alegrense Ltda - TPAE*

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda - TPAE com a seguinte composição acionária: Procable – 80% e CEEE-GT – 20%.

Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda - TPAE venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais, e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable seria responsável pela preparação do projeto básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A CEEE-GT e a Procable, em conjunto, são responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do empreendimento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

#### *15.4.5 Jaguari Energética S.A*

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Companhia reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Companhia caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras em 31/12/2016, os efeitos do reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos.

#### *15.4.6. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU*

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.4.7. Parques Eólicos Palmares S.A*

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$890.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.4.8. Ventos da Lagoa Energia S.A*

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$687.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.4.9. Ventos do Litoral Energia S.A*

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nestas sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$507.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

#### 15.4.10. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2016 R\$18.174.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade está disposto abaixo:

	31/12/2016
Contraprestação Efetivamente Transferida	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	168.264
Ativos Circulantes	80.879
Ativos não Circulantes	422.459
Passivos Circulantes	(98.623)
Passivos não Circulantes	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%)	(16.826)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura ( <i>goodwill</i> )	18.174

#### 15.4.11. Ventos dos Índios Energia S.A

Em 30 de junho de 2015 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$7.243.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

#### 15.4.12 Chapecoense Geração S.A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapecoense Geração S.A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, sociedade por ações de propósito específicas – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S.A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras em 31/12/2016, os efeitos da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público - UBP.

#### 15.4.13. Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S.A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

### 15.5. Informações Financeiras das Investidas

#### 15.5.1. Informações Financeiras Controladas

		31/12/2016		
		TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo
				Ventos de Vera Cruz
Balanco Patrimonial				
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	111	984	478	2.235
Outros Ativos Circulantes	9.831	768	38	60
Ativo Não Circulante	256.696	74.437	32.621	72.980
	<b>266.638</b>	<b>76.189</b>	<b>33.137</b>	<b>75.275</b>
Passivo e Patrimônio Líquido				
Financiamentos e Empréstimos (curto prazo)	-	-	-	691
Outros Passivos Circulantes	17.088	28.031	12.686	22.306
Outros Passivos Não Circulantes	66.898	49.051	20.806	53.052
Patrimônio Líquido	182.651	(893)	(355)	(774)
	<b>266.638</b>	<b>76.189</b>	<b>33.137</b>	<b>75.275</b>

		31/12/2016		
		TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo
				Ventos de Vera Cruz
Demonstração do Resultado				
Receita Operacional Líquida	61.270	2.828	892	2.521
Custo de Operação	(47.803)	(2.974)	(937)	(2.651)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>13.467</b>	<b>(146)</b>	<b>(45)</b>	<b>(130)</b>
Despesas Operacionais	(84.838)	(373)	(158)	(241)
Resultado Financeiro	(779)	(45)	(42)	(104)
<b>Lucro Antes dos Impostos</b>	<b>(72.150)</b>	<b>(564)</b>	<b>(245)</b>	<b>(475)</b>
Impostos sobre o Lucro	(1.809)	(68)	(20)	(59)
<b>Lucro líquido</b>	<b>(73.959)</b>	<b>(632)</b>	<b>(265)</b>	<b>(534)</b>

### 15.5.2. Informações Financeiras Controladas e Coligadas

	31/12/2016						
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas							
TESB	255.194	182.651	-	182.651	(73.959)	-	(73.959)
Ventos de Curupira	10	(893)	-	(893)	(632)	-	(632)
Ventos de Povo Novo	10	(355)	-	(355)	(265)	-	(265)
Ventos de Vera Cruz	10	(774)	-	(774)	(534)	-	(534)
Coligadas							
FOTE	23.215	46.780	-	46.780	(8.094)	-	(8.094)
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	280.000	275.058	-	275.058	10.861	-	10.861
Ceran	470.875	753.486	-	753.486	110.345	-	110.345
Transmissora Porto Alegre de Energia - TPAE	20.350	16.114	-	16.114	(2.120)	-	(2.120)
Jaguari	17.680	15.490	(4.255)	11.235	2.226	-	2.226
Etau	34.895	91.181	-	91.181	21.607	-	21.607
Palmares	114.116	148.651	-	148.651	8.975	-	8.975
Ventos da Lagoa	88.701	106.793	-	106.793	5.687	-	5.687
Ventos do Litoral	102.901	114.674	-	114.674	2.953	-	2.953
Ventos do Sul	140.964	212.978	-	212.978	59.595	-	59.595
Ventos dos Índios	63.641	85.751	-	85.751	(3.043)	-	(3.043)
Chapecoense	714.509	1.241.696	-	1.241.696	242.142	(33.520)	208.622
Enercan	388.787	1.195.244	-	1.195.244	238.162	1.688	239.850

As investidas foram ressalvadas no relatório de seus auditores independentes por não registrarem em suas Demonstrações Financeiras em 31/12/2016, os efeitos de:

- Ausência de registro da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público - UBP (Chapecoense).
- Utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado está de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL) e não considerando o prazo de concessão (Enercan).
- O não reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos (Jaguari).

Por decisão da administração, para o cálculo de equivalência patrimonial a Companhia ajustou as Demonstrações Financeiras Intermediárias das investidas contemplando os efeitos das ressalvas dos Auditores Independentes.

### 15.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL.....	2.160	2.160	2.160	2.160
Piratini Energia S.A.....	10	10	10	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	908	876	908
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)	(354)	(354)
	<u>2.692</u>	<u>2.724</u>	<u>2.692</u>	<u>2.724</u>

#### 15.6.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

#### 15.6.2. Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S.A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

### 15.7. Movimentação dos investimentos

	CONTROLADORA					Saldos em 31/12/2016
	Saldos em 31/12/2015	Aumento de Capital	Impairment	Equivalência Patrimonial	Dividendos	
<b>Controladas</b>						
TESB	55.522	176.710	(9.164)	(66.860)	-	156.208
Ventos de Curupira	(260)	-	(45.900)	(632)	-	(46.792)
Ventos de Povo Novo	(89)	-	(16.691)	(264)	-	(17.044)
Ventos de Vera Cruz	(240)	-	(41.727)	(534)	-	(42.500)
<b>Coligadas</b>						
FOTE	11.377	-	-	(3.966)	-	7.411
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	129.477	-	-	5.322	-	134.799
Ceran	200.804	-	-	33.104	(7.862)	226.046
Transmissora Porto Alegreense de Energia - TP AE	3.645	-	-	(424)	-	3.221
Jaguari	906	-	-	234	-	1.140
Etau	8.986	-	-	2.161	(2.162)	8.985
Palmares	14.181	-	-	898	-	15.079
Ventos da Lagoa	10.246	-	-	569	-	10.815
Ventos do Litoral	11.242	-	-	295	-	11.537
Ventos do Sul	15.339	-	-	5.960	(929)	20.370
Ventos dos Índios	9.662	-	-	(304)	(783)	8.575
Chapecoense	93.489	-	-	20.312	(5.549)	108.252
Enercan	62.407	-	-	15.623	(3.685)	74.345
Ágio Parques Eólicos	974	-	-	-	-	974
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	18.174
	<b>645.842</b>	<b>176.710</b>	<b>(113.482)</b>	<b>11.492</b>	<b>(20.970)</b>	<b>699.592</b>

### 15.8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Complexo Eólico Povo Novo.....	126.986	92.437	-	-
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE .....	83.967	72.012	83.966	72.012
FOTE.....	15.511	12.498	15.511	12.498
TESB .....	64.712	185.479	-	-
	<b>291.176</b>	<b>362.426</b>	<b>99.477</b>	<b>84.510</b>

Os valores de aportes efetuados pela controlada nas SPEs, totalizam em Dezembro de 2016 R\$ 291.176. Ressalta-se que foi realizado aumento de capital social na SPE TESB, havendo conversão de R\$ 176.710 de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em integralização de capital.



## 16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA					CONTROLADORA					
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2016
<b>Custo</b>											
Barragens.....	783.229	-	(134)	3.321	-	786.416	-	(1.016.295)	-	996.512	766.633
Terrenos.....	16.300	-	-	923	-	17.223	-	4.654	73	2.898	24.848
Edificações.....	120.401	-	(4.515)	2.880	-	118.766	-	(95.714)	3.070	127.852	153.974
Máquinas e Equipamentos.....	666.109	-	(235.898)	160.986	(152)	591.045	-	(337.755)	199.785	98.903	551.978
Veículos.....	12.944	-	(211)	1.036	(49)	13.720	-	(156)	278	13	13.855
Móveis e Utensílios.....	4.401	-	(115)	85	-	4.371	-	(461)	211	208	4.329
	<b>1.603.384</b>	<b>-</b>	<b>(240.873)</b>	<b>169.231</b>	<b>(201)</b>	<b>1.531.541</b>	<b>-</b>	<b>(1.445.727)</b>	<b>203.417</b>	<b>1.226.386</b>	<b>1.515.617</b>
<b>Depreciação</b>											
Barragens.....	(647.110)	(11.180)	118	-	-	(658.172)	(9.936)	971.358	-	(969.909)	(666.659)
Edificações.....	(106.029)	(3.360)	4.453	-	-	(104.936)	(2.460)	64.651	-	(35.651)	(78.396)
Máquinas e Equipamentos.....	(561.120)	(11.518)	215.034	-	-	(357.604)	(14.798)	209.075	-	(358.196)	(521.523)
Veículos.....	(12.428)	(102)	214	-	-	(12.316)	(213)	156	-	(2)	(12.375)
Móveis e Utensílios.....	(3.745)	(72)	106	-	-	(3.711)	(75)	425	-	(106)	(3.467)
	<b>(1.330.432)</b>	<b>(26.232)</b>	<b>219.925</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.136.739)</b>	<b>(27.482)</b>	<b>1.245.665</b>	<b>-</b>	<b>(1.363.864)</b>	<b>(1.282.420)</b>
<b>Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)</b>											
Fora do Escopo da Concessionária.....	19.090	-	-	-	41	19.131	-	-	545	(9)	19.667
Depreciação.....	(18.343)	(135)	-	-	11	(18.467)	(116)	-	-	-	(18.583)
	<b>747</b>	<b>(135)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>52</b>	<b>664</b>	<b>(116)</b>	<b>-</b>	<b>545</b>	<b>(9)</b>	<b>1.084</b>
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<b>273.699</b>	<b>(26.367)</b>	<b>(20.948)</b>	<b>169.231</b>	<b>(149)</b>	<b>395.466</b>	<b>(27.598)</b>	<b>(200.062)</b>	<b>203.962</b>	<b>(137.487)</b>	<b>234.281</b>
<b>Total do Imobilizado em Curso</b>	<b>74.061</b>	<b>114.856</b>	<b>(50.654)</b>	<b>(169.231)</b>	<b>82.628</b>	<b>51.660</b>	<b>136.948</b>	<b>-</b>	<b>(203.962)</b>	<b>64.995</b>	<b>49.641</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>347.760</b>	<b>88.489</b>	<b>(71.602)</b>	<b>-</b>	<b>82.479</b>	<b>447.126</b>	<b>109.350</b>	<b>(200.062)</b>	<b>-</b>	<b>(72.492)</b>	<b>283.922</b>

## 16. IMOBILIZADO (Continuação)

	CONSOLIDADO					CONSOLIDADO				
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Outros
<b>Custo</b>										
Barragens.....	783.229	-	(134)	3.321	-	786.416	-	(1.016.295)	-	996.512
Terrenos.....	16.300	-	-	923	-	17.223	-	4.654	73	2.898
Edificações.....	120.401	-	(4.515)	2.880	-	118.766	-	(95.714)	3.070	127.852
Máquinas e Equipamentos.....	666.109	-	(235.898)	160.986	(152)	591.045	-	(337.755)	199.785	98.903
Veículos.....	12.944	-	(211)	1.036	(49)	13.720	-	(156)	278	13
Móveis e Utensílios.....	4.401	-	(115)	85	-	4.371	-	(461)	211	208
	<b>1.603.384</b>	-	<b>(240.873)</b>	<b>169.231</b>	<b>(201)</b>	<b>1.531.541</b>	-	<b>(1.445.727)</b>	<b>203.417</b>	<b>1.226.386</b>
										<b>1.515.617</b>
<b>Depreciação</b>										
Barragens.....	(647.110)	(11.180)	118	-	-	(658.172)	(9.936)	971.358	-	(969.909)
Edificações.....	(106.029)	(3.360)	4.453	-	-	(104.936)	(2.460)	64.651	-	(35.651)
Máquinas e Equipamentos.....	(561.120)	(11.518)	215.034	-	-	(357.604)	(14.798)	209.075	-	(358.196)
Veículos.....	(12.428)	(102)	214	-	-	(12.316)	(213)	156	-	(2)
Móveis e Utensílios.....	(3.745)	(72)	106	-	-	(3.711)	(75)	425	-	(106)
	<b>(1.330.432)</b>	<b>(26.232)</b>	<b>219.925</b>	-	-	<b>(1.136.739)</b>	<b>(27.482)</b>	<b>1.245.665</b>	-	<b>(1.363.864)</b>
										<b>(1.282.420)</b>
<b>Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)</b>										
Fora do Escopo da Concessionária.....	19.090	-	-	-	41	19.131	-	-	545	(9)
Depreciação.....	(18.343)	(135)	-	-	11	(18.467)	(116)	-	-	(18.583)
	<b>747</b>	<b>(135)</b>	-	-	<b>52</b>	<b>664</b>	<b>(116)</b>	-	<b>545</b>	<b>(9)</b>
										<b>1.084</b>
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<b>273.699</b>	<b>(26.367)</b>	<b>(20.948)</b>	<b>169.231</b>	<b>(149)</b>	<b>395.466</b>	<b>(27.598)</b>	<b>(200.062)</b>	<b>203.962</b>	<b>(137.487)</b>
										<b>234.281</b>
<b>Total do Imobilizado em Curso</b>	<b>102.247</b>	<b>230.681</b>	<b>(50.654)</b>	<b>(169.231)</b>	<b>82.628</b>	<b>195.671</b>	<b>172.270</b>	-	<b>(203.962)</b>	<b>64.995</b>
										<b>228.974</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>375.946</b>	<b>204.314</b>	<b>(71.602)</b>	-	<b>82.479</b>	<b>591.137</b>	<b>144.672</b>	<b>(200.062)</b>	-	<b>(72.492)</b>
										<b>463.255</b>

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados no alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

. Estes ativos da Companhia, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

As taxas de depreciação utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens e estão em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL Nº 367, de 02 de junho de 2009, e suas alterações posteriores impostas pela Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

- Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A partir do encerramento do exercício de 2010 a CEEE GT passou a adotar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais – IFRS. Para os valores de suas usinas de geração a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Na adoção do custo atribuído foram considerados os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aceita pelo mercado como adequada.

- Renovação do contrato de Concessão 025/2000

Em referência à matéria que trata da prorrogação das concessões, o Ministério de Minas e Energia, em 01 de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial Nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória Nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 a qual não reconheceu originalmente valores de indenização para as usinas de geração da CEEE-GT com vencimento da concessão em 2015. Diante deste arcabouço legal, a Companhia providenciou a baixa dos valores residuais dos seus ativos de geração vinculados ao Contrato de Concessão Nº 025/2000, com exceção dos ativos pertencentes à usina geradora de Itaúba, com vencimento da concessão em 2021, outras usinas que a CEEE GT detém o direito de exploração, além de imobilizações em curso e bens administrativos do segmento de geração.

Na sequência, em 30/11/2012, o Decreto Nº 7.850, em seu art. 2º, determinou que, até 31 de dezembro de 2013 as informações complementares para mensuração da indenização, excetuados o projeto básico dos empreendimentos de Geração das usinas renovadas, fossem encaminhadas à ANEEL para identificação do valor indenizável daqueles bens ainda não depreciados ou amortizados. Como forma de atendimento a esse dispositivo legal, a Companhia protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no prazo estipulado, correspondência relatando a existência de investimentos após o projeto básico pendentes de indenização. Ainda nessa esteira, em 19 de dezembro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Normativa Nº 596, a qual estabeleceu os critérios e procedimentos para o cálculo da parcela de investimentos relacionados aos bens reversíveis, ainda não depreciados ou não amortizados de que trata o art. 2º do Decreto Nº 7.850/2012. A ANEEL reconheceu esses investimentos no processo tarifário da Companhia a partir da Resolução Homologatória nº 1.924, de 28 de julho de 2015 que reajustou a Receita Anual de Geração – RAG associada às Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das usinas hidrelétricas prorrogadas da CEEE-GT, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

No que se refere a remuneração dos novos investimentos que forem realizados nas Usinas de Geração renovadas, a ANEEL, em 16 de dezembro de 2014, editou a Resolução Normativa Nº 642, disciplinando os procedimentos de regulação tarifária – PRORET para esses ativos.

## 17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Custo		
Saldo em 31 de dezembro 2014	5.424	5.424
Transferências (AIC-AIS).....	983	983
Aquisições.....	992	992
Baixas.....	(1.101)	(1.101)
Outros .....	(349)	(349)
Saldo em 31 de dezembro 2015	5.949	5.949
Transferências (AIC-AIS).....	166	166
Aquisições.....	429	1.134
Baixas.....	(2.196)	(2.196)
Outros .....	110	110
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	4.458	5.163
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de dezembro 2014	(1.314)	(1.314)
Amortização do período.....	(47)	(47)
Baixas.....	118	118
Saldo em 31 de dezembro 2015	(1.243)	(1.243)
Amortização do período.....	(368)	(368)
Baixas.....	3	3
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(1.608)	(1.608)
Em 31 de dezembro de 2014	4.110	4.110
Em 31 de dezembro de 2015	4.706	4.706
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	2.850	3.555

É composto pelos gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente por um período de 5 anos.

## 18. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de Uso da Rede .....	5.998	5.595	5.998	5.595
Energia Elétrica Comprada para Revenda .....	10.976	12.384	10.976	12.384
Materiais e Serviços .....	16.117	31.727	78.374	130.322
Retenção Contratual .....	20.801	33.519	20.801	33.519
Total	53.891	83.225	116.148	181.820

## 19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais .....	28.158	21.538	28.182	21.556
Retenções sobre a Folha de Pagamento .....	4.081	8.593	4.081	8.593
Prêmio Assiduidade .....	428	495	428	495
Total	32.667	30.626	32.691	30.644

O valor de R\$4.081 (R\$8.593 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

## 20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS .....	14	-	14	-
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS .....	3.997	3.884	5.231	4.412
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS .....	8.891	6.394	8.891	6.394
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP .....	1.885	1.363	1.885	1.363
Parcelamento PIS/COFINS - RFB.....	4.301	908	4.301	908
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS .....	1.719	1.598	1.719	1.598
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social .....	211	18.294	8.144	24.852
Outros .....	2.236	524	5.140	2.400
<b>Total</b>	<b>23.254</b>	<b>32.965</b>	<b>35.325</b>	<b>41.927</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Parcelamento PIS/COFINS - RFB.....	16.164	3.330	16.164	3.330
<b>Total</b>	<b>16.164</b>	<b>3.330</b>	<b>16.164</b>	<b>3.330</b>

### 20.1. Parcelamento PIS/COFINS – RFB

O valor de R\$4.301 no passivo circulante e R\$16.164 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto à Receita Federal do Brasil, das competências de maio/2016 a agosto/2016 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 23.147 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 03 (três) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
16/09/2015	Parcelamento PIS/COFINS - RFB	23.147
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	420
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(3.102)
	<b>Saldo a Pagar</b>	<b>20.465</b>
<b>CIRCULANTE .....</b>		<b>4.301</b>
<b>NÃO CIRCULANTE.....</b>		<b>16.164</b>
<b>Total</b>		<b>20.465</b>

## 21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

### 21.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Controladora e Consolidado

CONTROLADORA/CONSOLIDADO								
31/12/2016								
CREDOR	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
BNDES .....	TJLP	3,05%	2029	03	330	6.645	56.407	63.382
<b>TOTAL MOEDA NACIONAL</b>					330	6.645	56.407	63.382
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	1.383	1.428	133.234	136.045
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID .....	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	-	10.420	91.875	102.295
<b>TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA</b>					1.383	11.848	225.109	238.340
<b>TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA</b>					1.713	18.493	281.516	301.722
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>					1.713	18.493	281.516	301.722

CONTROLADORA/CONSOLIDADO								
31/12/2016								
CREDOR	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC V .....	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	2017	04	-	-	-	-
<b>TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES</b>					-	-	-	-
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES</b>					1.713	18.493	281.516	301.722

CONTROLADORA/CONSOLIDADO								
31/12/2015								
CREDOR	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRÁS .....	RGR	5% a 7%	2017	02	-	4.161	-	4.161
BNDES .....	TJLP	3,05%	2029	03	-	5.436	63.601	69.037
<b>TOTAL MOEDA NACIONAL</b>					-	9.597	63.601	73.198
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	-	-	161.218	161.218
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID .....	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	-	-	48.494	48.494
<b>TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA</b>					-	-	209.712	209.712
<b>TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA</b>					-	9.597	273.313	282.910
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>					-	9.597	273.313	282.910

CONTROLADORA/CONSOLIDADO								
31/12/2015								
CREDOR	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC V .....	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	2017	04	-	19.650	8.940	28.590
<b>TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES</b>					-	19.650	8.940	28.590
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES</b>					-	29.247	282.253	311.500

CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS

01 - Governo Federal e Governo Estadual

02 - Procuração para Acesso em Conta Corrente

03 - Títulos Públicos Federais

04 - Percentual de Recebíveis da Geração e Transmissão



### **21.2. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC V**

Visando obter recursos para investimento, bem como para atender necessidades de caixa para o ano de 2009, a Companhia firmou termo de contrato com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL estruturando o FIDC V, num montante de R\$200.000 com recursos advindos do FI – FGTS. O prazo de duração do contrato foi alterado de 80 meses para 104 meses por meio de decisão em assembleia geral de cotistas do fundo realizada em 20 de outubro de 2014.

Em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 27/06/2016 os quotistas, por unanimidade, decidiram pela liquidação antecipada do FIDC CEEE V – GT, que nesta data tinha saldo devedor total de R\$ 22.786.151,25 (vinte e dois milhões setecentos e oitenta e seis mil cento e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), demonstrado pelas cotas seniores.

As cotas subordinadas, adquiridas pela CEEE-GT no fundo foram utilizadas para o abatimento do saldo devedor no montante de R\$ 8.853.569,33 (oito milhões oitocentos e cinquenta e três mil quinhentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos).

### **21.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD**

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos prevêem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos a CEEE-GT deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma. A Companhia encaminhou o seu Plano de Ajuste Estrutural para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Até 31 de dezembro de 2015 foi liberado o valor de US\$12.419 que corresponde à R\$35.651 referente ao BID e US\$41.287 que corresponde à R\$97.345 referente ao AFD.

### **21.4. BNDES**

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT, por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O valor do financiamento concedido é de R\$236.340, sendo que o total liberado até 31 de Dezembro de 2016 foi de R\$69.037.

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do Contrato de Financiamento.

## 21.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>PRINCIPAL</b>				
2018 .....	6.918	11.432	6.918	11.432
2019 .....	9.515	8.108	9.515	8.108
2020 .....	10.347	9.119	10.347	9.119
2021 .....	11.061	9.713	11.061	9.713
Após 2021 .....	243.513	243.881	243.513	243.881
	<u>281.353</u>	<u>282.253</u>	<u>281.353</u>	<u>282.253</u>

## 21.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Dólar US\$ .....	79,95%	74,30%	76,85%	74,30%
TJLP .....	20,05%	22,53%	23,15%	22,53%
CDI .....	-	3,17%	-	3,17%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

## 22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Durante o período de carência a Companhia realiza o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>					
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP .....		179	351	179	351
Contribuição Patrocinadora - Plano Único .....	34	1.060	3.638	1.060	3.638
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV .....	34	8.988	12.245	8.988	12.245
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA .....		45.886	44.246	45.886	44.246
		<u>56.114</u>	<u>60.480</u>	<u>56.114</u>	<u>60.480</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP .....		2.124	1.606	2.124	1.606
Provisão Plano Único .....		94.604	66.707	94.604	66.707
Contrato 1254/95 - Plano Único .....	34	74.815	36.113	74.815	36.113
Provisão Plano CEEEPREV .....		426.903	232.892	426.903	232.892
Contrato 1254/95 - CEEEPREV .....	34	24.837	38.702	24.837	38.702
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA .....		231.041	228.351	231.041	228.351
		<u>854.325</u>	<u>604.371</u>	<u>854.325</u>	<u>604.371</u>
<b>Total</b>		<u>910.439</u>	<u>664.851</u>	<u>910.439</u>	<u>664.851</u>

### 22.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

### 22.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

### 22.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Diante desse arcabouço legal, considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e

*patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Nessa esteira, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.*

Dado esse contexto, a Companhia efetuou consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na data de 28 de novembro de 2013, questionando o adequado tratamento contábil e recebeu, por intermédio do Ofício 189/2016/CVM/SEP/GEA-5 da datado de 5 de setembro de 2016, na qual a CVM expressa a posição de que não haveria óbice em relação ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária.

Ainda, conforme conteúdo do Memorando nº 11/2016-CVM/SNC/GNC, de 19 de maio de 2016, a SNC/CVM já expôs que: *“Conclusão: Com base em todo exposto, esta SNC ratifica posicionamento favorável ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária, e que os fundamentos para tal entendimento, conforme já mencionado, são os mesmos devidamente esclarecidos no MEMO SNC/GNC/Nº 001/14. Quanto aos requisitos para o cálculo do déficit atuarial, reafirmamos que eles devem estar de acordo com o estabelecido nas disposições sobre Reconhecimento e Mensuração de Plano de Benefício Definido, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.”*

#### **22.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA**

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuísem. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual Nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,2 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10)

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

## 22.5. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	5,91% a.a.	5,78% a.a.	5,88% a.a.	5,78% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	5,91% a.a.	5,78% a.a.	5,88% a.a.	5,78% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	2,01% a.a.	N/A	N/A	2,01% a.a.
Expectativa de Inflação	4,87% a.a.	4,87% a.a.	4,87% a.a.	4,87% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	96,71%	100,00%	100,00%	96,71%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 male	UP-94 male	UP-94 male	AT-2000 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49 male	N/A	N/A	AT-83 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação CEEE

Quanto às taxas de desconto, a Companhia observa os princípios estabelecidos na CVM 695/12. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos da cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

## 22.6. Resultado da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

### CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL

	2016				2015			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA
<b>Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício</b>	<b>(968.248)</b>	<b>(1.957)</b>	<b>(272.597)</b>	<b>(1.373.574)</b>	<b>(2.616.376)</b>	<b>(908.633)</b>	<b>(2.138)</b>	<b>(289.231)</b>
Custo do serviço corrente	(545)	-	-	(6.036)	(6.580)	(729)	-	(8.812)
Custo de juros	(126.819)	(270)	(35.890)	(194.345)	(357.323)	(105.902)	(261)	(34.334)
Custo do serviço passado - efeito alteração ou redução do plano	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial	(144.297)	(267)	(18.314)	(254.115)	(416.993)	(53.152)	171	1.538
Benefícios pagos pelo plano	108.844	191	49.873	115.288	274.196	100.168	271	49.430
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(1.131.065)</b>	<b>(2.304)</b>	<b>(276.927)</b>	<b>(1.712.781)</b>	<b>(3.123.077)</b>	<b>(968.248)</b>	<b>(1.957)</b>	<b>(272.597)</b>

568

### ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

	2016				2015			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(868.641)	-	-	(1.214.916)	(2.083.557)	(755.336)	-	-
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(262.424)	(2.304)	(276.927)	(497.865)	(1.039.519)	(212.912)	(1.957)	(272.597)
<b>Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(1.131.065)</b>	<b>(2.304)</b>	<b>(276.927)</b>	<b>(1.712.781)</b>	<b>(3.123.076)</b>	<b>(968.248)</b>	<b>(1.957)</b>	<b>(272.597)</b>

Estatus do Plano

	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Total

### CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

	2016				2015			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>755.338</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.091.024</b>	<b>1.846.362</b>	<b>778.632</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Retorno esperado dos ativos do plano	98.979	-	-	154.466	253.445	92.404	-	-
Ganhos / (perdas) atuariais	88.872	-	-	66.851	155.723	(38.252)	-	-
Contribuições do empregador	32.822	191	49.873	16.170	99.056	21.322	271	49.430
Contribuições de participantes do plano	1.476	-	-	1.693	3.169	1.400	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(108.844)	(191)	(49.873)	(115.288)	(274.196)	(100.168)	(271)	(49.430)
<b>Valor justos dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>868.641</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.214.916</b>	<b>2.083.559</b>	<b>755.338</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



79

## 22.6. Resultado da Avaliação Atuarial (continuação)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	2016							
	Plano Único		CTP		EXA		CEEEPREV BD	
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(44.066)	-3,90%	(91)	-3,95%	(5.788)	-2,09%	(77.909)	-4,55%
Redução de 0,5%	47.387	4,19%	98	4,25%	6.035	2,18%	84.727	4,95%
Expectativa de Vida								
Redução da Expectativa em 1 ano	(26.284)	-2,32%	(56)	-2,44%	(13.274)	-4,79%	(31.073)	-1,81%
Aumento da Expectativa em 1 ano	25.862	2,29%	55	2,40%	13.573	4,90%	30.338	1,77%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	92	0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	3.318	0,19%
Redução de 0,5%	(91)	-0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.952)	-0,17%

ANÁLISE DA VARIAÇÃO EM PERDAS/(GANHOS) SOBRE AS OBRIGAÇÕES APURADA	2016			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Alteração da Taxa de Desconto em relação ao ano anterior	116.710	261	15.097	227.431
Alteração da Taxa de Crescimento Real de Salários em relação ao ano anterior	-	-	-	-
Alteração da Composição Familiar em relação ao ano anterior	(14.844)	-	-	(34.668)
Experiência da população	42.432	7	3.216	-
Outras variáveis	-	-	-	61.352
<b>Total das Perdas/(Ganhos)apuradas no exercício</b>	<b>144.297</b>	<b>267</b>	<b>18.314</b>	<b>254.115</b>

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2016	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Disponível	0,03%	0,02%
Realizável – Gestão Previdencial	8,33%	4,47%
Realizável – Gestão Administrativa	1,14%	3,51%
Títulos Públicos	56,46%	57,40%
Créditos Privados e Depósitos	7,88%	7,60%
Ações	11,91%	10,94%
Fundos de Investimentos	12,08%	12,86%
Investimentos Imobiliários	0,68%	0,63%
Empréstimos e Financiamentos	1,49%	2,57%
<b>Total em percentual dos ativos do plano</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## 23. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>				
Reserva Global de Reversão - RGR .....	-	847	-	847
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE .....	3.104	5.169	3.104	5.169
Recursos P&D .....	39.392	35.329	39.392	35.329
Recursos FNDCT .....	426	400	426	400
Recursos MME .....	213	200	213	200
<b>Total</b>	<b>43.136</b>	<b>41.945</b>	<b>43.136</b>	<b>41.945</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Recursos P&D .....	5.194	5.033	5.194	5.033
<b>Total</b>	<b>5.194</b>	<b>5.033</b>	<b>5.194</b>	<b>5.033</b>

### 23.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$6.418 referente ao P&D (vide nota explicativa nº 9.1).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

### 24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

CONTROLADORA/CONSOLIDADO								
30/09/2016					31/12/2015			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis .....	107.678	78.346	435	186.459	104.261	69.877	4.561	178.699
Riscos Possíveis .....	197.690	33.844	649	232.183	195.903	60.774	87.397	344.074
	<u>305.368</u>	<u>112.190</u>	<u>1.084</u>	<u>418.642</u>	<u>300.164</u>	<u>130.651</u>	<u>91.958</u>	<u>522.773</u>

#### 24.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

CONTROLADORA/CONSOLIDADO				
31/12/2016				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	18.451	2.285	-	20.736
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	87.610	57.617	4.695	149.923
Contas a pagar para contingências	-	21.080	-	21.080
Subtotal Riscos Prováveis	<u>106.061</u>	<u>80.982</u>	<u>4.695</u>	<u>191.739</u>
(-) Depósitos judiciais	(10.829)	(497)	(168)	(11.493)
Total não circulante	<u>76.781</u>	<u>78.201</u>	<u>4.528</u>	<u>159.510</u>
Total geral	<u>95.232</u>	<u>80.486</u>	<u>4.528</u>	<u>180.246</u>

CONTROLADORA/CONSOLIDADO				
31/12/2015				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	20.006	1.105	-	21.111
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	84.255	47.692	4.561	136.508
Contas a pagar para contingências	-	21.080	-	21.080
Subtotal Riscos Prováveis	<u>104.261</u>	<u>69.877</u>	<u>4.561</u>	<u>178.699</u>
(-) Depósitos judiciais	(12.238)	(99)	(138)	(12.475)
Total não circulante	<u>72.017</u>	<u>68.673</u>	<u>4.423</u>	<u>145.113</u>
Total geral	<u>92.023</u>	<u>69.778</u>	<u>4.423</u>	<u>166.224</u>

## 24.2. Movimentação da provisão para contingências

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2014	125.528	59.786	4.026	189.340
(+) Novos Ingressos .....	33.726	350	-	34.076
(-) Pagamentos .....	(49.441)	(429)	-	(49.870)
(-) Montantes Revertidos .....	(29.870)	(5.312)	-	(35.182)
(+) Atualização Monetária .....	18.596	10.980	-	29.576
(-) Montantes Depositados .....	6.720	(179)	-	6.541
(=) Saldo Final Dezembro/2015	92.023	69.778	4.423	166.224
(+) Novos Ingressos .....	24.729	5.582	14	30.325
(-) Pagamentos .....	(13.900)	(4.432)	(7)	(18.339)
(-) Montantes Revertidos .....	(23.833)	(5.657)	(31)	(29.521)
(+) Atualização Monetária .....	14.804	15.129	159	30.092
(+/-) Montantes Depositados .....	1.409	86	(31)	1.464
(=) Saldo Final Setembro/2016	95.232	80.486	4.527	180.245

## 24.3. Natureza das ações

### 24.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

### 24.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

### 24.3.3 Tributárias

Do saldo provisionado de R\$4.285 refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A Companhia busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

#### 24.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$4.111

#### 24.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Companhia possui cerca de R\$82.870 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98, bem como em relação ao contido na Lei nº 10.833/03, artigo 10º, inciso XI.

## 25. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>				
Compensação Financ para Utilização de Recursos Hídricos .....	2.701	2.862	2.701	2.862
Obrigações com Obras da Transmissão .....	12.140	12.177	12.140	12.177
Acordo Judicial Cível - ABB.....	-	4.811	-	4.811
Acordo Judicial Trabalhista.....	160	5.211	160	5.211
Parcelamentos ANEEL .....	-	923	-	923
Outros Credores .....	4.692	2.545	10.885	4.428
	<u>19.692</u>	<u>28.529</u>	<u>25.886</u>	<u>30.412</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Provisão Auto de Infração .....	878	1.776	878	1.776
Acordo Judicial Trabalhista.....	1.200	-	1.200	-
Comercialização de Energia na CCEE .....	44.197	41.232	44.197	41.232
TESB .....	-	16.925	-	16.925
Outros Credores .....	9.305	8.709	6.969	10.896
	<u>55.579</u>	<u>68.642</u>	<u>53.244</u>	<u>70.829</u>

### 25.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$44.197 (R\$41.232 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

### 25.3. TESB

O valor de R\$16.925 em 31 de dezembro de 2015 refere-se quotas integralizadas do capital da TESB. A variação de R\$16.920 refere-se a quotas cedidas pela acionista Zheijiang que serão ressarcidas pela Companhia. Sobre este valor não estão previstas atualizações e o pagamento se dará de acordo com as condições estabelecidas em termo de compromisso a ser firmado entre as partes.

## 26. PROVISÃO PARA DIVIDENDOS

A Companhia deliberou sobre a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2016 destinando o montante de R\$129.143 para provisão de dividendos no passivo circulante.

## 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 26.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$588.447, com a seguinte composição:

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	31/12/2016						31/12/2015	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR .....	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS .....	3.067.035	32,23	87.639	53,43	3.154.674	32,59	126.187.020	32,59
Municípios .....	34.564	0,36	53.446	32,69	88.010	0,91	3.525.210	0,91
Custódia BM&F Bovespa.....	33.808	0,35	20.622	12,32	54.430	0,56	2.165.428	0,56
Outros .....	504	0,01	1.220	0,90	1.724	0,02	75.824	0,02

Ressalta-se que em 29 de abril de 2016, os acionistas aprovaram o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, determinando que a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia passa a ter a proporção de 40 (quarenta) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, tornando-se o capital com a representatividade das ações, demonstradas na tabela acima.

## 26.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889 em 01 de janeiro de 2012 perfazendo total de R\$ 1.209.304.

## 26.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva Especial de Lucros a Realizar e da Reserva de Dividendos não Distribuídos.

### 26.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2016 a Companhia destinou R\$ 42.935 para Reserva Legal.

### 26.3.2. Reserva Estatutária

O estatuto da Companhia determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. Em 2016 a Companhia destinou o montante de R\$ 84.790 para esta reserva.

### 26.3.4. Reserva Especial de Lucros a Realizar

A Companhia considerou que os valores de RBSE que causaram impacto no resultado, seguem a aplicação do ICPC01 (R1) e não compõem a parcela realizada do lucro líquido do exercício, destinando o resultado desta operação para reserva de lucros a realizar. A designação desta reserva acontece para demonstrar que a realização deste lucro só ocorrerá em exercícios futuros, e quando realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, conforme proposta da administração. A reserva especial de lucros a realizar totaliza o montante de R\$ 273.610.

É considerada como realizada e destinada para Provisão de Dividendos, a parcela do resultado da RBSE prevista para recebimento no exercício seguinte, conforme preconiza o art.197, §1º, II da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 129.143.



#### 26.3.4. Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2016 a Concessionária constitui o montante de R\$317.963 registrados a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO.

Estes dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa, de acordo com a Lei 6.404, artigo 202, §4º.

#### 26.4 Destinação do Lucro Líquido do Exercício

Após as deduções e absorções dos prejuízos acumulados, conforme artigos 48 e 49 do Estatuto da Concessionária, o resultado do exercício tem a seguinte destinação:

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado do exercício .....	923.782	84.947
Absorção dos prejuízos acumulados .....	(75.880)	(187.951)
Base de cálculo	847.901	(103.004)
Destinação do Lucro do Exercício:		
Constituição da Reserva Legal - 5%.....	42.395	-
Provisão para Dividendos	129.143	-
Reserva Especial de Lucros a Realizar	273.610	-
Constituição Reserva para Expansão - 10%.....	84.790	-
Dividendos Remanescentes .....	317.963	-
Total	847.901	-

#### 26.5. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA	
	31/12/2016	31/12/2015
Variação do valor justo do ativo financeiro disponível para venda (líquido de tribut	(5.358)	(27.098)
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	41.197	54.635
Perda Atuarial.....	(499.760)	(254.410)
	(463.920)	(226.873)

#### 27. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

##### 27.1. Básico

	31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	908.131	15.651	923.782
Denominador Básico			
Média das Ações .....	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Básico por Ação - R\$	95,42	95,42	95,42
	31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período.....	83.508	1.439	84.947
Denominador Básico			
Média das Ações .....	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	0,22	0,22	0,22

## 27.2. Diluído

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro/(Prejuízo) para as ações ordinárias.....	908.131	83.508
Lucro/(Prejuízo) para as ações preferenciais.....	15.651	1.439
	<u>923.782</u>	<u>84.947</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias .....	9.516.732	380.669.270
Ações Preferenciais .....	164.014	6.560.558
	<u>9.680.746</u>	<u>387.229.828</u>
Lucro/(Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	<u>95,42</u>	<u>0,22</u>

## 28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta				
Suprimento de Energia Elétrica .....	330.786	309.071	337.026	309.071
Disponibilização do Sistema de Transmissão .....	374.890	333.007	374.890	333.007
Remuneração do Ativo Financeiro.....	1.281.752	18.016	1.295.219	25.330
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	24.980	11.035	24.980	11.035
Receita de Construção .....	376	-	48.179	111.194
Outras Receitas.....	-	150	-	150
	<u>2.012.784</u>	<u>671.279</u>	<u>2.080.294</u>	<u>789.787</u>
Deduções da Receita				
ICMS/ISS .....	(407)	(400)	(407)	(400)
PIS/COFINS .....	(56.000)	(55.193)	(56.000)	(55.193)
Quota RGR .....	(5.079)	(5.099)	(5.079)	(5.099)
Outros Encargos .....	(18.221)	(12.542)	(18.221)	(12.542)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT .....	(6.040)	(5.432)	(6.040)	(5.432)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE .....	(21.051)	(17.915)	(21.051)	(17.915)
Compensação Financeira Pela Util Rec Hidr - CFURH .....	(30.992)	(30.588)	(30.992)	(30.588)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE.....	(1.847)	(1.364)	(1.847)	(1.364)
	<u>(139.637)</u>	<u>(128.533)</u>	<u>(139.637)</u>	<u>(128.533)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>1.873.147</u>	<u>542.746</u>	<u>1.940.657</u>	<u>661.254</u>

A Companhia passou a efetuar a apropriação das despesas referentes à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSE e à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH na rubrica de deduções da receita operacional, tendo em vista as instruções e orientações do órgão regulador.

### 28.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$330.786 (R\$309.071 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs e pela disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

### 28.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$387.881 (R\$351.434 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de Conexão e do Sistema de Transmissão a terceiros.

### 28.3. Remuneração do Ativo Financeiro

O valor de R\$1.281.752 (R\$18.016 em 31 de Dezembro de 2015) é composto pela melhor estimativa realizada pela Companhia e reconhecida em 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 918.913, relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE, conforme diretrizes da Portaria nº 120/2016 MME . O valor de R\$14.507 é referente à remuneração dos demais ativos.

## 29. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	815	11.574	815	11.574
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros .....	74.260	55.468	80.822	55.468
Encargo de Uso do Sistema .....	52.905	48.158	52.905	48.158
	<u>127.980</u>	<u>115.200</u>	<u>134.542</u>	<u>115.200</u>

### 29.1. Energia Elétrica Comprada de Terceiros

O valor de R\$74.260 (R\$55.468 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se à aquisição de energia de terceiros, negociados no Ambiente de Contratação Livre.

### 28.2. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$52.905 (R\$48.158 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

### 30. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

#### 30. 1. Controladora

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Pessoal e Administradores</b>										
Remuneração e Encargos .....	147.332	168.727	-	-	34.580	44.129	-	-	181.912	212.856
Cláusula 25 CTP .....	55	61	-	-	215	200	-	-	270	261
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	72.043	28.738	-	-	30.379	4.785	-	-	102.422	33.523
INSS - Empregador .....	32.561	40.779	-	-	6.102	13	-	-	38.663	40.792
Administradores .....	139	(2)	-	-	902	1.241	-	-	1.041	1.239
Subtotal Pessoal / Administradores	252.131	238.303	-	-	72.177	50.368	-	-	324.308	288.671
Empréstimo Fundação ELETROCEE .....	10.254	12.702	-	-	-	-	-	-	10.254	12.702
<b>Total Pessoal e Administradores</b>	<b>262.385</b>	<b>251.005</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>72.177</b>	<b>50.368</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>334.562</b>	<b>301.373</b>
Material .....	12.214	6.833	-	-	983	624	-	-	13.197	7.457
Serviço de Terceiros .....	36.115	29.727	-	-	11.433	8.645	-	-	47.547	38.372
Depreciação e Amortização .....	31.212	26.266	-	-	399	179	-	-	31.611	26.445
Custo de Construção .....	376	-	-	-	-	-	-	-	376	-
Doações, Contribuições e Subvenções .....	-	-	-	-	-	121	-	-	-	121
Arrendamento e Aluguéis .....	1.685	1.740	-	-	433	401	-	-	2.118	2.141
Seguros .....	560	598	-	-	32	32	-	-	591	630
Tributos .....	2.769	965	-	-	291	5.511	-	-	3.060	6.476
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	-	-	5.959	2.614	-	-	-	3.933	5.959	6.547
Provisão para Contingência Trabalhista .....	-	-	-	-	-	-	1.615	6.060	1.615	6.060
Provisão para Contingência Cível .....	-	-	-	-	-	-	13.010	(342)	13.010	(342)
Provisão para Contingência Fiscal .....	-	-	-	-	-	-	15.891	33	15.891	33
Provisão de Autos de Infração e Notificações .....	-	-	-	-	-	-	3.020	757	3.020	757
Provisão para Redução ao Valor Recuperável.....	-	-	-	-	-	-	113.482	-	113.482	-
Outras Provisões .....	-	-	-	-	-	-	1.454	45.576	1.454	45.576
Autos de Infração e Notificações .....	-	-	-	-	-	-	-	1.357	-	1.357
Outros .....	6.710	8.407	-	-	1.493	485	607	8.035	8.811	16.927
<b>TOTAL</b>	<b>354.026</b>	<b>325.541</b>	<b>5.959</b>	<b>2.614</b>	<b>87.241</b>	<b>66.366</b>	<b>149.079</b>	<b>65.409</b>	<b>596.306</b>	<b>459.930</b>

## 30. 2. Consolidado

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos .....	147.748	168.727	-	-	34.580	44.129	-	-	182.328	212.856
Cláusula 25 CTP .....	-	-	-	-	1.056	68	-	-	1.056	68
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	82.353	28.799	-	-	29.538	4.917	-	-	111.891	33.716
INSS - Empregador .....	32.561	40.779	-	-	6.102	13	-	-	38.663	40.792
Administradores .....	139	(2)	-	-	902	1.241	-	-	1.041	1.239
Subtotal Pessoal / Administradores	262.801	238.303	-	-	72.177	50.368	-	-	334.978	288.671
Empréstimo Fundação ELETROCEEE .....	-	12.702	-	-	-	-	-	-	-	12.702
Total Pessoal e Administradores	262.801	251.005	-	-	72.177	50.368	-	-	334.978	301.373
Material .....	12.214	6.833	-	-	983	624	-	-	13.197	7.457
Serviço de Terceiros .....	36.390	29.727	-	-	11.433	8.645	-	-	47.822	38.372
Depreciação e Amortização .....	31.212	26.266	-	-	399	179	-	-	31.611	26.445
Custo de Construção .....	48.179	111.194	-	-	-	-	-	-	48.179	111.194
Doações, Contribuições e Subvenções .....	-	-	-	-	-	121	-	-	-	121
Arrendamento e Aluguéis .....	1.685	1.740	-	-	433	401	-	-	2.118	2.141
Seguros .....	587	598	-	-	32	32	-	-	618	630
Tributos .....	2.769	965	-	-	312	5.511	-	-	3.081	6.476
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	-	-	5.959	2.614	-	-	-	3.933	5.959	6.547
Provisão para Contingência Trabalhista .....	-	-	-	-	-	-	1.615	6.060	1.615	6.060
Provisão para Contingência Civil .....	-	-	-	-	-	-	13.010	(342)	13.010	(342)
Provisão para Contingência Fiscal .....	-	-	-	-	-	-	15.891	33	15.891	33
Provisão de Autos de Infração e Notificações .....	-	-	-	-	-	-	3.020	757	3.020	757
Provisão para Redução ao Valor Recuperável.....	-	-	-	-	-	-	113.482	-	113.482	-
Outras Provisões .....	-	-	-	-	-	-	1.454	45.576	1.454	45.576
Autos de Infração e Notificações .....	-	-	-	-	-	-	84.740	1.702	84.740	1.702
Outros .....	6.683	8.407	-	-	1.650	485	607	8.035	8.941	16.927
TOTAL	402.520	436.735	5.959	2.614	87.420	66.366	233.819	65.754	729.718	571.469

### 31. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>OUTRAS RECEITAS</b>				
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos .....	2.430	1.061	2.430	1.061
Receita de Prestação de Serviços .....	5.790	9.970	5.790	9.970
Reclamações Cíveis, Trabalhistas e Administrativas.....	2.641	-	2.641	-
Contrato Etau.....	2.384	-	2.384	-
Outras .....	66.149	6.727	66.149	6.727
	<u>79.394</u>	<u>17.758</u>	<u>79.394</u>	<u>17.758</u>
<b>OUTRAS DESPESAS</b>				
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos .....	(24.816)	(8.162)	(24.816)	(8.162)
Outras .....	(2.679)	(4.224)	(2.679)	(4.224)
	<u>(27.495)</u>	<u>(12.386)</u>	<u>(27.495)</u>	<u>(12.386)</u>

### 32. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicações Financeiras.....	47.911	38.002	47.986	38.251
Receitas Financeiras com Parcelamentos .....	600	101	600	101
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos .....	70.345	18.386	70.345	18.386
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	5.951	9.329	5.951	9.329
Atualização das Quotas Subordinadas FIDC .....	2.549	187	2.549	187
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B .....	23.406	99.993	23.406	99.993
Atualização Monetária da Indenização RBNl.....	-	70.166	-	70.166
Outras Receitas Financeiras .....	10.842	11.719	10.842	11.720
Total Receita Financeira	<u>161.604</u>	<u>247.883</u>	<u>161.679</u>	<u>248.133</u>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Dívidas .....	(14.242)	(9.216)	(14.242)	(9.216)
Despesas Financeiras com P&D .....	(4.647)	(5.011)	(4.647)	(5.011)
Despesas Financeiras com Empreendimentos .....	(1.135)	(499)	(1.135)	(499)
Despesa Financeira com Tributos.....	(6.745)	(3.072)	(6.745)	(3.072)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos .....	(35.740)	(85.660)	(35.740)	(85.660)
Atualização das Quotas Subordinadas FIDC .....	(1.430)	(77)	(1.430)	(77)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notificações.....	(444)	(114)	(444)	(114)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais .....	(7.528)	(1.960)	(7.528)	(1.960)
Variação das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B.....	(17.551)	(80.807)	(17.551)	(80.807)
Outras Despesas Financeiras .....	(8.369)	(8.967)	(9.415)	(10.766)
Total Despesa Financeira	<u>(97.830)</u>	<u>(195.383)</u>	<u>(98.876)</u>	<u>(197.182)</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>	<u>63.774</u>	<u>52.500</u>	<u>62.803</u>	<u>50.951</u>



### 33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA			
	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL .....	1.219.247	1.219.247	66.419	66.419
IRPJ (15%) e CSLL (9%) .....	128.021	76.813	6.974	4.184
IRPJ - Adicional de 10% .....	85.323	-	4.625	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões .....	213.344	76.813	11.599	4.184
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014 .....	(225.515)	(81.185)	(18.864)	(6.791)
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	14.321	5.156	25.509	9.184
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	17.385	6.259	8.984	3.234
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes.....	(18.185)	(6.549)	(13.608)	(4.899)
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações ....	1.350	494	13.620	4.912
Incentivo PAT = 4%.....	(33)	-	(327)	-
Contribuições FECA - CEDICA/RS .....	-	-	(82)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(102)	-	(104)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente .....	1.215	494	13.107	4.912
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias .....	218.312	78.593	(16.460)	(5.925)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS .....	(2.315)	(834)	(10.413)	(3.749)
IR CS Diferidos .....	215.997	77.759	(26.873)	(9.674)
Total IRPJ e CSLL .....	217.212	78.253	(13.766)	(4.762)

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB em 31 de março de 2016 a despesa de R\$225 milhões, referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

### 34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 apresentamos as Demonstrações Financeiras Intermediárias, em 31 de Dezembro de 2016 e 31 Dezembro de 2015 das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

#### 34.1. Balanço Patrimonial

##### 34.1.1. Ativo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO</b>	<b>992.772</b>	<b>2.951.082</b>	<b>3.109.422</b>	<b>3.693.878</b>	<b>(17.199)</b>	<b>(3.726.136)</b>	<b>4.084.994</b>	<b>2.918.824</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>(181.930)</b>	<b>1.825.823</b>	<b>589.158</b>	<b>2.392.694</b>	<b>(17.199)</b>	<b>(3.726.136)</b>	<b>390.029</b>	<b>492.381</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.566	36.167	(1.721)	2.004	-	-	33.846	38.171
Investimentos em Títulos do Governo	32.141	41.090	94.677	108.873	-	-	126.818	149.963
Concessionárias e Permissionárias	49.678	86.789	44.335	43.647	-	(243)	94.013	130.193
Tributos a Recuperar	7.285	2.566	1.640	28.788	-	-	8.925	31.354
Estoques	2.609	944	5.483	6.494	-	-	8.092	7.438
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	52.240	50.549	-	-	52.240	50.549
Pagamentos Antecipados	-	-	1.437	822	-	-	1.437	822
Outros Créditos a Receber	(309.209)	1.658.267	391.066	2.151.517	(17.199)	(3.725.893)	64.658	83.891
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.174.701</b>	<b>1.125.259</b>	<b>2.520.264</b>	<b>1.301.184</b>	-	-	<b>3.694.965</b>	<b>2.426.443</b>
Tributos a Recuperar	610	609	1	1	-	-	610	610
Aplicações Financeiras	9	(4.070)	-	12.401	-	-	9	8.331
Depósitos Judiciais	24.334	21.594	25.718	27.241	-	-	50.052	48.835
IR e Contribuição Social Diferidos	-	(9.361)	-	48.076	-	-	-	38.715
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	128.986	92.436	162.190	269.990	-	-	291.176	362.426
Ativo Financeiro da Concessão	86.180	-	226.896	103.276	-	-	313.076	103.276
RBSE	-	-	1.689.166	415.022	-	-	1.689.166	415.022
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Bens de Renda	1.709	2.073	385	971	-	-	2.094	3.044
Outros Créditos a Receber	358.467	345.345	1.259	441	-	-	359.726	345.786
Investimentos	364.543	417.809	337.741	230.757	-	-	702.284	648.566
Imobilizado	208.465	257.810	75.457	189.316	-	-	283.922	447.126
Intangível	1.399	1.014	1.451	3.692	-	-	2.850	4.706

##### 34.1.2. Passivo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>PASSIVO</b>	<b>992.772</b>	<b>2.951.082</b>	<b>3.109.422</b>	<b>3.693.878</b>	<b>(17.199)</b>	<b>(3.726.136)</b>	<b>4.084.994</b>	<b>2.918.824</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>108.595</b>	<b>2.124.320</b>	<b>178.301</b>	<b>1.929.944</b>	<b>(17.199)</b>	<b>(3.726.136)</b>	<b>269.696</b>	<b>328.128</b>
Fornecedores	21.444	22.678	32.447	60.790	-	(243)	53.891	83.225
Obrigações Trabalhistas	13.858	11.810	18.809	18.816	-	-	32.667	30.626
Obrigações Fiscais	11.788	10.070	11.466	22.895	-	-	23.254	32.965
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	2.673	7.860	17.533	21.387	-	-	20.206	29.247
Provisão para Benefícios a Empregados	29.762	31.234	26.352	29.246	-	-	56.114	60.480
Obrigações da Concessão	15.785	14.895	27.351	27.050	-	-	43.136	41.945
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	8.770	11.828	11.966	9.283	-	-	20.736	21.111
Outros Passivos	4.515	2.013.945	32.376	1.740.477	(17.199)	(3.725.893)	19.692	28.529
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>662.084</b>	<b>522.288</b>	<b>971.481</b>	<b>586.454</b>	-	-	<b>1.633.565</b>	<b>1.108.742</b>
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	48.079	60.676	233.438	221.577	-	-	281.516	282.253
Obrigações Fiscais	8.082	3.330	8.082	0	-	-	16.164	3.330
Provisão para Benefícios a Empregados	453.950	323.917	400.375	280.454	-	-	854.325	604.371
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	92.266	84.970	67.244	60.143	-	-	159.510	145.113
Obrigações da Concessão	2.508	2.675	2.686	2.358	-	-	5.194	5.033
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.766	-	255.512	-	-	-	261.277	-
Outros Passivos	51.436	46.720	4.143	21.922	-	-	55.579	68.642
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>222.093</b>	<b>304.474</b>	<b>1.959.640</b>	<b>1.177.480</b>	-	-	<b>2.181.733</b>	<b>1.481.954</b>
Capital Social	65.739	65.739	522.708	522.708	-	-	588.447	588.447
Reserva de Incentivos Fiscais	339.210	339.209	870.095	870.095	-	-	1.209.304	1.209.304
Outros Resultados Abrangentes	(111.150)	18.928	(352.770)	(245.801)	-	-	(463.920)	(226.873)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(71.706)	(119.402)	919.608	30.478	-	-	847.902	(88.924)

Participação dos Não Controladores

## 34.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL Consolidado	
	30/12/2016	30/12/2015	30/12/2016	30/12/2015	30/12/2016	30/12/2015	30/12/2016	30/12/2015
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>295.086</b>	<b>261.599</b>	<b>1.578.061</b>	<b>283.305</b>	-	<b>(2.158)</b>	<b>1.873.147</b>	<b>542.746</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(239.125)</b>	<b>(208.965)</b>	<b>(242.880)</b>	<b>(180.540)</b>	-	<b>2.158</b>	<b>(482.006)</b>	<b>(387.347)</b>
Custo com Energia Elétrica	(127.980)	(117.358)	-	-	-	2.158	(127.980)	(115.200)
Custo com Energia Elétrica .....	(75.075)	(67.042)	-	-	-	-	(75.075)	(67.042)
Encargo de Uso do Sistema .....	(52.905)	(50.316)	-	-	-	2.158	(52.905)	(48.158)
Custo de Operação	(111.145)	(91.607)	(242.880)	(180.540)	-	-	(354.026)	(272.147)
Pessoal e Administradores .....	(73.315)	(50.551)	(189.070)	(147.060)	-	-	(262.385)	(197.611)
Material .....	(1.524)	(1.565)	(10.690)	(5.268)	-	-	(12.214)	(6.833)
Serviço de Terceiros .....	(8.812)	(10.338)	(27.303)	(19.389)	-	-	(36.115)	(29.727)
Depreciação e Amortização .....	(23.286)	(24.913)	(7.926)	(1.353)	-	-	(31.212)	(26.266)
Custo de Construção .....	-	-	(376)	-	-	-	(376)	-
Outros .....	(4.209)	(4.240)	(7.514)	(7.470)	-	-	(11.724)	(11.710)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>55.961</b>	<b>52.634</b>	<b>1.335.181</b>	<b>102.765</b>	-	-	<b>1.391.141</b>	<b>155.399</b>
Despesas Operacionais	(211.303)	(37.350)	(30.976)	(150.433)	-	-	(242.279)	(187.783)
Despesas com Vendas .....	(2.199)	(1.915)	(3.759)	(699)	-	-	(5.959)	(2.614)
Despesas Gerais e Administrativas .....	(87.241)	(12.820)	-	(44.015)	-	-	(87.241)	(56.835)
Outras Despesas Operacionais.....	(121.862)	(22.615)	(27.217)	(105.719)	-	-	(149.079)	(128.334)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável.....	(104.317)	-	(9.165)	-	-	-	(113.482)	-
Outras Despesas Operacionais.....	(17.545)	(22.615)	(18.052)	(105.719)	-	-	(35.597)	(128.334)
Outras Receitas.....	9.785	5.984	12.829	11.774	-	-	22.614	17.758
Outras Despesas.....	(11.995)	(2.024)	(15.501)	(10.362)	-	-	(27.495)	(12.386)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>(157.552)</b>	<b>19.244</b>	<b>1.301.533</b>	<b>(46.256)</b>	-	-	<b>1.143.981</b>	<b>(27.012)</b>
Resultado de Participações Societárias	75.259	49.810	(63.767)	(8.879)	-	-	11.492	40.931
Receita(Despesa) Financeira	43.600	11.395	20.174	41.105	-	-	63.774	52.500
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CS</b>	<b>(38.693)</b>	<b>80.449</b>	<b>1.257.940</b>	<b>(14.030)</b>	-	-	<b>1.219.247</b>	<b>66.419</b>
Imposto de Renda Corrente .....	(1.215)	(2.076)	-	(11.031)	-	-	(1.215)	(13.107)
Imposto de Renda Diferido.....	1.533	2.853	(217.530)	24.020	-	-	(215.997)	26.873
Contribuição Social Corrente .....	(494)	(798)	-	(4.114)	-	-	(494)	(4.912)
Contribuição Social Diferido.....	552	1.027	(78.311)	8.647	-	-	(77.759)	9.674
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>	<b>(38.316)</b>	<b>81.455</b>	<b>962.099</b>	<b>3.492</b>	-	-	<b>923.782</b>	<b>84.947</b>
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	(0,10)	0,21	2,48	0	-	-	2,39	0,22
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	(0,10)	0,21	2,48	0	-	-	2,39	0,22

## 35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

		CONTROLADORA					
		31/12/2016					
Nota Explicativa		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
<b>Ativo</b>							
Caixa e equivalente de caixa .....	5	32.534	-	-	-	-	32.534
Concessionárias e Permissionárias .....	6	-	7.625	-	-	-	7.625
Cedência de funcionários .....	9	228	150	-	-	-	378
Conta Gráfica .....	9	-	9.318	-	-	-	9.318
Mútuo CEEE-D.....	9	-	355.276	-	-	-	355.276
		32.762	372.369	-	-	-	405.131
<b>Passivo</b>							
Fornecedores .....	17	-	157	-	-	-	157
Contribuição Patrocinadora .....	21	-	-	-	3.328	-	3.328
Empréstimo não circulante .....	20 e 21	-	-	-	74.815	-	74.815
		-	157	2.081	78.143	-	80.381
<b>Resultado</b>							
Renda da Prestação de Serviços .....		-	-	-	-	3.173	3.173
Suprimento de Energia Elétrica .....		-	2.434	-	-	-	2.434
Disponibilização do Sistema de Transmissão .....		-	54.769	-	-	-	54.769
Despesa operacional – Pessoal .....		-	-	-	(35.801)	-	(35.801)
Receita financeira .....		731	45.483	-	-	-	46.214
Despesa financeira .....		-	(21)	(85)	-	-	(106)
		731	102.665	(85)	(35.801)	3.173	70.683

		31/12/2015				
Nota Explicativa		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa .....	5	35.517	-	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias .....	6	-	5.942	-	-	-
Cedência de funcionários .....	9	352	997	234	-	-
Conta Gráfica .....	9	-	15.132	-	-	-
Mútuo CEEE-D .....	9	-	342.448	-	-	-
		35.869	364.519	234	-	-
<b>Passivo</b>						
Fornecedores .....	17	-	9.811	-	-	-
Contribuição Patrocinadora .....	21	-	-	-	15.883	-
Empréstimo circulante .....	20	-	-	4.161	-	-
Empréstimo não circulante .....	20 e 21	-	-	-	74.815	-
		-	9.811	4.161	90.698	-
<b>Resultado</b>						
Renda da Prestação de Serviços .....		-	-	-	-	3.411
Suprimento de Energia Elétrica .....		-	355	-	-	-
Disponibilização do Sistema de Transmissão .....		-	52.301	-	-	-
Despesa operacional – Pessoal .....		-	-	-	(38.559)	-
Receita financeira .....		2.411	34.865	-	-	-
Despesa financeira .....		-	-	(607)	-	-
		2.411	87.521	(607)	(38.559)	3.411

### 35.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de Dezembro de 2016 foi de R\$2.063 (R\$1.613 em 31 de Dezembro de 2015), contando com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação. A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS</b>				
Conselho de Administração .....	313	330	313	330
Conselho Fiscal .....	159	135	159	135
Verba de Representação .....	130	187	130	187
Honorário Diretor não Empregado .....	142	187	142	187
Encargos .....	263	400	263	400
Subtotal .....	1.007	1.239	1.007	1.239
Diretores Empregados .....	1.056	917	1.056	917
Total .....	2.063	2.156	2.063	2.156

## 36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos Financeiros</b>				
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5			
Número Disponível .....		879	2.467	4.687
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - CDB Especial .....		-	187	-
SIAC/BANRISUL .....		32.534	35.517	32.534
Aplicações Financeiras				
Quotas Subordinadas - FIDC .....	5	-	8.331	-
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Concessionárias e Permissionárias .....	6	94.013	130.193	94.099
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE .....	13.5	1.689.166	415.022	-
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	365.316	245.797	604.566
<b>Disponível para Venda</b>				
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC .....	10	126.818	149.963	126.818
		<u>2.308.726</u>	<u>987.477</u>	<u>862.704</u>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado				
Fornecedores .....	18	53.891	83.225	116.148
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	21	301.195	311.500	301.195
<b>TOTAL</b>		<u>355.086</u>	<u>394.725</u>	<u>417.343</u>

### 36.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$94.013.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

#### 36.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras Intermediárias foi:

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	33.413	38.171	37.221
Aplicações Financeiras - Quotas Subordinadas FIDC .....	5	-	8.331	-
Concessionárias e Permissionárias .....	6	94.013	130.193	94.099
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE .....	13.5	1.689.166	415.022	1.689.166
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	365.316	245.797	604.566
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	10	126.818	149.963	126.818
<b>TOTAL</b>		<u>2.308.726</u>	<u>572.455</u>	<u>2.551.870</u>

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

O segmento de Geração da companhia CEEE-GT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e no Ambiente Livre - CCEALs. As receitas atreladas a estes contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário – CDBs.

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre distribuidora e órgãos reguladores.

No geral a Administração entende que o risco de crédito no qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes.

#### *I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)*

A Companhia mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

#### *II. Garantias*

A Companhia concedeu garantia quando da captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo que parte do contas a receber é repassada ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

#### *III. Derivativos*

A Companhia não possui operações com derivativos.

#### *36.1.2. Risco de Preço*

O segmento de Geração tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Esta variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada cinco anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração – RAG, a qual deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARs e CCEALs, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado, e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

#### *36.1.3. Risco de Mercado*

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.



As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas, através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL, às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

#### 36.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

##### I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2016 cuja cotação do dólar corresponde a R\$3,26 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do Bacen para 31/03/2017, correspondente ao dólar a R\$3,10. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 31/12/2016	Provável	25%	50%
<b>Exposição US\$</b>				
Empréstimos e Financiamentos .....	238.340	200.420	250.525	300.630
Passivo Líquido Exposto	238.340	200.420	250.525	300.630
<b>Efeito Líquido da Variação Cambial</b>			50.105	100.210

#### 36.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

		CONTROLADORA				
	Nota Explicativa	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	33.413	33.413	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias .....	6	94.013	94.013	-	-	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE .....	13.5	1.689.166	105.573	211.146	633.437	739.010
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	365.316	52.240	-	-	313.076
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC ..	10	126.818	126.818	-	-	-
		2.308.726	412.057	211.146	633.437	1.052.086
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores .....	18	53.891	53.891	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	21	483.218	35.087	33.835	96.022	318.274
		537.109	88.978	33.835	96.022	318.274
		CONSOLIDADO				
	Nota Explicativa	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	37.221	37.221	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias .....	6	94.099	94.099	-	-	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE .....	13.5	1.689.166	105.573	211.146	633.437	739.010
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	604.566	65.065	-	-	539.501
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC ..	10	126.818	126.818	-	-	-
		2.551.870	428.776	211.146	633.437	1.278.511
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores .....	18	116.148	116.148	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	21	483.218	35.087	33.835	96.022	318.274
		599.366	151.235	33.835	96.022	318.274

### 36.1.6. Gestão de Capital

A Companhia visa uma estrutura de capital que seja coerente com o cenário macroeconômico e setorial e que também seja capaz de salvaguardar sua capacidade de continuidade a fim de que se mantenha a confiança do investidor e que seja possível a captação de novos financiamentos para garantir a execução de seus investimentos.

Por meio de uma estrutura de capital saudável é possível equilibrar o saldo de dívidas e de patrimônio e para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Companhia tem a possibilidade de revisar a sua prática de pagamento de dividendos, de alongar o perfil de sua dívida bem como de alienar os ativos alheios à concessão.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Endividamento					
Empréstimos e Financiamentos .....	21	301.195	311.500	301.195	311.500
Caixa e equivalentes de caixa .....	5	(33.413)	(38.171)	(37.221)	(40.332)
Investimento em Títulos do Governo .....	10	(126.818)	(149.963)	(126.818)	(149.963)
Dívida Líquida		<u>140.964</u>	<u>123.366</u>	<u>137.156</u>	<u>121.205</u>
Patrimônio Líquido .....		<u>2.104.693</u>	<u>1.481.954</u>	<u>2.285.323</u>	<u>1.487.850</u>
Endividamento do Patrimônio Líquido		<u>0,07</u>	<u>0,08</u>	<u>0,06</u>	<u>0,08</u>

### 36.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

#### I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2016 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 31/03/2017. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

				CONTROLADORA			
	Nota Explicativa	Índices		Cenário Base em 31/12/2016	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros							
Empréstimos e Financiamentos	21						
BNDES .....		TJLP		63.382	73.237	100.081	115.130
Exposição Líquida				<u>(63.382)</u>	<u>(73.237)</u>	<u>(100.081)</u>	<u>(115.130)</u>
Efeito esperado no Resultado					<u>(9.855)</u>	<u>(26.844)</u>	<u>(15.049)</u>
				CONSOLIDADO			
	Nota Explicativa	Índices		Cenário Base em 31/12/2016	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros							
Empréstimos e Financiamentos	21						
BNDES .....		TJLP		63.382	73.237	100.081	115.130
Exposição Líquida				<u>(63.382)</u>	<u>(73.237)</u>	<u>(100.081)</u>	<u>(115.130)</u>
Efeito esperado no Resultado					<u>(9.855)</u>	<u>(26.844)</u>	<u>(15.049)</u>

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Demonstrações Financeiras conforme sugerido no CPC 40 e IFRS 7.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

### 36.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		CONTROLADORA	
	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	33.413	33.413
Concessionárias e Permissionárias.....	6	94.013	94.013
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	13.5	1.689.166	1.689.166
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	10	126.818	126.818
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	365.316	365.316
Total		<u>2.308.726</u>	<u>2.308.726</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	18	53.891	53.891
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	21	483.218	483.218
Total		<u>537.109</u>	<u>537.109</u>
		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	37.221	37.221
Concessionárias e Permissionárias.....	6	94.099	94.099
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	13.5	1.689.166	1.689.166
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	10	126.818	126.818
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	604.566	604.566
Total		<u>2.551.870</u>	<u>2.551.870</u>

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

### 36.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

CONTROLADORA				
	Valor contábil 31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	32.534	-	32.534	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	1.689.166	-	1.689.166	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Comp	126.818	126.818	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	365.316	-	-	365.316
	<u>2.213.834</u>	<u>126.818</u>	<u>1.721.700</u>	<u>365.316</u>
CONSOLIDADO				
	Valor contábil 31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	32.534	-	32.534	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE.....	1.689.166	-	1.689.166	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Comp	126.818	126.818	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	604.566	-	-	604.566
	<u>2.453.084</u>	<u>126.818</u>	<u>1.721.700</u>	<u>604.566</u>

### 36.1.10. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo dos Investimentos em Títulos do Governo foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL e da Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

## 36.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

### 36.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional - SIN é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, as quais estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico destes empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétricos, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo – MCP, podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, o que no caso da CEEE-GT representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas Distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

### **36.2.2. Riscos Ambientais**

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Companhia.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

## **37. SEGUROS**

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial contratado tem vigência de 11/04/2016 até 11/04/2017. O valor do ativo segurado no segmento Geração é de R\$68.851 e o prêmio é R\$110 e no de Transmissão é de R\$263.256 e o prêmio é R\$409.

## **38. INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS**

### **38.1 Investimentos**

A Companhia aplicou o montante de R\$126.293 em investimentos no exercício de 2016. Entende-se por investimento o somatório das adições no ativo imobilizado, desconsiderando as obrigações especiais.

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
<b>Geração</b>											
Terrenos .....	20.712	-	-	-	-	-	20.712	-	-	20.712	20.712
Reservatório, barragens e adutoras .....	458.808	-	-	3	-	-	458.811	3	(393.728)	65.083	71.835
Edificações, obras civis e benfeitorias .....	51.647	-	(13)	51	-	-	51.685	38	(46.651)	5.034	5.776
Máquinas e Equipamentos .....	378.502	-	(5.259)	5.498	-	(173)	378.568	239	(295.894)	82.674	85.770
Veículos .....	2.928	-	(87)	-	-	(117)	2.724	(87)	(2.670)	54	68
Móveis e Utensílios .....	1.104	-	(147)	14	-	(9)	962	(133)	(833)	129	144
<b>Transmissão</b>											
Terrenos .....	10.294	-	-	73	18.293	-	28.660	18.366	-	28.660	10.294
Edificações, obras civis e benfeitorias .....	49.203	-	(165)	3.307	86.038	-	138.383	89.180	(116.830)	21.554	15.181
Máquinas e Equipamentos .....	2.010.929	-	(51.494)	187.661	1.857.893	7.583	4.012.572	1.994.060	(2.647.694)	1.364.877	859.615
Veículos .....	8.784	-	(57)	-	-	(966)	7.761	(57)	(7.448)	314	382
Móveis e Utensílios .....	2.275	-	(167)	33	-	-	2.141	(134)	(1.772)	369	379
<b>Administração</b>											
Terrenos .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias .....	216	-	-	1.612	-	-	1.828	1.612	(234)	1.594	-
Máquinas e Equipamentos .....	1.587	-	(42)	1.581	-	(59)	3.067	1.539	(1.321)	1.746	391
Veículos .....	2.006	-	-	278	-	1.086	3.370	278	(2.296)	1.074	945
Móveis e Utensílios .....	1.072	-	(30)	174	-	10	1.226	144	(964)	261	107
<b>Não Vinculados</b>											
Terrenos .....	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1
Edificações .....	12.811	-	-	428	-	-	13.239	428	(12.809)	430	7
Máquinas .....	2.635	-	-	33	-	(13)	2.655	33	(2.110)	545	643
Veículos .....	112	-	-	-	-	-	112	-	(112)	-	-
Móveis e Utensílios .....	3.569	-	-	85	-	-	3.654	85	(3.557)	97	17
Doações e subvenções destinadas a invest no	(4.115)	-	-	(25.750)	(596)	-	30.461	-	-	(30.461)	(4.115)
Pesquisa e desenvolvimento	(152)	-	-	(42)	-	-	194	-	-	(194)	152
(-)Prov p/ajuste ao valor de recup de ativos	(349.739)	-	-	-	-	13.788	335.951	-	-	(335.951)	(349.739)
<b>Subtotal</b>	<b>2.665.190</b>	<b>-</b>	<b>57.461</b>	<b>175.039</b>	<b>1.961.628</b>	<b>21.130</b>	<b>4.765.525</b>	<b>2.105.594</b>	<b>3.536.925</b>	<b>1.228.601</b>	<b>718.262</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2015</b>	<b>Adições (A)</b>	<b>Baixas (B)</b>	<b>Transferências (C)</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Outros</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2016</b>	<b>Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2016</b>	<b>Valor Líquido em 31/12/2015</b>
<b>Geração</b>											
Máquinas e Equipamentos .....	16.264	1.054	-	(5.498)	-	(1.711)	10.109	(4.444)	-	10.109	19.749
Outros .....	3.746	1.097	-	(68)	-	4	4.779	1.029	-	4.779	1.606
<b>Transmissão</b>											
Máquinas e Equipamentos .....	249.671	80.670	-	(143.803)	-	(9.226)	177.312	(63.133)	-	177.312	249.671
Outros .....	98.565	55.153	-	(47.081)	-	(27.097)	79.540	8.072	-	79.540	98.565
<b>Administração</b>											
Máquinas e Equipamentos .....	2.362	505	-	(1.776)	-	(348)	743	(1.271)	-	743	2.254
Outros .....	3.243	-	-	(2.563)	-	(96)	584	(2.563)	-	584	3.089
Doações e subvenções destinadas a invest no	(13.748)	(12.186)	-	25.750	-	-	184	-	-	184	(13.748)
(-)Prov p/ajuste ao valor de recup de ativos	-	-	-	-	-	-	213.726	-	-	213.726	-
<b>Total do Ativo Imobilizado em Curso</b>	<b>360.103</b>	<b>126.293</b>	<b>-</b>	<b>(175.039)</b>	<b>-</b>	<b>(38.474)</b>	<b>272.883</b>	<b>(62.310)</b>	<b>-</b>	<b>486.609</b>	<b>361.186</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>3.025.294</b>	<b>126.293</b>	<b>(57.461)</b>	<b>-</b>	<b>1.961.628</b>	<b>17.344</b>	<b>5.038.409</b>	<b>2.043.284</b>	<b>(3.536.925)</b>	<b>1.715.210</b>	<b>1.079.447</b>

(\*) informações não auditadas.

**PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO**  
 Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**  
 Diretor

**JULIO ELOI HOFER**  
 Diretor

**JORGE PAGLIOLI JOBIM**  
 Diretor

**LEONARDO HOFF**  
 Diretor

**LUIZ CARLOS SACIOTO TADIELLO**  
 Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**  
 Diretor

**ELISANGELA MOURA RODRIGUES**  
 Contadora CRCRS 62384



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

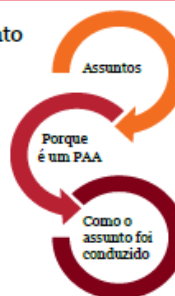
### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

#### Ativo financeiro de concessão – Nota 13

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem registrado ativo financeiro de concessão nos ativos circulante e não circulante, nos montantes de R\$ 62.005 mil e R\$ 542.561 mil, respectivamente. Esses ativos são recuperados com base na RAP – Receita Anual Permitida e através da indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão.

Consideramos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores e do julgamento da administração quanto aos gastos com infraestrutura elegíveis a classificação como ativo financeiro, sujeito a homologação ou glosas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia para o registro das adições, baixas e atualizações monetárias no período; inspeção de uma seleção de documentos que suportam as transações de adições e baixas ocorridas no período; discussão dos critérios de elegibilidade dos ativos e recálculo da atualização monetária dos valores envolvidos.

Consideramos que os julgamentos e as estimativas da administração quanto ao reconhecimento dos ativos financeiros da concessão são razoáveis e estão consistentes com a documentação e os controles internos da Companhia, bem como, que as divulgações efetuadas em notas explicativas refletem as informações observadas.

#### Provisão para déficit atuarial em plano de previdência – Nota 22.3

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu provisão para déficit atuarial no montante de R\$ 131.212 mil, tendo a obrigação de benefício definido sido estimada pela administração com o auxílio de atuário independente. A provisão para déficit atuarial foi uma área de foco de auditoria em função da

Com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela Fundação ELETROCEE; avaliamos a razoabilidade das principais premissas, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial e tábuas biométricas (mortalidade, entrada em invalidez e mortalidade de inválidos) utilizadas nos cálculos atuariais; e efetuamos comparações dessas premissas

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE - GT

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>relevância dos valores envolvidos e por envolver estimativas baseadas em premissas complexas e subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumento salarial e taxas de desconto. Variações nessas premissas podem trazer impactos relevantes no que diz respeito ao montante da provisão para déficit atuarial.</p> <p>Adicionalmente, a provisão para déficit atuarial foi reconhecida de forma proporcional à razão do percentual de responsabilidade da patrocinadora conforme estabelecido no Regulamento do Plano, respeitando a proporção de 50% de responsabilidade por parte da patrocinadora e 50% por parte dos participantes do plano. A patrocinadora, em conjunto com a gestora do Plano Único, a Fundação ELETROCEEE, vem buscando o equacionamento do déficit atuarial acumulado conforme estabelecido pelas normas da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, considerando o regime de paridade estabelecido no regulamento do plano.</p>	<p>com benchmarks de mercado, bem como efetuamos recálculo das provisões matemáticas do plano.</p> <p>Também efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do déficit atuarial, definidas em plano, vem respeitando o regime de responsabilidade paritária entre a patrocinadora e os participantes.</p> <p>Consideramos que as premissas utilizadas na determinação da provisão para déficit atuarial são razoáveis, considerando nossas expectativas, e que as informações divulgadas nas notas explicativas estão consistentes com a documentação fornecida pela administração.</p>
Rede Básica do Sistema Existente – Nota 14	
<p>Os ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, são passíveis de indenização de acordo com a Lei No. 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em junho de 2016, a ANEEL homologou o montante passível de indenização da Companhia, cujo valor a receber em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.689.166 mil e resultou em um ganho de R\$ 964.871 mil, líquido dos efeitos tributários.</p> <p>O ativo, e consequentemente o ganho, estão relacionados aos valores homologados pela ANEEL, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2016. A relevância dos valores envolvidos e a utilização de premissas de atualização pela administração tornaram esse um assunto relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, o confronto dos valores contabilizados com os documentos de homologação da ANEEL, discussões com a administração sobre os critérios de atualização monetária e execução de correspondentes testes dessa atualização e seus reflexos nas demonstrações financeiras.</p> <p>Consideramos que o saldo apresentado e as informações divulgadas na nota explicativa estão consistentes com o julgamento da administração e com os documentos de homologação do valor a receber.</p>



---

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE - GT

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.




Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE - GT

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

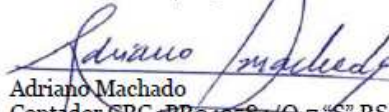
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 27 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS



Adriano Machado  
Contador CRC 1PR042584/O-7 "S" RS



## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-GT relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

**PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO**  
Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**  
Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**  
Diretor

**LEONARDO HOFF**  
Diretor

**LUIS CARLOS SACIOTO TADIELLO**  
Diretor

**JÚLIO ELÓI HOFER**  
Diretor

**JORGE PAGLIOLI JOBIM**  
Diretor

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-GT referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

**PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO**  
Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**  
Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**  
Diretor

**LEONARDO HOFF**  
Diretor

**LUIS CARLOS SACIOTO TADIELLO**  
Diretor


**JÚLIO ELÓI HOFER**  
Diretor

**JORGE PAGLIOLI JOBIM**  
Diretor

## PARECER DO CONSELHO FISCAL


Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

  
Adriana Furlanetto  
Presidente

  
Melissa Guagnini Hoffmann Custódio  
Conselheira

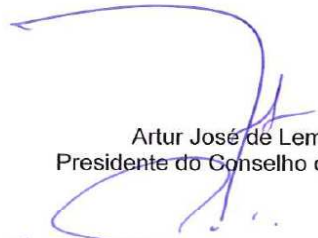
  
Cristiane Zinelle Ferreira Lohmann  
Conselheira

  
Vilson Haussen Jacques Filho  
Conselheiro

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2016, encerrado em 31 de dezembro de 2016, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Acionistas.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.



Artur José de Lemos Júnior,  
Presidente do Conselho de Administração.




Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado



Vera Inêz Salgueiro Lermen



Daniel Vargas de Farias




Egidio Schoenberger



Ademir Baretta



Vicente Paulo Mattos de Britto Pereira



Vicente José Rauber

**Companhia Estadual de Distribuição  
de Energia Elétrica  
CEEE - D**







# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**DEZEMBRO 2016**

**Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Valores expressos em milhares de reais.**

## SUMÁRIO

Relatório de Administração	
Relatório de Administração	3
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	27
Demonstração dos Resultados	28
Demonstração dos Resultados Abrangentes	28
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	29
Demonstração dos Fluxos de Caixa	30
Demonstração dos Valores Adicionados	31
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	32
Relatórios	
Relatório dos Auditores Independentes	90
Declaração dos Diretores	97
Parecer do Conselho Fiscal	99
Manifestação do Conselho de Administração	100

## **Senhoras e Senhores Acionistas**

A Administração da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias Relatório de Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração.

### **1. Mensagem da Administração**

Seguindo nosso compromisso de transparência em todas as ações da gestão, apresentamos o Relatório de Administração 2016 do Grupo CEEE.

Antes de avançarmos no conteúdo deste relatório, é necessário realizar algumas ponderações que nos auxiliam na interpretação dos dados. Iniciamos pela leitura do cenário macroeconômico. O ano de 2016 foi marcado pelo avanço da recessão na economia brasileira. Diversos setores sofreram impactos consideráveis. No setor de energético, não foi diferente. A retração do consumo de energia em 0,9%<sup>1</sup>, aliada à queda de 3,6% no Produto Interno Bruto do País, quando comparado a 2015, refletiu no desempenho econômico das distribuidoras. No caso da CEEE-D, a retração de consumo foi de 3,82% em 2016.

Mesmo com este cenário negativo, nosso resultado manteve-se estável. Finalizamos 2016 tendo investido R\$ 183,6 milhões nos ativos da concessão e reduzindo 5% do endividamento líquido com instituições financeiras. Nossos resultados técnicos e operacionais são ainda mais positivos. O índice regulatório que mede a Duração Equivalente de Interrupção de Energia (DEC) por unidade consumidora foi reduzido de 17,08 para 16,37 horas/ano, o que corresponde a uma melhoria de aproximadamente 4%. Além disso, a Frequência Equivalente de Interrupções (FEC) por unidade consumidora caiu de 11,70 para 11,34, ou seja, melhorou 3%.

Estes resultados foram fruto de um trabalho baseado em importantes medidas de gestão. A implantação dos novos sistemas corporativo e comercial (ERP e SGC) fez parte das realizações. Desde 05 de dezembro de 2016, contamos com o que há de mais moderno em termos sistemas de gerenciamento de informações. Esta mudança está promovendo, dentre diversos benefícios, a assertividade nas informações, a segurança e o controle dos dados da Companhia, além de iniciar uma transformação no padrão de qualidade no atendimento aos nossos clientes.

Neste relatório, será possível acompanhar um resumo destas e de muitas outras ações que foram concretizadas em 2016. Nosso trabalho está em pleno desenvolvimento. Seguiremos atuando primando pela transparência, prontidão e antecipação aos fatos. Uma boa leitura.

### **2. Perfil da Empresa**

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, uma das empresas pertencentes ao Grupo CEEE, é concessionária do serviço Público de distribuição de energia elétrica na região sul-sudeste do Estado.

A CEEE-D é uma sociedade de economia mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, efetuado em novembro de 2006. Tem como maior acionista a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, que, por sua vez, tem o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário.

A CEEE-D tem como objetivo projetar, construir e operar sistemas de distribuição de energia elétrica, prestar serviços de natureza pública e privada no setor, bem como explorar a respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços previstos em seu contrato de concessão.

A CEEE-D distribui energia elétrica em 72 dos 497 municípios do Estado, levando energia elétrica a mais de 4 milhões de pessoas, o que representa em torno de 34% dos consumidores do RS. Também atende 50 consumidores livres no Estado.

#### **2.1 Composição Acionária**

A composição acionária da empresa, em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS			PREFERENCIAIS			TOTAL	
	AÇÕES	QTDE.		E.AÇÕES	QTD		E.AÇÕES	QTD
CEEE-Par	21	6.380.8	7,05	7	1.08	,66	1.908	6.38
ELETROBRÁS	33	3.067.0	2,23	38	87.6	3,43	4.671	3.15
MUNICÍPIOS		33.023	,34	08	50.7	0,92	31	83.7
BMF BOVESPA S.A		35.252	,37	64	22.9	4,00	16	58.2
OUTROS		603	,01	7	1.61	,99	0	2.22
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>9.516.7</b>	<b>00,00</b>	<b>014</b>	<b>164.</b>	<b>00,00</b>	<b>0.746</b>	<b>9.68</b>
							<b>00,00</b>	

Fonte: Banco Itaú S/A - Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais / Unidade de Atendimento para Empresas

**Notas:**

1 - Data base: 31/12/2016

2 - 311 Acionistas

3 - Patrimônio Líquido em 30/09/2016: - R\$ 720.443,00 (R\$ Mil)

4 - Valor Patrimonial da Ação-VPA: - R\$ 74,42 (unitário)

## 2.2 Comportamento do preço das ações

De janeiro a dezembro de 2016, as ações ordinárias nominativas (ON) da Companhia foram negociadas em 32 dos 228 pregões do ano e as ações preferenciais nominativas (PN) em 11 dos 82 pregões do ano, no mercado à vista da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa).

As ações ON e PN, respectivamente, fecharam o período cotadas na Bolsa, a R\$ 29,49 (vinte e nove reais e quarenta e nove centavos) e R\$ 30,00 (trinta reais) o preço unitário, sendo negociadas por lotes de mil unidades.

As informações acima podem ser encontradas no “Resumo Mensal de Negociação” de dezembro de 2016, disponível no site da BM&FBovespa.

## 2.3 Atendimento aos acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Companhia coloca à disposição dos seus acionistas a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, instalada na sua sede, sito av. Joaquim Porto Villanova, nº 201, prédio A1, sala 620, bairro Jardim Carvalho, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande de Sul, CEP 91-410-400.

A Diretoria presta informações sobre a posição acionária individual, dividendos, cotação das ações, solicitações para a emissão de certificados e crédito dos dividendos, e demais informações para o bom relacionamento entre a Companhia e seus Acionistas.

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone de número +55 51 3382-5715, pelo e-mail [ri@ceee.com.br](mailto:ri@ceee.com.br) e pelo site <http://ri.ceee.com.br>.

## 2.4 Reconhecimentos

### Prêmio 500 Maiores do Sul

O Grupo CEEE ocupou a 12ª colocação no ranking do Rio Grande do Sul e a 31ª posição na região Sul do Brasil, em 2016. O ranking Grandes & Líderes - 500 Maiores do Sul é elaborado pela Revista Amanhã em conjunto com a PwC, com dados coletados no balanço financeiro das empresas (ou grupos).

### Ranking Estadão Empresas Mais

No estudo elaborado pelo jornal O Estado de São Paulo, a CEEE também conquista posição de destaque entre as 1500 maiores companhias do Brasil. Com metodologia diferente da aplicada pela revista Amanhã, o Ranking Estadão classificou o Grupo CEEE como a 738ª empresa com maior receita líquida.

### **3. Gestão e Governança Corporativa**

#### **3.1 Organização e Gestão**

A Gestão da Qualidade da CEEE-D confirmou, em 2016, a manutenção da Certificação ISO 9001 do seu Sistema de Gestão, conforme o escopo determinado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em novembro de 2016, após a auditoria do organismo certificador, a Empresa recebeu a confirmação da certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Atualmente, a CEEE-D possui cinco processos certificados, relacionados à coleta de dados e apuração de indicadores regulatórios, como continuidade do fornecimento de energia elétrica, padrões de atendimento comercial e qualidade do atendimento telefônico, além dos processos de tratamento de reclamações de consumidores e da avaliação técnica de equipamentos de medição de energia elétrica.

O Sistema de Gestão da Qualidade trouxe maior controle e padronização das atividades, contribuindo para a evolução da gestão e a melhoria contínua dos processos.

#### **3.2 Ética**

Por meio de seu conjunto de valores e princípios éticos, o Código de Ética da CEEE-D estabelece diretrizes básicas para a conduta requerida para todos os dirigentes, empregados e partes interessadas, independente da área de atuação e do nível hierárquico por estes ocupados.

A Companhia assegura a manutenção de canais de relacionamento, internos e externos, para o recebimento de consultas e denúncias de práticas irregulares ou consideradas ilegais e contrárias aos valores e princípios éticos disponíveis para a sociedade, clientes, fornecedores, investidores e empregados.

#### **3.3 Governança Corporativa**

A Companhia segue as melhores práticas de mercado, fazendo parte do Nível 1 de Governança Corporativa da BMF&Bovespa, onde estão listadas as empresas com reconhecida transparência com seus públicos.

Dentre as melhores práticas adotadas estão àquelas constantes do regulamento de governança corporativa do nível 1, que compreendem, dentre outras, da publicação do calendário de eventos corporativos da companhia, a ciência dos administradores das boas práticas de governança corporativa através dos termos de anuência e adesão, realização de reunião pública anual com analistas e investidores, política de negociação de valores mobiliários e do uso de informações privilegiadas pelos administradores e o código de conduta estabelecendo os valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a Companhia se relacione.

A estrutura da administração da empresa é constituída pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal e Conselho de Consumidores. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a Auditoria Independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da empresa com suas partes interessadas.

#### **3.4 Acordo de Resultado**

Em 2016, a Companhia celebrou junto ao Governo do Estado do RS o Acordo de Resultados. Trata-se da formalização dos principais compromissos dos órgãos do Governo Estadual com a sociedade. Sua composição abrange três dimensões, sendo:

- a) Indicadores de Desempenho;
- b) Projetos Prioritários para o ano de 2016; e
- c) Compromissos de Gestão.

O Documento foi assinado em 08 de abril de 2016, momento em que a CEEE-D comprometeu-se com 16 (dezesseis) projetos e 07 (sete) indicadores de desempenho. Os resultados alcançados confirmam o compromisso da gestão com a eficiência operacional, a racionalização dos gastos e assertividade nos investimentos.

Cabe destacar a conclusão de 08 (oito) obras e o desempenho positivo dos indicadores técnicos. No tocante ao EBITDA REGULATÓRIO, indicador econômico-financeiro, algumas das ações tomadas no corrente ano

resultaram na melhora do desempenho do indicador comparado ao ano de 2015, mantendo esta tendência para o próximo ano.

Indicador	Objetivo do Indicador	Unidade de medida	Polaridade	Meta	Realização 2016
FER (acumulado)	Quantidade de reclamações procedentes per capita - a cada mil clientes	Pontos percentuais	↓	11,36	<i>aguardando fechamento</i>
FECi	Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna (Distribuição e Subtransmissão) por Unidade Consumidora	Quantidade	↓	15,9	10,81
DECI	Horas de Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna (Distribuição e Subtransmissão) por Unidade Consumidora	Horas	↓	25,41	15,93
DGC	Desempenho Global de Continuidade	Pontos percentuais	↓	1,22	1,3
TG	Taxa de Gravidade (Dias perdido por acidente a cada milhão de horas homem trabalhadas)	Dias	↓	276	54
IASC	Pesquisa de mercado ANEEL	Índice	↑	57,03	70,76
EBITDA REGULATÓRIO	Resultado Operacional	Valor em milhões R\$	↑	≥0	<i>aguardando fechamento</i>

#### 4. Desempenho Operacional

##### 4.1 Setor de Energia Elétrica no Brasil

Assim como o ano de 2015 foi marcado por um quadro econômico adverso, 2016 também apresentou queda no Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), que busca ser uma "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB), de -4,76% no acumulado dessazonalizado até novembro. O baixo crescimento da indústria que, ainda sem sinais de reação, atingiu o menor nível em 20 anos e a persistência do desaquecimento no mercado de trabalho, com conseqüente declínio do consumo das famílias, influenciaram negativamente o resultado da carga de energia elétrica no ano.

Segundo a EPE, o ano de 2016 fechou com um recuo de 0,9% no consumo de energia elétrica nacional em relação ao ano de 2015, cujo montante de energia distribuída havia chegado a 464 TWh, contra 460 TWh verificado em 2016. A contração nas classes industrial e comercial foi parcialmente amenizada pelo desempenho das residências e de outros consumos, que conjuntamente expandiram 2.655 GWh.

O consumo de energia elétrica nas indústrias fechou 2016 com recuo de 2,9% sobre 2015. Foram destacadas positivamente, pela EPE, os consumos das atividades de metalurgia (3,1%), papel e celulose (2,4%), alimentos (0,9%) e produtos químicos (0,6%). Em contrapartida, as atividades que contribuíram para a queda no consumo industrial do ano foram: automotivo (-3%), têxtil (-3,8%), borracha e plástico (-4,3%), produtos de metal (-6,4%), produtos de minerais não metálicos (-9,6%) e extração de minerais metálicos (-16%).

O consumo residencial cresceu 1,4%. Desempenho que, em função do quadro econômico desfavorável, sobretudo no que se refere ao mercado de trabalho (emprego e renda), ficou bem abaixo da média do período compreendido entre 2004 e 2015, em que o crescimento foi de 4,8% ao ano. O consumo médio residencial encerrou o ano em 160 kWh/mês. Segundo a EPE, a trajetória de recuperação que esse consumo vinha apresentando ao longo do ano cessou no último trimestre, e seu nível acabou ficando abaixo dos 161 kWh/mês de 2015. Quanto à base de consumidores, chegou-se a 69,3 milhões de unidades residenciais atendidas pela rede de distribuição no país, com expansão de apenas 2,4%, que reflete a fraca atividade da economia.

O contexto econômico desfavorável, com deterioração no emprego que, conforme apontou o CAGED/MTE, sofreu redução de 1,32 milhão de postos de trabalho em 2016 e cuja taxa de desocupação apurada pelo IBGE para o mês de novembro foi de 11,9%, o que equivale a 12,1 milhões de pessoas sem trabalho, combinado



com o decréscimo na massa de rendimento real de -2,0%, e ainda a contração na concessão de crédito de 8,2% conforme dados do BACEN, impactou diretamente os setores do comércio e serviços. O volume de vendas no comércio varejista caiu 3,5%, e nos serviços o quadro foi de estagnação. O ano de 2016 foi também de aumento nos preços da eletricidade para a classe comercial/serviços, conforme dados divulgados pela Aneel, até o último mês disponível (setembro), a alta alcançava 11,2% no total do país, e 13,4% na região Sudeste. Com todos esses fatores impactando negativamente a receita, os empresários que permaneceram nas atividades passaram a adotar medidas de redução de custos, adequando o uso dos equipamentos elétricos e adotando alternativas mais eficientes energeticamente, como a substituição de lâmpadas por similares de LED e aparelhos de ar condicionado por outros com tecnologias mais modernas de menor consumo. Com isso tudo, a empresa de pesquisa energética informa que o consumo comercial no país caiu 2,5% em 2016, em relação a 2015.

De acordo com o relatório de projeção da carga 2017-2021 da EPE em conjunto com o ONS a divulgação do PIB do 3º trimestre de 2016 pelo IBGE frustrou as expectativas de retomada para a economia brasileira neste ano. O resultado abaixo do esperado, além de postergar a recuperação econômica, eleva o efeito carregamento estatístico para o ano seguinte, inviabilizando uma retomada mais vigorosa do crescimento de 2017. Para os anos seguintes, no entanto, espera-se uma recuperação suave, proporcionada por um cenário de maior previsibilidade, facilitando a tomada de decisão dos agentes, e por um aumento da utilização de capacidade instalada, que atualmente se encontra em níveis historicamente baixos. Dessa forma, espera-se que o PIB cresça 0,5% em 2017 e que haja um crescimento gradual nos anos seguintes. Ao longo do período 2017-2021, o crescimento médio esperado do PIB é 2,0% a.a..

No período entre 2017 e 2021 estima-se que o consumo no SIN crescerá à taxa média de 3,5% anuais. Espera-se que o consumo industrial no SIN nesse período observe taxa média de crescimento de 3,0% ao ano influenciado, principalmente, pela indústria tradicional, observando-se a relevância dos segmentos mais volta dos à exportação, como por exemplo, o setor de celulose. As classes residencial e comercial devem registrar taxas médias de crescimento da ordem de, respectivamente, 3,8% e 3,9%.

## 4.2 Mercado de Distribuição de Energia Elétrica

A companhia no ano de 2016 finalizou com um incremento de 22.460 unidades consumidoras, destacando o acréscimo de 20.210 unidades residenciais, 725 comerciais e 1.372 rurais. Por outro lado, o número de consumidores industriais reduziu em 291 unidades, deste modo totalizando 1.650.203 consumidores atendidos pela CEEE-D em dezembro.

O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 1,4% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores						
Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Residencial	1.264.076	1.292.139	1.325.987	1.352.981	1.374.764	1.394.974
Industrial	12.376	13.150	13.558	13.438	13.006	12.715
Comercial	133.628	136.986	140.911	143.831	144.646	145.371
Rural	82.725	83.629	84.313	85.365	86.777	88.149
Poderes Públicos	6.918	7.207	7.442	7.568	7.644	7.942
Iluminação Pública	92	93	94	93	92	100
Serviço Público	735	766	788	799	814	828
<b>Total</b>	<b>1.500.550</b>	<b>1.533.970</b>	<b>1.573.093</b>	<b>1.604.075</b>	<b>1.627.743</b>	<b>1.650.203</b>
<b>Variação</b>	2,4%	2,2%	2,6%	2,0%	1,5%	1,4%

\* no rural constam as 3 permissionárias

A distribuição de energia elétrica da CEEE-D apresentou retração de 3,82% em 2016. Nesse ano o consumo de energia elétrica verificado foi de 8.137 GWh contra 8.460 GWh em 2015.

As classes de mercado que mais contribuíram para essa queda foram, principalmente, a industrial e comercial que tiveram crescimento negativo, acompanhadas do baixo desempenho do consumo residencial verificado no ano. Juntas essas três classes de consumo representam em torno de 70% do consumo total da distribuidora.

O consumo da classe residencial, que representa 36% do total, apresentou um acréscimo de 1,5% comparado ao ano de 2015. Esse resultado é considerado fraco em virtude do consumo já ter caído 6,1% quando comparado a 2014. Tal desempenho é atribuído ao grave cenário que se encontra a economia brasileira, que vem desde 2015 apresentando crescimento nos níveis de desemprego e, conseqüentemente, a queda na renda e consumo das famílias.

A classe industrial também vem sendo duramente afetada pela crise econômica, além da redução do número de unidades consumidoras, o consumo de energia das indústrias apresentou queda de 36% no consumo cativo, e um incremento de apenas 12,7% no livre, visto que houve migração de 31 unidades cativas para o ambiente de contratação livre durante o ano de 2016.

Neste mesmo viés, o consumo comercial total (cativo + livre), apresentou redução em todos os meses até novembro de 2016, apresentando resultado positivo apenas em dezembro, fechando o ano com uma redução de 5,7% comparado ao consumo comercial total de 2015. A retração no comercial cativo foi de 11,2% no ano, enquanto o consumo livre comercial apresentou crescimento em todos os meses e fechou o ano com 160% de acréscimo, o que é explicado pela migração de 42 unidades consumidoras para o mercado livre. Analisando o consumo comercial da distribuidora, também se verifica o efeito da queda do nível de confiança dos consumidores atingindo os setores de comércio e serviços negativamente, em função da crise financeira.

A classe rural apresentou um acréscimo de 3,5% no consumo, e as demais menos representativas de 10% no ano.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

<b>Mercado Atendido</b>						
<b>Mercado Atendido - GWh</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Energia Faturada</b>	<b>7.625,84</b>	<b>7.831,09</b>	<b>7.884,50</b>	<b>8.166,13</b>	<b>7.694,78</b>	<b>7.161,08</b>
<b>Fornecimento</b>	<b>7.605,25</b>	<b>7.807,16</b>	<b>7.863,30</b>	<b>8.138,08</b>	<b>7.665,48</b>	<b>7.129,95</b>
Residencial	2.601,95	2.695,97	2.840,12	3.066,80	2.879,62	2.924,18
Industrial	1.633,61	1.560,15	1.460,49	1.317,44	1.154,21	739,50
Comercial	2.113,17	2.276,59	2.289,01	2.437,09	2.327,94	2.067,08
Rural	544,72	560,17	543,86	567,86	561,02	580,83
Poderes Públicos	294,07	296,37	295,31	308,26	295,96	360,95
Iluminação Pública	227,57	221,66	232,78	228,97	231,60	238,00
Serviço Público	190,17	196,25	201,74	211,65	215,14	219,42
Suprimentos p/ agentes de distribuição	20,59	23,93	21,20	28,05	29,30	31,13
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	<b>459,53</b>	<b>452,55</b>	<b>608,13</b>	<b>755,08</b>	<b>765,04</b>	<b>976,04</b>
Consumidores livres/Distribuição/Geração	459,53	452,55	608,13	755,08	765,04	976,04
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>8.085,37</b>	<b>8.283,64</b>	<b>8.492,63</b>	<b>8.921,21</b>	<b>8.459,82</b>	<b>8.137,12</b>
<b>Variação</b>	<b>4,7%</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,5%</b>	<b>5,0%</b>	<b>-5,2%</b>	<b>-3,8%</b>

### 4.3 Aspectos Regulatórios

#### 4.3.1 Revisão Tarifária

Em Novembro de 2016 a CEEE-D passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, onde a tarifa média final de fornecimento de energia elétrica, com tributos, a partir de 22 de novembro de 2016, atingiu R\$ 542,41/MWh, com redução de 12,83% com relação a dezembro de 2015. O motivo para esta redução de tarifa foi à redução de custos da Parcela A na Revisão Tarifária Periódica, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171, de 16 de novembro de 2016, com efeito de -16,28% aos consumidores.

A despeito do efeito tarifário negativo para os consumidores, no que tange a parcela B, todo o alto volume de investimento realizado ao longo do último ciclo tarifário (últimos quatro exercícios) passa a elevar em aproximadamente 20% a receita operacional inerente a cobertura dos custos operacionais, anuidades, depreciação e remuneração do capital, essa última crescendo aproximados 34,84%.

### Tarifa média de fornecimento com imposto em R\$/MWh

Classe	Dezembro/15	Dezembro/16	Reajuste médio
Residencial	768,17	669,36	-12,86%
Industrial	606,96	495,48	-18,37%
Comercial	713,55	637,58	-10,65%
Rural	410,22	321,15	-21,71%
Poder Público	636,80	681,18	6,97%
Iluminação Pública	475,60	313,34	-34,12%
Serviço Público	570,64	528,83	-7,33%
Próprios	669,38	619,17	-7,50%
Consumidor Livre	120,58	130,43	8,17%
<b>Média geral</b>	<b>622,23</b>	<b>542,41</b>	<b>-12,83%</b>

	Receita Verificada (R\$)	Receita Requerida (R\$)	Varição
<b>PARCELA B</b>	<b>614.094.727,87</b>	<b>734.207.961,27</b>	<b>19,56%</b>
Custos Operacionais	342.556.247,31	354.299.592,43	3,43%
Anuidades	33.695.876,19	50.494.385,80	49,85%
Remuneração	156.718.891,31	211.312.633,68	34,84%
Depreciação	109.272.176,32	115.032.326,18	5,27%
Receitas Irrecuperáveis	19.431.417,98	26.110.207,53	34,37%
Outras Receitas	- 21.474.320,07	- 23.041.184,36	7,30%
<b>Reposicionamento Tarifário</b>	<b>3.185.089.802,23</b>	<b>3.188.742.176,95</b>	

\*Voto Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/16

#### 4.3.2 Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547/2013 implantou o mecanismo de aplicação das Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Esse mecanismo é capaz de refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica.

Quando a bandeira está verde, as condições hidrológicas para geração de energia são favoráveis e não há qualquer acréscimo nas faturas, já quando a bandeira passa a ser amarela ou vermelha há uma cobrança adicional proporcional ao consumo. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 o valor acrescido pelas bandeiras amarela e vermelha, foram inicialmente definidos em R\$1,50 e R\$3,00, a cada 100 kWh e, a partir de 2 de março, foram atualizados para R\$2,50 e R\$5,50, a cada 100 kWh. A partir de 1º de setembro de 2015, a bandeira tarifária vermelha foi reduzida de R\$5,50 para R\$4,50, a cada 100 kWh e, em 1º de fevereiro de 2016, a bandeira vermelha passou a ter dois patamares, R\$3,00 e R\$4,50, aplicados a cada 100 kWh consumidos, e, a bandeira amarela teve seu valor reduzido, passando de R\$2,50 para R\$1,50, aplicados a cada 100 kWh, conforme Resolução Homologatória nº 2.016/2016.

Por meio do Decreto nº 8.401/2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT com o objetivo de administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada para manutenção da CCRBT, e os valores a serem repassados ou compensados são homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica. O mecanismo das Bandeiras Tarifárias tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. As variações de custos remanescentes são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de Reajuste Tarifário.

#### 4.3.3 Compra de Energia

A compra de energia pelas Distribuidoras somente poderá ocorrer através de Leilões no Ambiente de Contratação Regulada. Os Leilões de Compra de Energia Elétrica estão previstos no Decreto nº 5.163, de 30/07/2004 e têm por objetivo o atendimento às necessidades de mercado das distribuidoras.

O portfólio de contratos da CEEE-D é composto por Contratos de compra no Ambiente Regulado (CCEAR), Itaipu, Proinfa, Contratos Bilaterais, cotas de Angra I e II (eletrônica) e cotas de garantia física de usinas que tiveram a antecipação da renovação da concessão pela Lei 12.783/13.

Diferentemente de 2015, assim como boa parte das empresas do setor de distribuição de energia, a distribuidora assumiu uma posição de sobrecontratação devido aos seguintes fatores: a) a forte recessão da economia conjugada com a elevação das tarifas de energia elétrica provocou acentuada queda no consumo de energia; b) por sua vez, esses fatores incentivaram a migração de consumidores para o ambiente de contratação livre; c) adicionalmente, a quantidade recebida em cotas de garantia física à distribuidora foi superior ao montante de reposição (energia correspondente aos contratos em encerramento no ano). Desta forma o balanço energético da distribuidora apresentou os seguintes resultados em 2016.

Comercialização em 2016			
Energia em MW/h		Custo em R\$	
Energia contratada total	10.320.544,586	Preço médio dos contratos	151,82
Energia negociada no mercado spot	1.149.171,959	Preço médio de compra	164,124
Total da energia	9.171.372,628	Custo total	1.505.243.322,97

#### 4.3.4 Encargos<sup>2</sup>

Os Encargos Setoriais são definidos em legislação própria, têm destinação específica e resultam de políticas de Governo para o setor elétrico nacional. Encargos setoriais não representam ganhos de receita para a Concessionária, que recolhe os valores e os repassa.

O encargo de maior impacto na tarifa é a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, criada pela Lei n.º 10.438/2002 e alterada pela Lei 12.783/2013, que tem a finalidade de prover recursos para: i) universalização; ii) subvenção à subclasse residencial baixa renda; iii) Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; iv) amortização de operações financeiras vinculadas à reversão de ativos ao final das concessões; v) a competitividade da energia produzida a partir de fonte eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral.

Outrossim há na tarifa encargo relacionado à CDE – CONTA-ACR. Essa quota é destinada à quitação das operações de crédito contratadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, em atendimento ao Decreto nº 8.222, de 1º de abril de 2014, e nos termos na Resolução Normativa nº 612, de 16 de abril de 2014. A CONTA-ACR tem como objetivo cobrir as despesas incorridas pelas concessionárias de distribuição, relativas ao ano de 2014, em decorrência da exposição involuntária no mercado de curto prazo e do despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

#### 4.3.5 Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade – DEC e FEC

No início de 2015, a CEEE-D redefiniu sua estratégia de atuação e formatou suas iniciativas em um Plano de Resultados, com foco na melhoria dos indicadores de qualidade DEC e FEC, de segurança da força de trabalho e da comunidade, na melhoria do atendimento aos clientes, redução dos custos, eficiência e produtividade operacional e ainda na redução das perdas de energia elétrica, esse plano vem sendo acompanhado pela ANEEL nos autos do processo administrativo nº 48500.000211/2015-22.

Este trabalho teve uma ampla abrangência na Companhia resultando em um conjunto de ações que foram implantadas em 2015 e resultaram nas melhorias observadas nos últimos dois anos.

<sup>2</sup> Informações e textos extraídos da Nota Técnica nº 371/2016-SGT/ANEEL.

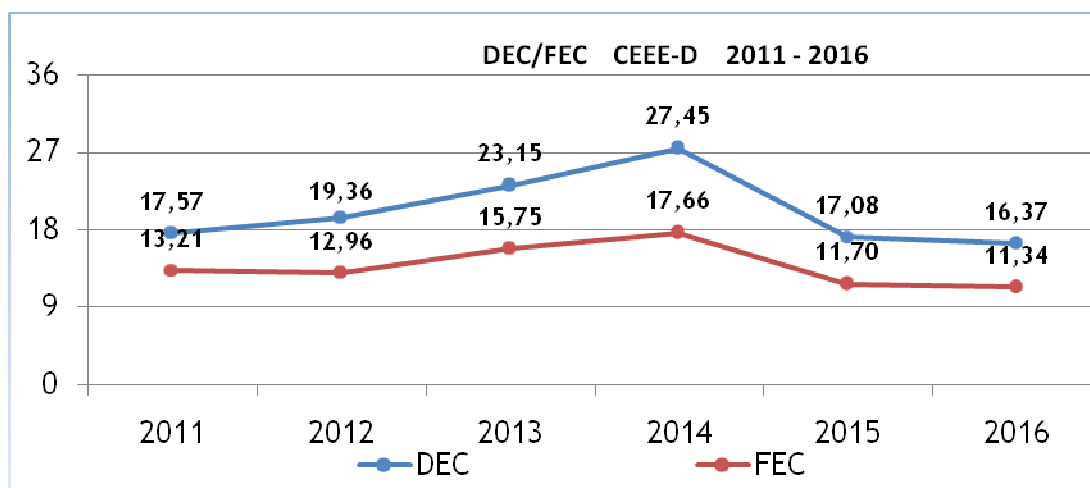
As ações para melhoria dos indicadores DEC e FEC foram definidas dentro de três pilares de atuação, sendo:

- Rapidez no retorno de energia;
- Diminuição no número de ocorrências;
- Mitigação do impacto dos desligamentos.

Dentre as ações definidas, podemos destacar as principais:

- Otimização do atendimento emergencial através do aumento da produtividade das equipes e planejamento para atendimento das contingências;
- Implementação da gestão por indicadores;
- Redefinição e gestão do orçamento e custos;
- Redução dos custos com deslocamento devido a reclamações improcedentes;
- Implantação de tecnologia de automação na rede de distribuição possibilitando uma recomposição mais rápida e eficiente nas contingências;
- Otimização operacional nos arranjos em subestações e linhas de transmissão visando à melhor performance operacional;
- Melhorias das práticas de gerenciamento de manutenção preventiva no sistema de distribuição de média e baixa tensão orientado pelo FEC e DEC;
- Aprimoramento das ações de poda na rede de média e baixa tensão com foco na redução das interrupções de maior impacto nos indicadores;
- Otimização dos recursos na qualificação de redes de média tensão;
- Gestão focada na conclusão das obras de novas subestações e linhas de transmissão em um menor prazo possível;
- Implantação de sistemática para revisão das proteções de todos alimentadores, de forma a garantir que em caso de defeitos a rede interrompida seja sempre a menor possível;
- Implantação de novas chaves telecomandadas.

Como resultado do Plano implantado foi possível observar uma grande melhoria nos indicadores globais da empresa, conforme destacamos a seguir.



Entre 2015 e 2016 o indicador DEC reduziu de 17,08 para 16,37 horas/ano, o que corresponde a aproximadamente 4% de queda. Essa redução poderia ser maior se mantidos os critérios para expurgos da ANEEL. A redação do PRODIST válida a partir de 01/01/2016 define que as Interrupções em Situação de Emergência (ISE) são caracterizadas apenas quando os fatos geradores forem originados por eventos climáticos e desde que atinjam um determinado número de Consumidores Hora Interrompidos (CHI).

O indicador FEC, entre 2015 e 2016, reduziu de 11,70 para 11,34, o que corresponde a aproximadamente 3%.



A CEEE Distribuição, sempre preocupada em oferecer um atendimento cada vez mais qualificado a seus clientes, tem buscado constantemente, agregar tecnologia a seus canais de atendimento, tornando-os mais ágeis, modernos e eficientes no que concerne ao recebimento das demandas, buscando ser reconhecida pela excelência na prestação de serviços.

#### *4.3.6 Satisfação do Consumidor*

A CEEE-D, que no ano passado, obteve 52,97% de satisfação do consumidor, no ano de 2016 pulou para 70,76%, obtendo a segunda maior evolução na apuração da qualidade dos seus serviços na pesquisa do Índice da Agência Nacional de Energia - ANEEL de satisfação do consumidor. É o segundo melhor desempenho da CEEE-D na série histórica, desde 2000, e o resultado mais significativo dos últimos oito anos (em 2007 alcançou a empresa obteve 71,77% de satisfação), fazendo com que a Concessionária fosse finalista do prêmio IASC 2016 nas categorias Região Sul - acima de 400 mil unidades consumidoras e maior crescimento Concessionárias 2016/2015, demonstrando o compromisso da gestão para a melhoria dos serviços prestados.

#### *4.3.7 Questões Regulatórias Supervenientes*

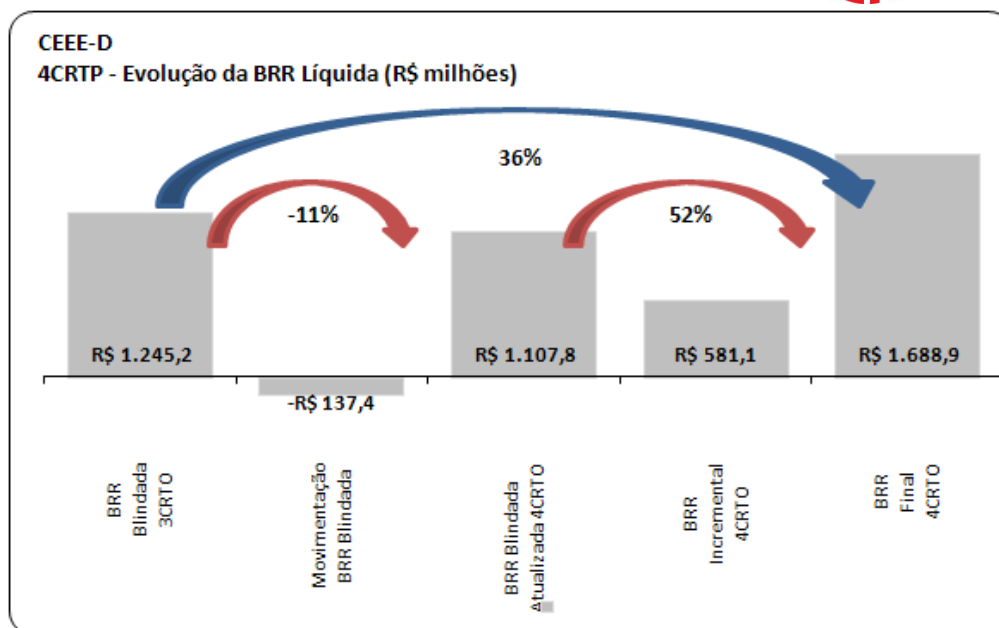
Aspecto de relevância no ambiente regulatório que se avizinha são as alterações nos procedimentos de regulação tarifária - PRORET para as empresas distribuidoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos do Decreto nº 8.461/15, como é o caso da CEEE-D. Conforme Resolução Normativa nº 761, de 21 de fevereiro de 2017, foram aprovadas atualização das versões dos submódulos 2.1A, 2.2A, 2.5A, 2.7A, 3.1A, 3.2A, 3.3A, 3.4A, 4.2A, 4.4A, 7.1 e 7.2, inserindo novos mecanismos regulatórios, especialmente no que tange a neutralidade da Parcela A, buscando mitigar as eventuais diferenças mensais entre o valor contemplado nos processos tarifários e o valor faturado nos itens da Parcela A, equalizando os efeitos da variação de mercado.

### **5. Investimentos**

Os investimentos realizados pela CEEE-D na Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição, tem como objetivo ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica.

A recuperação de dois ciclos tarifários de defasagem de investimento estava contida na estratégia da Concessionária. Nesse sentido, mesmo com o cenário econômico e regulatório retraído, a Concessionária foi uma das distribuidoras que mais investiu proporcionalmente no Brasil no último ciclo tarifário (2012-2016), com uma base de remuneração líquida em novembro de 2016 de aproximadamente 1.688,9 milhões, frente 1.107,8 milhões do último ciclo tarifário (2008-2012), culminando em um crescimento da remuneração de capital na ordem de R\$ 54,6 milhões (34,84%), a partir de 22 de novembro de 2016.





O plano de investimentos de expansão e renovação das Instalações de transmissão da distribuidora tem seu foco no incremento e melhoria da capacidade do sistema em 69kV e 138kV visando garantir maior disponibilidade e segurança para o sistema elétrico, reduzindo o carregamento dos alimentadores e transformadores das subestações, aumentando assim a confiabilidade de atendimento aos consumidores, além da melhoria dos indicadores técnicos DEC e FEC.

Em 2016 a expansão em Linhas de Transmissão foi em torno de 100 km, contemplando sete novas construídas, outras cinco em construção e três em processo licitatório. No quadro abaixo são apresentadas essas principais obras:

Capacidade de Transmissão Expandida - Linhas de Transmissão			
Linha Transmissão - Trecho	Extensão (km)	Discriminação	Situação
LT INTEGRAÇÃO CAMAQUÃ 3	0,86	Construção	Energizada
LT ATLÂNTIDA 2 X ATLÂNTIDA SUL	2,08	Construção	Em andamento
LT ATLÂNTIDA 2 X TORRES	19,84	Construção	Energizada
LT VIAMÃO 1 X ÁGUAS CLARAS	22,13	Construção	Licitação
LT ALVORADA 2	3,77	Construção	Licitação
LT PORTO ALEGRE 9 X PORTO ALEGRE 7	5,74	Construção	Energizada
LT PORTO ALEGRE 12 X PORTO ALEGRE 5	3,6	Construção	Em andamento
LT PORTO ALEGRE 14 X PORTO ALEGRE 15	6,97	Construção	Em andamento
LT RINCÃO	0,06	Construção	Energizada
LT ALBARUS X AEROPORTO	1,21	Construção	Concluída
LT INTEGRAÇÃO VIAMÃO 3	0,86	Construção	Licitação
LT INTEGRAÇÃO RESTINGA	0,34	Construção	Em andamento
LT PELOTAS 5	0,12	Construção	Energizada
LT MORRO REDONDO	0,4	Construção	Energizada
LT QUINTA X PELOTAS 1	39,6	Reisolamento	Em andamento
Total	106,72	Extensão em quilômetros	

Também para esse mesmo período a expansão em subestações foi em torno de 475.000 kVA (Quilovolt-ampère), ou seja, 475 MVA (Mega Volt Ampères) contemplando seis novas construídas, outras cinco em construção e três em processo licitatório. No quadro abaixo são apresentadas essas principais obras:

Capacidade de Transmissão Expandida - Subestações			
Subestação	Potência (MVA)	Obra	Situação
SE PORTO ALEGRE 5	50	Ampliação	Energizada
SE PORTO ALEGRE 7	150	Construção	Em andamento
SE ALVORADA 2	50	Construção	Licitação
SE ÁGUAS CLARAS	25	Construção	Energizada
SE PORTO ALEGRE 15	50	Construção	Licitação
SE AEROPORTO	50	Construção	Licitação
SE RINCÃO	50	Construção	Energizada
SE PELOTAS 1*	50	Ampliação/Melhoria	Licitação
SE PELOTAS 4*	25	Ampliação/Melhoria	Energizada
SE PELOTAS 5	50	Construção	Energizada
SE RIO GRANDE 2	25	Ampliação	Em andamento
SE MORRO REDONDO	25	Construção	Energizada
Total	475	Potência em Mega volt Ampere	

\*A potência mencionada para essas subestações refere-se à melhoria gerada pela instalação de novos transformadores, porém devido a desativação de transformadores existentes não houve aumento de potência de transformação, portanto não foram consideradas na somatória apresentada.

As obras de expansão, renovação e melhoria das Instalações de Transmissão em andamento em 2016 são:

Obra	Descrição	Previsão de Conclusão
SE Rio Grande 2	Ampliar a SE Rio Grande 2, para 50 MVA, através da implantação do 2º TR de 25 MVA e troca do atual também para 25 MVA. Além de substituição do setor de 13,8kV e implantação de novos Alimentadores (totalizando 10) e adequações na barra de 69 kV para aumentar confiabilidade.	Março-2017
SE Porto Alegre 7	A nova SE Porto Alegre 7, tem por objetivo atender a região central de Porto Alegre, aliviando o carregamento dos TR's da SE Porto Alegre 4. Contará com 3 TR's 69/13,8 kV de 50 MVA cada, sendo dois atenderão a rede subterrânea e o outro rede aérea. Prevê-se a implantação de 30 alimentadores.	Janeiro-2018
LT Atlântida 2 X Atlântida Sul	Adequação das saídas das LT's 69 kV da SE Atlântida Sul, permitindo assim o atendimento da SE Atlântida Sul pela SE Atlântida 2 (230/69 kV), aumentando a confiabilidade.	Outubro-2017
LT Quinta x Pelotas 1	Essa obra prevê o reisolamento da LT Quinta x Pelotas 1 de 69 kV para 138 kV. Desta forma proporcionando uma maior confiabilidade ao sistema de 138 kV de Pelotas bem como da própria SE Pelotas 1.	Novembro-2017
LT Porto Alegre 14 x Porto Alegre 15	Construção de 7,2 km de linha de transmissão aérea com capacidade 80 MVA, que alimentará a futura SE PAL 15, tendo como fonte a Nova SE Rede Básica Restinga e aliviará o carregamento da LT PAL6- PAL14.	Maio-2017
LT Integração Restinga	Conexão da SE Restinga por meio de abertura da LT 69 kV Ramal PAL 14 (PAL 6 x PAL13), com a implantação de 3 (três) estruturas do tipo DBL.	Março-2017
LT Porto Alegre 12 x Porto Alegre 5	Construção da Nova LT 69 kV Porto Alegre 12 x Porto Alegre 5 com aprox. 3,2 km de linha subterrânea, permitindo a alimentação da SE Porto Alegre 5 através da nova SE 230/69kV Jardim Botânico.	Outubro-2017

### 5.1 Modernização Tecnológica

No mês de dezembro de 2016, o Grupo CEEE deu o maior passo de sua história em termos de tecnologia de gestão. A entrada em operação dos novos sistemas de Gestão Administrativo (ERP) e Comercial (SGC), que compõem o Projeto Convex, permitindo que a empresa se equipare às organizações líderes no setor elétrico. Além de uma maior eficiência nos processos de trabalho e segurança das informações, o principal benefício trazido pelo Convex será a integração entre os processos, permitindo que atividades antes realizadas em sistemas paralelos e isoladas sejam gerenciadas através de uma única ferramenta. Isso tornará os processos de negócio mais ágeis e permitirá o monitoramento e visibilidade de todo o fluxo de informação.

## 6. Balanço Social – Indicadores Sociais

Balanco Social						
1 - BASE DE CALCULO	Dezembro 2016 (valor em mil R\$)			Dezembro 2015 (valor em mil R\$) Reclassificado		
Receita liquida (RL)	2.764.254			3.376.936		
Resultado operacional (RO)	(503.146)			(301.713)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	362.256			406.205		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais Compulsorios	72.953	20%	3%	69.015	19%	2%
Saude	1.189	0%	0%	902	0%	0%
Medicina e Seguranca	2.256	1%	0%	2.582	1%	0%
Educacao	957	0%	0%	1.041	0%	0%
Capacitacao e Desenvolvimento Profissional	71	0%	0%	95	0%	0%
Beneficios	84.846	23%	3%	98.934	27%	4%
Alimentacao	34.104	9%	1%	32.231	9%	1%
Creches ou Auxilio-Creche	3.474	1%	0%	3.343	1%	0%
Previdencia privada	36.551	10%	1%	50.510	14%	2%
Plano de Saude	10.717	3%	0%	12.850	4%	0%
Participacao nos Lucros ou Resultados	7.460	2%	0%	2.019	1%	0%
Inclusao Social	193	0%	0%	181	0%	0%
Outros	1.689	0%	0%	2.031	1%	0%
Produtividade	613	0%	0%	1.013	0%	0%
Vale Transporte - Excedente	1.076	0%	0%	1.018	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	171.614	47%	6%	176.800	49%	6%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Inclusao Social	-	0%	0%	8	0%	0%
Total das contribuicoes para a sociedade	-	0%	0%	8	0%	0%
Tributos (excluidos encargos sociais)	1.411.952	281%	51%	1.239.316	246%	45%
Total - Indicadores sociais externos	1.411.952	281%	51%	1.239.324	246%	45%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Indicador Ambiental	158	0%	0%	110	0%	0%
Gestao	957	0%	0%	663	0%	0%
Residuos	957	0%	0%	663	0%	0%
Programas Ambientais	9.791	2%	0%	10.468	2%	0%
Eficientizacao Energetica	1	0%	0%	712	0%	0%
Podas e Desmatamento	9.334	2%	0%	9.285	2%	0%
Acompanhamento Tecnico e Gerenciamento Ambiental	456	0%	0%	471	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	10.906	2%	0%	11.241	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar residuos, o consumo em geral na producao/ operacao e aumentar a eficacia na utilizacao de recursos naturais, a empresa	( ) nao possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%		( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	( ) nao possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%		( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2016			2015		
Nº de empregados(as) ao final do periodo*	2.513			2.697		
Nº de admissões durante o periodo	1			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.238			2.104		
Nº de estagiários(as)	157			196		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	799			684		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	534			601		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,97%			13,32%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	281			305		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	8,65%			8,15%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	43			49		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2016			Em 2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	24,72			27,46		
Número total de acidentes de trabalho**	9			31		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) - Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) - Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 47.435	no Procon	na Justiça	na empresa 47.435	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon	na Justiça	na empresa 100%	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2016: R\$ 2.732.990			Em 2015: R\$ 2.683.286		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	82,42% governo (19,29)% acionistas	17,13% colaboradores(as) 19,74% terceiros	% retido	83,58% governo (19,16)% acionistas	15,40% colaboradores(as) 20,18% terceiros	% retido
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo					
Escolaridade	Em 2016			Em 2015		
Graduados	1.153			1.098		
Ensino Médio	1.272			1.599		
Ensino Fundamental	88			98		
**Acidentes com perda de tempo						

## **6.1. Desempenho Social**

### **6.1.1 Força de Trabalho**

É formada, majoritariamente, por eletricitistas, técnicos e engenheiros, profissões que, historicamente, são exercidas por homens. Isso se reflete diretamente no quadro de empregados, dos quais 21,25% são mulheres e 78,75% são homens.

A maior parte dos empregados (46,32%) se encontra na faixa de idade entre 31 e 40 anos. Do universo total, 37,84% tem nível superior e 8,08% possuem algum tipo de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado), sendo que 50,58% concluíram o ensino médio.

A CEEE-D acompanha a composição dos grupos de empregados por categoria, de acordo com gênero e faixa etária, no sentido de mapear oportunidades de melhoria em programas destinados garantir o princípio de igualdade de oportunidades.

Em 2016, 150 estudantes estagiaram na CEEE-D. Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa contou com um total de 157 estagiários (6,25% em relação ao total de empregados).

A CEEE-D encerrou o ano com 2.513 empregados. Durante o ano de 2016 tivemos 01 admissões através de concurso externo e 186 empregados foram desligados.

A taxa de rotatividade (turnover) é historicamente baixa e como nos anos anteriores manteve este padrão ficando em 0,27% como taxa média do ano de 2016.

Por se tratar de uma empresa de economia mista, há a necessidade legal de realização de concursos públicos para a contratação de novos empregados na CEEE-D. Por isto, não existe uma diretriz para contratados locais.

### **6.1.2 Diversidade e Igualdade**

A empresa respeita a diversidade e não permite qualquer tipo de discriminação por razão de raça, cor, sexo, ideologia, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição pessoal, física ou social de seus profissionais. Em 2016, não houve casos de discriminação encaminhados por meio dos canais de comunicação relativos ao Código de Ética.

Durante o ano, a Empresa realizou diversas ações para difundir o seu compromisso da diversidade entre todos os empregados, utilizando os meios de comunicação interna e eventos presenciais para envolvê-los na temática.

No período de abrangência do presente relatório não ocorreram, na Empresa, registros de demissão, suspensão ou advertência de empregado por corrupção ou discriminação. Não ocorreram da mesma forma, registros de violação de direito dos povos indígenas.

Cabe destacar que em seus concursos públicos, a CEEE-D faz a reserva de 10% do total de vagas cabíveis para pessoas portadoras de necessidades especiais. Há no quadro pessoal 43 portadores de deficiência o que representa 1,71% do total de empregados.

### **6.1.3 Remuneração**

A CEEE-D conta com um Plano de Cargos e Salário (PCS) que prevê promoções por antiguidade em anos pares e por merecimento em anos ímpares.

As promoções por desenvolvimento profissional ocorrem mensalmente, de acordo com a existência de vagas e as demais exigências estabelecidas em seu regulamento.

Os empregados podem acompanhar sua situação funcional, relativa às promoções, pelo sistema corporativo.

No ano de 2016 foram promovidos 105 empregados, conforme segue:

Níveis	Pleno	Sênior
Administrativa	38	8
Operacional	22	5
Técnica	20	13
Superior	2	0

A CEEE-D adota o modelo de remuneração flexível que relaciona o desempenho dos empregados ao alcance de metas e resultados estabelecidos para um determinado período de tempo.

O Programa de Participação nos Resultados foi distribuído em folgas e pecúnia no ano de 2016.

#### 6.1.4 Avaliação de desempenho

O indicador de Avaliação de Desempenho é monitorado através do sistema corporativo, considerando o número de avaliações satisfatórias e insatisfatórias para um determinado período. A Empresa tem interesse que todos os seus empregados realizem avaliação de desempenho, uma vez que isto contribui para o crescimento da Empresa e gera oportunidades de identificação de melhorias.

A avaliação de desempenho é um dos critérios obrigatórios para que os empregados habilitem-se às promoções.

O processo de avaliação de desempenho ocorre em datas fixas e pré-estabelecidas. Aqueles empregados que se encontram afastados (licenças de saúde, maternidade, acidente de trabalho) realizam suas avaliações quando do retorno as suas atividades. A política de remuneração da CEEE-D não diferencia homens e mulheres.

#### 6.1.5 Programa de Desligamento Incentivado (PDI)

Este programa visa contribuir com a adequação dos recursos humanos às necessidades da empresa, auxiliando no equilíbrio da maturidade profissional e incentivando financeiramente àqueles empregados que anseiam por novas oportunidades fora das Empresas do Grupo CEEE. Em 2016, até o mês de dezembro, foram desligados 37 empregados da CEEE-D, distribuídos entre as áreas da empresa. O valor despendido com o Programa de Desligamento Incentivado foi de R\$4 milhões na CEEE-D e este valor engloba valores de incentivo, verbas de rescisão e respectivos encargos.

#### 6.1.6 Relações Sindicais

A CEEE-D reconhece que as entidades sindicais são representantes legítimas de seus empregados, respeita as opções de filiação de seus empregados e mantém uma interação constante com as entidades sindicais por meio de uma gerência instituída para esta finalidade. A CEEE-D possui empregados representados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul e outros. A totalidade dos empregados é abrangida pelos acordos coletivos firmados entre a Empresa e essas entidades. Também estão previstas liberações permanentes e esporádicas de dirigentes e representantes sindicais para as atividades sindicais permitidas e o procedimento para que se realizem nas instalações da Empresa, dentre outras questões. São garantidas atividades sindicais dentro das instalações da Empresa, desde que seja feita solicitação, com exposição de motivos e pauta, com antecedência, à Diretoria Administrativa. Além dos benefícios determinados pela legislação trabalhista, o acordo coletivo prevê auxílio-creche, assistência aos empregados com filhos portadores de necessidades especiais, previdência complementar, patrocínio de cursos de pós-graduação a empregados enquadrados em cargos de nível superior, plano de saúde, plano odontológico, 180 dias de licença maternidade e participação nos lucros e resultados.

Anualmente a CEEE-D realiza a negociação do acordo coletivo de trabalho abrangendo todos os empregados ativos e inativos. As negociações ocorrem entre a Diretoria da Empresa e os sindicatos, que, conforme demonstrativo acima, representam, no corrente ano, 2.513 empregados ativos.

NOME DO SINDICATO	QUANTIDADE DE EMPREGADOS
CONTABILISTAS	29
JORNALISTAS	7
SAERGS (ARQUITETOS)	2
SENERGISUL	1884
SENGE (ENGENHEIROS)	91
SIMERS (MÉDICOS)	0
SINDAERGS (ADMINISTRADORES)	29
SINDARS (ADVOGADOS)	37
SINDECON (ECONOMISTAS)	8
SINDITEST (TÉC. SEG. TRABALHO)	15
SINTEC (TÉC. IND. NÍVEL MÉDIO)	409
SIPERGS (PSICÓLOGOS)	2
TOTAL	2.513

Em 2016, a CEEE-D realizou inúmeras reuniões com as entidades sindicais, visando à celebração do acordo coletivo de trabalho e do acordo coletivo específico relativo à participação nos lucros e resultados. As questões envolvendo os demais acordos específicos também foram discutidas, possibilitando a renovação dos mesmos.

No que concerne ao direito de greve, numa área de atuação cujos serviços são considerados essenciais à população, deve haver uma comunicação formal pelas entidades sindicais ou pelos trabalhadores com 72 horas de antecedência ao evento, conforme estabelecido pela Lei nº 7.783/99.

#### *6.1.7 Programas de capacitação de Recursos humanos*

A CEEE-D utiliza o conceito de Educação Corporativa, promovendo a capacitação profissional dos seus empregados através da realização de treinamentos voltados para o desenvolvimento das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessárias para a execução das atividades da Empresa.

#### *6.2 Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento*

A CEEE-D desenvolveu atividades de grande alcance social relacionadas ao Programa Energia Legal. As atividades, focadas na inclusão social e na redução de perdas, envolvem a regularização de unidades consumidoras. O programa contempla obras de extensão de rede de baixa tensão para regularização de ligações clandestinas.

##### *6.2.1 Eficiência Energética*

A Eficientização Energética tem foco em realizações que objetivam o combate ao desperdício de energia elétrica nos termos do contrato de concessão das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica com a ANEEL, no qual esta prevista a obrigação em aplicar 0,5% de sua receita operacional líquida em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica.

Chamada Pública CEEE-D 01/2016 – Visa selecionar propostas de projetos de eficiência energética no uso final de energia elétrica, para unidades consumidoras pertencentes à área de concessão da CEEE-D, tendo em vista o regramento imposto pela ANEEL. Foram aprovados os projetos de eficientização energética do sistema de condicionamento ambiental do Condomínio Edifício Manhattan e de eficientização energética do sistema de iluminação do Tribunal de Justiça do RS, com previsão total de desembolso de R\$ 1,78 milhões. Ambos aguardam a aprovação da Resolução de Diretoria que autoriza a contratação para o desenvolvimento das ações propostas.

CEEE-D na Comunidade – FASE II – Propõe contemplar a substituição 6.200 geladeiras e 68.000 lâmpadas em unidades residenciais de baixa renda. O projeto, em fase de elaboração de contrato, objetiva alcançar uma



economia de energia de 5.165 MWh/ano e uma redução de demanda na ponta de 2.112 kW/ano, em um universo de 16.000 clientes. O valor previsto para o desembolso financeiro é de R\$ 9,03 milhões.

CEEE Distribuição em casa: Visa incentivar consumidores residenciais a substituírem suas geladeiras, freezers e lâmpadas por produtos similares, etiquetados com o Selo “A” em economia de energia do PROCEL-INMETRO. O projeto, em fase de execução desde outubro de 2016, tem como meta substituir 10.150 geladeiras, 1.850 freezers e 90.000 lâmpadas de 18.000 clientes, a fim de economizar 6.473,68 MWh/ano de energia e reduzir 2.344,15 kW/ano de demanda na ponta. O valor previsto para o desembolso é de R\$ 13,46 milhões e deste, em 2016 foi investido R\$ 3, 33 milhões.

### **6.2.2 Pesquisa e Desenvolvimento**

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento são desenvolvidos com a perspectiva de melhoria contínua em produtos, processos e a eficiência dos serviços prestados a sociedade. O Programa de P&D do setor elétrico foi constituído por lei, e cabe à ANEEL regulamentar o investimento no programa e avaliar seus resultados. A agência estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos por meio do Manual de Procedimentos Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – PROP&D. A CEEE-D aplicou R\$ 679 mil, durante o ano de 2016, em projetos com foco na busca constante por inovações que venham enfrentar os desafios tecnológicos do setor elétrico, dos quais podemos citar:

Geração Solar fotovoltaica: Tem por objetivo instalar usina conectada à rede de distribuição com capacidade de 550 kWp, utilizando painéis fotovoltaicos como fonte de geração de energia. A proposição de arranjos técnicos e comerciais para o projeto de geração de energia elétrica através de tecnologia solar fotovoltaica, de forma integrada e sustentável, busca criar condições para o desenvolvimento de conhecimento técnico e desenvolvimento tecnológico necessário à inserção da geração solar fotovoltaica na matriz energética nacional. Público Alvo: GRUPO CEEE, CENTRO ADMINISTRATIVO FERNANDO FERRARI.

Usina modular de Biogás: Visa desenvolver uma Usina modular de biogás de 660kva, com sistema de biorreatores para geração de biogás e gerenciamento remoto atendendo os conceitos de Smart Grid. Projeto de P&D em atendimento a Lei nº 9.991/2000. Este tipo de projeto é considerado como Estratégico pela ANEEL, pois busca a geração de energia elétrica a partir dos resíduos orgânicos, que são jogados fora no dia a dia das cidades. Público-alvo: CEEE-D - SENAI/RS e CEASA/RS no município de Porto Alegre.

## **7. GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Em 2016 o cenário econômico e regulatório adverso dos últimos exercícios se agravou, o desaquecimento da economia brasileira e gaúcha gerou retração do consumo e aprofundamento da recessão. A principal causa da crise foi o esgotamento do modelo de crescimento econômico baseado na expansão do consumo e de crédito abundante. Apesar da adoção de políticas anticíclicas, o Governo viu a recessão avançar ao longo de 2016, com reflexo no risco Brasil, prejudicando e encarecendo sensivelmente o acesso ao capital de terceiros pelas empresas, não sendo diferente para o segmento de Distribuição de Energia Elétrica.

Nossos esforços continuaram na redução dos custos operacionais gerenciáveis, na reprogramação do perfil de nosso endividamento e no crescimento efetivo da receita operacional, especialmente à luz da 4ª Revisão Tarifária Periódica - RTP da Concessionária, ocorrida em novembro de 2016.

Para o enfrentamento desse contexto macroeconômico recessivo e de crise no setor elétrico, várias ações foram tomadas pela Distribuidora no biênio 2015-2016, as quais buscam recuperação dos resultados, otimizando os custos e despesas operacionais, mirando uma equação de sustentabilidade econômica e financeira no médio prazo:

- a) Comitê de Racionalização de Gastos - criado no primeiro trimestre de 2015, com objetivo essencial de dar fluidez, priorização e assertividade nos gastos com investimento e custeio, buscando atingir o máximo de economicidade e eficiência.
- b) Reprogramação Orçamentária - Estabelecimento de orçamento conciso, ante a evolução dos métodos de construção do mesmo. Dentre as ações iniciais, houve a suspensão dos recursos administrados através do Sistema de Planejamento e Controle Financeiro (PCF), aplicação de premissas reais para a política

de investimentos na elaboração do Plano Plurianual de 2016-2019, mais aderentes com as possibilidades financeiras da Companhia.

c) Manutenção do Adimplemento das Obrigações Fiscais e Regulatórias – Repactuação de débitos junto à Receita Federal do Brasil (PIS/COFINS), Estadual (ICMS) e Eletrobrás (parcelas CDE e Itaipu), permitindo a regularização de débitos.

d) Manutenção do atual Plano de Desligamento Incentivado – PDI - Manutenção da política de incentivo àqueles empregados que conquistem as carências para aposentadoria e se desliguem de forma espontânea.

e) Equalização dos Custos Judiciais - Trabalho de identificação de nichos de litígios institucionalizados em setores da área de concessão, passíveis de realizar trabalho combinado entre a área jurídica e técnica de atendimento ao consumidor. Tal esforço permite programar ações pró-ativas e antecipadas de forma a mitigar novas ações cíveis e indenizatórias, bem como reduzir o valor de eventuais condenações.

Outro aspecto relevante foi à adequação da estrutura de pessoal, onde em abril/2016 à CEEE-D, desligou compulsoriamente 124 funcionários, o que proporcionará, a partir do ano de 2017, uma redução estimada de R\$ 32 milhões no custo operacional da empresa.

Ainda do ponto de vista de geração operacional de caixa, iniciou-se o Programa de Recuperação de Energia, com o reforço das inspeções anuais (média de 40.000/ano com equipes próprias) através de empresa contratada que acrescerão 110.000 inspeções anuais, passando para 150.000 inspeções por ano com equipes próprias e terceirizadas. Paralelamente, estão em fase final de contratação as ações do programa de tecnologia para recuperação de perdas, 100% financiados pelos agentes internacionais BID/AFD, com o objetivo de telemedição e medição blindada dos maiores consumidores e das regiões com maior complexidade social, respectivamente. A meta com esta ação é de, em um horizonte de 03 anos, incrementar fortemente a receita da CEEE-D.

Uma ação administrativa importante para a retração do déficit operacional da Distribuidora foi conquistada em novembro de 2016, com a revisão tarifária periódica do 4º ciclo, culminando na Resolução Homologatória nº 2.171, de 16 de novembro de 2016, onde as tarifas da Concessionária ficaram reajustadas em -16,28%, correspondente ao efeito tarifário médio a ser percebidos pelos consumidores.

A despeito do efeito tarifário negativo, no que tange a parcela B, todo o volume de investimento realizado ao longo do último ciclo passa a elevar em aproximadamente 20% (R\$ 120 milhões) a receita inerente a cobertura dos custos operacionais, anuidades, depreciação e remuneração do capital, essa última crescendo aproximados 34,84% (R\$ 54,5 milhões), elevando a margem de geração de caixa operacional da Concessionária para os próximos períodos. Adicionalmente, merece relevo o caso *sui generis* da CEEE-D ao longo do último ciclo tarifário, pois, mesmo sem geração de caixa positiva, a Concessionária conseguiu investir no incremento robusto de sua planta elétrica, aliando os recursos próprios com os recursos de terceiros inerentes aos financiamentos obtidos junto ao BID e AFD.

No que tange ao nível de endividamento, a CEEE-D reestrutura suas dívidas contratuais, buscando carências, prazos mais longos de amortizações e medidas adicionais para adimplência, como a utilização de ativos disponíveis para venda, além dos recursos inerentes a sua geração de caixa.

Ademais, dada a atual estrutura de capital da empresa, muito prejudicada pelo contexto econômico retraído e pelos custos historicamente carregados pela CEEE-D referente às obrigações com os empregados aposentados denominados “Ex-Autárquicos”, está inserido no planejamento econômico da Concessionária um eventual reforço em seu Capital Social, consoante os termos do 4º aditivo ao Contrato de Concessão da CEEE-D.

Finalmente, no que se refere às obrigações com os empregados ex-autárquicos, no início do exercício de 2012, a CEEE-D obteve o direito de receber da União 1,8 bilhão pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os desembolsos dos exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2. Considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação, de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório,

requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, lide que tramita nos autos do processo nº 0002230-10.2015.4.01.3400 – 6.ª VARA FEDERAL – TRF1.

## **7.1. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO**

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou prejuízo de R\$ (527,1) milhões no encerramento do exercício de 2016, representando um acréscimo de 2,5% ante o prejuízo de R\$ (514,2) milhões no mesmo período de 2015. O resultado manteve-se estável, pois a redução dos custos com energia elétrica e o resultado financeiro positivo, oriundo da variação cambial, foram compensados com a redução da receita operacional bruta, reflexo da contabilização de uma CVA - Conta de Compensação e Variação dos Itens da Parcela “A” passiva, a qual a Companhia deverá devolver no ciclo tarifário atual.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização) foi de R\$(378,1) milhões em 2016 comparado aos R\$(243,0) milhões em 2015, representando uma variação de 56% no período.

A receita operacional líquida da distribuidora no exercício de 2016 foi de R\$ 2.764,2 milhões, queda de 22% frente aos R\$ 3.558,0 milhões apresentados no exercício de 2015.

O custo do serviço de energia elétrica apresentou redução de 17%, totalizando R\$ 3.051,8 milhões no exercício de 2016 comparados aos R\$ 3.656,8 milhões em 2015.

Os custos gerenciáveis (despesas operacionais) apresentaram variação de 18%, somando R\$ 267,3 milhões em 2016 comparados aos R\$ 227,0 milhões no exercício de 2015.

A distribuidora reportou investimento de R\$ 183,6 milhões no ano de 2016, entre ativos da concessão e ativos da concessionária.

O endividamento com instituições financeiras reduziu 5%, passando de R\$ 479,1 milhões do exercício de 2015 para R\$ 454,8 milhões no exercício de 2016.

## **7.2 Resultados do Exercício**

### **7.2.1 Receita Bruta**

A Receita Bruta da CEEE D registrou no exercício de 2016 uma redução de 14%, apresentando um montante de R\$ 4.993,6 milhões ante um total de R\$ 5.774,2 milhões em 2015. A variação observada justifica-se essencialmente à (o):

- Queda no Consumo – O Desaquecimento da economia em âmbito nacional e estadual impactou em redução de mercado, esta decorrente principalmente de enxugamento no mercado de trabalho e conseqüente diminuição de renda e desaceleração no setor industrial.
- Migração de Consumidores do Mercado Cativo – O processo de migração de grandes consumidores, das classes industrial e comercial para o mercado livre foi intensificado nos anos de 2015 e 2016, ocasionando decréscimo na receita da Distribuidora.
- Ativos e Passivos Setoriais – a variação negativa é reflexo da contabilização de passivos regulatórios que serão deduzidos do próximo reajuste tarifário em novembro de 2017, este passivo foi constituído, essencialmente, devido ao menor custo de compra de energia no exercício de 2016, quando comparado ao incluído na tarifa.

Considerando a quantidade de energia vendida, verifica-se uma queda em relação ao exercício anterior, tendo ocorrido no exercício de 2016 um fornecimento de 7.405.680 MWh e no exercício de 2015 8.467.456 MWh. Isto se deve à migração dos consumidores do mercado cativo, ao programa de incentivo ao uso consciente de energia e aos efeitos do reajuste das tarifas repassadas ao consumidor.

### **7.2.2 Deduções da Receita Operacional**

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 2.229,2 milhões em 2016, frente aos R\$ 2.216,1 milhões de 2015, refletindo em variação de 1%. Esta variação deve-se a majoração de alíquotas de ICMS, prevista na Lei

Estadual nº 14.743/2015, a qual passou a vigorar em 2016. Ocorre que mesmo com a redução da Receita Bruta, ainda é percebido acréscimo nesta rubrica em consequência da aplicação das novas alíquotas de ICMS, conforme segue abaixo:

<b>Alíquotas - Energia Elétrica</b>		
	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Residencial, até 50 kW</b>	12%	12%
<b>Residencial, acima 50 kW</b>	25%	30%
<b>Comercial</b>	25%	30%
<b>Industrial</b>	17%	18%
<b>Rural</b>	12%	12%

### 7.2.3 Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida obteve variação negativa de 22%, em consequência das variações da Receita Bruta e Deduções da Receita Operacional, conforme explicado anteriormente.



### 7.2.4 Custo do Serviço de Energia Elétrica

No exercício de 2016, o Custo do Serviço de Energia Elétrica apresentou redução de 17% em relação ao exercício anterior. O Custo do Serviço de Energia Elétrica divide-se em Custo com Energia Elétrica, que é composto pela Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargo do Uso do Sistema, e Custo de Operação, o qual consiste na totalidade dos custos incorridos para a execução do serviço de Distribuição de Energia Elétrica.

No exercício de 2016, o Custo com Energia Elétrica (Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema) apresentou uma redução de 28% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 2.700,9 milhões em 2015 para R\$ 1.940,1 milhões em 2016. Os principais fatores que influenciaram na redução do custo foram:

- redução no custo da energia comprada de Itaipu, em função da variação cambial;
- redução da exposição ao mercado de curto prazo em decorrência da queda no consumo na área de concessão, da migração de consumidores livres especiais e aumento da contratação de cotas de garantia física, provocando sobras de energia e conseqüente liquidação das sobras no mercado de curto prazo;

- redução no custo com o despacho de usinas termelétricas, decorrente do cenário hidrológico favorável, fator que pode ser observado também na redução de 16% no custo com os encargos de serviços de sistema.

Em contraponto à redução do custo, a quantidade de energia contratada apresentou um aumento 7,66% em relação a 2015, passando de 1.097 MWm em 2015 para 1.177 MWm em 2016. O principal fator foi o aumento na participação da CEEE-D no rateio das cotas de garantia física, passando de 130 MWm em 2015 para 300 MWm em 2016.

### 7.2.5 Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais apresentaram acréscimo de 18% em relação ao exercício de 2015. As rubricas que aumentaram significativamente foram Despesas com Pessoal e Administradores e Provisões para Contingências Trabalhistas.

Verifica-se em Despesa com Pessoal e Administradores variação positiva de 9% no período, esta variação é reflexo da adequação de estrutura de pessoal realizada em março de 2016, quando houve desligamento de 124 funcionários.

Já nas Provisões para Contingências Trabalhistas a variação foi decorrente do trabalho realizado pela área jurídica em 2015, no qual foram revisados os processos contemplados na provisão reduzindo significativamente a despesa no exercício.

### 7.2.6 Outras Receitas

No ano de 2016, as Outras Receitas apresentaram variação de 47% totalizando R\$ 96,3 milhões em comparação aos R\$ 65,4 milhões de 2015. O acréscimo é reflexo do reconhecimento da receita do Acordo firmado com a CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, oriundo de ação declaratória cumulada com pedido condenatório, ajuizada pela CEEE-D, relativa ao processo nº 97.34.00.02843-4.

## Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O quadro abaixo apresenta os resultados e indicadores econômico-financeiros:

	2016	2015	Variação % 2016/2015
Receita Operacional Bruta	4.993.550	5.774.224	-13,52%
Deduções da Receita Operacional	(2.229.296)	(2.216.166)	0,59%
Receita Operacional Líquida	2.764.254	3.558.058	-22,31%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.051.845)	(3.656.859)	-16,54%
Custo com Energia Elétrica	(1.940.157)	(2.700.978)	-28,17%
Custo de Operação	(1.111.688)	(955.881)	16,30%
Lucro Operacional Bruto	(287.591)	(98.801)	191,08%
Despesas Operacionais	(267.342)	(227.094)	17,72%
Pessoal	(79.035)	(72.539)	8,95%
Material	(1.600)	(707)	126,34%
Serviços	(37.941)	(40.660)	-6,69%
Outros	(148.766)	(113.188)	31,43%
Outras Receitas	96.340	65.364	47,39%
Outras Despesas	(44.553)	(41.182)	8,19%
Resultado do Serviço	(503.146)	(301.713)	66,76%
Depreciação e Amortização	(125.018)	(58.633)	113,22%
EBITDA	(378.128)	(243.080)	55,56%
Margem EBITDA	-13,68%	-6,83%	-6,85%
Receita/Despesa Financeira	(64.656)	(253.297)	-74,47%
Imposto de Renda e Contribuição Social	40.623	40.766	-0,35%
Resultado Líquido do Exercício	(527.179)	(514.244)	2,52%

## 7.3 LAJIDA/EBITDA

O LAJIDA, usualmente denominado pelo mercado como EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, isto é, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

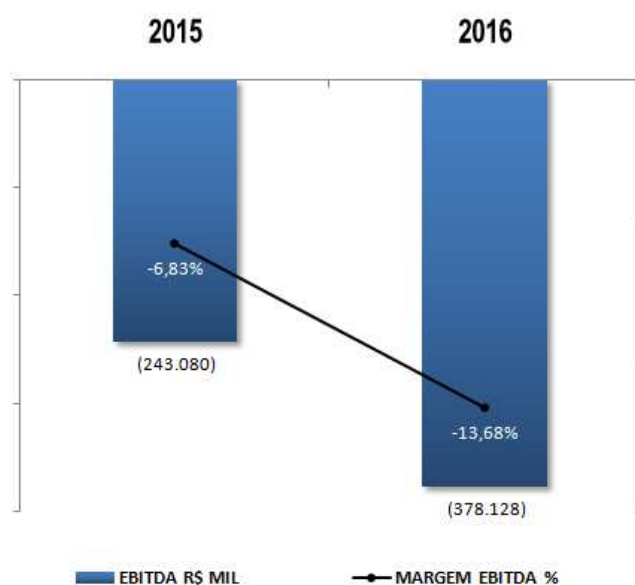
O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Analisando os efeitos ocorridos no resultado da companhia, comentados anteriormente, principalmente no que diz respeito à redução da Receita Operacional, verifica-se que o EBITDA apresentou variação de 56%, passando de R\$(243,0) milhões em 2015, para R\$(378,1) milhões em 2016.

A margem EBITDA variou de -6,83% em 2015 para -13,68% em 2016.

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2016	2015	Variação % 2016/2015
Receita Operacional Líquida - ROL	2.764.254	3.558.058	-22,31%
( - ) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.051.845)	(3.656.859)	-16,54%
( - ) Despesas Operacionais	(215.555)	(202.912)	6,23%
Resultado do Serviço - EBIT	(503.146)	(301.713)	66,76%
( + ) Depreciação e Amortização	125.018	58.633	113,22%
<b>EBITDA</b>	<b>(378.128)</b>	<b>(243.080)</b>	<b>55,56%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>-13,68%</b>	<b>-6,83%</b>	<b>-6,85%</b>

((\*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras.



#### 7.4 Endividamento com Instituições Financeiras

Em 2016, o saldo da dívida da CEEE-D totalizou em R\$ 454,7 milhões, distribuídos conforme tabela, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, demonstrados a seguir:



CEEE-D	Indexador	Saldo (R\$ Mil)	Participação no Total (%)
<b>Saldo Devedor da Dívida Interna</b>		<b>23.884</b>	<b>5,25%</b>
Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR	RGR	23.884	5,25%
<b>Saldo Devedor da Dívida Externa</b>		<b>430.888</b>	<b>94,75%</b>
Moeda Externa - AFD	Dólar/Libor	199.744	43,92%
Moeda Externa - BID	Dólar/Libor	231.144	50,83%
<b>Saldo Devedor da Dívida</b>		<b>454.772</b>	<b>100,00%</b>

## 7.5 Ingressos Extra-Operacionais

No mês de junho de 2016, a CEEE-D recebeu nova parcela do desembolso no valor de R\$ 53,86 milhões, resultante do financiamento firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS D (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-D).

## 8. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2013, no valor de R\$436,2 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, com uma carga mínima de 2.908 horas/ano, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2016, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, onde é dado ao presente contrato o valor de R\$504,3 mil, e carga horária mínima de 2.947 horas/ano.

Neste contrato, além dos serviços normais de auditoria independente na elaboração de demonstrações financeiras estão contemplados os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR e auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.

Além dos serviços prestados à distribuidora, a Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT (valor de R\$512,9 mil, e uma carga de 2.997 horas/ano) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE – PAR (valor de R\$47,5 mil, e uma carga de 277 horas/ano), que são respectivamente, Concessionária e Empresa Controladora, resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. Ou seja, todas as empresas integrantes do Grupo CEEE.

O contrato da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, representa 47,37% em relação aos honorários totais pagos pelo Grupo.

A política na contratação de bens e serviços da Companhia é elaborada em observância à lei de licitações e contratos (Lei Nº 8.666/93). Além disso, são observados os princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item 1.2.10.6 m.2 da Resolução nº 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade

## Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional,



extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da nossa missão.

**PAULO DE TARSO GASPARG PINHEIRO MACHADO**

Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**

Diretor

**JULIO ELOI HOFER**

Diretor

**JORGE PAGLIOLI JOBIM**

Diretor

**LEONARDO HOFF**

Diretor

**LUIZ CARLOS SACLOTO TADIELLO**

Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**

Diretor

## Balanco Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015		Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>							
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	22.801	73.961	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias .....	6	596.461	454.955	Fornecedores .....	16	441.196	458.390
Tributos a Recuperar .....	7	36.463	20.453	Obrigações Trabalhistas .....	17	62.308	50.799
Estoques .....	8	16.846	16.984	Obrigações Fiscais .....	18	358.272	260.398
Outros Créditos a Receber .....	9	168.345	132.851	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	19	33.905	4.954
Ativo Financeiro Setorial Líquido .....	10	-	176.669	Provisão para Benefícios a Empregados .....	20	94.752	105.426
		<b>840.916</b>	<b>875.873</b>	Obrigações da Concessão .....	21	368.790	230.602
				Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias .....	22	70.354	81.516
				Outros Passivos .....	24	148.277	159.123
				Passivo Financeiro Setorial Líquido .....	10	303.811	-
						<b>1.881.665</b>	<b>1.351.208</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias .....	6	10.390	113.069	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos a Recuperar .....	7	13.852	10.065	Fornecedores .....	16	191.057	237.217
Aplicações Financeiras .....	5	7.782	9.731	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	19	426.968	474.965
Depósitos Judiciais .....	11	83.329	90.169	Provisão para Benefícios a Empregados .....	20	965.713	763.172
Ativo Financeiro da Concessão .....	12	469.387	472.579	Obrigações Fiscais .....	18	275.418	198.795
Bens e Direitos .....	13	42.457	49.543	Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias .....	22	156.954	137.638
Outros Créditos a Receber .....	9	1.912	1.876	Obrigações da Concessão .....	21	385.223	195.562
Imobilizado .....	14	165.748	168.676	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	23	18.667	59.290
Intangível .....	15	1.822.791	1.524.363	Outros Passivos .....	24	394.909	381.713
		<b>2.619.648</b>	<b>2.440.091</b>			<b>2.814.909</b>	<b>2.448.352</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>							
		<b>3.460.564</b>	<b>3.315.964</b>	<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
				Capital Social .....	25.1	23.703	23.703
				Reserva de Incentivos Fiscais .....	25.2	1.592.060	1.592.060
				Outros Resultados Abrangentes .....	25.3	(435.484)	(210.249)
				Prejuízos Acumulados .....	-	(2.416.289)	(1.889.110)
						<b>(1.236.010)</b>	<b>(483.596)</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>3.460.564</b>	<b>3.315.964</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração do Resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>27</b>	<b>2.764.254</b>	<b>3.558.058</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		<b>(3.051.845)</b>	<b>(3.656.859)</b>
Custo com Energia Elétrica	28	(1.940.157)	(2.700.978)
Custo de Operação	29	(1.111.688)	(955.881)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>(287.591)</b>	<b>(98.801)</b>
Despesas Operacionais		(267.342)	(227.094)
Despesas com Vendas .....	29	(71.503)	(78.571)
Despesas Gerais e Administrativas .....	29	(114.943)	(108.085)
Outras Despesas Operacionais .....	29	(80.896)	(40.438)
Outras Receitas .....	30	96.340	65.364
Outras Despesas .....	30	(44.553)	(41.182)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		<b>(503.146)</b>	<b>(301.713)</b>
Resultado Financeiro, Líquido	31	(64.656)	(253.297)
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CS</b>		<b>(567.802)</b>	<b>(555.010)</b>
Imposto de Renda Diferido .....	32	29.870	29.975
Contribuição Social Diferida .....	32	10.753	10.791
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(527.179)</b>	<b>(514.244)</b>
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	26	(54,46)	(1,33)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	26	(54,46)	(1,33)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores expressos em milhares de reais)

	Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>Prejuízo do Exercício</b>		<b>(527.179)</b>	<b>(514.244)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		<b>(225.235)</b>	<b>(57.361)</b>
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		-	927
Venda de Títulos do Governo		-	12.816
Perda Atuarial		(225.235)	(66.430)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes		-	(4.674)
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>		<b>(752.414)</b>	<b>(571.605)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração das Mutações no Passivo a Descoberto**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucro Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>23.703</b>	<b>1.592.060</b>	<b>(1.374.866)</b>	<b>(152.888)</b>	<b>88.009</b>
Prejuízo do Exercício	-	-	(514.244)	-	(514.244)
Outros resultados abrangentes					
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	13.743	13.743
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	(4.674)	(4.674)
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	(66.430)	(66.430)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	(57.361)	(57.361)
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>23.703</b>	<b>1.592.060</b>	<b>(1.889.110)</b>	<b>(210.249)</b>	<b>(483.596)</b>
Prejuízo do Exercício	-	-	(527.179)	-	(527.179)
Outros resultados abrangentes					
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	(225.235)	(225.235)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	(225.235)	(225.235)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>23.703</b>	<b>1.592.060</b>	<b>(2.416.289)</b>	<b>(435.484)</b>	<b>(1.236.010)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(527.179)</b>	<b>(514.244)</b>
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa		
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo .....	(59.940)	128.556
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis .....	125.018	58.633
Constituição de Provisão para Passivos e Outras .....	197.280	67.869
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	33.494	41.554
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	(40.623)	(40.766)
Baixas do Ativo Biológico, Ativo Imobilizado e Intangível .....	298.989	165.440
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo .....	-	(316)
<b>CAIXA GERADO/APLICADO NAS OPERAÇÕES</b>	<b>27.039</b>	<b>(93.274)</b>
<b>Variações no Ativo Circulante e Não Circulante</b>	<b>(4.140)</b>	<b>(426.038)</b>
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	(72.321)	(172.412)
Tributos a Recuperar .....	(19.797)	11.983
Aplicações Financeiras de Longo Prazo .....	1.969	17.695
Estoques .....	138	(3.942)
Investimentos em Títulos do Governo .....	-	61.057
Depósitos Judiciais .....	4.840	(17.531)
Ativo Financeiro da Concessão .....	3.192	(390.833)
Outros Créditos a Receber .....	(35.532)	42.052
Conta de Compensação dos Itens da Parcela A - CVA .....	113.371	25.893
<b>Variações no Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>578.961</b>	<b>712.747</b>
Fornecedores .....	(63.354)	303.198
Obrigações Trabalhistas .....	11.509	1.669
Obrigações Fiscais .....	174.497	206.672
Provisão para Benefícios a Empregados .....	(109.627)	(97.028)
Obrigações da Concessão .....	327.849	253.676
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias .....	(112.863)	(56.381)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	-	4.674
Conta de Compensação dos Itens da Parcela A - CVA .....	367.109	-
Pagamento de Encargos de Dívidas .....	(18.507)	(20.940)
Outros Passivos .....	2.348	117.207
<b>CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>601.860</b>	<b>193.435</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(712.421)</b>	<b>(148.086)</b>
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado .....	(210.773)	(132.327)
Aquisição de Ativo Intangível .....	(501.648)	(15.759)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>59.401</b>	<b>(14.103)</b>
Incremento de Empréstimos e Financiamentos .....	63.525	113.613
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos .....	(4.124)	(127.716)
<b>DIMINUIÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(51.160)</b>	<b>31.246</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa .....	73.961	42.715
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa .....	22.801	73.961

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



**Demonstração do Valor Adicionado**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITAS</b>			
Venda de Energia e Serviços .....	27	4.993.550	5.774.224
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	29	(33.494)	(41.554)
Outras Receitas e Despesas .....		51.787	24.182
<b>(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>(2.551.869)</b>	<b>(3.274.696)</b>
Material .....	29	(31.631)	(20.687)
Serviços de Terceiros .....	29	(112.367)	(95.393)
Custo de Energia Comprada .....	28	(1.940.157)	(2.700.978)
Outros Custos Operacionais .....	29	(14.602)	(13.794)
Custo de Construção .....	29	(372.654)	(359.616)
Outras Despesas Operacionais .....		(80.458)	(84.228)
<b>(=) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>2.459.974</b>	<b>2.482.156</b>
(-) Depreciação e Amortização .....	29	(23.356)	(4.721)
(-) Amortização do Intangível da Concessão .....	29	(101.662)	(53.912)
(-) Provisões .....	29	(67.600)	(19.861)
<b>(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>		<b>2.267.356</b>	<b>2.403.662</b>
(+) Receitas Financeiras .....	31	465.634	279.624
<b>(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>2.732.990</b>	<b>2.683.286</b>
Distribuição do Valor Adicionado			
<b>Pessoal</b>		<b>468.216</b>	<b>413.592</b>
Remuneração Direta .....		202.704	209.475
Benefícios .....		85.995	49.968
Plano de Benefícios Previdenciais .....		136.402	122.291
Compromissos Previdenciais .....		13.276	13.409
F.G.T.S. ....		29.839	18.449
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>2.252.554</b>	<b>2.242.506</b>
Federais .....		944.772	1.186.660
Estaduais .....		1.307.782	1.055.527
Municipais .....		-	319
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		<b>539.399</b>	<b>541.432</b>
Despesas Financeiras .....	31	530.290	532.921
Aluguéis .....	29	9.109	8.511
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>		<b>(527.179)</b>	<b>(514.244)</b>
Prejuízo do Exercício .....		(527.179)	(514.244)
<b>TOTAL</b>		<b>2.732.990</b>	<b>2.683.286</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas

às Demonstrações Financeiras  
em 31 de Dezembro de 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (Companhia), com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova nº 201, Sala 721, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, que detém 65,92% do seu capital total. A CEEE-D foi organizada em conformidade com a Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006, tendo sido constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 27 de novembro de 2006, em consonância com a Lei Federal Nº 10.848/04. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de distribuição de energia elétrica e a exploração da respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços, desde que previstos no seu contrato de concessão ou autorizados na legislação.

### 1.1. Concessão

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,60 milhões de unidades consumidoras cativas, cujo Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de 1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo de 09 de dezembro de 2015 prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015.

O contrato de concessão assinado com a União Federal confere liberdade na direção dos negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga.

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização no final da concessão do valor residual dos bens vinculados ao serviço e dos valores registrados na Conta de Compensação e Variação dos Itens da Parcela “A” – CVA e itens financeiros. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

#### 1.1.1. Prorrogação da Concessão

O Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015 regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 por trinta anos. A prorrogação tem o objetivo de atender aos critérios estabelecidos pelo Poder Concedente na intenção de melhorar a prestação do serviço para os usuários.

No dia 03 de julho de 2015 a CEEE-D entregou à ANEEL o requerimento de prorrogação acompanhado dos documentos comprobatórios para dar andamento ao processo de renovação da sua concessão conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012.

Em 21 de outubro de 2015 a ANEEL deliberou o resultado da Audiência Pública nº 38/2015 com a recomendação ao Poder Concedente de prorrogar 40 concessões de distribuição de energia elétrica, dentre elas a da CEEE-D. A Audiência Pública recebeu contribuições à minuta do contrato de concessão das concessionárias de distribuição com o objetivo de definir detalhadamente as métricas para cada uma das condições listadas no Decreto nº 8.461, 02 de junho de 2015. As contribuições da sociedade englobaram os aspectos referentes à qualidade, governança, transparência e sustentabilidade, tarifas e aspectos gerais do contrato.

Em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 4º Termo Aditivo prorrogando a concessão até 07 de julho de 2045. Tendo em vista o Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015 e conforme cláusula décima oitava do 4º Termo Aditivo, a companhia deverá observar, pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016 um conjunto de condições estabelecidas nos Anexos II e III cujos critérios são a eficiência na prestação do serviço de distribuição e a eficiência na gestão econômica e financeira.

De acordo com o Anexo II do referido documento, o critério de eficiência na prestação do serviço de distribuição será monitorado por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço. Já os parâmetros mínimos de sustentabilidade econômica e financeira, de acordo com o Anexo III do referido documento, foram definidos para os primeiros cinco anos a contar do início do ano civil subsequente ao de vigência do 4º Termo Aditivo. As definições e conceitos utilizados nos parâmetros econômicos e financeiros consideram as normas e procedimentos estabelecidos pela Contabilidade Regulatória, de acordo com o conteúdo do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014,

O parâmetro mínimo de sustentabilidade econômica e financeira deve corresponder à seguinte condição:

- Geração Operacional de Caixa – Investimentos de Reposição – Juros da Dívida  $\geq 0$

Também devem ser observadas as seguintes inequações as quais devem ser alcançadas nos prazos estabelecidos e mantidas doravante a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do 4º Termo Aditivo:

- I. LAJIDA  $\geq 0$  (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020)
- II. [LAJIDA (-) QRR]  $\geq 0$  (até o término de 2018 e mantida 2019 e 2020)
- III. {Dívida líquida/ [LAJIDA (-) QRR]}  $\leq 1 / (0,8 * SELIC)$  (até o término 2019)
- IV. {Dívida líquida/ [LAJIDA (-) QRR]}  $\leq 1 / (1,11 * SELIC)$  (até o término 2020)

Conforme a subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo, antes de instaurado processo administrativo pela ANEEL, em face de descumprimento das condições de prorrogação, a Companhia tem a possibilidade de apresentar plano de transferência societário, porém, conforme a subcláusula primeira da cláusula décima oitava, o descumprimento efetivo de uma das condições de prorrogação dispostas nos Anexos II e III por dois anos consecutivos ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão, respeitadas as disposições definidas no 4º Termo Aditivo, particularmente o direito de ampla defesa.

## 1.2. Tarifas

O Contrato de Concessão estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de novembro e revisadas a cada 05 (cinco) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: compreende os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.

Parcela B: compreendem os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Inclui a remuneração do capital, depreciação dos ativos, custos operacionais e outras receitas.

Parcela A	Parcela B
<b>Custo de aquisição de Energia</b>	<b>Custos Operacionais</b>
<b>Custo com Transporte de Energia</b>	+
<b>Encargos Setoriais:</b>	<b>Cota de depreciação</b>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE;	+
Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA;	<b>Remuneração do Investimento</b>
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH;	-
Encargos de Serviços do Sistema – ESS e de Energia de Reserva – EER;	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE;	
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Programa de Eficiência Energética – PEE;	
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema – ONS	<b>Outras Receitas</b>

A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada distribuidora em função das peculiaridades de cada concessão. A tarifa visa assegurar aos prestadores dos serviços receita suficiente para cobrir custos operacionais eficientes e remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento com qualidade. Os custos e investimentos repassados às tarifas são calculados pelo órgão regulador, e podem ser maiores ou menores do que os custos praticados pelas empresas.

Outros fatores que fazem variar a fatura de energia são as características de contratação de fornecimento. Os consumidores cativos residenciais e os de baixa renda – aqueles que só podem ser atendidos por uma distribuidora – têm uma tarifa única em sua concessionária.

As variações também ocorrem de acordo com o nível de tensão em que os consumidores são atendidos, que é a tensão disponibilizada no sistema elétrico da concessionária e que varia entre valores inferiores a 2,3 kV (como as tensões de 110 e 220 volts) e valores superiores a 2,3 kV. Essa variação divide os consumidores nos grupos A (superiores a 2,3 kV, por exemplo, as indústrias e grandes comércios) e B (inferiores a 2,3 kV – no qual se incluem os consumidores de baixa renda, residenciais, comércios, etc.). Os consumidores do grupo A têm tarifas definidas para energia e uso de rede, para horários de ponta e fora de ponta. Os consumidores livres possuem características diferentes, pois podem contratar energia de outros fornecedores, em condições especiais.

#### 1.2.1. Distribuição - Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 2.171/2016, aprovou os valores da Revisão Tarifária Periódica da CEEE-D. As tarifas de aplicação homologadas estarão vigentes entre 22 de novembro de 2016 e 21 de novembro de 2017.

O efeito médio para todos os consumidores da Companhia foi de uma redução de 16,28%, sendo -17,87% para baixa tensão em média - abaixo de 2,3 kV (Ex.: residenciais) e - 13,12% para alta tensão em média – de 2,3 a 230 kV (Ex.: industriais). Tal redução pode ser explicada pela redução dos custos da Parcela A. Apesar da redução tarifária, percebeu-se melhora da qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia desempenhado pela Companhia.

O processo de Revisão tarifária periódica, também homologou o novo valor de Parcela B da CEEE-D para o novo ciclo tarifário. A Parcela B compreende as despesas com a prestação do serviço de distribuição de energia e se refere a custos inerentes à atividade de distribuição, que estão sujeitos ao controle e influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária e, por definição, são repassados por meio de valores regulatórios. A parcela B foi aumentada de R\$614.094.727,87 para R\$734.207.961,27, incremento de 19,56%.

#### 1.2.2. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547/2013 implantou o mecanismo de aplicação das Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Esse mecanismo é capaz de refletir o custo real das condições de

geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica.

Quando a bandeira está verde, as condições hidrológicas para geração de energia são favoráveis e não há qualquer acréscimo nas faturas, já quando a bandeira passa a ser amarela ou vermelha há uma cobrança adicional proporcional ao consumo. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 os valores acrescidos pelas bandeiras amarela e vermelha foram inicialmente definidos em R\$1,50 e R\$3,00 a cada 100 kWh e a partir de 2 de março foram atualizados para R\$2,50 e R\$5,50 a cada 100 kWh. A partir de 1º de setembro de 2015, a bandeira tarifária vermelha foi reduzida de R\$5,50 para R\$4,50 a cada 100 kWh e em 1º de fevereiro de 2016, a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$3,00 e R\$4,50, aplicados a cada 100 kWh consumidos e a bandeira amarela teve seu valor reduzido, passando de R\$2,50 para R\$1,50, aplicados a cada 100 kWh conforme Resolução Homologatória nº 2.016/2016.

As faixas de acionamento das bandeiras tarifárias são:

- a) bandeira tarifária verde: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de 211,28 R\$/MWh;
- b) bandeira tarifária amarela: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a 211,28 R\$/MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, atualmente de 422,56 R\$/MWh;
- c) bandeira tarifária vermelha – patamar 1: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD, de 422,56 R\$/MWh e for inferior ao valor de 610,00 R\$/MWh; e
- d) bandeira tarifária vermelha – patamar 2: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor de 610,00 R\$/MWh.

Por meio do Decreto nº 8.401/2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT com o objetivo de administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada para manutenção da CCRBT, e os valores a serem repassados ou compensados são homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica. O mecanismo das Bandeiras Tarifárias tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. As variações de custos remanescentes são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de Reajuste Tarifário. Os valores recebidos, seja pelo faturamento de Bandeiras Tarifárias, seja pelo repasse da conta centralizadora para a Companhia, são deduzidos da constituição de CVA Energia e ESS.

### **1.2.3. 4º Ciclo de Revisão Tarifária**

Em novembro de 2016 ocorrerá a Revisão Tarifária da Companhia, onde, considerando os investimentos realizados no último ciclo, a Concessionária tem a expectativa de um incremento em sua Parcela B, com um crescimento efetivo de sua receita operacional a partir de dezembro de 2016.

### **1.3. Plano de Ajuste Estrutural**

A Administração da Companhia instituiu um Plano de Ajuste Estrutural com o propósito de efetuar um diagnóstico da situação econômico-financeira da Companhia partindo de uma análise de sustentabilidade econômico-financeira da Companhia. O referido Plano teve suas diretrizes aprovadas pela Diretoria no dia 27 de novembro de 2015, e foi apresentado ao Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2015, destacando o cenário recente do setor elétrico nacional e as condições estabelecidas nos termos aditivos aos contratos de concessão das empresas do Grupo CEEE, especialmente os impactos incidentes do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 081-1999 da CEEE-D, contemplando os critérios de eficiência, racionalidade e modicidade tarifária.

A partir desse diagnóstico, o Plano de Ajuste Estrutural estabelece diretrizes, ações e metas, mediante a busca da eficiência da qualidade do serviço prestado, da eficiência da gestão econômico-financeira e da racionalidade operacional e econômica nos termos propostos pelo Decreto nº 8.461/2015 e condicionantes expressas no termo aditivo ao contrato de concessão.

O Plano tem como eixo central o completo alinhamento ao modelo de regulação preconizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com incremento de receita a partir da assertividade dos investimentos e adequação dos custos e despesas operacionais aos limites da tarifa. Uma série de ações descritas no Plano de Ajuste Estrutural foi realizada, especialmente àquelas que se referem às tratativas para alongamento do mútuo firmado com a CEEE-GT a repactuação dos débitos setoriais e de tributos federais, a criação do Comitê de Racionalização de Gastos, a reprogramação orçamentária e o Plano de Resultados.

Somam-se, ainda, as ações já em andamento para a reestruturação das dívidas contratuais, buscando-se carências e prazos mais longos de amortizações, invertendo a lógica de endividamento de curto prazo, perseguindo uma redução significativa nas despesas financeiras e a melhoria considerável do desempenho de caixa.

Combinando-se as metas de investimentos prudentes e regulatórios com o novo perfil do custo dos financiamentos, a CEEE-D trabalha para a realização das captações financeiras vinculadas aos investimentos, com período de carência adequado e custo compatível com a nova lógica financeira da empresa.

Dentre as ações do Plano de Ajuste, é necessário salientar também aquelas que buscam a redução do custo operacional, tais como a manutenção do Plano de Desligamento Incentivado – PDI, a implantação do novo sistema ERP (Enterprise Resource Planning) que juntos viabilizam a reestruturação organizacional, buscando equilibrar a relação do quanti-qualitativo de pessoal e melhorar a capacidade de atendimento dos serviços, com ganhos de produtividade e redução de despesa de pessoal.

Registramos, ainda as principais ações tomadas pela Distribuidora as quais buscaram recuperação dos resultados, otimizando os Custos e Despesas Operacionais:

- ✓ Comitê de Racionalização de Gastos – criado no primeiro trimestre de 2015, com o objetivo essencial de dar fluidez, priorização e assertividade nos gastos com investimentos, buscando atingir o máximo de economicidade e eficiência.
- ✓ Reprogramação Orçamentária – estabelecimento de orçamento conciso, ante a evolução dos métodos de construção do mesmo. Dentre as ações iniciais, houve a suspensão dos recursos administrados através do Sistema de Planejamento e Controle Financeiro (PCF), e a aplicação de premissas reais para a política de investimentos na elaboração do Plano Plurianual de 2016-2019, mais aderentes com as possibilidades financeiras da Companhia.
- ✓ Manutenção do Adimplemento das Obrigações Fiscais e Regulatórias – repactuação de débitos junto à Receita Federal do Brasil (PIS/COFINS), Estadual (ICMS) e Eletrobrás (parcelas CDE e Itaipu), permitindo a regularização de débitos.
- ✓ Manutenção do atual Plano de Desligamento Incentivado (PDI) – manutenção da política de incentivo àqueles empregados que conquistem as carências para aposentadoria e se desliguem de forma espontânea.
- ✓ Equalização dos Custos Judiciais – Trabalho de identificação de nichos de litígios institucionalizados em setores da área de concessão, passíveis de realizar trabalho combinado entre a área jurídica e técnica de atendimento ao consumidor. Tal esforço permite programar ações pró-ativas e antecipadas de forma a mitigar novas ações cíveis e indenizatórias, bem como reduzir o valor de eventuais condenações.



#### **1.4. Continuidade Operacional**

A Companhia tem apurado sucessivos prejuízos em suas operações e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre os ativos circulantes no encerramento do período no montante de R\$1.236.010 e R\$ 1.040.749, respectivamente.

No intuito de enfrentar tal resultado a Administração da Companhia instituiu o Programa de Ajuste Estrutural (PAE), visando à reestruturação de dívidas, parcelamento de impostos e encargos setoriais, elevação das receitas e redução dos custos e despesas operacionais. Com isso, pretende elevar a geração de caixa de forma a equalizar os ativos e os passivos.

Os resultados desta política e os esforços empreendidos na continuidade operacional estão nitidamente expressos na redução dos custos e despesas operacionais, na repactuação do mútuo existente entre a CEEE-D e a CEEE-GT, postergando seu pagamento para o ano de 2018 e na expressiva melhoria dos indicadores técnicos da Companhia (DEC/FEC).

Em 2016 os enfrentamentos de desafios também se vislumbraram no cenário macroeconômico com a retração do consumo de energia e o fenômeno de migração dos clientes do mercado cativo para o mercado livre, que somados, assolam os resultados econômicos e o caixa das Distribuidoras em face da sobrecontratação de energia.

Estas situações conduzem a reflexos decisivos na geração de caixa operacional no período (EBITDA) e, conseqüentemente, prejudicam os planos de investimentos de expansão e modernização dos serviços concedidos, além de provocar inadimplência com outras obrigações.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, já externados pela Companhia por ocasião da renovação da Concessão, firmada em dezembro de 2015, prorrogando-a por mais 30 anos.

#### **2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO**

A Companhia possui quatro hortos florestais localizados nos municípios de Alegrete, Candiota, Triunfo e Charqueadas. A produção de postes de madeira preservada é consumida na construção e/ou manutenção de redes elétricas. Em 2012 foi iniciado o processo de discussão pela Companhia sobre a manutenção das atividades florestais que contribuem para a produção de postes. Em 2013 após a conclusão do trabalho, a Administração decidiu pela alienação das florestas.

#### **3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

##### **3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

##### **3.1.1. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras**

A Administração da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras em 24/03/2017.

### 3.1.2. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

### 3.1.3. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 3.1.4. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

### 3.1.5. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

## 3.2. Reclassificações de Saldos Contábeis

A Administração da Companhia após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação do seu desempenho operacional e financeiro reclassificou na sua demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 29 de março de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Demonstrações do Resultado do Exercício	Saldos apresentados em 2015	Reclassificações	Saldos 2015 após reclassificação
Receita Operacional Líquida	3.376.936	181.122	3.558.058
Resultado Financeiro	(72.175)	(181.122)	(253.297)
Custo de Operação	(880.128)	(75.753)	(955.881)
Despesas com Vendas	(54.869)	(23.702)	(78.571)
Despesas Gerais e Administrativas	(78.682)	(29.403)	(108.085)
Outras Despesas Operacionais	(169.296)	128.858	(40.438)

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- (a) Resultado Financeiro -. Reclassificação da receita de atualização monetária do Ativo Financeiro da Concessão no montante de R\$181.122 para a Receita Operacional.
- (b) Reclassificação da despesa com débitos com consumidores das Outras Despesas Operacionais para Despesa com Vendas, no valor de R\$23.702.
- (c) Reclassificação da despesa com Pessoal das Outras Despesas Operacionais para Despesas Gerais e Administrativas, no valor de R\$29.403.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido.

### 3.3. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem às seguintes questões:

#### **Ativo e Passivo financeiro setorial**

A partir da adoção do IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (anteriormente denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos e passaram a ser contabilizados no resultado, o que, na opinião dos Diretores, gera volatilidade nos resultados da Companhia. A partir de 31 de dezembro de 2014 a Companhia passou a registrar os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias com base na OCPC 08, que tornou obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão (no caso da Companhia, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão em 10 de dezembro de 2014) o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Os diretores da Companhia entendem que o reconhecimento destes ativos e passivos financeiros setoriais está adequado aos negócios da Companhia.

#### **Vida útil do ativo intangível**

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois, o menor.

Os diretores afirmam que, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

#### **Transações e venda de energia elétrica na CCEE**

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

#### **Provisões para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia registra provisão sobre contas a receber que a administração entende terem incerteza quanto ao seu recebimento. Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

#### **Passivos contingentes**

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e

superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

#### **Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego**

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

#### **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

#### **Ativo Financeiro da Concessão**

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, cujo fluxo de caixa é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro mantendo-o a valor justo, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela desse ativo imobilizado que não deve estar amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

#### **Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo**

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

#### **Receita de Fornecimento e uso da rede não faturada**

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. A estimativa da receita não faturada (os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês) é efetuada mensalmente com a finalidade de adequar o faturamento ao período de competência. Os diretores entendem que a forma como a Companhia reconhece sua receita está de acordo com as práticas contábeis e é adequada aos seus negócios.

### **4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. São elas:

#### **4.1. Ativos e Passivos Financeiros**

##### **4.1.1. Reconhecimento e Mensuração**

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

##### **4.1.2. Classificação**

A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- II. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- III. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- IV. Disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, quando aplicável, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

#### **4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

#### **4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo**

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a três meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a doze meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas como aplicações financeiras de longo prazo.

#### **4.4. Títulos Disponíveis para Venda**

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

#### **4.5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, encargo de uso do sistema, serviços prestados, acréscimos moratórios e o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias conforme montantes disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

#### **4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Baseia-se em critérios específicos do setor elétrico no que diz respeito à antiguidade de vencimento das faturas, além de efetuar a análise criteriosa onde contempla fatores como: existência de garantias reais do não recebimento, histórico de inadimplência dos consumidores, parcelamentos de débitos vigentes, devedores em situação de concordata ou análise de valores que estão sob discussão judicial. A provisão é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### **4.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)**

##### **4.7.1. Ativos Financeiros**

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

##### **4.7.2. Ativos Não Financeiros**

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O



valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### **4.8. Ajuste a Valor Presente**

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado.

#### **4.9. Estoques**

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles utilizados na prestação dos serviços de construção e melhorias (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo a valor realizável líquido quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoque é reconhecida como despesa do período em que a redução ou a perda ocorreram.

#### **4.10. Ativo e Passivo Financeiro Setorial**

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis, denominados de “Parcela A”, ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual.

#### **4.11. Subvenção e Assistência Governamental**

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretendem compensar em uma base sistemática.

#### **4.12. Bens e Direitos Destinados à Alienação e Propriedades para Investimento**

Os bens e direitos destinados à alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. As propriedades para investimentos representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda.

#### **4.13. Contrato de Concessão (Ativo Intangível e Financeiro)**

O Contrato de Concessão é reconhecido como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível do contrato de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 -

Contratos de Concessão. Até a edição da Medida Provisória Nº 579/2012, convertida na Lei Nº 12.783/2013, o Ativo Financeiro foi reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da concessão não amortizado e o valor somente era alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão. A MP Nº 579/2012 trouxe o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da concessão. Consequentemente a Companhia ajustou o saldo do seu ativo financeiro de indenização com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando a Base de Remuneração Regulatória aprovada na Revisão Tarifária de outubro de 2012, através da Nota Técnica ANEEL Nº 371 de 11 de novembro de 2016.

#### 4.14. Imobilizado

Os Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### 4.15. Intangível

Incluem o direito de cobrar os usuários dos serviços pela construção e melhorias realizadas na infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. A amortização reflete as taxas de depreciação regulatória aplicadas aos bens individuais, que é a forma como a Concessionária recupera estes investimentos através da tarifa de energia elétrica e é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviço da concessão são as seguintes:

<u>Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do Ativo Não-Circulante</u>	<u>Taxa anual</u>
Condutor (Tensão=>69kv)	2,70%
Condutor (Tensão<69kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Estrutura (Torre)	2,70%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Veículos	14,29%

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm suas vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

#### **4.16. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como às doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante e estão sendo apresentadas como dedução do ativo financeiro e ativo intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infraestrutura a serviço da concessão.

#### **4.17. Arrendamento Mercantil**

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

#### **4.18. Valor Justo**

- I. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.
- II. Ativos intangíveis: são recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de lucro sobre essas receitas, porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia. A Administração assim acredita que os ganhos dessas operações são irrelevantes e, portanto, nenhum valor sobre os custos efetivos foram considerados como uma parte das receitas. Desta forma as receitas e os custos de construção são apresentados nas demonstrações financeiras pelos mesmos montantes.
- III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.
- IV. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.
- V. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

#### **4.19. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações**

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

#### **4.20. Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

#### **4.21. Outros Ativos e Passivos**

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

#### **4.22. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Os impostos e contribuições corrente e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

#### **4.23. Provisão para Benefícios a Empregados**

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

#### **4.24. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

#### **4.25. Reconhecimento da Receita**

##### **4.25.1. Receita de Fornecimento**

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

##### **4.25.2. Receita não Faturada**

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

##### **4.25.3. Receita de Construção**

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

##### **4.25.4. Receita Financeira**

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's, originadas pelo processo judicial nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar - CRC.

#### **4.26. Despesa Financeira**

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. Os custos dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

#### **4.27. Transações com Partes Relacionadas**

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 34.

#### **4.28. Questões Ambientais**

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

#### **4.29. Demonstração do Resultado**

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela função das receitas e despesas operacionais.

#### **4.30. Pronunciamentos e Interpretações Contábeis**

##### **4.30.1 Vigentes a partir de 01/01/2017**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente:

- IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017) – Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

A Administração da Companhia realizou uma análise preliminar e acredita que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

- IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017) – Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

A Administração da Companhia realizou uma análise preliminar e acredita que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.



- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018) - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*.

A Administração da Companhia realizou uma análise preliminar e acredita que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

- IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018) - Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia não tem expectativa de impactos relevantes na aplicação do CPC 47 considerando que atualmente já apresenta de forma segregada cada receita de seus clientes, ainda que cobrada em uma mesma fatura. Também não há expectativa de divergência no momento de reconhecimento da receita considerando que as vendas de energia são registradas na CCEE no momento em que ocorrem.

- IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) - Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

A Companhia iniciou as análises dos contratos e identificaram que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras, uma vez que não foram identificados, até o momento, contratos em que a Companhia figure como arrendatário. Os efeitos estão relacionados ao reconhecimento de novos ativos e passivos nos arrendatários devido a arrendamentos operacionais.

## 5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>			
Numerário Disponível .....		20.557	61.469
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL .....	33	2.244	12.492
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>22.801</b>	<b>73.961</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Aplicações Financeiras de Longo Prazo - SIAC/BANRISUL .....	33	7.782	7.570
Aplicações Financeiras Vinculadas .....		-	2.181
<b>Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo</b>		<b>7.782</b>	<b>9.751</b>

### 5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$20.557 (R\$61.469 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

## 5.2. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Equivalentes de Caixa)

O valor de R\$2.244 (R\$12.492 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a Aplicações Financeiras, aplicadas no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

## 5.3. Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor de R\$7.782 (R\$9.751 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante refere-se ao principal e à remuneração de valores aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991 remunerado pela taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que dependem de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e aplicações vinculadas a garantias de compra de energia e à captação de empréstimo.

## 6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE						
Consumidores .....	6.1	181.475	323.038	133.489	638.002	580.862
Suprimento de Energia .....		151	-	-	151	111
Encargo de Uso da Rede .....		2.488	-	-	2.488	326
Permissonárias .....		1.061	-	-	1.061	219
Parcelamentos .....	6.2	22.115	106.233	35.656	164.004	57.702
Energia de Curto Prazo - CCEE .....		29.024	-	-	29.024	37.816
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa .....	6.3	-	(238.269)	-	(238.269)	(222.081)
		236.314	191.002	169.145	596.461	454.955
NÃO CIRCULANTE						
Parcelamentos .....	6.2	10.390	-	-	10.390	113.069
		10.390	-	-	10.390	113.069

### 6.1. Consumidores

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2016	31/12/2015
Residencial .....	87.257	85.426	108.595	281.278	196.902
Industrial .....	7.878	37.121	7.984	52.983	73.607
Comercial Serviços e Outras Atividades .....	52.674	75.449	9.016	137.139	137.639
Rural .....	6.034	14.259	2.908	23.201	21.949
Poder Público .....	12.022	26.588	523	39.133	59.412
Iluminação Pública .....	6.522	82.585	4.460	93.567	78.758
Serviço Público .....	9.088	1.610	3	10.701	12.595
Total	<u>181.475</u>	<u>323.038</u>	<u>133.489</u>	<u>638.002</u>	<u>580.862</u>

### 6.2. Parcelamentos

O montante de R\$164.004 (R\$57.702 em 31 de dezembro de 2015) no ativo circulante e R\$10.390 (R\$113.069 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante refere-se a parcelamentos com consumidores, com prefeituras municipais, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

### 6.3. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 31/12/2015	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2016
Residencial .....	57.305	51.439	-	108.744
Industrial .....	8.360	-	(3.275)	5.085
Comercial Serviços e Outras Atividades .....	13.430	-	(6.822)	6.608
Rural .....	1.026	1.194	-	2.220
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público .....	85.008	-	(5.789)	79.219
Títulos de Créditos a Receber e Parcelamentos .....	54.111	-	(17.718)	36.393
Diversos .....	2.841	-	(2.841)	-
<b>Total</b>	<b>222.081</b>	<b>52.633</b>	<b>(36.445)</b>	<b>238.269</b>

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, e títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foram efetuadas análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, considerando as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.

O valor da provisão contempla a análise criteriosa dos principais devedores de cada classe consumidora, submetendo os valores em débito à análise jurídica, tendo o objetivo de identificar o andamento do processo de cobrança e quais as expectativas de recebimento dos valores junto aos consumidores.

### 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

CIRCULANTE	31/12/2016	31/12/2015
ICMS a Compensar .....	8.881	14.000
IRPJ e CSLL a Compensar .....	21.237	5.447
PIS e COFINS a Compensar .....	3.274	-
Outros Créditos a Compensar .....	3.071	1.006
<b>Total</b>	<b>36.463</b>	<b>20.453</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
ICMS a Compensar* .....	13.756	10.065
IRRF a Compensar .....	49	-
INSS a Compensar .....	46	-
Outros Créditos a Compensar .....	1	-
<b>Total</b>	<b>13.852</b>	<b>10.065</b>

\*A expectativa de realização dos valores registrados no não circulante é de 04 (quatro) anos conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/96 que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

### 8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
Estoque de Operação .....	16.846	17.515
(-) Provisão para Perdas .....	-	(531)
<b>Total</b>	<b>16.846</b>	<b>16.984</b>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

## 9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Programa RELUZ .....	9.1 / 33	1.028	1.028
Programa de Eficiência Energética - PEE .....	9.2	5.340	1.948
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D .....	9.3	7.191	12.139
Adiantamento a Fornecedores .....		-	1.629
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social .....	9.4 / 33	11.262	4.450
Adiantamento a Empregados .....		5.690	3.363
Aluguel de Postes/Serviços Prestados .....		6.880	8.008
Cedência de Funcionários .....	33	282	571
Subvenção CDE - PLT .....	33	1.833	1.833
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015 .....	9.5 / 33	19.048	95.238
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/2016 .....	9.6 / 33	103.855	-
Outros Devedores .....		5.936	2.644
<b>Total</b>		<b>168.345</b>	<b>132.851</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos de Crédito a Receber .....		17	7
Depósitos Recursais - INSS e ISS .....		1.895	1.869
<b>Total</b>		<b>1.912</b>	<b>1.876</b>

### 9.1. Programa RELUZ

O valor de R\$1.028 (R\$1.028 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, a serem reembolsados pelas Prefeituras, que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, por meio da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

### 9.2. Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$5.340 (R\$1.948 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

### 9.3. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$7.191 (R\$12.139 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

### 9.4. Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$11.262 (R\$4.450 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 472 de 24 de janeiro de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

### 9.5. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Eletrobras à CEEE-D, no período de competência de outubro de 2015 a setembro de 2016, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de

abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 24).

#### 9.6. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/2016

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Eletrobras à CEEE-D, no período de competência de novembro de 2016 a outubro de 2017, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 24).

### 10. ATIVO / PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL LÍQUIDO

O montante de R\$(303.811) (R\$176.669 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos ativos e passivos financeiros decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do ciclo tarifário, e aqueles que são efetivamente pagos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente pagos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente pagos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo reajuste tarifário. Segue abaixo a composição do saldo do ativo financeiro setorial líquido: (Vide nota explicativa nº 1.2)

	Saldos em 31/12/2015	Constituição	Amortização	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2016
<b>CVA Ativa</b>	<b>582.857</b>	<b>153.568</b>	<b>(752.962)</b>	<b>60.972</b>	<b>44.435</b>
Energia Elétrica Comprada	158.842	105.868	(279.737)	34.366	19.339
Transporte Itaipu	1.476	2.097	(2.709)	353	1.217
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	12.979	10.184	(22.356)	1.340	2.147
Quota CDE	407.381	6.337	(425.068)	18.818	7.468
Quota ESS	2.065	-	(6.088)	4.023	-
Proinfa	114	29.082	(17.004)	2.072	14.264
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>90.573</b>	<b>259.076</b>	<b>(346.886)</b>	<b>10.115</b>	<b>18.863</b>
Neutralidade da Parcela A	43.304	174.484	(215.230)	10.320	12.878
Outros Componentes Financeiros	41.284	24.538	(65.822)	-	-
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa	-	5.985	-	-	5.985
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa	5.985	60.054	(65.834)	(205)	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>673.430</b>	<b>412.644</b>	<b>(1.099.848)</b>	<b>71.087</b>	<b>63.298</b>
<b>CVA Passiva</b>	<b>(208.395)</b>	<b>(847.524)</b>	<b>833.384</b>	<b>(66.332)</b>	<b>(288.867)</b>
Energia Elétrica Comprada	(64.256)	(472.796)	450.367	(35.348)	(122.033)
Transporte Itaipu	-	(7)	43	(36)	-
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	(4.280)	(6.002)	11.453	(1.233)	(62)
Quota CDE	-	(228.450)	143.523	(6.680)	(91.607)
Quota ESS	(138.814)	(140.269)	225.504	(21.586)	(75.165)
Proinfa	(1.045)	-	2.494	(1.449)	-
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>(288.366)</b>	<b>(61.300)</b>	<b>348.919</b>	<b>(7.302)</b>	<b>(78.242)</b>
Neutralidade da Parcela A	-	(29.123)	28.376	(7.302)	(8.049)
Outros Componentes Financeiros	(288.366)	(32.177)	320.543	-	(70.193)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(496.761)</b>	<b>(908.824)</b>	<b>1.182.303</b>	<b>(73.634)</b>	<b>(367.109)</b>
<b>Passivo Financeiro Setorial Líquido</b>	<b>176.669</b>	<b>(496.180)</b>	<b>82.455</b>	<b>(2.547)</b>	<b>(303.811)</b>

### 11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$85.329 (R\$90.169 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a depósitos judiciais de processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 22).

## 12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta a Companhia sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Companhia. Os ativos administrativos e de apoio em geral, sobre os quais a Companhia não recebe remuneração e que são considerados como integrantes do contexto regulatório para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

Com base na análise do Contrato de Concessão, a Administração entende que a indenização devida pelo Poder Concedente ao final da concessão representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, e que a aplicação do modelo “bifurcado” é o que melhor representa o negócio de Distribuição de Energia Elétrica, abrangendo:

- a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão que deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro a amortizar no período da concessão, que deve ser classificada como ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

A partir da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, a Companhia confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição. O saldo do seu ativo financeiro com base no valor novo de reposição depreciado foi ajustado utilizando-se a Base de Remuneração Regulatória – BRR, aprovada na Revisão Tarifária de 2012 através da Nota Técnica ANEEL nº 374 de 16/10/2012.

Tendo em vista o 4º Termo aditivo do contrato de concessão 081/1999 de 09 de dezembro de 2015 que prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045 e considerando as normas estabelecidas no ICPC 01, foi adotado o procedimento de bifurcação pelo prazo de 360 meses, sendo que os valores a serem depreciados até o término do referido prazo foram apropriados no Ativo Intangível da Concessão e o montante excedente classificado no Ativo Financeiro da Concessão sujeito a posterior indenização.

A movimentação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível da concessão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Ativo Financeiro	Ativo Intangível	Total dos Ativos Financeiro e Intangível
Saldo em 31 de Dezembro 2015	472.579	1.446.867	1.919.446
Adições.....	227.441	454.132	681.573
Atualização.....	3.591	-	3.591
Amortização.....	-	(120.943)	(120.943)
Outros.....	(234.224)	(41.485)	(275.709)
Saldo em 31 de Dezembro 2016	469.387	1.738.571	2.207.958



### **12.1. Bens vinculados à concessão**

De acordo com os artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

### **12.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

### **12.3. Valor Recuperável do Ativo da Concessão**

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.
- II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras.
- III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária.
- IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades.
- V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens.
- VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Companhia apurou, ao final do exercício, o valor recuperável de seus ativos e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas tendo em vista os seguintes elementos: as ações do Plano de Ajuste Estrutural e os investimentos prudentes que estão sendo realizados de modo a incrementar a Base de Remuneração Regulatória, com foco no 4º ciclo de Revisão Tarifária que se inicia em novembro de 2016.

### 13. BENS E DIREITOS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
Bens de Uso Futuro e Bens de Renda .....	57.845	41.045
(-) Amortização Acumulada .....	(15.388)	(1.818)
Outros .....	-	16.800
(-) Amortização Acumulada .....	-	(6.484)
	<u>42.457</u>	<u>49.543</u>

#### 13.1. Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Refere-se ao custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização e que serão alienados conforme planos da Companhia. Contempla também as florestas de propriedade da Companhia no montante de R\$38.996, que antes eram classificadas como Ativo Biológico, atendendo aos pré-requisitos do CPC 29/IAS 41.

#### 13.2. Bens de Uso Futuro e Bens de Renda

Refere-se a imóveis e bens destinados à futura utilização pela Companhia no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

#### 14. IMOBILIZADO

	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2016
<b>Custo</b>											
Terrenos.....	3.318	-	-	-	-	3.318	-	-	8.582	-	11.900
Edificações.....	11.684	-	-	-	(46)	11.638	-	-	61.978	-	73.616
Máquinas e Equipamentos.....	13.277	-	(150)	1.964	9.246	24.337	-	(154)	43.061	(30)	67.214
Veículos.....	44.305	-	(49)	7.153	(3.977)	47.432	-	(76)	1.314	-	48.670
Móveis e Utensílios.....	6.307	-	(48)	38	288	6.585	-	(43)	539	1	7.082
	<b>78.891</b>	<b>-</b>	<b>(247)</b>	<b>9.155</b>	<b>5.511</b>	<b>93.310</b>	<b>-</b>	<b>(273)</b>	<b>115.474</b>	<b>(29)</b>	<b>208.482</b>
<b>Depreciação</b>											
Edificações.....	(9.813)	(131)	-	-	6	(9.938)	(152)	-	(54.223)	-	(64.313)
Máquinas e Equipamentos.....	(7.909)	(1.874)	118	16	(9.890)	(19.539)	(2.456)	144	(9.504)	(387)	(31.742)
Veículos.....	(34.704)	(3.380)	23	-	(1.658)	(39.719)	(1.098)	86	(125)	(10)	(40.866)
Móveis e Utensílios.....	(4.550)	(255)	37	-	(465)	(5.233)	(99)	81	(67)	(35)	(5.353)
	<b>(56.976)</b>	<b>(5.640)</b>	<b>178</b>	<b>16</b>	<b>(12.007)</b>	<b>(74.429)</b>	<b>(3.805)</b>	<b>311</b>	<b>(63.919)</b>	<b>(432)</b>	<b>(142.274)</b>
<b>Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)</b>											
Fora do Escopo da Concessionária.....	82.749	(41.932)	(134.378)	163.022	121.414	190.875	(343.230)	(101.918)	442.735	(120.173)	68.289
Depreciação.....	(11.967)	(1.337)	13.251	-	(162.627)	(162.680)	(20.772)	12.443	(5)	102.424	(68.590)
	<b>70.782</b>	<b>(43.269)</b>	<b>(121.127)</b>	<b>163.022</b>	<b>(41.213)</b>	<b>28.195</b>	<b>(364.002)</b>	<b>(89.475)</b>	<b>442.730</b>	<b>(17.749)</b>	<b>(301)</b>
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<b>92.697</b>	<b>(48.909)</b>	<b>(121.196)</b>	<b>172.193</b>	<b>(47.709)</b>	<b>47.076</b>	<b>(367.807)</b>	<b>(89.437)</b>	<b>494.285</b>	<b>(18.210)</b>	<b>65.907</b>
<b>Total do Imobilizado em Curso</b>	<b>108.984</b>	<b>178.432</b>	<b>-</b>	<b>(172.193)</b>	<b>6.377</b>	<b>121.600</b>	<b>426.979</b>	<b>6.896</b>	<b>(494.285)</b>	<b>38.651</b>	<b>99.841</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>201.681</b>	<b>129.523</b>	<b>(121.196)</b>	<b>-</b>	<b>(41.332)</b>	<b>168.676</b>	<b>59.172</b>	<b>(82.541)</b>	<b>-</b>	<b>20.441</b>	<b>165.748</b>

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por bens administrativos, veículos e móveis e utensílios, não sendo os mesmos objetos do contrato de concessão e, por consequência, não abrangidos pela aplicação do ICPC 01 / IFRIC 12 (Contratos de Concessão). Estes ativos são adquiridos já fabricados e entram em operação tão logo sejam recebidos pela Companhia, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

O Ativo Imobilizado em Curso no montante de R\$99.841 é composto por valores registrados das obras em andamento e por materiais armazenados que ainda não entraram em operação, os quais perfazem o montante de R\$81.040, que não compõem o escopo do ICPC01/IFRIC12 (Contratos de Concessão).

A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, reduziu a taxa média de depreciação de 4,13% para 3,75% ao ano.

## 15. INTANGÍVEL

	Softwares	Ativo Intangível da Concessão	Total
<b>Custo</b>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	78.356	628.047	706.403
Aquisições .....	13.115	2.644	15.759
Transferência do Ativo Financeiro .....	-	1.465.190	1.465.190
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	91.471	2.095.881	2.187.352
Aquisições .....	29.721	454.132	483.853
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	121.192	2.550.013	2.671.205
<b>Amortização</b>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(9.758)	(595.102)	(604.860)
Amortização do Período .....	(4.217)	(53.912)	(58.129)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(13.975)	(649.014)	(662.989)
Amortização do Período .....	(4.918)	(120.943)	(125.861)
Outros .....	(18.079)	(41.485)	(59.564)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(36.972)	(811.442)	(848.414)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	77.496	1.446.867	1.524.363
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	84.220	1.738.571	1.822.791

### Intangível da Concessão

O intangível da concessão é composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infraestrutura a serviço da concessão, líquidos de amortização, e que serão recebidos pela Companhia através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Companhia amortiza o ativo intangível de uma forma não linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro (vide nota explicativa nº 13), pois será recuperado através de indenização.

## Softwares

São licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente, por um período de 05 anos.

## 16. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de Uso da Rede .....	23.799	23.642
Energia Elétrica Comprada para Revenda .....	226.405	272.302
Materiais e Serviços .....	123.222	113.270
Energia de Curto Prazo - CEEE .....	51.330	30.699
Retenção Contratual .....	16.440	18.477
Total	441.196	458.390
NÃO CIRCULANTE		
Repactuação de Dívida - Itaipu .....	191.057	237.217
	191.057	237.217

### 16.1. Repactuação de Dívida – Itaipu

O montante de R\$191.057 (R\$237.217 em 31 de dezembro de 2015) no Passivo Não Circulante refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida do Repasse de Itaipu celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras. O valor repactuado é de U\$57.539 referentes às faturas inadimplidas no período de 20/02/2015 a 30/06/2015 e estabelece os juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* e amortização em 60 (sessenta) meses a contar após o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, nos quais serão pagos apenas os encargos sobre o saldo devedor.

## 17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais .....	31.527	35.809
Retenções sobre a Folha de Pagamento .....	30.781	13.758
Prêmio Assiduidade .....	-	1.232
Total	62.308	50.799

O valor de R\$30.781 (R\$13.758 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

## 18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	31/12/2016	31/12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS .....	106.036	32.635
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ .....	125	259
Parcelamento PIS / COFINS .....	60.627	32.300
Parcelamento ICMS .....	104.307	93.684
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL .....	61	457
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS .....	19	7.672
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS .....	71.053	73.660
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS .....	13.937	15.876
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS .....	-	2.596
Outros .....	2.107	1.259
<b>Total</b>	<b>358.272</b>	<b>260.398</b>
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento PIS / COFINS .....	209.129	130.977
Parcelamento ICMS .....	66.289	67.818
<b>Total</b>	<b>275.418</b>	<b>198.795</b>

### 18.1. Parcelamento Lei nº 12.996/14 - REFIS DA COPA

A Concessionária efetuou, em agosto de 2014, a repactuação do parcelamento existente junto à Receita Federal do Brasil, referente às contribuições do PIS e da COFINS vencidas até 31/12/13, nos termos da Lei nº 12.996/14 (REFIS DA COPA). O saldo devedor era de R\$ 49.511, sendo repactuado pelo valor de R\$ 43.826, tendo a antecipação de 20% sido parcelada em 05 (cinco) vezes, e o restante parcelado em mais 179 (cento e setenta e nove) prestações mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, já tendo sido liquidadas 28 (vinte e oito) parcelas.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$30.591 (R\$30.200 em 31 de dezembro de 2015):

Data do Evento	Histórico	Valor
22/08/2014	Parcelamento Lei nº 12.996/14 - REFIS DA COPA	49.511
22/08/2014	Desconto Lei nº 12.996/14	(12.159)
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	6.880
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(13.641)
	<b>Saldo a Pagar</b>	<b>30.591</b>
CIRCULANTE .....		2.372
NÃO CIRCULANTE .....		28.219
<b>Total</b>		<b>30.591</b>

### 18.2. Parcelamento PIS/COFINS – PGFN

O valor de R\$12.400 no passivo circulante e R\$30.560 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, das competências de junho/14 a outubro/14 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 52.475 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 19 (dezenove) parcelas.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$42.960 (R\$49.398 em 31 de dezembro de 2015):



Data do Evento	Histórico	Valor
22/08/2014	Parcelamento PIS/COFINS - PGFN	52.475
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	8.737
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(18.252)
	Saldo a Pagar	42.960
CIRCULANTE .....		12.400
NÃO CIRCULANTE .....		30.560
Total		42.960

### 18.3. Parcelamento PIS/COFINS – RFB

O valor de R\$45.855 no passivo circulante e R\$150.350 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto à Receita Federal do Brasil, das competências de janeiro/14, fevereiro/14 e novembro/2014 a março/2015 e agosto/2015 a março/2016 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$260.572 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 09 (nove) parcelas.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$196.205 (R\$83.679 em 31 de dezembro de 2015):

Data do Evento	Histórico	Valor
24/06/2016	Parcelamento PIS/COFINS - RFB	260.572
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	17.270
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(81.637)
	Saldo a Pagar	196.205
CIRCULANTE .....		45.855
NÃO CIRCULANTE .....		150.350
		196.205

### 18.4. Parcelamento Estadual – ICMS Programa “Refaz 2015”

A Concessionária efetuou, em dezembro de 2014, parcelamento junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 52.091/2014 (Programa “Em Dia 2014”). A Companhia efetuou, em novembro de 2015, a repactuação administrativa nos termos do Decreto nº 52.532/2015 (Programa “Refaz 2015”). O saldo devedor era de R\$ 94.368, sendo repactuado pelo valor de R\$ 87.565, em 120 (cento e vinte) prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$ 12.031 e as demais no valor de R\$ 655, corrigidas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 14 (quatorze) parcelas.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$74.496 (R\$75.495 em 31 de dezembro de 2015):

Data do Evento	Histórico	Valor
25/11/2015	Parcelamento ICMS “Refaz 2015”	94.368
25/11/2015	Desconto - Refaz 2015	(6.803)
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	7.688
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(20.757)
	Saldo a Pagar	74.496
CIRCULANTE .....		8.207
NÃO CIRCULANTE .....		66.289
Total		74.496

### 18.5. Parcelamentos Ordinários Estaduais – ICMS

A Concessionária, nos meses de agosto/2016, outubro/2016 e novembro/16, realizou parcelamentos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS referente aos Autos de Lançamentos ICMS

nºs 0036625299, e 0036858099 decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências junho/2016 e julho/2016. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 221.661 e será pago em 6 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidada 02 (duas) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$96.100 (R\$86.007 em 31 de dezembro de 2015):

Data do Evento	Histórico	Valor
24/08/2016	Parcelamento Ordinário ICMS	93.973
25/10/2016	Parcelamento Ordinário ICMS	54.883
08/11/2016	Parcelamento Ordinário ICMS	72.805
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	8.600
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(134.161)
	Saldo a Pagar	96.100
<b>CIRCULANTE</b>		<b>96.100</b>
<b>Total</b>		<b>96.100</b>

## 19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

### 19.1. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

C R E D O R	31/12/2016							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRAS .....	RGR	5% a 7,5%	2025	02	-	4.121	19.763	23.884
Consumidores .....	-	-	-	-	-	6.092	9	6.101
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	10.213	19.772	29.985
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	1.117	9.932	188.695	199.744
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID .....	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	1.143	11.500	218.501	231.144
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					2.260	21.432	407.196	430.888
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					2.260	31.645	426.968	460.873
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					2.260	31.645	426.968	460.873

C R E D O R	31/12/2015						
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	PRINCIPAL		Total
					Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL							
ELETROBRAS .....	RGR	5% a 7,5%	2025	02	4.122	23.884	28.006
Consumidores .....	-	-	-	-	832	9	841
TOTAL MOEDA NACIONAL					4.954	23.893	28.847
MOEDA ESTRANGEIRA							
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	-	237.961	237.961
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID .....	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	-	213.111	213.111
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					-	451.072	451.072
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					4.954	474.965	479.919
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					4.954	474.965	479.919

#### Códigos das Garantias e/ou Finanças

01 - Governo Federal e Governo Estadual/ 02 - Procuração para Acesso em Conta Corrente

### 19.2. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 19 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2700/OC-BR entre a CEEE-D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE –D) no valor de US\$218.015. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$130.557, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 22 de novembro de 2012, no valor de US\$10.175.

Em 26 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1015, entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$87.458, sendo que a liberação da primeira parcela ocorreu em 04 de dezembro de 2012, no montante de US\$24.383.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 19 de setembro de 2012 e 26 de setembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos prevêem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos, a CEEE-D deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma.

A Companhia encaminhou o seu Plano de Ajuste Estrutural para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Até 31 de dezembro de 2016 foi liberado o valor de US\$70.572 que corresponde à R\$186.103 referente ao BID e US\$60.945 que corresponde à R\$149.959 referente ao AFD.

### 19.3. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL	31/12/2016	31/12/2015
2017 .....	-	2.787
2018 .....	27.005	15.307
2019 .....	26.827	15.903
2020 .....	26.209	15.512
2021 .....	27.721	16.356
Após 2021 .....	319.206	409.100
	<u>426.968</u>	<u>474.965</u>

### 19.4. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	31/12/2016	31/12/2015
RGR* .....	4,63%	5,03%
Dólar US\$ .....	95,37%	94,97%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

\*A sigla RGR identifica os contratos financiados com os créditos da Reserva Global de Reversão. Sobre os valores contratados incidem juros de 5% a.a e taxa de administração.

## 20. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Durante o período de carência a Companhia realiza o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

CIRCULANTE	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP .....		39	34
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	33	974	3.154
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - Plano Único .....	33	-	864
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV.....	33	9.032	15.879
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV.....	33	-	926
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA .....		84.707	84.569
		<u>94.752</u>	<u>105.426</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisão Plano Único .....		82.922	54.025
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - Plano Único .....	33	52.613	52.617
Provisão Plano CEEEPREV .....		329.242	148.310
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV.....	33	56.393	56.389
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA .....		444.543	451.831
		<u>965.713</u>	<u>763.172</u>
<b>Total</b>		<u>1.060.465</u>	<u>868.598</u>

## 20.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

## 20.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por

uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

### 20.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Diante desse arcabouço legal, considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Nessa esteira, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Dado esse contexto, a Companhia efetuou consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na data de 28 de novembro de 2013, questionando o adequado tratamento contábil e recebeu, por intermédio do Ofício 189/2016/CVM/SEP/GEA-5 da datado de 5 de setembro de 2016, na qual a CVM expressa a posição de que não haveria óbice em relação ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária.

Ainda, conforme conteúdo do Memorando nº 11/2016-CVM/SNC/GNC, de 19 de maio de 2016, a SNC/CVM já expôs que: “Conclusão: Com base em todo exposto, esta SNC ratifica posicionamento favorável ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária, e que os fundamentos para tal entendimento, conforme já mencionado, são os mesmos devidamente esclarecidos no

MEMO SNC/GNC/Nº 001/14. Quanto aos requisitos para o cálculo do déficit atuarial, reafirmamos que eles devem estar de acordo com o estabelecido nas disposições sobre Reconhecimento e Mensuração de Plano de Benefício Definido, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.”

#### 20.4. Provisão para Complementação de Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuíam. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual Nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União R\$1,8 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10)

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

#### 20.5. Premissas Utilizadas para o Cálculo do Passivo e das Projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	5,91% a.a.	5,78% a.a.	5,88% a.a.	5,78% a.a..
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	5,91% a.a.	5,78% a.a.	5,88% a.a.	5,78% a.a..
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	2,01% a.a.	N/A	N/A	2,01% a.a.
Expectativa de Inflação	4,87% a.a.	4,87% a.a.	4,87% a.a.	4,87% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	96,71%	100,00%	100,00%	96,71%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 male	UP-94 male	UP-94 male	AT-2000 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49 male	N/A	N/A	AT-83 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação CEEE

Quanto às taxas de desconto, a Companhia observa os princípios estabelecidos na CVM 695/12. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos de cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).



## 20.6. Resultados da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
<b>CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL</b>										
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.006.488)	(34)	(536.401)	(1.066.748)	(2.609.671)	(909.602)	(236)	(579.771)	(1.021.125)	(2.510.734)
Custo do serviço corrente	(624)	-	-	(8.360)	(8.984)	(810)	-	-	(9.810)	(10.620)
Custo de juros	(131.557)	(5)	(70.795)	(150.948)	(353.305)	(105.531)	(17)	(68.844)	(128.844)	(303.385)
Custo do serviço passado - efeito alteração ou redução do plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial	(143.503)	(4)	(15.561)	(213.306)	(372.374)	(94.648)	120	17.140	15.023	(62.365)
Benefícios pagos pelo plano	115.048	4	93.506	89.299	297.858	104.103	99	95.223	78.008	277.433
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(1.167.124)</b>	<b>(38)</b>	<b>(529.250)</b>	<b>(1.350.063)</b>	<b>(3.046.476)</b>	<b>(1.006.488)</b>	<b>(34)</b>	<b>(536.401)</b>	<b>(1.066.748)</b>	<b>(2.609.671)</b>
<b>ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO</b>										
2016										
Plano Único		CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(896.334)	-	-	(957.631)	(1.853.966)	(785.168)	-	-	(847.313)	(1.632.481)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(270.790)	(38)	(529.250)	(392.431)	(1.192.510)	(221.320)	(34)	(536.401)	(219.435)	(977.190)
<b>Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(1.167.124)</b>	<b>(38)</b>	<b>(529.250)</b>	<b>(1.350.063)</b>	<b>(3.046.476)</b>	<b>(1.006.488)</b>	<b>(34)</b>	<b>(536.401)</b>	<b>(1.066.748)</b>	<b>(2.609.671)</b>
Estatuto do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	
2015										
Plano Único		CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(896.334)	-	-	(957.631)	(1.853.966)	(785.168)	-	-	(847.313)	(1.632.481)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(270.790)	(38)	(529.250)	(392.431)	(1.192.510)	(221.320)	(34)	(536.401)	(219.435)	(977.190)
<b>Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(1.167.124)</b>	<b>(38)</b>	<b>(529.250)</b>	<b>(1.350.063)</b>	<b>(3.046.476)</b>	<b>(1.006.488)</b>	<b>(34)</b>	<b>(536.401)</b>	<b>(1.066.748)</b>	<b>(2.609.671)</b>
Estatuto do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	
<b>CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS</b>										
2016										
Plano Único		CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	785.168	-	-	847.313	1.632.481	779.462	-	-	823.314	1.602.776
Retorno esperado dos ativos do plano	103.155	-	-	120.915	224.069	92.026	-	-	104.476	196.502
Ganhos / (perdas) atuariais	81.258	-	-	55.658	136.917	(9.472)	-	-	(33.027)	(42.499)
Contribuições do empregador	38.973	4	93.506	20.848	153.332	24.494	99	95.223	28.504	148.320
Contribuições de participantes do plano	2.828	-	-	2.196	5.024	2.761	-	-	2.054	4.815
Benefícios pagos pelo plano	(115.048)	(4)	(93.506)	(89.299)	(297.858)	(104.103)	(99)	(95.223)	(78.008)	(277.433)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>896.334</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>957.631</b>	<b>1.853.966</b>	<b>785.168</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>847.313</b>	<b>1.632.481</b>

## 20.6. Resultados da Avaliação Atuarial (continuação)

### CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO

	2016				2015					
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (déficit)	270.790	38	529.250	392.431	1.192.510	221.320	34	536.401	219.435	977.190
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(135.395)	-	-	-	(135.395)	(110.660)	-	-	-	(110.660)
<b>Passivo Atuarial</b>	<b>135.395</b>	<b>38</b>	<b>529.250</b>	<b>392.431</b>	<b>1.057.115</b>	<b>110.660</b>	<b>34</b>	<b>536.401</b>	<b>219.435</b>	<b>866.530</b>
<b>Passivo reconhecido na patrocinadora</b>	<b>135.395</b>	<b>38</b>	<b>529.250</b>	<b>392.431</b>	<b>1.057.115</b>	<b>110.660</b>	<b>34</b>	<b>536.401</b>	<b>219.435</b>	<b>866.530</b>

### MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/ATIVO LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	(110.660)	(34)	(536.401)	(219.435)	(866.530)	(65.070)	(236)	(579.771)	(197.812)	(842.889)
Pagamentos para o plano líquido de administração	38.973	4	-	20.848	59.826	24.494	99	95.223	28.504	148.320
Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes	(52.023)	(4)	(15.561)	(157.647)	(225.235)	(65.687)	120	17.141	(18.004)	(66.430)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(11.685)	(5)	(70.795)	(36.197)	(118.682)	(4.397)	(17)	(68.994)	(32.123)	(105.531)
<b>Passivo referente ao Benefício Definido</b>	<b>(135.395)</b>	<b>(38)</b>	<b>(622.757)</b>	<b>(392.431)</b>	<b>(1.150.621)</b>	<b>(110.660)</b>	<b>(34)</b>	<b>(536.401)</b>	<b>(219.435)</b>	<b>(866.530)</b>
Parcela referente a Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.070)	(2.070)
<b>(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício</b>	<b>(135.395)</b>	<b>(38)</b>	<b>(622.757)</b>	<b>(392.431)</b>	<b>(1.150.621)</b>	<b>(110.660)</b>	<b>(34)</b>	<b>(536.401)</b>	<b>(221.505)</b>	<b>(868.600)</b>

### COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2016					2017 - Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	312	-	-	8.360	8.672	182	-	-	8.431	8.613
Contribuições dos participantes	(2.828)	-	-	(2.196)	(5.024)	(2.302)	-	-	(2.196)	(4.498)
Custo de juros	65.779	5	70.795	150.948	287.527	58.023	4	53.010	142.662	253.699
Retorno esperado dos ativos do plano	(51.577)	-	-	(120.916)	(172.493)	(45.262)	-	-	(100.990)	(146.252)
Amortização de serviço passado (efeito de alteração do plano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da despesa do exercício	11.685	5	70.795	36.197	118.681	10.641	4	53.010	47.907	111.562

### AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES

	2016 - Real				2015 - Real					
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES										
Ganho/(perda) acumulado até o exercício anterior	(214.526)	(884)	(86.067)	91.229	(210.248)	(148.839)	(1.004)	(103.208)	109.233	(143.818)
Ganho/(perda) do exercício atual	(52.023)	(4)	(15.561)	(157.647)	(225.235)	(65.687)	120	17.141	(18.004)	(66.430)
Ganho/(perda) total reconhecido ao final do exercício seguinte	(266.549)	(888)	(101.628)	(66.418)	(435.483)	(214.526)	(884)	(86.067)	91.229	(210.248)

## 20.6. Resultados da Avaliação Atuarial (continuação)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	2016							
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD				
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(44.331)	-3,80%	(1)	-2,88%	(11.355)	-2,15%	(62.867)	-4,66%
Redução de 0,5%	47.611	4,08%	1	3,04%	11.850	2,24%	68.564	5,08%
Expectativa de Vida								
Redução da Expectativa em 1 ano	(27.948)	-2,39%	(1)	-3,67%	(24.914)	-4,71%	(23.561)	-1,75%
Aumento da Expectativa em 1 ano	27.561	2,36%	1	3,65%	25.445	4,81%	23.073	1,71%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	73	0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	4.853	0,36%
Redução de 0,5%	(72)	-0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.312)	-0,32%

ANÁLISE DA VARIAÇÃO EM PERDAS/(GANHOS) SOBRE AS OBRIGAÇÕES APURADAS	2016			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Alteração da Taxa de Desconto em relação ao ano anterior	117.542	3	29.599	183.050
Alteração da Taxa de Crescimento Real de Salários em relação ao ano anterior	-	-	-	-
Alteração da Composição Familiar em relação ao ano anterior	(18.176)	-	-	(28.882)
Experiência da população	44.137	1	(14.038)	-
Outras Variáveis	-	-	-	59.138
Total das perdas / (ganhos)apuradas no exercício	143.503	4	15.561	213.306

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2016	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Disponível	0,03%	0,02%
Realizável – Gestão Previdencial	8,33%	4,47%
Realizável – Gestão Administrativa	1,14%	3,51%
Títulos Públicos	56,46%	57,40%
Créditos Privados e Depósitos	7,88%	7,60%
Ações	11,91%	10,94%
Fundos de Investimentos	12,08%	12,86%
Investimentos Imobiliários	0,68%	0,63%
Empréstimos e Financiamentos	1,49%	2,57%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

## 21. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>		
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE .....	149.131	53.191
Repactuação de Dívida - CDE .....	4.098	-
CDE Conta ACR .....	18.016	17.003
Programa de Eficiência Energética - Recursos PEE .....	128.484	98.824
Programa de Eficiência Energética - Recursos P&D .....	68.185	59.851
Programa de Eficiência Energética - Recursos FNDCT .....	584	726
Programa de Eficiência Energética - Recursos MME .....	292	363
Encargos Setoriais - CCRBT .....	-	644
<b>Total</b>	<b>368.790</b>	<b>230.602</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Repactuação de Dívida - CDE .....	148.734	153.899
Recursos PEE .....	31.400	30.222
Recursos P&D .....	12.501	11.441
Obrigações Especiais .....	192.588	-
<b>Total</b>	<b>385.223</b>	<b>195.562</b>

### 21.1. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos Programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$5.340 referente ao PEE e R\$7.191 referente ao P&D (vide notas explicativas nº 9.2 e nº 9.3).



## 22.2. Movimentação da provisão para contingências

	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2014	143.990	117.985	-	261.975
(+) Novos Ingressos .....	7.997	14.321	1.450	23.768
(-) Pagamentos .....	(9.426)	(36.944)	(20)	(46.390)
(-) Montantes Revertidos .....	(66.275)	(28.255)	(156)	(94.686)
(+) Atualização Monetária .....	22.596	27.127	496	50.219
(-) Montantes Depositados .....	18.338	6.052	(122)	24.268
(=) Saldo Final Dezembro/2015	117.220	100.286	1.648	219.154
(+) Novos Ingressos .....	38.565	40.336	1.297	80.198
(-) Pagamentos .....	(27.272)	(28.299)	(82)	(55.653)
(-) Montantes Revertidos .....	(22.065)	(34.338)	(313)	(56.716)
(+) Atualização Monetária .....	18.281	20.805	426	39.512
(+/-) Montantes Depositados .....	(920)	1.673	60	813
(=) Saldo Final Dezembro/2016	123.809	100.463	3.036	227.308

## 22.3. Natureza das ações

### 22.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos, com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo, sendo provisionados os valores prováveis de perda destes processos. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento e prêmio assiduidade e outras.

### 22.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a convênios de devolução, corte/religação de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial e outras.

### 22.3.3. Tributárias

A Concessionária, no que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS a CEEE-D, possui contenciosos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo. Esses contingentes perfazem cerca de R\$12.543 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) contabiliza seu passivo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse passivo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro que será devido em período futuro relacionado a diferenças temporárias entre a base fiscal e a base societária da Companhia.

### 23.1. Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2016	31/12/2015
Exclusões Temporárias .....	-	170.684
Atualização do Ativo Financeiro .....	78.433	78.433
Base de Cálculo .....	78.433	249.117
(-) 30% da Base Negativa de anos anteriores .....	(23.530)	(74.735)
Base de Cálculo após Compensação .....	54.903	174.382
Alíquota Aplicável (IR e CS) .....	34%	34%
Total do Passivo Fiscal Diferido .....	18.667	59.290

### 23.2. Estimativa de Liquidação - Passivo Fiscal Diferido

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros:

	31/12/2016	31/12/2015
Exercício de 2017 .....	1.867	1.867
Exercício de 2018 .....	1.867	1.867
Exercício de 2019 .....	1.867	1.867
Exercício de 2020 .....	1.867	1.867
A partir do Exercício de 2021 .....	11.199	51.822
	18.667	59.290

### 23.3. Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de Contribuição Social

Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia acumulou prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social sobre o lucro nos valores de R\$2.950.203 (R\$2.492.195 em 31 de dezembro de 2015) e R\$2.950.203 (R\$2.492.195 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro descreve as condições para o reconhecimento de ativo fiscal diferido originado de diferenças temporárias, assim como de prejuízos fiscais e base negativa. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovem a realização desse crédito fiscal. A Companhia revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito. O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa não está reconhecido, na medida em que as condições para o seu registro não estão asseguradas. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$1.267.409 (R\$1.090.058 de 31 de dezembro de 2015).

## 24. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>			
Encargo de Capacidade Emergencial .....		1.551	1.554
Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP .....		5.964	7.846
Consumidores .....	24.1	15.032	18.793
Parcelamento ANEEL - Auto Infração .....	24.2	-	1.630
Parcelamento AGERGS - Auto Infração .....	24.3	3.738	-
Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas .....	24.4	-	1.241
Acordo Judicial Cível .....	24.5	-	5.603
Conta Gráfica .....	33	9.318	15.132
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015 (nota explicativa nº 9.5)...		-	85.714
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/2016 (nota explicativa nº 9.5)...		86.546	-
Provisão de Valores não Faturados .....		9.508	-
Outros Credores .....		16.620	21.610
Total .....		148.277	159.123
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisão Auto de Infração .....	24.6	20.228	23.801
Comercialização de Energia na CCEE .....	24.7	16.576	15.464
Mútuo CEEE-GT .....	24.8/33	355.276	342.448
Outros Credores .....		2.829	-
Total .....		394.909	381.713



#### 24.1. Consumidores

O valor de R\$15.032 (R\$18.793 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

#### 24.2. Parcelamento ANEEL – Auto de Infração 0094/2014

A Concessionária efetuou parcelamento junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL referente ao Auto de Infração nº 0094/2014-SFE, cujo montante acordado na data de adesão era de R\$ 1.956, em 12 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, sendo que a última parcela foi liquidada no mês de agosto/2016, restando liquidado tal parcelamento.

#### 24.3. Parcelamento ANEEL – Auto de Infração 01/2012

A Concessionária efetuou parcelamento junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL referente ao Auto de Infração AGERGS nº 01/2012, cujo montante acordado na data de adesão era de R\$ 6.408, e será pago em 12 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 05 (cinco) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$3.738.

Data do Evento	Histórico	Valor
12/08/2016	Parcelamento ANEEL	6.408
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	42
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(2.712)
	Saldo a Pagar	3.738
CIRCULANTE .....		3.738
Total		3.738

#### 24.4. Acordo Judicial Reclamatória Trabalhista

A Companhia efetuou acordo judicial relativo à reclamatória trabalhista impetrada pelo Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2011. O valor inicial da obrigação de responsabilidade da Companhia perfaz R\$22.451. O montante acordado foi pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo as 10 (dez) primeiras no valor de R\$694 e as demais no valor de R\$310, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, sendo que a última parcela foi liquidada no mês de abril/16, restando liquidado tal parcelamento.

#### 24.5. Acordo Judicial Cível

A Concessionária efetuou acordo judicial cível referente à demanda impetrada pela ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. O processo de conciliação foi efetivado em setembro de 2014, e o valor da obrigação perfaz R\$ 22.173. O montante acordado será pago em 18 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, sendo que a última parcela foi liquidada no mês de abril/16, restando liquidado tal parcelamento.

#### 24.6. Provisão Autos de Infração

O valor de R\$20.228 (R\$23.801 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante refere-se a Autos de Infração que têm por objeto a aplicação de penalidades quanto a não conformidade dos índices de qualidade de atendimento e quanto às interrupções no fornecimento de energia elétrica e demora no restabelecimento do atendimento.

## 24.7. Comercialização de Energia na CCEE

O valor de R\$16.576 (R\$15.464 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

## 24.8. Mútuo CEEE-GT

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária) no valor de até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$300.000 (trezentos milhões de reais) e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212 (trezentos e trinta e cinco milhões duzentos e doze mil). As parcelas liberadas, corrigidas mensalmente pela CDI, perfazem o montante de R\$355.276.

Data do Evento	Histórico	Valor
31/12/2016	Parcelas Liberadas até 31/12/2016	300.000
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	86.276
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(31.000)
	Saldo a Pagar	355.276
NÃO CIRCULANTE		355.276
Total		355.276

## 25. PASSIVO A DESCOBERTO

### 25.1. Capital Social

O capital social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$23.703, com a seguinte composição:

	31/12/2016						31/12/2015	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR .....	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	255.276.346	65,92
ELETOBRÁS .....	3.067.033	32,23	87.638	53,43	3.154.671	32,59	126.187.018	32,59
Municípios .....	33.023	0,34	50.708	30,92	83.731	0,87	3.354.007	0,87
Custódia BM&F Bovespa S.A .....	35.252	0,37	22.964	14,00	58.216	0,60	2.317.857	0,60
Outros .....	603	0,01	1.617	0,99	2.220	0,02	94.600	0,02
	9.516.732	100,00	164.014	100,00	9.680.746	100,00	387.229.828	100,00

Ressalta-se que em 29 de abril de 2016, os acionistas aprovaram o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, determinando que a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia passa a ter a proporção de 40 (quarenta) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, tornando-se o capital com a representatividade das ações demonstradas na tabela acima.

## 25.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.592.060 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 no montante de R\$1.730.530, e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais até o limite do lucro líquido do exercício.

Considerando que a reserva constituída é inferior às subvenções registradas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 nos montantes de R\$67.334, R\$16.092 e R\$138.470, respectivamente, a mesma deverá ser complementada a partir dos resultados futuros até o montante de R\$1.813.957, conforme determina o § 3º do art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

## 25.3. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
Perda Atuarial .....	(435.484)	(210.249)
	<u>(435.484)</u>	<u>(210.249)</u>

## 26. RESULTADO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do prejuízo básico e diluído foi o prejuízo líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

### 26.1. Básico

	31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período .....	(442.080)	(7.619)	(449.699)
Denominador Básico .....	9.516.732	164.014	9.680.746
Média das Ações .....	<u>(46,45)</u>	<u>(46,45)</u>	<u>(46,45)</u>
Prejuízo Básico por Ação - R\$			
	31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período .....	(505.532)	(8.712)	(514.244)
Denominador Básico .....	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Média das Ações .....	<u>(1,33)</u>	<u>(1,33)</u>	<u>(1,33)</u>
Prejuízo Básico por Ação - R\$			

### 26.2. Diluído

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador Diluído		
Prejuízo Líquido para as ações ordinárias.....	(442.080)	(505.532)
Prejuízo Líquido para as ações preferenciais.....	(7.619)	(8.712)
	<u>(449.699)</u>	<u>(514.244)</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias .....	9.516.732	380.669.270
Ações Preferenciais .....	164.014	6.560.558
	<u>9.680.746</u>	<u>387.229.828</u>
Prejuízo Diluído por Ação - R\$	<u>(46,45)</u>	<u>(1,33)</u>

## 27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado
Receita Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica .....	2.874.679	2.779.442
Passivo/Ativo Financeiro Setorial .....	(371.726)	274.863
Renda Não Faturada .....	133.741	44.771
Suprimento de Energia Elétrica .....	14.299	2.200
Disponibilização do Sistema de Distribuição .....	1.817.723	1.890.209
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	1.628	110.057
Receita de Construção .....	372.654	359.616
Remuneração do Ativo Financeiro .....	3.615	181.122
Outras Receitas Operacionais .....	146.937	131.944
	<u>4.993.550</u>	<u>5.774.224</u>
Deduções da Receita		
ICMS .....	(1.307.782)	(1.054.911)
PASEP e COFINS .....	(242.624)	(206.498)
Outros Encargos .....	(86.994)	(326.258)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE .....	(24.952)	(29.932)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE .....	(564.474)	(595.442)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSE .....	(2.470)	(3.125)
	<u>(2.229.296)</u>	<u>(2.216.166)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>2.764.254</u>	<u>3.558.058</u>

O valor de R\$133.741 (R\$44.771 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

### 27.1. Fornecimento de Energia Elétrica e Disponibilização do Sistema de Distribuição

Os saldos compõem-se de:

	Número de Consumidores (*)		Fornecimento MWh (*)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Residencial .....	1.377.152	1.374.764	2.665.715	2.879.617
Industrial .....	12.561	13.006	686.755	1.154.205
Comercial .....	143.406	144.646	1.880.993	2.327.936
Rural .....	87.444	86.774	517.703	561.019
Poder Público .....	7.957	7.644	329.071	295.966
Outros* .....	1.237	1.102	1.325.443	1.248.713
	<u>1.629.757</u>	<u>1.627.936</u>	<u>7.405.680</u>	<u>8.467.456</u>

(\*) Não auditado

	Fornecimento R\$		Fornecimento (%)	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Residencial .....	1.360.658	1.108.332	45,23%	39,24%
Industrial .....	329.116	460.635	10,94%	16,31%
Comercial .....	905.022	836.034	30,08%	29,60%
Rural .....	156.783	127.660	5,21%	4,52%
Poder Público .....	161.785	113.201	5,38%	4,01%
Outros* .....	95.056	178.351	3,16%	6,32%
	<u>3.008.420</u>	<u>2.824.213</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

	Disponibilização do Sistema de Distribuição R\$ (b)	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita de Uso do Sistema .....	1.817.723	1.890.209
	<u>1.817.723</u>	<u>1.890.209</u>

\*A rubrica Outros se refere principalmente ao fornecimento e disponibilização do sistema de distribuição ao Serviço Público e à Iluminação Pública.

## 27.2. Receita de Construção

A Companhia reconhece as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária a remuneração com margem diferente de zero sobre os serviços de construção. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após a dedução dos recursos provenientes do ingresso das obrigações especiais.

Em atendimento ao ICPC 01 (IFRIC 12) que estabelece que a concessionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita de serviços que presta de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas, a CEEE-D reconhece a receita de construção em igual valor ao custo de construção apurado no período.

## 28. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
Energia Elétrica Comprada para Revenda .....	1.741.899	2.464.635
Encargo de Uso do Sistema .....	198.258	236.343
	<u>1.940.157</u>	<u>2.700.978</u>

### 28.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

SUPRIMENTO RS (*)	31/12/2016	31/12/2015
Energia Comprada Hídrica .....	608.285	773.215
Energia Comprada Hídrica Itaipu .....	306.859	527.873
Energia Comprada Térmica .....	381.426	570.697
Energia Comprada Fontes Alternativas e Outras .....	445.329	592.850
	<u>1.741.899</u>	<u>2.464.635</u>

(\*) Valores líquidos dos Repasses CDE e CCRBT

## 29. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos compõem-se de:

	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado
<b>Pessoal e Administradores</b>										
Remuneração e Encargos	264.787	224.676	-	-	51.826	53.084	-	-	316.613	277.760
Cláusula 25 CTP	5	17	-	-	-	-	-	-	5	17
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012..	119.108	93.074	-	-	15.302	17.183	-	-	134.410	110.257
INSS - Empregador	53.613	65.870	-	-	10.268	301	-	-	63.880	66.171
Administradores	288	(1)	-	-	1.639	1.971	-	-	1.927	1.970
Subtotal Pessoal / Administradores	437.801	383.636	-	-	79.035	72.539	-	-	516.836	456.175
Empréstimo Fundação ELETROCEE - SF 1254	15.263	19.023	-	-	-	-	-	-	15.263	19.023
<b>Total Pessoal e Administradores</b>	<b>453.064</b>	<b>402.659</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79.035</b>	<b>72.539</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>532.099</b>	<b>475.198</b>
Material	31.631	20.687	-	-	1.600	707	-	-	33.231	21.394
Serviço de Terceiros	112.367	95.393	13.245	13.316	24.696	27.344	-	-	150.308	136.053
Depreciação e Amortização	16.805	1.499	-	-	6.551	3.222	-	-	23.356	4.721
Custo de Construção	372.654	359.616	-	-	-	-	-	-	372.654	359.616
Amortização do Intangível da Concessão	101.662	53.912	-	-	-	-	-	-	101.662	53.912
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	81	49	-	-	81	49
Arrendamentos e Aluguéis	8.903	8.321	-	-	206	190	-	-	9.109	8.511
Seguros	164	106	-	-	32	32	-	-	196	138
Tributos	7.496	1.691	-	-	835	3.544	-	-	8.332	5.235
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	33.494	41.554	-	-	-	-	33.494	41.554
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	42.428	(13.371)	42.428	(13.371)
Provisão para Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	30.262	24.997	30.262	24.997
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	-	9.071	-	9.071
Reversão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	(7.152)	(4.195)	(7.152)	(4.195)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	2.062	3.359	2.062	3.359
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	4.092	5.966	4.092	5.966
Acordos Judiciais Trabalhistas e Cíveis	-	-	-	-	-	-	7.092	1.842	7.092	1.842
Débitos de Consumidores	-	-	24.764	23.702	-	-	-	-	24.764	23.702
Outros	6.942	11.997	-	(1)	1.907	458	2.112	12.769	10.962	25.223
<b>TOTAL</b>	<b>1.111.688</b>	<b>955.881</b>	<b>71.503</b>	<b>78.571</b>	<b>114.943</b>	<b>108.085</b>	<b>80.896</b>	<b>40.438</b>	<b>1.379.030</b>	<b>1.182.975</b>



### 30. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

OUTRAS RECEITAS	31/12/2016	31/12/2015
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos .....	28.421	29.836
Receita de Aluguel de Postes .....	23.620	21.541
Acordo CGTEE Processo nº 2344/07 .....	28.203	-
Outras .....	16.096	13.987
	<u>96.340</u>	<u>65.364</u>
OUTRAS DESPESAS	31/12/2016	31/12/2015
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos .....	(19.968)	(23.538)
Perda Fração CIAP - ICMS .....	(4.788)	(5.407)
Outras .....	(19.797)	(12.237)
	<u>(44.553)</u>	<u>(41.182)</u>

### 31. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicações Financeiras .....	8.505	5.831
Acréscimo Moratório - Energia Vendida .....	85.861	55.831
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais .....	14.079	12.817
Variação Cambial - Energia Comprada .....	31.168	30.844
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos .....	212.953	52.214
Variação Monetária - SELIC CVA .....	72.143	73.211
Atualização Monetária - Notas do Tesouro Nacional - NTN-B .....	-	5.298
Outras Receitas Financeiras .....	40.925	43.578
Total Receita Financeira	<u>465.634</u>	<u>279.624</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Dívidas .....	(106.208)	(76.568)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT .....	(28.154)	(20.543)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos .....	(100.591)	(190.871)
Variação Cambial - Energia Comprada .....	(14.036)	(104.728)
Variação Monetária - SELIC CVA .....	(74.488)	(17.712)
Juros e Multas .....	(77.975)	(19.458)
Correção Monetária, Juros e Despesas Financeiras com Parcelamentos .....	(113.754)	(74.081)
Outras Despesas Financeiras .....	(15.084)	(28.960)
Total Despesa Financeira	<u>(530.290)</u>	<u>(532.921)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	<u>(64.656)</u>	<u>(253.297)</u>

### 32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total IRPJ e CSLL Corrente	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferidos - Ajustes IFRS	-	-	(5.882)	(2.118)
Total IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias	(29.870)	(10.753)	(24.093)	(8.673)
IR CS Diferidos	(29.870)	(10.753)	(29.975)	(10.791)
Total IRPJ e CSLL	(29.870)	(10.753)	(29.975)	(10.791)

### 33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

		31/12/2016				
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Total
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa	5	2.244	-	-	-	2.244
Aplicações financeiras	5	7.782	-	-	-	7.782
Parcelamentos		21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	69	157	-	56	282
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	-	11.262	-	11.262
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015	9	-	-	19.048	-	19.048
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/2016	9	-	-	103.855	-	103.855
Quotas de Custeio e Energia - Proinfra e CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição	10	-	-	5.985	-	5.985
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	-	2.861	-	2.861
		32.041	157	143.011	56	175.265
<b>Passivo</b>						
Conta Gráfica	24	-	9.318	-	-	9.318
Mútuo CEEE-GT	24	-	355.276	-	-	355.276
Fornecedores	16	-	7.775	-	-	7.775
Contribuição Patrocinadora	20	-	-	-	10.006	10.006
Empréstimo circulante	19 e 20	-	-	4.121	-	4.121
Empréstimo não circulante	19 e 20	-	-	19.763	109.006	128.769
		-	372.369	23.884	119.012	515.265
<b>Resultado</b>						
Energia elétrica comprada para revenda		-	(2.434)	-	-	(2.434)
Encargos de uso do sistema		-	(54.769)	-	-	(54.769)
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(50.727)	(50.727)
Receita financeira		5.821	21	-	-	5.842
Despesa financeira		-	(45.483)	(1.816)	-	(47.299)
		5.821	(102.665)	(1.816)	(50.727)	(149.387)

		31/12/2015				
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Total
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa .....	5	12.492	-	-	-	12.492
Aplicações financeiras .....	5	7.570	-	-	-	7.570
Parcelamentos .....		21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários .....	9	162	270	-	139	571
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social .....	9	-	-	4.450	-	4.450
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015 .....	9	-	-	95.238	-	95.238
Quotas de Custo e Energia - Proinfra e CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição .....	10	-	-	5.985	-	5.985
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT .....	9	-	-	2.861	-	2.861
		<u>42.170</u>	<u>270</u>	<u>108.534</u>	<u>139</u>	<u>151.113</u>
<b>Passivo</b>						
Conta Gráfica .....	24	-	15.132	-	-	15.132
Mútuo CEEE-GT .....	24	-	342.448	-	-	342.448
Fornecedores .....	16	-	9.811	-	-	9.811
Contribuição Patrocinadora .....	20	-	-	-	19.033	19.033
Empréstimo circulante .....	19 e 20	-	-	4.122	1.790	5.912
Empréstimo não circulante .....	19 e 20	-	-	23.884	109.006	132.890
		<u>-</u>	<u>367.391</u>	<u>28.006</u>	<u>129.829</u>	<u>525.226</u>
		31/12/2015				
<b>Resultado</b>						
Energia elétrica comprada para revenda .....		-	(355)	-	-	(355)
Encargos de uso do sistema .....		-	(52.301)	-	-	(52.301)
Despesa operacional - Pessoal .....		-	-	-	(69.533)	(69.533)
Receita financeira .....		4.399	-	-	-	4.399
Despesa financeira .....		-	(34.865)	(2.673)	-	(37.538)
		<u>4.399</u>	<u>(87.521)</u>	<u>(2.673)</u>	<u>(69.533)</u>	<u>(155.328)</u>

### 33.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$1.927 (R\$2.108 em 31 de dezembro de 2015), possuindo diretores empregados e não empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal conforme Plano de Contas da ANEEL.

A remuneração dos Diretores não empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS	31/12/2016	31/12/2015
Conselho de Administração .....	312	330
Conselho Fiscal .....	159	132
Verba de Representação e Honorário Diretor não Empregado .....	633	655
Pessoal Adido .....	296	257
Encargos .....	527	596
Subtotal .....	<u>1.927</u>	<u>1.970</u>
Diretores Empregados .....	-	138
Total .....	<u>1.927</u>	<u>2.108</u>

### 34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização como segue:

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos Financeiros</b>			
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado			
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante.....	5	2.244	12.492
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Não-Circulante.....	5	7.782	7.570
Aplicações Financeiras Vinculadas .....	5	-	2.181
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	6	606.851	568.024
<b>Disponível para Venda</b>			
Ativo Financeiro da Concessão .....	12	469.387	472.579
<b>TOTAL</b>		<b>1.086.264</b>	<b>1.062.846</b>
<b>Passivos Financeiros</b>			
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado			
Fornecedores .....	16	441.196	458.390
Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações .....	19	454.772	479.078
<b>TOTAL</b>		<b>895.968</b>	<b>937.468</b>

#### 34.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras e aos Consumidores estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de consumo de energia elétrica de poderes públicos, federal, estadual e municipal (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$143.401. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, possui também registrado nas contas patrimoniais parcelamentos com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no montante de R\$21.946 e com Prefeituras Municipais no montante de R\$86.740. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

##### 34.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	22.801	73.961
Aplicações Financeiras de Longo Prazo .....	5	7.782	9.751
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	6	606.851	568.024
Ativo Financeiro da Concessão .....	12	469.387	472.579
<b>Total</b>		<b>1.106.821</b>	<b>1.124.315</b>

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com Poder Concedente, o risco de crédito se origina quando a Companhia incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

*I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)*

A Companhia identificou evidências de perda por redução no valor recuperável nas contas a receber que já são reduzidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

*II. Garantias*

A Companhia concedeu garantia quando da captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo que parte das contas a receber é repassada ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

*III. Derivativos*

A Companhia não possui operações com derivativos.

*34.1.2. Risco de Preço*

As tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas.

Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica, realizada a cada quatro anos, que tem como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

*34.1.3. Risco de Mercado*

A quantidade de energia comprada para atendimento à Companhia está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Companhia descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontratação de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada Companhia, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Défis - MCSD.

Além do recurso de descontratação, a Companhia tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 5% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias). Os compromissos assumidos com compra de energia estão elencados conforme quadro a seguir:

LEILÃO	TIPO ENERGIA	PRODUTO	MWh (*)	%
4º Leilão	Energia Existente Hídrica	2009-8	190.526,38	2,1%
1º Leilão	Energia Nova Hídrica	2008-30	22.150,88	0,2%
1º Leilão	Energia Nova Hídrica	2009-30	9.239,24	0,1%
1º Leilão	Energia Nova Hídrica	2010-30	279.893,79	3,1%
3º Leilão	Energia Nova Hídrica	2011-30	112.559,23	1,2%
5º Leilão	Energia Nova Hídrica	2012-30	106.479,81	1,2%
LPE Santo Antônio	Energia Nova Hídrica	2012-30	214.968,02	2,4%
LPE Jirau	Energia Nova Hídrica	2013-30	545.702,80	6,0%
LPE Belo Monte	Energia Nova Hídrica	2016-30	55.872,22	0,6%
8º Leilão	Energia Nova Hídrica	2012-30	46,63	0,0%
12º Leilão	Energia Existente Hídrica	2014-3	363.077,32	4,0%
13º Leilão	Energia Existente Hídrica	2014-6	615.539,71	6,7%
1º Leilão	Energia Nova Térmica	2008-T15	152.814,06	1,7%
1º Leilão	Energia Nova Térmica	2009-T15	103.007,69	1,1%
1º Leilão	Energia Nova Térmica	2010-T15	261.992,15	2,9%
4º Leilão	Energia Nova Térmica	2010-T15	39.368,20	0,4%
6º Leilão	Energia Nova Térmica	2011-T15	36.736,45	0,4%
3º Leilão	Energia Nova Térmica	2011-T15	105.833,38	1,2%
5º Leilão	Energia Nova Térmica	2012-T15	231.030,49	2,5%
7º Leilão	Energia Nova Térmica	2013-T15	699.044,64	7,7%
12º Leilão	Energia Nova Eólica	2014-OF20	44.834,20	0,5%
12º Leilão	Energia Nova Térmica	2014-T20	52.531,97	0,6%
12º Leilão	Energia Nova Hídrica	2014-H30	23.172,12	0,3%
13º Leilão	Energia Existente Térmica	2014-T05	304.368,72	3,3%
8º Leilão	Energia Nova Térmica	2012-T15	466,32	0,0%
14º Leilão	Energia Existente Hídrica	2015-3	138.452,59	1,5%
14º Leilão	Energia Existente Térmica	2015-3	134.953,26	1,5%
13º Leilão	Energia Nova Eólica	2016-OF20	116.524,27	1,3%
13º Leilão	Energia Nova Térmica	2016-T20	6.240,77	0,1%
17º Leilão	Energia Nova Eólica	2016-OF20	172.017,48	1,9%
ITAIPU			1.943.430,03	21,3%
PROINFA			192.383,16	2,1%
ANGRA			342.462,65	3,7%
COTAS GARANTIA FÍSICA			2.632.010,70	28,8%
BILATERAIS			33.906,24	0,4%
CONTABILIZAÇÃO DE CURTO PRAZO			(1.150.871,61)	-12,6%
TOTAL			9.132.765,96	100,0%

(\*) Não auditado

Os riscos existentes são:

Não atendimento a 100% do mercado – exposição voluntária ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;

Repasse não integral da energia comprada acima do nível regulatório;

Variações drásticas de mercado que impliquem em subcontratação ou sobrecontratação decorrentes de crises econômicas;

Saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 KW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

Grande volatilidade do preço da energia liquidada no curto prazo, para atender variações sazonais de demanda, provocada por variações climáticas que interferem na disponibilidade de geração hídrica em cada mês;

Despacho de geração térmica para substituir a falta eventual de geração hídrica, o que eleva os preços dos contratos por disponibilidade na proporção do custo do combustível utilizado nesta geração;

#### 34.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial atrelado aos contratos de compra de energia de Itaipu e



Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio. As alterações cambiais provenientes dos contratos de energia de Itaipu serão repassadas à tarifa por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A- CVA.

#### I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2016 cuja cotação do dólar corresponde a R\$3,26 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do Bacen para 31/03/2017, correspondente ao dólar a R\$3,10. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 31/12/2016	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos .....	407.196	342.411	428.014	513.617
Fornecedores (Itaipu Binacional) .....	294.813	247.908	309.885	371.862
Passivo Líquido Exposto	702.009	590.319	737.899	885.479
Efeito Líquido da Variação Cambial			147.580	295.160

#### 34.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Companhia se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela a seguir demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota Explicativa	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa .....	5	22.801	22.801	-	-	-
Aplicações Financeiras .....	5	7.782	7.782	-	-	-
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	6	606.851	596.461	-	-	10.390
Ativo Financeiro da Concessão .....	12	469.387	-	-	-	469.387
		1.106.821	627.044	-	-	479.777
<b>Passivos Financeiros</b>						
Empréstimos e Financiamentos .....	19	1.047.127	74.164	102.570	263.762	606.631
Fornecedores .....	16	632.253	441.196	-	191.057	-
		1.679.380	515.360	102.570	454.819	606.631

#### 34.1.6. Gestão de Capital

A Companhia visa uma estrutura de capital que seja coerente com o cenário macroeconômico e setorial e que também seja capaz de salvaguardar sua capacidade de continuidade a fim de que se mantenha a confiança do investidor e que seja possível a captação de novos financiamentos para garantir a execução de seus investimentos.

Por meio de uma estrutura de capital saudável é possível equilibrar o saldo de dívidas e de patrimônio e para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Companhia tem a possibilidade de revisar a sua

prática de pagamento de dividendos, de alongar o perfil de sua dívida bem como de alienar os ativos alheios à concessão.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

#### 34.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

##### I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A Companhia desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/09/2016 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores CDI e IPCA previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 30/09/2016. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	Cenário Base em 31/12/2016	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	19					
Eletrobras - RGR .....		Sem Risco	23.884	23.884	23.884	23.884
			23.884	23.884	23.884	23.884
Passivo Exposto			(23.884)	(23.884)	(23.884)	(23.884)
Efeito esperado no Resultado				-	-	-

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus passivos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Demonstrações Financeiras conforme sugerido no CPC 40 e IFRS7. Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

#### 34.1.8. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, são os seguintes:

	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa .....	5	22.801	22.801
Aplicações Financeiras de Longo Prazo .....	5	7.782	7.782
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	6	606.851	606.851
Ativo Financeiro da Concessão .....	12	469.387	469.387
<b>Total</b>		<b>1.106.821</b>	<b>1.106.821</b>
<b>Passivos Financeiros</b>			
Empréstimos e Financiamentos .....	19	454.772	1.047.127
Fornecedores .....	16	441.196	441.196
<b>Total</b>		<b>895.968</b>	<b>1.488.323</b>

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto Empréstimos e Financiamentos estão registrados contabilmente com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

#### 34.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- I. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- II. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- III. Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo utilizando um método de avaliação e classificados conforme tabela a seguir:

	Valor contábil 31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos Financeiros</b>				
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante .....	2.244	-	2.244	-
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Não-Circulante .....	7.782	-	7.782	-
Ativo Financeiro da Concessão .....	469.387	-	-	469.387
		-	10.026	469.387

	Valor contábil 31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos Financeiros</b>				
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante .....	12.492	-	12.492	-
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Não-Circulante .....	7.570	-	7.570	-
Aplicações Financeiras Vinculadas .....	2.181	-	2.181	-
Ativo Financeiro da Concessão .....	472.579	-	-	472.579
		-	22.243	472.579

#### 34.1.10. Apuração do valor justo

Nível 1 – O valor justo das Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo das aplicações financeiras vinculadas, aplicação SIAC/BANRISUL, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão foi apurado por meio de técnicas que usam

variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

### 35. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial contratado tem vigência de 11/04/2016 à 11/04/2017. O valor do ativo segurado é de R\$52.942 e o valor do prêmio é de R\$150.

### 36. INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS

#### 36.1 Investimentos (\*)

A Companhia aplicou o montante de R\$183,6 em investimentos no exercício de 2016. Entende-se por investimento o somatório das adições no ativo imobilizado, desconsiderando as obrigações especiais.

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
<b>Distribuição</b>											
Terrenos	33.453	-	-	-	9.747	-	43.200	-	-	43.200	33.453
Edificações, obras civis e benfeitorias	85.962	-	(918)	19.692	95.141	1.431	201.908	19.374	(145.981)	55.927	21.247
Máquinas e Equipamentos	2.798.089	-	(59.147)	442.641	866.656	(1.599)	4.046.640	383.494	(1.927.375)	2.119.265	1.448.751
Veículos	37.861	-	(30)	-	-	118	37.950	30	(37.370)	580	727
Móveis e Utensílios	4.185	-	(59)	94	-	(7)	4.213	35	(3.255)	958	997
<b>Administração</b>											
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	1.622	-	-	1.622	1.622	(18)	1.604	-
Máquinas e Equipamentos	20.233	-	(691)	28.412	-	1.289	49.243	27.721	(19.251)	29.992	4.198
Veículos	8.676	-	-	1.325	-	(175)	9.826	1.325	(2.602)	7.224	6.985
Móveis e Utensílios	2.216	-	(25)	246	-	5	2.442	221	(1.911)	531	357
<b>Não Vinculados</b>											
Terrenos	3.318	-	-	-	-	-	3.318	-	-	3.318	3.318
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.624	-	-	-	-	-	11.624	-	(10.087)	1.537	1.687
Máquinas e Equipamentos	1.044	-	-	-	-	-	1.044	-	(978)	66	78
Veículos	894	-	-	-	-	-	894	-	(894)	-	-
Móveis e Utensílios	185	-	-	-	-	-	185	-	(185)	-	-
<b>Obrigações Especiais</b>	(175.757)	-	-	(109.138)	(231.039)	(552)	(516.486)	(109.138)	106.366	(410.120)	(142.215)
<b>Subtotal</b>	<b>2.831.981</b>	<b>-</b>	<b>(60.270)</b>	<b>384.895</b>	<b>740.505</b>	<b>511</b>	<b>3.897.622</b>	<b>-</b>	<b>(2.043.542)</b>	<b>1.854.082</b>	<b>1.379.583</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil</b>											
<b>Distribuição</b>											
Máquinas e Equipamentos	283.829	60.224	-	(268.592)	-	73.892	149.353	(208.368)	-	149.353	283.829
Outros	327.140	169.806	-	(193.837)	-	(68.316)	234.793	(24.031)	-	234.793	327.140
<b>Administração</b>											
Máquinas e Equipamentos	16.119	2.159	-	(28.412)	-	12.211	2.077	(26.253)	-	2.077	16.119
Outros	15.512	2.020	-	(3.192)	-	(6.894)	7.446	(1.172)	-	7.446	15.512
<b>Obrigações Especiais em Curso</b>	(86.200)	(50.612)	-	109.138	-	889	(26.785)	58.526	-	(26.785)	(86.200)
<b>Subtotal</b>	<b>556.399</b>	<b>183.597</b>	<b>-</b>	<b>384.895</b>	<b>-</b>	<b>11.782</b>	<b>366.884</b>	<b>(201.298)</b>	<b>-</b>	<b>366.884</b>	<b>556.399</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>3.388.381</b>	<b>183.597</b>	<b>(60.270)</b>	<b>0,00</b>	<b>740.505</b>	<b>12.293</b>	<b>4.264.506</b>	<b>-</b>	<b>(2.043.542)</b>	<b>2.220.966</b>	<b>1.935.982</b>

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2016	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Distribuição</b>										
Serviços .....	2.677	-	-	-	-	-	2.677	-	2.677	2.739
Softwares .....	11.909	-	-	125	1.800	478	14.312	(9.825)	4.487	4.824
Outros .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>										
Softwares .....	6.606	-	-	17.971	-	95	24.673	(9.067)	15.606	45
Outros .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>21.192</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.096</b>	<b>1.800</b>		<b>41.661</b>	<b>- 18.892</b>	<b>22.769</b>	<b>7.608</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Distribuição</b>										
Serviços .....	1.121	120	-	-	-	(222)	1.019	-	1.019	1.160
Softwares .....	944	-	-	(125)	-	-	819	-	819	833
Outros .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>										
Softwares .....	71.434	14.260	-	(17.971)	-	5.360	62.363	-	62.363	84.230
Outros .....	-	2.958	-	-	-	-	2.958	-	2.958	-
<b>Subtotal</b>	<b>73.499</b>	<b>17.338</b>	<b>-</b>	<b>18.096</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>67.159</b>	<b>-</b>	<b>67.159</b>	<b>86.223</b>

(\*) Informações não auditadas

### 37. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### 37.1 Parcelamento ICMS

A Companhia protocolou, em janeiro/17 e fevereiro/17, solicitação de 02 (dois) parcelamentos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS referente aos Autos de Lançamentos ICMS nº 0038526719 e nº 0038734664, decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencido nas competências de novembro/2016 e dezembro/2016. O valor da obrigação perfaz a importância de R\$ 59.196, o montante parcelado será pago em 6 (seis) prestações mensais e consecutivas, no valor de R\$ 9.866 atualizadas mensalmente pela taxa SELIC.

**PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO**  
Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**  
Diretor

**JULIO ELOI HOFER**  
Diretor

**JORGE PAGLIOLI JOBIM**  
Diretor

**LEONARDO HOFF**  
Diretor

**LUIZ CARLOS SACILOTO TADIELLO**  
Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**  
Diretor

**ELISANGELA MOURA RODRIGUES**  
Contadora CRCRS 62384



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE - D ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE - D em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

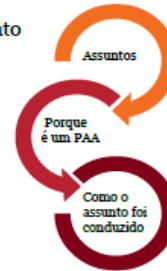
Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício, nos montantes de R\$ 1.236.010 mil e R\$ 1.040.749 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.4, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. O plano da administração para tratar essas condições está divulgado na Nota 1.3. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE - D

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Receitas não faturadas – Nota 27</b>	
<p>A Companhia reconhece receitas de fornecimento de energia mas ainda não faturados (“receitas não faturadas”) decorrentes do intervalo de tempo entre a data da última leitura de medição e a data do encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu R\$ 133.741 mil de receitas não faturadas.</p> <p>A estimativa de receitas não faturadas foi considerada um principal assunto de auditoria tendo em vista que envolve estimativas complexas quanto ao volume de energia fornecida e atribuição desse volume para as diferentes classes de clientes, os quais possuem valores de tarifas específicos, a fim de mensurar o fornecimento não faturado.</p> <p>Variações nessas premissas podem trazer impactos relevantes no que diz respeito ao reconhecimento das receitas dentro do período apropriado.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e da efetividade dos controles internos da administração para determinação das receitas não faturadas, a avaliação da razoabilidade dos dados e premissas utilizados nas estimativas, recálculos dessas receitas, em base de testes, bem como a reconciliação com os registros contábeis.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da receita não faturada são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.</p>
<b>Provisão para déficit atuarial em plano de previdência – Nota 20.3</b>	
<p>A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu provisão para déficit atuarial no montante de R\$ 135.395 mil, tendo a obrigação de benefício definido sido estimada pela administração com o auxílio de atuário</p>	<p>Com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela Fundação ELETROCEE; avaliamos a razoabilidade das principais premissas, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial e tábuas biométricas (mortalidade, entrada em invalidez e</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>independente. A provisão para déficit atuarial foi uma área de foco de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e por envolver estimativas baseadas em premissas complexas e subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumento salarial e taxas de desconto. Variações nessas premissas podem trazer impactos relevantes no que diz respeito ao montante da provisão para déficit atuarial.</p> <p>Adicionalmente, a provisão para déficit atuarial foi reconhecida de forma proporcional à razão do percentual de responsabilidade da patrocinadora conforme estabelecido no Regulamento do Plano, respeitando a proporção de 50% de responsabilidade por parte da patrocinadora e 50% por parte dos participantes do plano. A patrocinadora, em conjunto com a gestora do Plano Único, a Fundação ELETROCEEE, vem buscando o equacionamento do déficit atuarial acumulado conforme estabelecido pelas normas da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, considerando o regime de paridade estabelecido no regulamento do plano.</p>	<p>mortalidade de inválidos) utilizadas nos cálculos atuariais; e efetuamos comparações dessas premissas com benchmarks de mercado, bem como efetuamos recálculo das provisões matemáticas do plano.</p> <p>Também efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do déficit atuarial, definidas em plano, vem respeitando o regime de responsabilidade paritária entre a patrocinadora e os participantes.</p> <p>Consideramos que as premissas utilizadas na determinação da provisão para déficit atuarial são razoáveis, considerando nossas expectativas, e que as informações divulgadas nas notas explicativas estão consistentes com a documentação fornecida pela administração.</p>
Ativo financeiro indenizável – Nota 12	
<p>Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía registrado ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 469.387 mil, que compreende valores a receber do Poder Concedente a título de indenização decorrente dos investimentos efetuados em infraestrutura que não serão completamente amortizados ao final do prazo da concessão. Esses recebíveis são mensurados com base no valor novo de reposição (VNR) em conexão com os processos de Revisão Tarifária Periódica, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Anualmente, esses ativos são atualizados monetariamente e ajustados pela movimentação dos bens que integram a infraestrutura da concessão.</p> <p>Consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e pelo fato de que existe julgamento por</p>	<p>Nossos procedimentos, dentre outros, incluíram a avaliação do desenho e da efetividade dos principais controles internos da administração para registro das adições, baixas e atualizações monetárias no período; inspeção de uma seleção de documentos que suportam as transações de adições e baixas ocorridas no período; discussão dos critérios de elegibilidade das adições e determinação da estimativa de glosas; revisão da atualização monetária dos valores envolvidos e da segregação dos mesmos entre ativo intangível e ativo financeiro, além de testes de cálculo da amortização do ativo intangível.</p> <p>Consideramos que os julgamentos e as estimativas da administração são razoáveis e que os saldos contábeis estão conciliados em relação às mais recentes bases homologadas pela ANEEL, e que as divulgações efetuadas em notas explicativas são</p>

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE - D

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>parte da administração quanto a definição de quais gastos são passíveis de capitalização como custo da infraestrutura refletindo diretamente na mensuração do ativo financeiro indenizável.</p>	<p>consistentes com as informações observadas.</p>
Teste de redução ao valor recuperável de ativos da concessão – Nota 12.3	
<p>Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía registrado ativos da concessão no montante de R\$ 2.207.958 mil. As normas contábeis determinam que esses ativos sejam submetidos a teste de recuperabilidade quando indicadores de <i>impairment</i> se fizerem presentes.</p> <p>A determinação do valor recuperável envolve julgamentos significativos em relação a estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que por sua vez consideram premissas e taxas de descontos afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, bem como por estimativas quanto ao valor justo dos bens sob avaliação. Mudanças nas condições econômicas e de mercado podem impactar significativamente as premissas utilizadas pela administração.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento e avaliação da efetividade dos controles internos que suportam a avaliação de <i>impairment</i> dos ativos da concessão; a verificação do modelo de mensuração adotado e testes dos cálculos; confronto dos fluxos de caixa futuros utilizados com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia; discussão com a administração em relação à razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções dos fluxos de caixa e/ou na determinação dos valores justos de bens.</p> <p>Consideramos que as contabilizações efetuadas e as divulgações nas notas explicativas são consistentes com documentos e informações obtidos em nossos procedimentos de auditoria.</p>
Outros assuntos	

**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE - D

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE - D

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

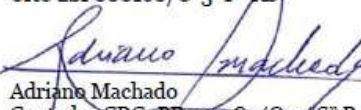


Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE - D

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 27 de março de 2017

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

  
Adriano Machado  
Contador CRC 3PR042584/O-5 "S" R



## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE D relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

**PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO**

Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**

Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**

Diretor

**LEONARDO HOFF**

Diretor

**JORGE PAGLIOLI JOBIM**

Diretor

**LUIS CARLOS SACIOTO TADIELLO**

Diretor

**JÚLIO ELÓI HOFER**

Diretor



## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-D referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

**PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO**

Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**

Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**

Diretor

**LEONARDO HOFF**

Diretor

**JORGE PAGLIOLI JOBIM**

Diretor

**LUIS CARLOS SACIOTO TADIELLO**

Diretor

**JÚLIO ELÓI HOFER**

Diretor

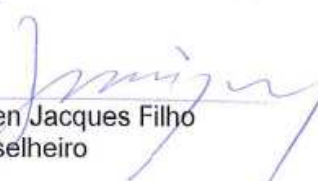
## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, corroboradas a ênfase contidas no Relatório dos Auditores Independentes, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

  
Adriana Furlanetto


Presidente do Conselho Fiscal

  
Cristiane Zinelle Ferreira Lohmann  
Conselheira  
Melissa Guagnini Hoffmann Custódio  
Conselheira  
Denise da Cunha D'Angelo Palácio Requejo  
Conselheira  
Vilson Haussen Jacques Filho  
Conselheiro

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2016, encerrado em 31 de dezembro de 2016, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Acionistas.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.



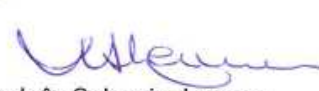
Artur José de Lemos Júnior,  
Presidente do Conselho de Administração.



Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado




Ademir Baretta




Vera Inêz Salgueiro Lermen




Vicente Paulo Mattos de Britto Pereira



Daniel Vargas de Farias



Vicente José Rauber



Egidio Schoenberger

**Companhia Estadual de Energia  
Elétrica Participações  
CEEE - Par**







# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**DEZEMBRO 2016**

**Conforme as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e as Normas  
Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)**

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015**

**Valores expressos em milhares de reais.**

## SUMÁRIO

Relatório de Administração	03
Balanço Patrimonial	06
Demonstração do Resultado	07
Demonstração do Resultado Abrangente	07
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	08
Demonstração dos Fluxos de Caixa	09
Notas Explicativas	10
Relatórios	
Relatório dos Auditores Independentes	96
Declaração dos Diretores	100
Parecer do Conselho Fiscal	102
Manifestação do Conselho de Administração	103

## SENHORES ACIONISTAS

A Administração da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração (RA) e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração.

### 1. Mensagem da Administração

Seguindo nosso compromisso de transparência em todas as ações da gestão, apresentamos o Relatório de Administração 2016 da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE Par.

Nossos esforços de gestão, que iniciaram em janeiro de 2015, quando assumimos a Diretoria das Empresas do Grupo CEEE, seguem surtindo efeito. É com imensa satisfação que anunciamos que a CEEE-GT encerrou o exercício de 2016 com lucro líquido de R\$ 980,4 milhões. Nosso crescimento é visível. Desde 2009 a CEEE GT não se registrava resultado semelhante. Esta grande conquista é resultado, dentre diversos esforços empregados, da indenização das parcelas de receita das instalações componentes da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

Dentre as ações técnico-operacionais que merecem destaque, na área de Geração podemos ressaltar o indicador de disponibilidade das usinas. Encerramos 2016 com 95,25% para as usinas despachadas centralizadamente. A soma de esforços operacionais na aplicação de recursos em manutenção e operação da geração foi da ordem de R\$ 170 milhões, o que está promovendo a modernização e adequação das usinas existentes e também a melhoria da confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica.

Já na área da Transmissão, a expansão e a ampliação de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica registraram incremento de 208 MVA (Megavolt-ampère). Além disso, durante o ano de 2016, foram concluídos 48 reforços no sistema pela área de manutenção de transmissão.

Na CEEE D mesmo com este cenário negativo, nosso resultado manteve-se estável. Finalizamos 2016 tendo investido R\$ 183,6 milhões nos ativos da concessão e reduzindo 5% do endividamento líquido com instituições financeiras. Nossos resultados técnicos e operacionais são ainda mais positivos. O índice regulatório que mede a Duração Equivalente de Interrupção de Energia (DEC) por unidade consumidora foi reduzido de 17,08 para 16,37 horas/ano, o que corresponde a uma melhoria de aproximadamente 4%. Além disso, a Frequência Equivalente de Interrupções (FEC) por unidade consumidora caiu de 11,70 para 11,34, ou seja, melhorou 3%.

Estes resultados foram fruto de um trabalho baseado em importantes medidas de gestão. A implantação dos novos sistemas corporativo e comercial (ERP e SGC) fez parte das realizações. Desde 05 de dezembro de 2016, contamos com o que há de mais moderno em termos sistemas de gerenciamento de informações. Esta mudança está promovendo, dentre diversos benefícios, a assertividade nas informações, a segurança e o controle dos dados das Companhias além de iniciar uma transformação no padrão de qualidade no atendimento aos nossos clientes.

Neste relatório, será possível acompanhar um resumo destas e de muitas outras ações que foram concretizadas em 2016. Nosso trabalho está em pleno desenvolvimento. Seguiremos atuando primando pela transparência, prontidão e antecipação aos fatos

### 2. Perfil da Empresa

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR é a empresa controladora "holding" do Grupo CEEE que possui a controlada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica –

CEEE-GT, e a controlada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, oriundas do processo de reestruturação da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE ocorrido em 2006.

A CEEE-PAR tem por objeto, a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como o desenvolvimento de atividades no setor energético, sob quaisquer de suas fontes, visando à exploração econômica e comercial de seu campo de atividade, mediante a construção e operação, dentre outros, de sistemas de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização de energia elétrica e de serviços correlatos.

O Estado do Rio Grande do Sul detém, obrigatoriamente, a propriedade de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da Companhia, bem como o poder direto de gestão e, somente poderá alienar, ceder, vincular, gravar ou dar em garantia qualquer de suas ações, observado o limite mínimo acima fixado, na forma, nos limites e para os fins dispostos na legislação estadual pertinente. Deverá também manter o controle acionário e o poder direto da gestão das controladas, conservando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) dos respectivos capitais sociais. Atualmente a participação do Estado na CEEE-Par é de 99,9% do capital social.

### **3. Resultado do Exercício**

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par encerrou o exercício de 2015 com um lucro de R\$261,4 milhões. Este resultado deve-se exclusivamente ao resultado da equivalência patrimonial dos investimentos nas suas controladas, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, que foram, respectivamente, lucro de R\$923,8 milhões e prejuízo de R\$527,1 milhões. Para obtenção do montante registrado a título de resultado de equivalência patrimonial, foi aplicado o percentual de 65,92% no resultado das investidas, percentual este condizente com a participação da CEEE-Par em ambas as controladas, ajustando-se o valor inicialmente registrado nos investimentos.

No segmento de distribuição, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou prejuízo de R\$ (527,1) milhões no encerramento do exercício de 2016, representando alta de 2,50% ante o prejuízo de R\$(514,2) milhões no mesmo período de 2015. O resultado manteve-se estável, pois a redução dos custos com energia elétrica e o resultado financeiro positivo, oriundo da variação cambial, foram compensados com a redução da receita operacional bruta, reflexo da contabilização dos Passivos Financeiros Setoriais - (CVA), os quais a CEEE-D deverá devolver no ciclo tarifário atual.

No segmento de geração e transmissão, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT encerrou o exercício de 2016 com lucro líquido de R\$ 923,7 milhões, frente aos R\$84,9 milhões do ano de 2015. Esta elevada variação do resultado líquido é decorrente do registro da RBSE no exercício de 2016.

### **4. Auditores Independentes**

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2013, no valor de R\$40,2 mil.

O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, com uma carga mínima de 269 horas/ano, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2016, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, onde é dado ao presente contrato o valor de R\$47,5 mil e carga horária mínima de 277 horas/ano.

A Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE – D (valor de R\$504,3 mil e uma carga de 2.947 horas/ano) e Companhia Estadual Geração e Transmissão de Energia Elétrica Participações – CEEE – GT (valor de R\$512,9 mil e uma carga de 2.997 horas/ano), que são empresas controladas pela CEEE – Par.

A política na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, junto ao auditor independente, fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item 1.2.10.6 m.2 da Resolução nº 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

**PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO**  
Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**  
Diretor

**JULIO ELÓI HOFER**  
Diretor

**LEONARDO HOFF**  
Diretor

**LUIS CARLOS SACILOTO TADIELLO**  
Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**  
Diretor



## Balanço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	-	-	60.455	114.293
Investimentos em Títulos do Governo .....	10	-	-	126.818	149.963
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	6	-	-	682.935	576.334
Tributos a Recuperar .....	7	-	-	45.487	51.823
Estoque .....	8	-	-	24.938	24.422
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	-	-	62.005	58.873
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI .....	13	-	-	-	-
Ativo Financeiro Setorial Líquido .....	11	-	-	177.548	177.548
Pagamentos Antecipados .....		-	-	1.492	0
Outros Créditos a Receber .....	9	-	-	224.053	200.328
		-	-	<b>1.228.183</b>	<b>1.353.584</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	6	-	-	10.390	113.069
Tributos a Recuperar .....	7	-	-	14.462	10.675
Aplicações Financeiras .....	5	-	-	7.791	18.082
Depósitos Judiciais .....	12	-	-	137.939	139.004
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	-	-	1.011.948	829.782
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital .....	15	-	-	99.477	84.510
Outros Créditos a Receber .....	9	-	-	1.719.756	462.141
Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda .....	14	-	-	52.587	44.551
Investimentos .....	15	1.438.201	976.910	538.931	593.637
Imobilizado .....	16	-	-	629.003	759.813
Intangíveis .....	17	-	-	1.826.346	1.529.069
		<b>1.438.201</b>	<b>976.910</b>	<b>6.040.594</b>	<b>4.592.369</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores .....	18	-	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações .....	21	-	-	-	-
Provisão para Benefícios a Empregados .....	22	-	-	-	-
Obrigações Fiscais .....	20	-	-	-	-
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias .....	24	-	-	-	-
Provisão para Desvalorização de Investimentos .....	15	814.777	318.792	-	-
Obrigações da Concessão .....	23	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	25	-	-	-	-
Outros Passivos .....	26	-	-	-	-
		<b>814.777</b>	<b>318.792</b>	<b>4.090.862</b>	<b>3.178.118</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social .....	27.1.1	319.803	319.803	319.803	319.803
Reserva de Incentivos Fiscais .....		1.846.659	1.846.659	1.846.659	1.846.659
Reserva de Lucros .....		-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes .....	27.1.2	(592.893)	(288.153)	(592.893)	(288.153)
Prejuízos Acumulados .....		(950.145)	(1.220.191)	(950.146)	(1.220.191)
		<b>623.424</b>	<b>658.118</b>	<b>623.423</b>	<b>658.118</b>
Participação dos não controladores .....		-	-	339.836	346.136
		<b>623.424</b>	<b>658.118</b>	<b>963.259</b>	<b>1.004.254</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
		<b>1.438.201</b>	<b>976.910</b>	<b>7.268.777</b>	<b>5.945.953</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



### Demonstração do Resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>28</b>	-	-	<b>4.647.709</b>	<b>4.166.656</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		-	-	<b>(3.531.705)</b>	<b>(4.102.744)</b>
Custo com Energia Elétrica	29	-	-	(2.017.497)	(2.763.522)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros		-	-	(1.821.103)	(2.531.322)
Encargo de Uso do Sistema		-	-	(196.394)	(232.200)
Custo de Operação	30	-	-	(1.514.208)	(1.339.222)
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>		-	-	<b>1.116.004</b>	<b>63.912</b>
Despesas Operacionais	30	-	-	(594.540)	(416.051)
Despesas com Vendas .....		-	-	(77.462)	(81.185)
Despesas Gerais e Administrativas .....		-	-	(202.363)	(165.749)
Outras Despesas Operacionais .....		-	-	(314.715)	(169.117)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável .....	15.3.2.3	-	-	(113.482)	-
Outras Despesas Operacionais .....		-	-	(201.233)	-
Outras Receitas .....	31	-	-	118.954	83.122
Outras Despesas .....	31	-	-	(72.048)	(53.568)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>		-	-	<b>568.370</b>	<b>(322.585)</b>
Resultado de Participações Societárias		261.441	(282.992)	79.785	43.193
Resultado Financeiro, Líquido	32	-	-	(1.853)	(202.346)
Resultado Operacional		261.441	(282.992)	646.302	(481.738)
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CS</b>		<b>261.441</b>	<b>(282.992)</b>	<b>646.302</b>	<b>(481.738)</b>
Imposto de Renda Corrente .....	33	-	-	(2.618)	(18.290)
Imposto de Renda Diferido .....	33	-	-	(186.127)	56.848
Contribuição Social Corrente .....	33	-	-	(1.047)	(6.750)
Contribuição Social Diferida .....	33	-	-	(67.006)	20.465
Participação dos Não Controladores		-	-	(132.743)	146.362
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>		<b>261.441</b>	<b>(282.992)</b>	<b>389.504</b>	<b>(429.465)</b>
Atribuído a Sócios Não Controladores		-	-	(128.063)	146.472
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		261.441	(282.992)	261.441	(282.992)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>		<b>261.441</b>	<b>(282.992)</b>	<b>389.504</b>	<b>(429.465)</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>(299.061)</b>	<b>(71.784)</b>	<b>(453.672)</b>	<b>(108.895)</b>
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda .....	10	15.758	(23.079)	23.905	(35.011)
Venda de Títulos do Governo .....	10	5.957	33.401	9.036	50.669
Perda Atuarial .....		(313.740)	(78.596)	(475.941)	(119.229)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes .....	10	(7.035)	(3.510)	(10.672)	(5.324)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>(37.620)</b>	<b>(354.776)</b>	<b>(64.168)</b>	<b>(538.360)</b>
Atribuído ao Acionista da Empresa Controladora		-	-	(35.201)	(354.781)
Atribuído aos Acionistas da Empresa Não Controladora		-	-	(28.967)	(183.579)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA						
	Reserva de Lucros						Total
	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Participação dos Não Controladores	
<b>SALDOS EM 31/12/2014</b>	319.803	1.846.659	23.063	(969.544)	(210.242)	528.149	1.537.888
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(282.992)	-	(146.473)	(429.465)
Aquisição de controle	-	-	-	-	-	(1.016)	(1.016)
Integralização de capital	-	-	-	-	-	955	955
Absorção de Reservas	-	-	(23.063)	23.063	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	10.322	5.336	15.658
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(3.510)	(1.814)	(5.324)
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	-	(78.596)	(40.633)	(119.229)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(71.784)	(37.111)	(108.895)
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	9.282	(9.282)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuídos dos ativos	-	-	-	-	3.155	1.632	4.787
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	9.282	(6.127)	1.632	4.787
<b>SALDOS EM 31/12/2015</b>	319.803	1.846.659	-	(1.220.191)	(288.153)	346.136	1.004.254
Lucro do Exercício	-	-	-	261.441	-	128.063	389.504
Integralização de capital	-	-	-	-	-	18.738	18.738
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	21.717	11.235	32.952
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(7.035)	(3.637)	(10.672)
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	-	(313.740)	(160.701)	(474.441)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(299.058)	(153.103)	(452.161)
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	8.605	(8.605)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuídos dos ativos	-	-	-	-	2.923	-	2.923
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	8.605	(5.682)	-	2.923
<b>SALDOS EM 31/12/2016</b>	319.803	1.846.659	-	(950.146)	(592.893)	339.834	963.259

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>261.441</b>	<b>(282.992)</b>	<b>389.503</b>	<b>(429.465)</b>
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo .....	-	-	(96.383)	190.148
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis .....	-	-	155.414	85.078
Resultado de Equivalência Patrimonial .....	(261.441)	282.992	(78.248)	(43.193)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras .....	-	-	305.566	10.755
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos .....	-	-	-	103.413
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	-	-	39.453	48.101
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	-	-	252.308	(77.312)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível .....	-	-	698.742	268.405
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo .....	-	-	(14.091)	(57.355)
Outros .....	-	-	-	-
<b>CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.652.264</b>	<b>98.575</b>
<b>Variações no Ativo Circulante e Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>140.200</b>	<b>463.479</b>
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	-	-	(40.363)	(251.106)
Tributos a Recuperar .....	-	-	2.549	21.704
Aplicações Financeiras de Longo Prazo .....	-	-	10.291	16.810
Estoques .....	-	-	(516)	(2.891)
Investimentos em Títulos do Governo .....	-	-	70.177	445.444
Depósitos Judiciais .....	-	-	2.949	(17.792)
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI .....	-	-	-	222.634
Ativo Financeiro da Concessão .....	-	-	-	-
Conta de Compensação dos Itens da Parcela A - CVA .....	-	-	113.371	25.979
Outros Créditos a Receber .....	-	-	(17.600)	2.697
Bens e Direitos Destinados à Alienação .....	-	-	(113)	-
<b>Variações no Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>170.031</b>	<b>662.612</b>
Fornecedores .....	-	-	(121.800)	353.904
Obrigações Trabalhistas .....	-	-	13.556	1.951
Obrigações Fiscais .....	-	-	180.745	240.655
Provisão para Benefícios a Empregados .....	-	-	(170.642)	(149.569)
Obrigações da Concessão .....	-	-	329.201	262.639
Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis .....	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos .....	-	-	7.061	539
Pagamento de Encargos de Dívidas .....	-	-	(30.145)	(32.233)
Outros Passivos .....	-	-	(37.945)	(15.274)
<b>CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.962.495</b>	<b>1.224.666</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(926.953)</b>	<b>(593.999)</b>
Aumento/Redução de Investimentos .....	-	-	-	(10.927)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado .....	-	-	(424.288)	(566.175)
Aquisição de Ativo Intangível .....	-	-	(502.665)	(16.897)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital .....	-	-	-	-
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>98.529</b>	<b>(187.271)</b>
Incremento de Empréstimos e Financiamentos .....	-	-	152.516	200.386
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos .....	-	-	(53.987)	(387.657)
<b>REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(53.838)</b>	<b>(2.394)</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa .....	-	-	114.293	116.687
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa .....	-	-	60.455	114.293

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



### Notas Explicativas

às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par é uma sociedade anônima de capital fechado, organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006, rege-se por estatuto, bem como pela legislação aplicável. O principal acionista da CEEE Participações é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul que detém mais de 99,99% de suas ações.

A CEEE-Par tem por objeto a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como o desenvolvimento de atividades no setor energético, sob quaisquer de suas fontes, visando à exploração econômica e comercial de seu campo de atividade, mediante a construção e operação, dentre outros, de sistemas de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização de energia elétrica e de serviços correlatos, como prestar serviços de consultoria dentro de sua área de atuação, no Brasil ou no exterior, exercer atividades relacionadas direta ou indiretamente com seu objeto social e utilizar a infraestrutura das suas controladas para a prestação de serviços, visando à produção de outras receitas.

As atividades da CEEE-Par serão desenvolvidas diretamente ou por intermédio de empresas controladas ou subsidiárias integrais especialmente constituídas para tais fins ou, ainda, por empresas das quais participa a CEEE-Par, suas controladas ou subsidiárias, mediante deliberação do seu Conselho de Administração.

A CEEE-Par poderá também, participar de consórcios ou de sociedades com empresas privadas ou públicas, constituídas para o fim de desenvolver atividades que guardem identidade com as definidas em seu objeto social.

Atualmente a CEEE-Par exerce suas atividades por intermédio de suas empresas controladas, atuando nos principais segmentos de negócio dentro do setor elétrico nacional. Na geração e na transmissão, sua atuação se dá através da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, assim como no segmento de distribuição, a CEEE-Par exerce suas atividades através da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

### 1.1. Das Concessões

A Companhia possui o direito de explorar indiretamente, as seguintes concessões e autorizações:

#### 1.1.1 Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos.

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei 12.783/13, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia para o regime de cotas.

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de	Localização	Atos			Termo Final da Concessão
					Unidades Geradoras	(Rio/Município/UF)	Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

\* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 mW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, ficou delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, sendo que, em paralelo, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões, em especial no que se refere à indenização dos investimentos ainda não depreciados inerentes as usinas renovadas. Vide nota explicativa nº 16.

#### 1.1.1.1. Aspectos Regulatórios

##### a) Repactuação do Risco Hidrológico

As condições hidrológicas adversas ocorridas no último triênio, somada às decisões operativas e a outros fatores que influenciam no despacho da geração pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), afetaram financeiramente os agentes hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que, ao não conseguirem entregar energia suficiente para honrar seus contratos, ficaram expostos ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no Mercado de Curto Prazo (MCP).

A Companhia, com o objetivo de se proteger financeiramente dos valores a ela atribuídos a título de risco hidrológico, bem como do rateio dos valores proveniente de outros agentes protegidos judicialmente,

ingressou com ação judicial e obteve decisão liminar, com efeitos a partir de março de 2015, limitando a redução, via Fator de Ajuste do MRE (GSF), a 5% da Garantia Física das usinas modeladas no perfil da CEEE-GT junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e que não foram objeto de renovação das Concessões prevista na Lei nº 12.783/2013.

A Lei nº 13.203, publicada em 9 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa ANEEL nº 684, publicada em 14 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes participantes do MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

A referida regulamentação apresentou propostas distintas para a energia contratada no ano de 2015 no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), porém ambas tinham como condição para a repactuação a retirada de qualquer ação judicial relativa ao tema, com resolução de mérito.

Devido à característica do portfólio de contratos de venda de energia em 2015, a Companhia teve quase que a totalidade de sua energia remetida à modalidade de repactuação no ACL, cuja proposta se caracteriza pela contratação de energia de reserva.

Em janeiro de 2016 a Administração decidiu por não aderir à proposta, mantendo a ação judicial em curso.

#### *1.1.2. Concessão de Transmissão*

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

##### *1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL*

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579, ficando delineado o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI. Vide nota explicativa nº 13.2.5.

Ainda, no que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. A Companhia submeteu à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados em 29/04/2015 e conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tem um prazo de 150 dias para validar as informações. Outras informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 9.5.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/13), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a



Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

#### *1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL*

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Companhia até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

#### *1.1.3. Concessões de Distribuição*

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,60 milhões de unidades consumidoras cativas, cujo Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de 1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo de 09 de dezembro de 2015 prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015.

O contrato de concessão assinado com a União Federal confere liberdade na direção dos negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;

e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga.

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização no final da concessão do valor residual dos bens vinculados ao serviço e dos valores registrados na Conta de Compensação e Variação dos Itens da Parcela “A” – CVA e itens financeiros. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

#### *1.1.3.1. Prorrogação da Concessão*

O Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015 regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 por trinta anos. A prorrogação tem o objetivo de atender aos critérios estabelecidos pelo Poder Concedente na intenção de melhorar a prestação do serviço para os usuários.

No dia 03 de julho de 2015 a CEEE-D entregou à ANEEL o requerimento de prorrogação acompanhado dos documentos comprobatórios para dar andamento ao processo de renovação da sua concessão conforme disposto no art. 2º do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012.

Em 21 de outubro de 2015 a ANEEL deliberou o resultado da Audiência Pública nº 38/2015 com a recomendação ao Poder Concedente de prorrogar 40 concessões de distribuição de energia elétrica, dentre elas a da CEEE-D. A Audiência Pública recebeu contribuições à minuta do contrato de concessão das concessionárias de distribuição com o objetivo de definir detalhadamente as métricas para cada uma das condições listadas no Decreto nº 8.461, 02 de junho de 2015. As contribuições da sociedade englobaram os aspectos referentes à qualidade, governança, transparência e sustentabilidade, tarifas e aspectos gerais do contrato.

Em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 4º Termo Aditivo prorrogando a concessão até 07 de julho de 2045. Tendo em vista o Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015 e conforme cláusula décima oitava do 4º Termo Aditivo, a companhia deverá observar, pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016 um conjunto de condições estabelecidas nos Anexos II e III cujos critérios são a eficiência na prestação do serviço de distribuição e a eficiência na gestão econômica e financeira.

De acordo com o Anexo II do referido documento, o critério de eficiência na prestação do serviço de distribuição será monitorado por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço. Já os parâmetros mínimos de sustentabilidade econômica e financeira, de acordo com o Anexo III do referido documento, foram definidos para os primeiros cinco anos a contar do início do ano civil subsequente ao de vigência do 4º Termo Aditivo. As definições e conceitos utilizados nos parâmetros econômicos e financeiros consideram as normas e procedimentos estabelecidos pela Contabilidade Regulatória, de acordo com o conteúdo do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014,

O parâmetro mínimo de sustentabilidade econômica e financeira deve corresponder à seguinte condição:

- Geração Operacional de Caixa – Investimentos de Reposição – Juros da Dívida  $\geq 0$

Também devem ser observadas as seguintes inequações as quais devem ser alcançadas nos prazos estabelecidos e mantidas doravante a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do 4º Termo Aditivo:

- I.  $LAJIDA \geq 0$  (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020)
- II.  $[LAJIDA (-) QRR] \geq 0$  (até o término de 2018 e mantida 2019 e 2020)
- III.  $\{Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (0,8 * SELIC)$  (até o término 2019)
- IV.  $\{Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} \leq 1 / (1,11 * SELIC)$  (até o término 2020)

Conforme a subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo, antes de instaurado processo administrativo pela ANEEL, em face de descumprimento das condições de prorrogação, a Companhia tem a possibilidade de apresentar plano de transferência societário, porém, conforme a subcláusula primeira da cláusula décima oitava, o descumprimento efetivo de uma das condições de prorrogação dispostas nos Anexos II e III por dois anos consecutivos ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão, respeitadas as disposições definidas no 4º Termo Aditivo, particularmente o direito de ampla defesa.

### 1.1.3.1. Tarifas

O Contrato de Concessão estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de novembro e revisadas a cada 05 (cinco) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: compreende os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.

Parcela B: compreendem os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Inclui a remuneração do capital, depreciação dos ativos, custos operacionais e outras receitas.

Parcela A	Parcela B
Custo de aquisição de Energia	Custos Operacionais
Custo com Transporte de Energia	+
Encargos Setoriais:	Cota de depreciação
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE;	+
Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA;	Remuneração do Investimento
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH;	-
Encargos de Serviços do Sistema – ESS e de Energia de Reserva – EER;	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE;	
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Programa de Eficiência Energética – PEE;	
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema – ONS	Outras Receitas

A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada distribuidora em função das peculiaridades de cada concessão. A tarifa visa assegurar aos prestadores dos serviços receita suficiente para cobrir custos operacionais eficientes e remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento com qualidade. Os custos e investimentos repassados às tarifas são calculados pelo órgão regulador, e podem ser maiores ou menores do que os custos praticados pelas empresas.

Outros fatores que fazem variar a fatura de energia são as características de contratação de fornecimento. Os consumidores cativos residenciais e os de baixa renda – aqueles que só podem ser atendidos por uma distribuidora – têm uma tarifa única em sua concessionária.

As variações também ocorrem de acordo com o nível de tensão em que os consumidores são atendidos, que é a tensão disponibilizada no sistema elétrico da concessionária e que varia entre valores inferiores a 2,3 kV (como as tensões de 110 e 220 volts) e valores superiores a 2,3 kV. Essa variação divide os consumidores nos grupos A (superiores a 2,3 kV, por exemplo, as indústrias e grandes comércios) e B (inferiores a 2,3 kV – no qual se incluem os consumidores de baixa renda, residenciais, comércios, etc.). Os consumidores do grupo A têm tarifas definidas para energia e uso de rede, para horários de ponta e fora de ponta. Os consumidores livres possuem características diferentes, pois podem contratar energia de outros fornecedores, em condições especiais.

### *1.1.3.2. Distribuição - Revisão Tarifária Periódica*

A ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 2.171/2016, aprovou os valores da Revisão Tarifária Periódica da CEEE-D. As tarifas de aplicação homologadas estarão vigentes entre 22 de novembro de 2016 e 21 de novembro de 2017.

O efeito médio para todos os consumidores da Companhia foi de uma redução de 16,28%, sendo -17,87% para baixa tensão em média - abaixo de 2,3 kV (Ex.: residenciais) e - 13,12% para alta tensão em média – de 2,3 a 230 kV (Ex.: industriais). Tal redução pode ser explicada pela redução dos custos da Parcela A. Apesar da redução tarifária, percebeu-se melhora da qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia desempenhado pela Companhia.

O processo de Revisão tarifária periódica, também homologou o novo valor de Parcela B da CEEE-D para o novo ciclo tarifário. A Parcela B compreende as despesas com a prestação do serviço de distribuição de energia e se refere a custos inerentes à atividade de distribuição, que estão sujeitos ao controle e influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária e, por definição, são repassados por meio de valores regulatórios. A parcela B foi aumentada de R\$614.094.727,87 para R\$734.207.961,27, incremento de 19,56%.

### *1.1.3.3. Bandeiras Tarifárias*

A Resolução Normativa nº 547/2013 implantou o mecanismo de aplicação das Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Esse mecanismo é capaz de refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica.

Quando a bandeira está verde, as condições hidrológicas para geração de energia são favoráveis e não há qualquer acréscimo nas faturas, já quando a bandeira passa a ser amarela ou vermelha há uma cobrança adicional proporcional ao consumo. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 os valores acrescidos pelas bandeiras amarela e vermelha foram inicialmente definidos em R\$1,50 e R\$3,00 a cada 100 kWh e a partir de 2 de março foram atualizados para R\$2,50 e R\$5,50 a cada 100 kWh. A partir de 1º de setembro de 2015, a bandeira tarifária vermelha foi reduzida de R\$5,50 para R\$4,50 a cada 100 kWh e em 1º de fevereiro de 2016, a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$3,00 e R\$4,50, aplicados a cada 100 kWh consumidos e a bandeira amarela teve seu valor reduzido, passando de R\$2,50 para R\$1,50, aplicados a cada 100 kWh conforme Resolução Homologatória nº 2.016/2016.

As faixas de acionamento das bandeiras tarifárias são:

a) bandeira tarifária verde: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de 211,28 R\$/MWh;

b) bandeira tarifária amarela: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a 211,28 R\$/MWh e inferior ao valor-teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, atualmente de 422,56 R\$/MWh;

c) bandeira tarifária vermelha – patamar 1: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor-teto do PLD, de 422,56 R\$/MWh e for inferior ao valor de 610,00 R\$/MWh; e

d) bandeira tarifária vermelha – patamar 2: acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor de 610,00 R\$/MWh.

Por meio do Decreto nº 8.401/2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT com o objetivo de administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada para manutenção da CCRBT, e os valores a serem repassados ou compensados são homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica. Em 2016, o montante recebido pela CEEE-D foi de R\$86.769.482,34 via aplicação das

Bandeiras Tarifárias, sendo R\$82.468.890,83 recebidos através do faturamento das contas de energia e R\$4.300.591,50 pelo recebimento da CCRBT (valor líquido de recebimentos subtraído dos repasses). O mecanismo das Bandeiras Tarifárias tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. As variações de custos remanescentes são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de Reajuste Tarifário. Os valores recebidos, seja pelo faturamento de Bandeiras Tarifárias, seja pelo repasse da conta centralizadora para a Companhia, são deduzidos da constituição de CVA Energia e ESS.

#### **1.1.3.4. 4º Ciclo de Revisão Tarifária**

Em novembro de 2016 ocorreu a Revisão Tarifária da Companhia, onde, considerando os investimentos realizados no último ciclo, a Concessionária tem a expectativa de um incremento em sua Parcela B, com um crescimento efetivo de sua receita operacional a partir de dezembro de 2016.

### **1.3. Continuidade Operacional**

A Controlada CEEE-D tem apurado sucessivos prejuízos em suas operações e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre os ativos circulantes no encerramento do período no montante de R\$1.236.010 e R\$ 1.040.749, respectivamente.

No intuito de enfrentar tal resultado a Administração da Controlada instituiu o Programa de Ajuste Estrutural (PAE), visando à reestruturação de dívidas, parcelamento de impostos e encargos setoriais, elevação das receitas e redução dos custos e despesas operacionais. Com isso, pretende elevar a geração de caixa de forma a equalizar os ativos e os passivos.

Os resultados desta política e os esforços empreendidos na continuidade operacional estão nitidamente expressos na redução dos custos e despesas operacionais, na repactuação do mútuo existente entre a CEEE-D e a CEEE-GT, postergando seu pagamento para o ano de 2018 e na expressiva melhoria dos indicadores técnicos da Companhia (DEC/FEC).

Em 2016 os enfrentamentos de desafios também se vislumbraram no cenário macroeconômico com a retração do consumo de energia e o fenômeno de migração dos clientes do mercado cativo para o mercado livre, que somados, assolam os resultados econômicos e o caixa das Distribuidoras em face da sobrecontratação de energia.

Estas situações conduzem a reflexos decisivos na geração de caixa operacional no período (EBITDA) e, consequentemente, prejudicam os planos de investimentos de expansão e modernização dos serviços concedidos, além de provocar inadimplência com outras obrigações.

As demonstrações financeiras da Companhia e Controlada foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, já externados pela Companhia por ocasião da renovação da Concessão, firmada em dezembro de 2015, prorrogando-a por mais 30 anos.

## **2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO**

### **2.1. Geração e Transmissão**

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

### **2.2. Distribuição**

A Companhia possui quatro hortos florestais localizados nos municípios de Alegrete, Candiota, Triunfo e Charqueadas. A produção de postes de madeira preservada é consumida na construção e/ou manutenção de



redes elétricas. Em 2012 foi iniciado o processo de discussão pela empresa sobre a manutenção das atividades florestais que contribuem para a produção de postes. Em 2013 após a conclusão do trabalho, a Administração decidiu pela alienação das florestas.

### 3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As Demonstrações Financeiras compreendem:

##### a) *Demonstrações Financeiras Individuais*

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

##### b) *Demonstrações Financeiras Consolidadas*

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* - IFRS, IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

#### 3.1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras em 24/03/2017.

#### 3.1.3. Base de Mensuração

##### 3.1.3.1. Geração e Transmissão

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição



para IFRS/CPCs, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

### 3.1.3.2. Distribuição

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

### 3.1.4. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras Individuais são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 3.1.4. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

### 3.1.5. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

## 3.2. Reclassificações de Saldos Contábeis

A Administração da Companhia e suas controladas, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação do seu desempenho operacional e financeiro, reclassificou na sua demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 28 de março de 2016, as rubricas conforme demonstrado a seguir:

### 3.2.1. Geração e Transmissão

Demonstrações do Resultado do Exercício	Controladora		Saldos 2015 após reclassificação
	Saldos apresentados em 2015	Reclassificações	
Custo de Operação	(272.147)	(53.394)	(325.541)
Despesas Gerais e Administrativas	(56.835)	(9.531)	(66.366)
Outras Despesas Operacionais	(128.334)	62.925	(65.409)

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido.

### 3.2.2. Distribuição

Demonstrações do Resultado do Exercício	Saldos apresentados em 2015	Reclassificações	Saldos 2015 após reclassificação
Receita Operacional Líquida	3.376.936	181.122	3.558.058
Resultado Financeiro	(72.175)	(181.122)	(253.297)
Custo de Operação	(880.128)	(75.753)	(955.881)
Despesas com Vendas	(54.869)	(23.702)	(78.571)
Despesas Gerais e Administrativas	(78.682)	(29.403)	(108.085)
Outras Despesas Operacionais	(169.296)	128.858	(40.438)

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- (a) Resultado Financeiro -. Reclassificação da receita de atualização monetária do Ativo Financeiro da Concessão no montante de R\$181.122 para a Receita Operacional.
- (b) Reclassificação da despesa com débitos com consumidores das Outras Despesas Operacionais para Despesa com Vendas, no valor de R\$23.702.
- (c) Reclassificação da despesa com Pessoal das Outras Despesas Operacionais para Despesas Gerais e Administrativas, no valor de R\$29.403.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido.

### 3.3. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem às seguintes questões:

#### 3.3.1. Ativo e Passivo financeiro setorial

A partir da adoção do IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (anteriormente denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos e passaram a ser contabilizados no resultado, o que, na opinião dos Diretores, gera volatilidade nos resultados da Companhia. A partir de 31 de dezembro de 2014 a Companhia passou a registrar os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias com base na OCPC 08, que tornou obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão (no caso da Companhia, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão em 10 de dezembro de 2014) o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Os diretores da Companhia entendem que o reconhecimento destes ativos e passivos financeiros setoriais está adequado aos negócios da Companhia.

#### 3.3.2. Vida útil do ativo intangível

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois, o menor.

Os diretores afirmam que, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

### *3.3.3. Transações e venda de energia elétrica na CCEE*

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

### *3.3.4. Provisões para créditos de liquidação duvidosa*

A Companhia registra provisão sobre contas a receber que a administração entende terem incerteza quanto ao seu recebimento. Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

### *3.3.5. Passivos contingentes*

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

### *3.3.6. Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego*

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

### *3.3.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido*

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

### *3.3.8. Ativo Financeiro da Concessão*

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, cujo fluxo de caixa é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro mantendo-o a valor justo, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela desse ativo imobilizado que não deve estar amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

### 3.3.9. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

### 3.3.10. Receita de Fornecimento e uso da rede não faturada

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. A estimativa da receita não faturada (os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês) é efetuada mensalmente com a finalidade de adequar o faturamento ao período de competência. Os diretores entendem que a forma como a Companhia reconhece sua receita está de acordo com as práticas contábeis e é adequada aos seus negócios.

## 3.3. Procedimento de Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par e das suas controladas a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-Par.

Empresas Controladas	% de Participação	
	31/12/2016	31/12/2015
1 – Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	65,92%	65,92%
2 – Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	65,92%	65,92%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. São elas:

### 4.1. Ativos e Passivos Financeiros

#### 4.1.1. Reconhecimento e Mensuração

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

#### 4.1.2. Classificação

A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- II. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- III. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- IV. Disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

#### **4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

#### **4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo**

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a três meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a doze meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas como aplicações financeiras de longo prazo.

#### **4.4. Títulos Disponíveis para a Venda**

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

#### **4.5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

##### **4.5.1. Geração e Transmissão**

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede até a data das Demonstrações Financeiras, para Concessionárias e Permissionárias, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

##### **4.5.2. Distribuição**

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, encargo de uso do sistema, serviços prestados, acréscimos moratórios e o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias conforme montantes disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

#### **4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

##### **4.6.1. Geração e Transmissão**

Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Refere-se aos recebíveis faturados, até o encerramento das Demonstrações Financeiras, contabilizado com base no regime contábil de competência.

##### **4.6.2. Distribuição**

Baseia-se em critérios específicos do setor elétrico no que diz respeito à antiguidade de vencimento das faturas, além de efetuar a análise criteriosa onde contempla fatores como: existência de garantias reais do não recebimento, histórico de inadimplência dos consumidores, parcelamentos de débitos vigentes, devedores em situação de concordata ou análise de valores que estão sob discussão judicial. A provisão é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### **4.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)**

##### **4.7.1. Geração e Transmissão - Ativos Financeiros**

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

##### **4.7.2. Distribuição - Ativos Não Financeiros**

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.



O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### **4.8. Ajuste a Valor Presente**

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado.

#### **4.9. Estoques**

##### **4.9.1. Geração e Transmissão**

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem

##### **4.9.2. Distribuição**

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles utilizados na prestação dos serviços de construção e melhorias (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo a valor realizável líquido quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoque é reconhecida como despesa do período em que a redução ou a perda ocorreram.

#### **4.10. Ativo e Passivo Financeiro Setorial**

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis, denominados de “Parcela A”, ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual.

#### **4.11. Subvenção e Assistência Governamental**

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática.

#### **4.12. Bens e Direitos Destinados à Alienação e Propriedades para Investimento**

Os bens e direitos destinados à alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de

venda. As propriedades para investimentos representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda. As propriedades para investimentos representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda.

#### **4.13. Contrato de Concessão**

##### **4.13. 1. Geração e Transmissão - Contrato de Concessão (Ativo Intangível e Financeiro)**

O Contrato de Concessão 055/2011 teve seu primeiro aditivo celebrado em 04 de dezembro de 2012 para prorrogação do prazo de concessão de transmissão de energia elétrica pelo período de trinta (30) anos a partir do mês subsequente a sua assinatura. As novas instalações integradas após a renovação da concessão em 2012 serão reconhecidas como novo Ativo Financeiro. O contrato de concessão de transmissão 080/2002, vigente até 2032, é reconhecido como Ativo Financeiro.

O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a Receita Anual Permitida – RAP, nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

##### **4.13. 2. Distribuição - (Ativo Intangível e Financeiro)**

O Contrato de Concessão é reconhecido como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível do contrato de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condições necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Até a edição da Medida Provisória Nº 579/2012, convertida na Lei Nº 12.783/2013, o Ativo Financeiro foi reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da concessão não amortizado e o valor somente era alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão. A MP Nº 579/2012 trouxe o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da concessão. Consequentemente a Companhia ajustou o saldo do seu ativo financeiro de indenização com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando a Base de Remuneração Regulatória aprovada na Revisão Tarifária de outubro de 2012, através da Nota Técnica ANEEL Nº 371 de 11 de novembro de 2016.

#### 4.14. Ativo Financeiro da Concessão

O Contrato de Concessão 055/2011 teve seu primeiro aditivo celebrado em 04 de dezembro de 2012 para prorrogação do prazo de concessão de transmissão de energia elétrica pelo período de trinta (30) anos a partir do mês subsequente a sua assinatura. As novas instalações integradas após a renovação da concessão em 2012 serão reconhecidas como novo Ativo Financeiro. O contrato de concessão de transmissão 080/2002, vigente até 2032, é reconhecido como Ativo Financeiro.

O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a Receita Anual Permitida – RAP, nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

#### 4.15. Investimentos – Geração e Transmissão

##### 4.15.1. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e consolidados integralmente na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

##### 4.15.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a parcela de participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

#### *4.15.3. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em participações em Coligadas - goodwill*

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve estar contido no saldo contábil do investimento a ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável.

#### **4.16. Imobilizado**

##### *4.16.1. Imobilizado Geração e Transmissão*

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito, como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

##### *4.16.2. Imobilizado Distribuição*

Os ativos registrados no Imobilizado incluem os bens da Administração e são mantidos a custo histórico.

Os Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### 4.17. Intangível

##### 4.17.1. Intangível - Geração e Transmissão

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

##### 4.17.2. Intangível - Distribuição

Incluem o direito de cobrar os usuários dos serviços pela construção e melhorias realizadas na infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. A amortização reflete as taxas de depreciação regulatória aplicadas aos bens individuais, que é a forma como a Concessionária recupera estes investimentos através da tarifa de energia elétrica e é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviço da concessão são as seguintes:

Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do Ativo Não-Circulante	Taxa anual
Condutor (Tensão >= 69kv)	2,70%
Condutor (Tensão < 69kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Estrutura (Torre)	2,70%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Veículos	14,29%

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm suas vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

#### 4.18. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

##### 4.18. 1. Transmissão e Geração - Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, e dos Municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de transmissão. Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro da Concessão.

##### 4.18. 2. Distribuição - Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como às doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante e estão sendo apresentadas como

dedução do ativo financeiro e ativo intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infraestrutura a serviço da concessão.

#### **4.19. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)**

##### **4.19.1. Ativos Financeiros**

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

##### **4.19.2. Ativos Não Financeiros**

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### **4.20. Arrendamento Mercantil**

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

#### **4.21. Valor Justo**

- I. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.
- II. Ativos intangíveis: são recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de lucro sobre essas receitas, porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de



infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a empresa gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia. A Administração assim acredita que os ganhos dessas operações são irrelevantes e, portanto, nenhum valor sobre os custos efetivos foram considerados como uma parte das receitas. Desta forma as receitas e os custos de construção são apresentados nas demonstrações financeiras pelos mesmos montantes.

- III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.
- IV. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.
- V. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.
- VI. Ativos intangíveis: são recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de lucro sobre essas receitas, porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia. A Administração assim acredita que os ganhos dessas operações são irrelevantes e, portanto, nenhum valor sobre os custos efetivos foram considerados como uma parte das receitas. Desta forma as receitas e os custos de construção são apresentados nas demonstrações financeiras pelos mesmos montantes.

#### **4.22. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações**

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

#### **4.23. Provisões para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias.**

As provisões são reconhecidas quando as Controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

#### **4.24. Outros Ativos e Passivos**

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes, que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

#### **4.25. Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

#### **4.26. Provisão para Benefícios a Empregados**

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

#### **4.27. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração das Controladas, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

#### **4.28. Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. Na controlada CEEE-D, o faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

#### **4.29. Reconhecimento da Receita**

##### **4.29.1. Receita da Geração**

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e prevêem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal. Conforme a Medida Provisória 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2012, Resolução Homologatória ANEEL nº 1408/2012 e Resolução Homologatória ANEEL nº 1410/2012, a receita do segmento de Geração é reconhecida por cotas de energia das usinas com concessão renovadas, através de RAG – Receita Anual de Geração.

##### **4.29.2. Receita da Transmissão**

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita é efetuado mediante critério de rateio realizado, mensalmente, pelo Operador Nacional do Sistema- ONS. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento também é influenciado pelo cálculo da Receita Anual Permitida – RAP, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela CEEE GT. A RAP tem como princípio, recuperar o capital investido pela Companhia na construção das instalações, bem como cobrir os seus custos de operação e manutenção.

##### **4.29.3. Receita de Fornecimento da Distribuição**

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

##### **4.29.4. Receita não Faturada da Distribuição**

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

##### **4.29.5. Receita de Construção**

As Controladas reconhecem a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou quando não puder ser



medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados.

#### **4.30. Receita Financeira**

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's, originárias do processo de liquidação judicial nº 2006.71.00.047783-2, CRC.

#### **4.31. Despesa Financeira**

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

#### **4.32. Distribuição de Dividendos**

Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 50% do lucro anual da Companhia. Portanto, no encerramento do exercício, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08.

#### **4.33. Transações com Partes Relacionadas**

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 34.

#### **4.34. Informações por Segmento**

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia.

A Controlada CEEE-GT, considerando a natureza de suas operações, conclui que possui os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

Para a Controlada CEEE-D, a distribuição e a comercialização não são consideradas pela Administração como segmentos, uma vez que não possuem gestão individualizada e que uma depende da outra para operar.

#### **4.35. Questões Ambientais**

As Controladas capitalizam gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados à questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

#### **4.36. Demonstração do Resultado**

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela natureza das receitas e despesas operacionais.

#### **4.37. Pronunciamentos e Interpretações Contábeis**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente:

##### ***4.37.1. IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)***

Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

A Administração da Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar e acreditam que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

##### ***4.37.2. IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)***

Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

A Administração da Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar e acreditam que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

##### ***4.37.3. IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)***

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*.

A Administração da Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar e acreditam que esta norma não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

##### ***4.37.4. IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)***

Substituir todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas não têm expectativa de impactos relevantes na aplicação do CPC 47 considerando que atualmente já apresenta de forma segregada cada receita de seus clientes.

##### ***4.37.5. IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)***

Estabelecer os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

A Companhia e suas controladas iniciaram as análises dos contratos e identificaram que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que não foram identificados, até o momento, contratos em que a Companhia e suas controladas figuram como arrendatários. Os efeitos estão relacionados ao reconhecimento de novos ativos e passivos nos arrendatários devido a arrendamentos operacionais.

## 5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS.

Os saldos compõem-se de:

		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Numerário Disponível .....		25.613	65.362
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - SIAC/BANRISUL .....	34	34.842	48.009
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - CDB Especial .....		-	922
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		60.455	114.293
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações Financeiras de Longo Prazo - SIAC/BANRISUL .....	34	7.782	7.570
Fundo Bradesco Empresas .....		9	-
Aplicações Financeiras Vinculadas .....		-	2.181
Quotas Subordinadas - FIDC .....		-	8.331
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		7.791	18.082

### 5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$25.613 (R\$65.362 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

### 5.2 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

O valor de R\$34.842 (R\$48.009 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao valor aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

O valor de R\$922 em 31 de dezembro de 2015 no ativo circulante refere-se à aplicações financeiras classificadas em CDB, remuneradas com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI à taxa de 100%.

### 5.3. Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor de R\$7.791 (R\$18.082 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante refere-se ao principal e à remuneração de valores aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991 remunerado pela taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que dependem de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, aplicações vinculadas a garantias de compra de energia e as relativas à captação de empréstimo, bem como Quotas Subordinadas do FIDC.



## 6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

CONSOLIDADO						
	Nota Explicativa	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>						
Consumidores .....	6.1	181.475	323.038	133.489	638.002	580.862
Suprimento de Energia .....		23.905	-	-	23.905	19.610
Encargo de Uso da Rede .....		40.296	-	-	40.296	47.621
Permissonárias .....		1.061	-	-	1.061	219
Parcelamentos .....	6.2	22.115	106.233	35.656	164.004	57.702
Energia de Curto Prazo - CCEE .....	6.3	59.491	-	-	59.491	101.939
Títulos de Crédito a Receber .....		458	-	-	458	359
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa .....	6.4	-	(244.282)	-	(244.282)	(231.978)
		<u>328.801</u>	<u>184.989</u>	<u>169.145</u>	<u>682.935</u>	<u>576.334</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Parcelamentos .....	6.2	10.390	-	-	10.390	113.069
		<u>10.390</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.390</u>	<u>113.069</u>

### 6.1. Consumidores

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2016	31/12/2015
Residencial .....	87.257	85.426	108.595	281.278	196.902
Industrial .....	7.878	37.121	7.984	52.983	73.607
Comercial Serviços e Outras Atividades .....	52.674	75.449	9.016	137.139	137.639
Rural .....	6.034	14.259	2.908	23.201	21.949
Poder Público .....	12.022	26.588	523	39.133	59.412
Iluminação Pública .....	6.522	82.585	4.460	93.567	78.758
Serviço Público .....	9.088	1.610	3	10.701	12.595
Total	<u>181.475</u>	<u>323.038</u>	<u>133.489</u>	<u>638.002</u>	<u>580.862</u>

### 6.2. Parcelamentos

O montante de R\$164.004 (R\$57.702 em 31 de dezembro de 2015) no ativo circulante e R\$10.390 (R\$113.069 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante refere-se a parcelamentos com consumidores, com prefeituras municipais, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

### 6.3. Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$59.941 (R\$101.939 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

### 6.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os valores referem-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias, permissonárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

Os saldos compõem-se de:

	Saldo 31/12/2015	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2016
Residencial .....	57.304	51.441	-	108.745
Industrial .....	8.360	-	(3.275)	5.085
Comercial Serviços e Outras Atividades .....	13.432	-	(6.822)	6.608
Rural .....	1.026	1.194	-	2.219
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público .....	85.008	-	(5.789)	79.219
Títulos de Créditos a Receber e Parcelamentos .....	54.111	-	(17.718)	36.393
Diversos .....	12.737	6.240	(12.964)	6.013
<b>Total</b>	<b>231.978</b>	<b>58.875</b>	<b>(46.568)</b>	<b>244.282</b>

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>		
PIS/COFINS a Compensar .....	3.425	7
ICMS a Compensar .....	8.881	14.000
IRPJ e CSLL a Compensar .....	29.550	36.321
INSS a Compensar .....	358	400
Outros Créditos a Compensar .....	3.273	1.095
<b>Total</b>	<b>45.487</b>	<b>51.823</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
ICMS a Compensar .....	13.756	10.065
PIS/COFINS a Compensar .....	2	2
INSS a Compensar .....	651	605
IRPJ e CSLL a Compensar .....	1	1
IRRF a Compensar .....	49	-
Outros Créditos a Compensar .....	3	2
<b>Total</b>	<b>14.462</b>	<b>10.675</b>

A expectativa de realização dos valores registrados no não circulante é de 04 (quatro) anos conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/96 que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

## 8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Estoque de Operação .....	25.420	25.471
(-) Provisão para Perdas .....	(482)	(1.049)
<b>Total</b>	<b>24.938</b>	<b>24.422</b>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

## 9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015
Programa RELUZ .....	9.1 / 34	1.028	1.028
Programa de Eficiência Energética - PEE .....	9.2	5.340	1.948
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D .....	9.3	12.760	19.605
Adiantamento a Fornecedores/Empregados .....		9.265	7.429
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social .....	9.4 / 34	11.262	4.450
Aluguel de Postes/Serviços Prestados .....		11.125	12.977
Cedência de Funcionários .....	34	352	887
Custos a Reembolsar.....		18.757	16.486
Dividendos a Receber.....	9.7	22.124	16.232
Subvenção CDE - PLT .....	9.5/34	1.833	1.833
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015 .....	9.6/34	19.048	95.238
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2171/2016 .....		103.855	-
Outros Devedores .....		7.305	22.215
<b>Total</b> .....		<b>224.053</b>	<b>200.328</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE .....	9.8	1.689.166	415.022
Títulos de Crédito a Receber .....		17	7
Depósitos Recursais - INSS e ISS .....		1.895	1.869
Outros Devedores .....		28.678	45.243
<b>Total</b> .....		<b>1.719.756</b>	<b>462.141</b>

### 9.1. Programa RELUZ

O valor de R\$1.028 (R\$1.028 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, por meio da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica, a serem reembolsados pelas Prefeituras.

### 9.2. Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$5.340 (R\$1.948 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

### 9.3. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$12.760 (R\$19.605 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

### 9.4. Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$11.262 (R\$4.450 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 472 de 24 de janeiro de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

### 9.5. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Eletrobras à CEEE-D, no período de competência de outubro de 2015 a setembro de 2016, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 24).

#### **9.6. . Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/2016**

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Eletrobras à CEEE-D, no período de competência de novembro de 2016 a outubro de 2017, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 24).

#### **9.7. Dividendos a Receber**

O valor de R\$22.124 (R\$16.232 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a dividendos declarados pelas investidas, compostos da seguinte forma: Etau R\$94, Complexo Eólico Povo Novo R\$17, Enerfin R\$1.327 e Enercan R\$1.795 (vide nota explicativa nº 15).

#### **9.8. Rede Básica do Sistema Existente – RBSE**

O Montante de R\$ 1.689.166 refere-se à parcela dos ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000 pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, os quais conforme previsão da Lei Nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, em seu §2º, art. 15º, são passíveis de indenização pela União.

Na sequência deste processo de indenização dos ativos vinculados à RBSE, a ANEEL divulgou a Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definindo os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Nesse sentido, considerando os comandos da Resolução ANEEL, a CEEE-GT, em 27 de dezembro de 2013, enviou ao órgão regulador o cronograma para realização do laudo de avaliação que valoraria estes ativos considerando o critério de valor novo de reposição.

Foi concluído em 23 de março de 2015 o Relatório de Avaliação Patrimonial para Indenização da Rede Básica da CEEE-GT, elaborado pela Consultoria American Appraisal. O referido relatório foi entregue na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 29 de abril de 2015. Conforme a REN nº 589/13 no artigo 6º, a ANEEL tinha um prazo de 150 dias para validar as informações, sendo 30 dias contados a partir da data de protocolo para manifestar o aceite do laudo de avaliação enviado pela companhia e mais 120 dias a partir do aceite para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

Finalmente, conforme Despacho Nº 1.643 emitido pela ANEEL em 16 de junho de 2016, a CEEE-GT obteve como montante homologado de indenização pertinente aos ativos não totalmente depreciados e existentes em 31 de maio de 2000, o valor de R\$836.283, na data base de 31 de dezembro de 2012. Sendo que o valor bruto dos bens para fins de indenização (Valor Novo de Reposição - VNR) totalizou R\$ 2.741.278, conforme processo nº 48500.000805/2014-52.

Dentro deste contexto, foi emitida em 20 de abril de 2016 a Portaria Nº 120 MME, a qual estabeleceu que os valores homologados pela ANEEL a título dos ativos não depreciados em 31 de maio de 2000, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das transmissoras, sendo o custo de capital destes adicionados às suas Receitas Anuais Permitidas – RAP.

Também determinou a Portaria, que o custo de capital destes ativos será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, passando pelo reajuste e revisão conforme as regras previstas nos contratos de concessão, e deverá incorporar a RAP a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Além disso, a Portaria Nº 120 MME determinou que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária, deve ser atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio, real, do segmento de transmissão, definido pela ANEEL.

Desta maneira, o montante final de R\$ 1.689.166 é composto pelo valor homologado para fins de indenização, pertinente aos bens da Rede Básica Sistema Existente – RBSE, adicionado do custo de capital (remuneração e depreciação) atualizado até o período de Dezembro de 2016, sendo este remunerado pelo custo de capital próprio do segmento, cálculo este efetuado na melhor estimativa da administração considerando os dados e informações disponíveis, sendo o ganho de R\$ 964.871, líquido dos efeitos tributários, reconhecido no

resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2016 na rubrica Remuneração do Ativo Financeiro e atualizado até 31 de dezembro de 2016.

## 10. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		
Investimentos em Títulos do Governo .....	126.818	149.963
	<u>126.818</u>	<u>149.963</u>

### 10.1 Descrição

O saldo de R\$126.818 (R\$149.963 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia, por intermédio de suas controladas, firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto as Controladas obtiveram um valor a receber de R\$3.023.261 inerente à Conta de Resultados a Compensar – CRC, apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos fiscais da Companhia junto a Receita Federal do Brasil – RFB no montante de R\$116.426. Assim, no tocante aos créditos da CRC, o valor R\$2.906.835 na data base de 31 de dezembro de 2011, foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a
- VI. Pagamento do principal e juros:
  - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
  - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012 e 18/12/2012 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira e a segunda tranche para a Companhia no valor de R\$1.382.252 e de R\$989.044, correspondentes a 614.819 e 344.692 NTN-B, respectivamente. Em 17/12/2013, a terceira e última tranche foi transferida.

### 10.2 Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, as Controladas haviam classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento” levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte das Controladas da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrassetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 as Controladas efetivaram a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

As Controladas consideraram as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- A intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.
- As NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas as Controladas não possuem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2017, 2035 e 2045.
- As NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

### **10.3 Formas de atualização das NTN-Bs**

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a calculados pró-rata-die).

O saldo de CRC a receber está indexado ao futuro recebimento de NTN-Bs conforme termos do acordo firmado, desta forma, está atualizado com base no valor nominal das NTN-Bs atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior). A Concessionária tem direito aos juros remuneratórios de 6% a.a., a partir da efetiva transferência da titularidade.

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

### **10.4 Movimentação**

O valor justo e os juros efetivos das NTN-B's estão reconhecidos contabilmente conforme segue:



	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2015	149.963	3.533	(27.099)	-	-
Realização	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-
Atualização pela taxa efetiva	14.091	-	-	14.091	-
Valorização do valor justo	23.905	-	23.905	-	-
Venda do ativo financeiro	(54.038)	-	9.036	(9.036)	-
Juros Recebidos	(7.102)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	3.064	(10.672)	-	3.148
Posição em 31/12/2016	126.819	6.597	(4.830)	5.055	3.148

## 11. ATIVO / PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL LÍQUIDO

O montante de R\$(303.811) (R\$176.669 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos ativos e passivos financeiros decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do ciclo tarifário, e aqueles que são efetivamente pagos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente pagos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente pagos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo reajuste tarifário. Segue abaixo a composição do saldo do ativo financeiro setorial líquido:

	CONSOLIDADO				
	Saldos em 31/12/2015	Constituição	Amortização	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2016
<b>CVA Ativa</b>	<b>582.857</b>	<b>153.568</b>	<b>(752.962)</b>	<b>60.972</b>	<b>44.435</b>
Energia Elétrica Comprada	158.842	105.868	(279.737)	34.366	19.339
Transporte Itaipu	1.476	2.097	(2.709)	353	1.217
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	12.979	10.184	(22.356)	1.340	2.147
Quota CDE	407.381	6.337	(425.068)	18.818	7.468
Quota ESS	2.065	-	(6.088)	4.023	-
Proinfa	114	29.082	(17.004)	2.072	14.264
Demais Ativos Financeiros Setoriais	90.573	265.061	(346.886)	10.115	18.863
Neutralidade da Parcela A	43.304	174.484	(215.230)	10.320	12.878
Outros Componentes Financeiros	41.284	24.538	(65.822)	-	-
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa	-	5.985	-	-	5.985
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa	5.985	60.054	(65.834)	(205)	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>673.430</b>	<b>418.629</b>	<b>(1.099.848)</b>	<b>71.087</b>	<b>63.298</b>
<b>CVA Passiva</b>	<b>(208.395)</b>	<b>(847.524)</b>	<b>833.384</b>	<b>(66.332)</b>	<b>(288.867)</b>
Energia Elétrica Comprada	(64.256)	(472.796)	450.367	(35.348)	(122.033)
Transporte Itaipu	-	(7)	43	(36)	-
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	(4.280)	(6.002)	11.453	(1.233)	(62)
Quota CDE	-	(228.450)	143.523	(6.680)	(91.607)
Quota ESS	(138.814)	(140.269)	225.504	(21.586)	(75.165)
Proinfa	(1.045)	-	2.494	(1.449)	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(288.366)	(311.249)	528.675	(7.302)	(78.242)
Neutralidade da Parcela A	-	(29.123)	28.376	(7.302)	(8.049)
Outros Componentes Financeiros	(288.366)	(282.126)	500.299	-	(70.193)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(496.761)</b>	<b>(1.158.773)</b>	<b>1.362.059</b>	<b>(73.634)</b>	<b>(367.109)</b>
<b>Passivo Financeiro Setorial Líquido</b>	<b>176.669</b>	<b>(740.144)</b>	<b>262.211</b>	<b>(2.547)</b>	<b>(303.811)</b>

## 12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$137.939 (R\$139.004 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a depósitos judiciais de processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 24).

### 13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Distribuição e Transmissão:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
CEEE - D .....	469.387	472.579
CEEE - GT .....	542.561	416.076
<b>Total</b> .....	<b>1.011.948</b>	<b>888.655</b>
<hr/>		
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante .....	62.005	58.873
Não Circulante .....	949.943	829.782
<b>Total</b> .....	<b>1.011.948</b>	<b>888.655</b>

#### 13.1. Ativo Financeiro – Controlada CEEE-D

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta a Companhia sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Companhia. Os ativos administrativos e de apoio em geral, sobre os quais a Companhia não recebe remuneração e que são considerados como integrantes do contexto regulatório para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

Com base na análise do Contrato de Concessão, a Administração entende que a indenização devida pelo Poder Concedente ao final da concessão representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, e que a aplicação do modelo “bifurcado” é o que melhor representa o negócio de Distribuição de Energia Elétrica, abrangendo:

- a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão que deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro a amortizar no período da concessão, que deve ser classificada como ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

A partir da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, a Companhia confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição. O saldo do seu ativo financeiro com base no valor novo de reposição depreciado foi ajustado utilizando-se a Base de Remuneração Regulatória – BRR, aprovada na Revisão Tarifária de 2012 através da Nota Técnica ANEEL nº 374 de 16/10/2012.

Tendo em vista o 4º Termo aditivo do contrato de concessão 081/1999 de 09 de dezembro de 2015 que prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045 e considerando as normas estabelecidas no ICPC 01, foi adotado o procedimento de bifurcação pelo prazo de 360 meses, sendo que os valores a serem depreciados até o término do referido prazo foram apropriados no Ativo Intangível da Concessão e o montante excedente classificado no Ativo Financeiro da Concessão sujeito a posterior indenização.

A movimentação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível da concessão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Ativo Financeiro	Ativo Intangível	Total dos Ativos Financeiro e Intangível
Saldo em 31 de Dezembro 2015	472.579	1.446.867	1.919.446
Adições.....	227.441	454.132	681.573
Atualização*.....	3.591	-	3.591
Amortização.....	-	(120.943)	(120.943)
Outros .....	(234.224)	(41.485)	(275.709)
Saldo em 31 de Dezembro 2016	469.387	1.738.571	2.207.958

\*Atualização pelo índice IGP-M.

### 13.2. Ativo Financeiro – Controlada CEEE-GT

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante .....	62.005	58.873
Não Circulante .....	542.561	357.203
Total	604.566	416.076

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão sob os quais a Companhia obtém remuneração do capital investido.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002 e no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001, a Administração entende que a aplicação do modelo “financeiro” é o que melhor representa o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infra-estrutura construída é recuperada por meio da RAP (Receita Anual Permitida), a qual contempla os seguintes valores:

- I. receita para cobrir os custos de operação e manutenção (O&M) da infra-estrutura vinculada aos contratos de concessão; e
- II. receita para amortização do capital investido na infra-estrutura a serviço da concessão. Esta parcela de receita é definida mediante a metodologia do WACC (*weighted average cost of capital*), a qual estabelece a remuneração mínima para o investimento realizado.

No caso de extinção da concessão, os bens reversíveis e classificados no ativo financeiro, ainda não amortizados pela RAP, serão indenizados pelo poder concedente ou por outro órgão por ele delegado para tal atribuição.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$245.797, é composto por R\$50.549, referente aos bens vinculados ao Contrato de Concessão nº 080/2002 e por R\$195.248, referente aos bens das obras em curso pertencentes às instalações abrangidas no Contrato de Concessão nº 055/2001 e seu Primeiro Aditivo. O registro é demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras em curso que ainda não possuem Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

### 13.2.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão

	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011 TESB	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	104.779	49.046	-	262.251	416.076
(+) Receita de Construção (Adições)	-	-	151.439	47.803	199.242
(+) Receita Financeira	-	15.664	-	13.467	29.131
(-) Reclasseificação de Escopo	-	-	-	-	-
(-) Perda de Valor recuperável	-	-	-	-	-
(-) Amortização do período	-	(13.139)	-	-	(13.139)
Outros	-	(27.804)	85.330	(84.270)	(26.744)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	104.779	23.767	236.769	239.251	604.566
Em 31 de Dezembro de 2016 - Circulante	35.303	16.937	-	9.765	62.005
Em 31 de Dezembro de 2016 - Não Circulante	69.476	6.831	236.769	229.485	542.561

O Contrato de Concessão 001/2011 da Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB ainda não se encontra em fase operacional, dessa forma, não há receita de O&M (operação e manutenção) ou amortização do ativo financeiro. A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.756/2014 de 24 de junho de 2014 é de R\$25.449.

### 13.2.2. Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição, comercialização e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

### 13.2.3 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição e transmissão.

Na CEEE-D, as obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

Na CEEE-GT, ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Companhia quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 1.1.2.1).

### 13.2.4. Valor Recuperável do Ativo da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.

II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras.

III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária.

IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades.

V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens.

VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alterações nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adicionalmente, a Companhia realizou uma análise preliminar e não espera impactos relevantes quando essas normas entrarem em vigor.

#### 14. BENS E DIREITOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO E RENDA

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativo não Circulante Mantido para Venda .....	59.939	42.085
Bens de Uso Futuro e Bens de Renda .....	-	2.004
(-) Amortização Acumulada .....	(15.388)	(1.818)
Outros .....	-	16.800
(-) Amortização Acumulada .....	-	(6.484)
	<u>44.551</u>	<u>52.587</u>

##### 14.1. Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda – Geração e Transmissão

Os bens e direitos da controlada CEEEGT destinados a alienação são classificados, como *mantidos para venda*, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são

##### 14.2. Ativo Não Circulante Mantido para Venda – Distribuição

Refere-se ao custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização e que serão alienados conforme planos da Controlada CEEED. Contempla também as florestas de propriedade da Companhia no montante de R\$39.041, que antes eram classificadas como Ativo Biológico, atendendo aos pré-requisitos do CPC 29/IAS 41.

##### 14.3. Bens de Uso Futuro e Bens de Renda – Distribuição

Refere-se a imóveis e bens da Controlada CEEED e bens destinados à futura utilização pela Companhia no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

#### 15. INVESTIMENTOS

##### 15.1 Controladas

Refere-se à participação da CEEE-Par na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT e na Companhia de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, com o percentual de 65,92% no capital social de cada Controlada.



A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma empresa de economia mista, responsável pelo serviço público de energia elétrica, integrada pelas áreas de Geração e Transmissão, originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - CEEE, concluído em novembro de 2006.

Já a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D é uma empresa organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006 e foi constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2006 (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, § 2º, da Lei 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da CEEE-D, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a partir do dia 1º de dezembro de 2006. Esta mesma AGE aprovou o tratamento das variações patrimoniais previstos na Proposta e Justificação de Cisão de que os resultados e as variações patrimoniais que sejam atribuídas à atividade de distribuição de energia elétrica entre o Balanço Base de Cisão (30 de setembro de 2006) e a data de 30 de novembro de 2006 foram registrados na CEEE-D.

#### 15.1.1. Saldos de Controladas

### 15.2. Principais Informações de Controladas

	CEEE-D		CEEE-GT		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante	840.916	875.873	389.896	492.381		
Ativo Não Circulante	2.619.648	2.440.091	3.751.800	2.426.443		
Passivo Circulante	1.881.665	1.351.208	269.696	328.128		
Passivo Não Circulante	2.814.909	2.448.352	1.767.710	1.108.742		
Patrimônio líquido	(1.236.010)	(483.596)	2.104.290	1.481.954		
Resultado do exercício	(527.179)	(514.244)	839.768	84.947		
% de participação	65,92%	65,92%	65,92%	65,92%		
Saldo do investimento no início do período	(39.728)	337.073	1.167.229	1.142.049	1.127.501	1.479.122
Realização dos tributos diferidos sobre avaliação patrimonial na investida	-	-	2.921	3.155	2.921	3.155
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda na investida	-	9.060	19.767	1.262	19.766	10.322
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes na investida	-	(3.081)	(7.383)	(429)	(7.382)	(3.510)
Registro do Ganho/Perda Atuarial	(148.475)	(43.791)	(165.265)	(34.805)	(313.740)	(78.596)
Resultado de equivalência patrimonial	(347.516)	(338.990)	553.575	55.998	206.059	(282.992)
Saldo do investimento no final do período	(535.720)	(39.728)	1.570.845	1.167.229	1.035.124	1.127.501

### 15.3. Investimentos CEEE-GT

	31/12/2016	31/12/2015
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	592.941	590.913
Avaliadas pelo método de custo	2.692	2.724
	<u>595.633</u>	<u>593.637</u>

#### 15.3.1. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial da Controlada CEEE-GT

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes seguimentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
CERAN	TESB	Ventos de Curupira
Jaguari	FOTE	Ventos de Povo Novo
Chapecoense	TSLE	Ventos de Vera Cruz
ENERCAN	TPAE	Palmares
	Etau	Ventos da Lagoa
		Ventos do Litoral
		Ventos do Sul
		Ventos dos Índios



Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
<b>Controladas</b>				
TESB	255.194	90,40%	60.000	90,40%
Ventos de Curupira	10	99,99%	10	99,99%
Ventos de Povo Novo	10	99,99%	10	99,99%
Ventos de Vera Cruz	10	99,99%	10	99,99%
<b>Coligadas</b>				
FOTE	23.215	49,00%	23.215	49,00%
TSLE	280.000	49,00%	280.000	49,00%
Ceran	510.000	30,00%	510.000	30,00%
TPAE	20.350	20,00%	20.350	20,00%
Jaguari	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Etau	34.895	10,00%	34.895	10,00%
Palmares	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul	140.964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios	63.641	10,00%	63.641	10,00%
Chapecoense	714.509	9,00%	714.509	9,00%
Enercan	388.787	6,51%	388.787	6,51%

### 15.3.2. Controladas da CEEE-GT

#### 15.3.2.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos:

- LT 230Kv, com extensão aproximada de 12Km, com origem na subestação Porto Alegre 9 e término na subestação Porto Alegre 8;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 29Km, com origem na subestação Porto Alegre 9 e término na subestação Nova Santa Rita;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 29Km, com origem na subestação Campo Bom e término na subestação Taquara;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 19Km, com origem na subestação Restinga e término na subestação Porto Alegre 13;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 13Km, com origem na subestação Restinga e término na subestação Viamão 3;
- SE Porto Alegre 12;
- SE Viamão 3;
- SE Candelária 2; e
- SE Porto Alegre 13.

A composição acionária originária foi assim estabelecida: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 40%, Zhejiang United Engineering CO Ltda – 40% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 20%.

Em julho de 2012, em virtude da subscrição do capital a ser integralizado, as sócias Procable Energia e Telecomunicações S.A., detentora de 40% das quotas e a sócia Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda detentora de 40% das quotas, cederam e transferiram cada uma 3%, totalizando 6% de cessão e transferência de cotas de capital subscrito e não integralizado para a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, passando para a seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 37%, Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda – 37% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 26%.

Em março de 2013, a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. cedeu e transferiu, 27% das cotas não integralizadas para a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, passando para a seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 10%, Zhejiang United Engineering CO Ltda – 37% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 53% do capital subscrito.

Ainda em 2013, a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT recebeu transferências de cotas da seguinte forma:

- a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. cedeu e transferiu gratuitamente 9,2% das cotas, correspondendo a 5.520.000 cotas. As cotas cedidas pela sócia Procable correspondem a 1.830.000 cotas de capital integralizado e 3.690.000 cotas de capital não integralizado.

- a sócia Zhejiang Insignia United Engineering CO Ltda cedeu e transferiu 28,2% das cotas, correspondendo a 16.920.000 cotas, gerando uma contrapartida de R\$16.920 cujo pagamento se dará mediante condições estabelecidas em Termo de Compromisso a ser firmado entre as partes (vide nota explicativa nº 24.4).

Com as transferências, a TESB passa ter seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A – 0,8%, Zhejiang Insignia United Engineering CO Ltda – 8,8% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 90,4% do capital subscrito.

A transferência de controle acionário estava condicionada a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

No encerramento do exercício de 2013 a participação da CEEE-GT no capital da TESB, considerando as cotas integralizadas era de 0,02%.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é 90,4% do capital social subscrito.

#### *15.3.2.2. Complexo Eólico Povo Novo*

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 55MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potencia instalada é de 25MW;

- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potencia instalada é de 7,5MW;

- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potencia instalada é de 22,5MW;

O conjunto de investimentos ocorrerá em 2014 e 2015, uma vez que o início da operação comercial do empreendimento deverá ocorrer em 2016.

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas. Os principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em 31 de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir, são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas da CEEE-GT.

#### *15.3.2.3. Impairment*

A companhia estimou o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas TESB e Complexo Eólico Povo Novo, com base no valor em uso, sendo este mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um Impairment de R\$ 84,2 milhões, e a adicionalmente controladora CEEE-GT contabilizou R\$ 9,1 milhões em provisão para perda de valor recuperável.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi estimado R\$ 104,1 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

O valor total de Impairment apurado nas empresas controladas foi de R\$ 113,2 milhões, sendo ainda R\$ 84,2 milhões contabilizados na controlada TESB, refletindo no cálculo da equivalência patrimonial da CEEE-GT.

### *15.3.3. Coligadas da CEEE-GT*

#### *15.3.3.1. Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A – FOTE*

Em novembro de 2013, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A, constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A – FOTE, com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LOTE I – Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C1;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C2;
- SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA; e
- SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo pátio)

Em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC no valor total de R\$30.345 na proporção de 49% para a CEEE-GT e de 51% para a Eletrosul. Tendo em vista os adiantamentos para futuro aumento de capital aprovados e realizados pelos acionistas, em 15 de dezembro de 2014 foi autorizado o aumento do capital social da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A - FOTE em R\$23.205 com a subscrição de 23.205.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

#### *15.3.3.2. Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE*

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT e a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LT Nova Santa Rita, com extensão aproximada de 281Km, com origem na SE Nova Santa Rita e término na SE Campo Novo;
- LT Povo Novo - Marmeleiro, com extensão aproximada de 154Km, com origem na SE Povo Novo e término na SE Marmeleiro;
- LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, com extensão aproximada de 52Km, com origem na SE Marmeleiro e término na SE Santa Vitória do Palmar;
- SE 525/230 kV Povo Novo;
- SE 525kV Marmeleiro;
- SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar; e
- Instalações de Transmissão de Rede Básica na SE Povo Novo.

Em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC no valor total de R\$498.500 na proporção de 49% para a CEEE-GT e de 51% para a Eletrosul. Tendo em vista os adiantamentos para futuro aumento de capital aprovados e realizados pelos acionistas, em 11 de dezembro de 2014 foi autorizado o aumento do capital social da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE em R\$245.990 com a subscrição de 245.990.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.



#### *15.3.3.3. Companhia Energética Rio das Antas – CERAN*

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponde a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a terceira unidade geradora.

#### *15.3.3.4. Transmissora Porto Alegrense Ltda - TPAE*

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda - TPAE com a seguinte composição acionária: Procable – 80% e CEEE-GT – 20%.

Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda - TPAE venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais, e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable seria responsável pela preparação do projeto básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A CEEE-GT e a Procable, em conjunto, são responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do empreendimento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

#### *15.3.3.5 Jaguari Energética S.A*

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Companhia reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Companhia caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%. O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras em 31/12/2015, os efeitos do reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos.

#### *15.3.3.6. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU*

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2

- RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.3.3.7. Parques Eólicos Palmares S.A*

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2015 R\$890.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.3.3.8. Ventos da Lagoa Energia S.A*

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2015 R\$687.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.3.3.9. Ventos do Litoral Energia S.A*

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nestas sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2015 R\$507.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.3.3.10. Ventos do Sul Energia S.A*

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta



sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2015 R\$18.174.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade está disposto abaixo:

#### *15.3.3.11. Ventos dos Índios Energia S.A*

Em 30 de junho de 2015 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$7.243.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

#### *15.3.3.12. Chapecoense Geração S.A*

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapecoense Geração S.A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, sociedade por ações de propósito específicas – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S.A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras em 31/12/2015, os efeitos da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público - UBP.



#### 15.3.4. Informações Financeiras das Investidas da CEEE-GT

	31/12/2016						
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressaltados pelo auditor	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressaltados pelo auditor	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas							
TESB	255.194	182.651	-	182.651	(73.959)	-	(73.959)
Ventos de Curupira	10	(893)	-	(893)	(632)	-	(632)
Ventos de Povo Novo	10	(355)	-	(355)	(265)	-	(265)
Ventos de Vera Cruz	10	(774)	-	(774)	(534)	-	(534)
Coligadas							
FOTE	23.215	46.780	-	46.780	(8.094)	-	(8.094)
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	280.000	275.058	-	275.058	10.861	-	10.861
Ceran	470.875	753.486	-	753.486	110.345	-	110.345
Transmissora Porto Alegre de Energia - TPAE	20.350	16.114	-	16.114	(2.120)	-	(2.120)
Jaguari	17.680	15.490	(4.255)	11.235	2.226	-	2.226
Etau	34.895	91.181	-	91.181	21.607	-	21.607
Palmares	114.116	148.651	-	148.651	8.975	-	8.975
Ventos da Lagoa	88.701	106.793	-	106.793	5.687	-	5.687
Ventos do Litoral	102.901	114.674	-	114.674	2.953	-	2.953
Ventos do Sul	140.964	212.978	-	212.978	59.595	-	59.595
Ventos dos Índios	63.641	85.751	-	85.751	(3.043)	-	(3.043)
Chapecoense	714.509	1.241.696	-	1.241.696	242.142	(33.520)	208.622
Enercan	388.787	1.195.244	-	1.195.244	238.162	1.688	239.850

As investidas foram ressaltadas no relatório de seus auditores independentes por não registrarem em suas Demonstrações Financeiras Intermediárias em 31/12/2015, os efeitos de:

- Ausência de registro da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público - UBP (Chapecoense).
- Utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado está de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL) e não considerando o prazo de concessão (Enercan).
- O não reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos (Jaguari).

Por decisão da administração, para o cálculo de equivalência patrimonial a Companhia ajustou as Demonstrações Financeiras Intermediárias das investidas contemplando os efeitos das ressalvas dos Auditores Independentes.

#### 15.3.5. Movimentação dos investimentos

	CONTROLADORA					
	Saldos em 31/12/2015	Aumento de Capital	Ganho (perda)	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2016
<b>Controladas</b>						
TESB	55.522	176.710	(9.164)	(66.860)	-	156.208
Ventos de Curupira	(260)	-	(20.951)	(632)	-	(21.843)
Ventos de Povo Novo	(89)	-	(7.619)	(264)	-	(7.972)
Ventos de Vera Cruz	(240)	-	(19.046)	(534)	-	(19.819)
<b>Coligadas</b>						
FOTE	11.377	-	-	(3.966)	-	7.411
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	129.477	-	-	5.322	-	134.799
Ceran	200.804	-	-	33.104	(7.862)	226.046
Transmissora Porto Alegre de Energia - TP AE	3.645	-	-	(424)	-	3.221
Jaguari	906	-	-	234	-	1.140
Etatu	8.986	-	-	2.161	(2.029)	9.118
Palmares	14.181	-	-	898	-	15.079
Ventos da Lagoa	10.246	-	-	569	-	10.815
Ventos do Litoral	11.242	-	-	295	-	11.537
Ventos do Sul	15.339	-	-	5.960	(929)	20.370
Ventos dos Índios	9.662	-	-	(304)	(783)	8.575
Chapecoense	93.489	-	-	20.312	(5.549)	108.252
Enercan	62.407	-	-	15.623	(3.685)	74.345
Ágio Parques Eólicos	974	-	-	-	-	974
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	18.174
	<b>645.842</b>	<b>176.710</b>	<b>(56.780)</b>	<b>11.492</b>	<b>(20.837)</b>	<b>756.427</b>

### 15.3.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	31/12/2016	31/12/2015
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.160	2.160
Piratini Energia S.A.....	10	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	875	908
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(353)	(354)
	<u>2.692</u>	<u>2.724</u>

#### 15.3.6.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

#### 15.3.6.2. Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S.A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

### 15.3.7. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2016	31/12/2015
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE .....	83.966	72.012
FOTE.....	15.511	12.498
	<u>99.477</u>	<u>84.510</u>

## 16. IMOBILIZADO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D .....	165.748	168.676
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT .....	463.255	591.137
	<u>629.003</u>	<u>759.813</u>

## 16.1. Imobilizado – Controlada CEEE-D

	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2016
<b>Custo</b>											
Terrenos.....	3.318	-	-	-	-	3.318	-	-	8.582	-	11.900
Edificações.....	11.684	-	-	-	(46)	11.638	-	-	61.978	-	73.616
Máquinas e Equipamentos.....	13.277	-	(150)	1.964	9.246	24.337	-	(154)	43.061	(30)	67.214
Veículos.....	44.305	-	(49)	7.153	(3.977)	47.432	-	(76)	1.314	-	48.670
Móveis e Utensílios.....	6.307	-	(48)	38	288	6.585	-	(43)	539	1	7.082
	<b>78.891</b>	<b>-</b>	<b>(247)</b>	<b>9.155</b>	<b>5.511</b>	<b>93.310</b>	<b>-</b>	<b>(273)</b>	<b>115.474</b>	<b>(29)</b>	<b>208.482</b>
<b>Depreciação</b>											
Edificações.....	(9.813)	(131)	-	-	6	(9.938)	(152)	-	(54.223)	-	(64.313)
Máquinas e Equipamentos.....	(7.909)	(1.874)	118	16	(9.890)	(19.539)	(2.456)	144	(9.504)	(387)	(31.742)
Veículos.....	(34.704)	(3.380)	23	-	(1.658)	(39.719)	(1.098)	86	(125)	(10)	(40.866)
Móveis e Utensílios.....	(4.550)	(255)	37	-	(465)	(5.233)	(99)	81	(67)	(35)	(5.353)
	<b>(56.976)</b>	<b>(5.640)</b>	<b>178</b>	<b>16</b>	<b>(12.007)</b>	<b>(74.429)</b>	<b>(3.805)</b>	<b>311</b>	<b>(63.919)</b>	<b>(432)</b>	<b>(142.274)</b>
<b>Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)</b>											
Fora do Escopo da Concessionária.....	82.749	(41.932)	(134.378)	163.022	121.414	190.875	(343.230)	(101.918)	442.735	(120.173)	68.289
Depreciação.....	(11.967)	(1.337)	13.251	-	(162.627)	(162.680)	(20.772)	12.443	(5)	102.424	(68.590)
	<b>70.782</b>	<b>(43.269)</b>	<b>(121.127)</b>	<b>163.022</b>	<b>(41.213)</b>	<b>28.195</b>	<b>(364.002)</b>	<b>(89.475)</b>	<b>442.730</b>	<b>(17.749)</b>	<b>(301)</b>
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<b>92.697</b>	<b>(48.909)</b>	<b>(121.196)</b>	<b>172.193</b>	<b>(47.709)</b>	<b>47.076</b>	<b>(367.807)</b>	<b>(89.437)</b>	<b>494.285</b>	<b>(18.210)</b>	<b>65.907</b>
<b>Total do Imobilizado em Curso</b>	<b>108.984</b>	<b>178.432</b>	<b>-</b>	<b>(172.193)</b>	<b>6.377</b>	<b>121.600</b>	<b>426.979</b>	<b>6.896</b>	<b>(494.285)</b>	<b>38.651</b>	<b>99.841</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>201.681</b>	<b>129.523</b>	<b>(121.196)</b>	<b>-</b>	<b>(41.332)</b>	<b>168.676</b>	<b>59.172</b>	<b>(82.541)</b>	<b>-</b>	<b>20.441</b>	<b>165.748</b>

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por bens administrativos, veículos e móveis e utensílios, não sendo os mesmos objetos do contrato de concessão e, por consequência, não abrangidos pela aplicação do ICPC 01 / IFRIC 12 (Contratos de Concessão). Estes ativos são adquiridos já fabricados e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

O Ativo Imobilizado em Curso no montante de R\$121.600 é composto por valores registrados das obras em andamento e por materiais armazenados que ainda não entraram em operação, os quais perfazem o montante de R\$66.537, que não compõem o escopo do ICPC01/IFRIC12 (Contratos de Concessão).

A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, reduziu a taxa média de depreciação de 4,13% para 3,75% ao ano.

## 16.2. Imobilizado – Controlada CEEE-GT

	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2016
<b>Custo</b>											
Terrenos.....	3.318	-	-	-	-	3.318	-	-	8.582	-	11.900
Edificações.....	11.684	-	-	-	(46)	11.638	-	-	61.978	-	73.616
Máquinas e Equipamentos.....	13.277	-	(150)	1.964	9.246	24.337	-	(154)	43.061	(30)	67.214
Veículos.....	44.305	-	(49)	7.153	(3.977)	47.432	-	(76)	1.314	-	48.670
Móveis e Utensílios.....	6.307	-	(48)	38	288	6.585	-	(43)	539	1	7.082
	<u>78.891</u>	<u>-</u>	<u>(247)</u>	<u>9.155</u>	<u>5.511</u>	<u>93.310</u>	<u>-</u>	<u>(273)</u>	<u>115.474</u>	<u>(29)</u>	<u>208.482</u>
<b>Depreciação</b>											
Edificações.....	(9.813)	(131)	-	-	6	(9.938)	(152)	-	(54.223)	-	(64.313)
Máquinas e Equipamentos.....	(7.909)	(1.874)	118	16	(9.890)	(19.539)	(2.456)	144	(9.504)	(387)	(31.742)
Veículos.....	(34.704)	(3.380)	23	-	(1.658)	(39.719)	(1.098)	86	(125)	(10)	(40.866)
Móveis e Utensílios.....	(4.550)	(255)	37	-	(465)	(5.233)	(99)	81	(67)	(35)	(5.353)
	<u>(56.976)</u>	<u>(5.640)</u>	<u>178</u>	<u>16</u>	<u>(12.007)</u>	<u>(74.429)</u>	<u>(3.805)</u>	<u>311</u>	<u>(63.919)</u>	<u>(432)</u>	<u>(142.274)</u>
<b>Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)</b>											
Fora do Escopo da Concessionária.....	82.749	(41.932)	(134.378)	163.022	121.414	190.875	(343.230)	(101.918)	442.735	(120.173)	68.289
Depreciação.....	(11.967)	(1.337)	13.251	-	(162.627)	(162.680)	(20.772)	12.443	(5)	102.424	(68.590)
	<u>70.782</u>	<u>(43.269)</u>	<u>(121.127)</u>	<u>163.022</u>	<u>(41.213)</u>	<u>28.195</u>	<u>(364.002)</u>	<u>(89.475)</u>	<u>442.730</u>	<u>(17.749)</u>	<u>(301)</u>
<b>Total do Imobilizado em Serviço</b>	<u>92.697</u>	<u>(48.909)</u>	<u>(121.196)</u>	<u>172.193</u>	<u>(47.709)</u>	<u>47.076</u>	<u>(367.807)</u>	<u>(89.437)</u>	<u>494.285</u>	<u>(18.210)</u>	<u>65.907</u>
<b>Total do Imobilizado em Curso</b>	<u>108.984</u>	<u>178.432</u>	<u>-</u>	<u>(172.193)</u>	<u>6.377</u>	<u>121.600</u>	<u>426.979</u>	<u>6.896</u>	<u>(494.285)</u>	<u>38.651</u>	<u>99.841</u>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<u>201.681</u>	<u>129.523</u>	<u>(121.196)</u>	<u>-</u>	<u>(41.332)</u>	<u>168.676</u>	<u>59.172</u>	<u>(82.541)</u>	<u>-</u>	<u>20.441</u>	<u>165.748</u>

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados no alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existir, são imateriais. Estes ativos da Companhia, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

As taxas de depreciação utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens e estão em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL Nº 367, de 02 de junho de 2009, e suas alterações posteriores impostas pela Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

- **Custo Atribuído (Deemed Cost)**

A partir do encerramento do exercício de 2010 a CEEE GT passou a adotar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais – IFRS. Para os valores de suas usinas de geração a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Na adoção do custo atribuído foram considerados os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aceita pelo mercado como adequada.

- Renovação do contrato de Concessão 025/2000

Em referência à matéria que trata da prorrogação das concessões, o Ministério de Minas e Energia, em 01 de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial Nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória Nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 a qual não reconheceu originalmente valores de indenização para as usinas de geração da CEEE-GT com vencimento da concessão em 2015. Diante deste arcabouço legal, a Companhia providenciou a baixa dos valores residuais dos seus ativos de geração vinculados ao Contrato de Concessão Nº 025/2000, com exceção dos ativos pertencentes à usina geradora de Itaúba, com vencimento da concessão em 2021, outras usinas que a CEEE GT detém o direito de exploração, além de imobilizações em curso e bens administrativos do segmento de geração.

Na sequência, em 30/11/2012, o Decreto Nº 7.850, em seu art. 2º, determinou que, até 31 de dezembro de 2013 as informações complementares para mensuração da indenização, excetuados o projeto básico dos empreendimentos de Geração das usinas renovadas, fossem encaminhadas à ANEEL para identificação do valor indenizável daqueles bens ainda não depreciados ou amortizados. Como forma de atendimento a esse dispositivo legal, a Companhia protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no prazo estipulado, correspondência relatando a existência de investimentos após o projeto básico pendentes de indenização. Ainda nessa esteira, em 19 de dezembro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Normativa Nº 596, a qual estabeleceu os critérios e procedimentos para o cálculo da parcela de investimentos relacionados aos bens reversíveis, ainda não depreciados ou não amortizados de que trata o art. 2º do Decreto Nº 7.850/2012. A ANEEL reconheceu esses investimentos no processo tarifário da Companhia a partir da Resolução Homologatória nº 1.924, de 28 de julho de 2015 que reajustou a Receita Anual de Geração – RAG associada às Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das usinas hidrelétricas prorrogadas da CEEE-GT, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

No que se refere a remuneração dos novos investimentos que forem realizados nas Usinas de Geração renovadas, a ANEEL, em 16 de dezembro de 2014, editou a Resolução Normativa Nº 642, disciplinando os procedimentos de regulação tarifária – PRORET para esses ativos.

## 17. INTANGÍVEIS

### 17.1. Intangível – Controlada CEEE-D

	Softwares	Ativo Intangível da Concessão	Total
<b>Custo</b>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	78.356	628.047	706.403
Aquisições	13.115	2.644	15.759
Transferência do Ativo Financeiro	-	1.465.190	1.465.190
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	91.471	2.095.881	2.187.352
Aquisições	29.721	454.132	483.853
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	121.192	2.550.013	2.671.205
<b>Amortização</b>			
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(9.758)	(595.102)	(604.860)
Amortização do Período	(4.217)	(53.912)	(58.129)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(13.975)	(649.014)	(662.989)
Amortização do Período	(4.918)	(120.943)	(125.861)
Outros	(18.079)	(41.485)	(59.564)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(36.972)	(811.442)	(848.414)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	77.496	1.446.867	1.524.363
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	84.220	1.738.571	1.822.791

*Intangível da Concessão*

O intangível da concessão é composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infraestrutura a serviço da concessão, líquidos de amortização, e que serão recebidos pela Companhia através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Companhia amortiza o ativo intangível de uma forma não linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro (vide nota explicativa nº 13), pois será recuperado através de indenização.

#### Softwares

São licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente, por um período de 05 anos.

#### 17.1. Intangível – Controlada CEEE-GT

	CONTROLADORA
Custo	
Saldo em 31 de dezembro 2014	5.424
Transferências (AIC-AIS)	983
Aquisições	992
Baixas	(1.101)
Outros	(349)
Saldo em 31 de dezembro 2015	5.949
Transferências (AIC-AIS)	166
Aquisições	429
Baixas	(2.196)
Outros	110
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	4.458
Amortização e perdas por redução do valor recuperável	
Saldo em 31 de dezembro 2014	(1.314)
Amortização do período	(47)
Baixas	118
Saldo em 31 de dezembro 2015	(1.243)
Amortização do período	(368)
Baixas	3
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(1.608)
Em 31 de dezembro de 2014	4.110
Em 31 de dezembro de 2015	4.706
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	2.850

É composto pelos gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente por um período de 5 anos.

#### 18. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de Uso da Rede	29.797	20.468
Energia Elétrica Comprada para Revenda	229.449	284.641
Materiais e Serviços	201.596	242.325
Energia de Curto Prazo - CCEE	51.330	30.699
Retenção Contratual	37.241	51.996
Total	549.412	630.129
NÃO CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Repactuação de Dívida - Itaipu	191.057	237.217
	191.057	237.217



### 18.1. Repactuação de Dívida – Itaipu

O montante de R\$191.057 (R\$237.217 em 31 de dezembro de 2015) no Passivo Não Circulante refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida do Repasse de Itaipu celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras. O valor repactuado é de U\$57.539 referente às faturas inadimplidas no período de 20/02/2015 a 30/06/2015 e estabelece os juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata die* e amortização em 60 (sessenta) meses a contar após o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, nos quais serão pagos apenas os encargos sobre o saldo devedor.

### 19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Férias, 13 <sup>º</sup> Salário, Gratificações e Encargos Sociais .....	59.709	57.365
Retenções sobre a Folha de Pagamento .....	34.862	22.351
Prêmio Assiduidade .....	428	1.727
<b>Total</b>	<b>94.999</b>	<b>81.443</b>

O valor de R\$34.862 (R\$22.351 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

### 20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS .....	106.050	32.635
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ .....	125	259
Parcelamento PIS / COFINS .....	64.928	33.208
Parcelamento ICMS .....	104.307	93.684
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL .....	61	457
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS .....	5.250	12.084
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS .....	79.944	80.054
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP .....	15.822	17.239
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS .....	1.719	4.194
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social .....	8.144	24.852
Outros .....	7.247	3.659
<b>Total</b>	<b>393.597</b>	<b>302.325</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Parcelamento PIS / COFINS .....	225.293	134.307
Parcelamento ICMS .....	66.289	67.818
<b>Total</b>	<b>291.582</b>	<b>202.125</b>

#### 20.1. Parcelamento Lei nº 12.996/14 - REFIS DA COPA

A Concessionária efetuou, em agosto de 2014, a repactuação do parcelamento existente junto à Receita Federal do Brasil, referente às contribuições do PIS e da COFINS vencidas até 31/12/13, nos termos da Lei nº 12.996/14 (REFIS DA COPA). O saldo devedor era de R\$ 49.511, sendo repactuado pelo valor de R\$ 43.826, tendo a antecipação de 20% sido parcelada em 5 (cinco) vezes, e o restante parcelado em mais 179 (cento e setenta e nove) prestações mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, já tendo sido liquidadas 28 (vinte e oito) parcelas.

Data do Evento	Histórico	Valor
22/08/2014	Parcelamento Lei nº 12.996/14 - REFIS DA COPA	49.511
31/12/2015	Desconto Lei nº 12.996/14	(12.159)
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	6.880
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(13.641)
	Saldo a Pagar	30.591
CIRCULANTE .....		2.372
NÃO CIRCULANTE .....		28.219
Total		30.591

## 20.2. Parcelamento PIS/COFINS – PGFN

O valor de R\$11.184 no passivo circulante e R\$38.214 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, das competências de junho/14 a outubro/14 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 52.475 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 07 (sete) parcelas.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$49.398:

Data do Evento	Histórico	Valor
22/08/2014	Parcelamento PIS/COFINS - PGFN	52.475
31/12/2015	Atualização até 31/12/2016	8.737
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(18.252)
	Saldo a Pagar	42.960
CIRCULANTE .....		12.400
NÃO CIRCULANTE .....		30.560
Total		42.960

## 20.3. Parcelamento PIS/COFINS – RFB

O valor de R\$50.156 no passivo circulante e R\$166.514 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto à Receita Federal do Brasil, da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEED e Companhia Estadual de Geração e Transmissão - CEEGT.

Data do Evento	Histórico	Valor
24/06/2015	Parcelamento PIS/COFINS - RFB	283.719
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	17.690
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(84.739)
	Saldo a Pagar	216.670
CIRCULANTE .....		50.156
NÃO CIRCULANTE .....		166.514
		216.670

### 20.3.1. Parcelamento PIS/COFINS - RFB CEEE-D

O valor de R\$45.855 no passivo circulante e R\$150.350 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto à Receita Federal do Brasil, das competências de janeiro/14, fevereiro/14 e novembro/2014 a março/2015 e agosto/2015 a março/2016 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$260.572 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 09 (nove) parcelas.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$196.205 (R\$83.679 em 31 de dezembro de 2015):

Data do Evento	Histórico	Valor
24/06/2015	Parcelamento PIS/COFINS - RFB	260.572
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	17.270
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(81.637)
	Saldo a Pagar	196.205
CIRCULANTE .....		45.855
NÃO CIRCULANTE .....		150.350
		196.205

### 20.3.2. Parcelamento PIS/COFINS - RFB CEEE-GT

O valor de R\$881 no passivo circulante e R\$3.447 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto à Receita Federal do Brasil, dos processos administrativos nº 11080-725.321/2011-55 e 11080-725-

363/2011-96. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 4.401 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidada 4(quatro) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$4.328:

Data do Evento	Histórico	Valor
16/09/2015	Parcelamento PIS/COFINS - RFB	23.147
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	420
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(3.102)
	Saldo a Pagar	20.465
CIRCULANTE .....		4.301
NÃO CIRCULANTE .....		16.164
Total		20.465

#### 20.4. Parcelamento Estadual – ICMS Programa “Refaz 2015”

A Concessionária efetuou, em dezembro de 2014, parcelamento junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 52.091/2014 (Programa “Em Dia 2014”). A Companhia efetuou, em novembro de 2015, a repactuação administrativa nos termos do Decreto nº 52.532/2015 (Programa “Refaz 2015”). O saldo devedor era de R\$ 94.368, sendo repactuado pelo valor de R\$ 87.565, em 120 (cento e vinte) prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$ 12.031 e as demais no valor de R\$ 655, corrigidas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 02 (duas) parcelas. A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$75.495:

Data do Evento	Histórico	Valor
25/11/2015	Parcelamento ICMS “Refaz 2015”	94.368
25/11/2015	Desconto - Refaz 2015	(6.803)
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	7.688
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(20.757)
	Saldo a Pagar	74.496
CIRCULANTE .....		8.207
NÃO CIRCULANTE .....		66.289
Total		74.496

#### 20.5. Parcelamento Ordinário Estadual – ICMS

A Concessionária efetuou, em novembro de 2015, parcelamento junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS referente aos Autos de Lançamentos ICMS nºs 0034562125, 0034795383 e 0034796320, decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências setembro/2015 e outubro/2015. O montante acordado na data de adesão era de R\$ 96.025 e será pago em 12 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 2 (duas) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$86.007:

Data do Evento	Histórico	Valor
24/08/2016	Parcelamento Ordinário ICMS	93.973
25/10/2016	Parcelamento Ordinário ICMS	54.883
08/11/2016	Parcelamento Ordinário ICMS	72.805
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	8.600
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(134.161)
	Saldo a Pagar	96.100
CIRCULANTE .....		96.100
Total		96.100

## 21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

### 21.1. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.

C R E D O R	CONSOLIDADO							
	2016							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETOBRÁS .....	RGR	5% a 7,5%	2025	02	-	4.121	19.763	23.884
BNDES .....	TJLP	3,05%	2029	03	330	6.645	56.407	63.382
Consumidores .....	-	-	-	-	-	6.092	9	6.101
<b>TOTAL MOEDA NACIONAL</b>					330	16.858	76.179	93.367
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD .....	US\$	0,80%	2036	01	2.500	11.360	321.929	335.789
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID .....	US\$	0,75%	2036	01	1.143	21.920	310.376	333.439
<b>TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA</b>					-	-	632.305	669.228
<b>TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA</b>					3.973	50.138	708.484	762.595
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>					3.973	50.138	708.484	762.595
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES</b>					3.973	50.138	708.484	762.595

C R E D O R	CONSOLIDADO							
	2015							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETOBRÁS .....	RGR	5% a 7,5%	2025	02	-	4.122	23.884	28.006
ELETOBRÁS .....	RGR	5% a 7%	2017	02	-	4.161	-	4.161
BNDES .....	TJLP	3,05%	2029	03	-	5.436	63.601	69.037
Consumidores .....	-	-	-	-	-	832	9	841
<b>TOTAL MOEDA NACIONAL</b>					-	14.551	87.494	102.045
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD .....	US\$	0,80%	2036	01	-	-	399.179	399.179
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID .....	US\$	0,75%	2036	01	-	-	261.605	261.605
<b>TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA</b>					-	-	660.784	660.784
<b>TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA</b>					-	14.551	748.278	762.829
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>					-	14.551	748.278	762.829

C R E D O R	CONSOLIDADO							
	2015							
		Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC V .....	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	2017	05	-	19.650	8.940	28.590
<b>TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES</b>					-	19.650	8.940	28.590
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES</b>					-	34.201	757.218	791.419

#### Códigos das Garantias e/ou Finanças

01 – Governo Federal e Governo Estadual / 02 – Procuração para Acesso em Conta Corrente / 03 – Títulos Públicos Federais / 04 – Penhor de Duplicatas / 05 – Percentual de Recebíveis da Geração e Transmissão / 06 – Percentual de Recebíveis da Distribuição

#### 21.1.1.2 Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

Em 19 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2700/OC-BR entre a CEEE-D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE –D) no valor de US\$218.015. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$130.557, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 22 de novembro de 2012, no valor de US\$10.175.

Em 26 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1015, entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$87.458, sendo que a liberação da primeira parcela ocorreu em 04 de dezembro de 2012, no montante de US\$24.383.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 19 de setembro de 2012 e 26 de setembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos prevêem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos, a CEEE-D deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma.

A Companhia encaminhou o seu Plano de Ajuste Estrutural para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Até 31 de dezembro de 2016 foi liberado o valor de US\$70.572 que corresponde à R\$186.103 referente ao BID e US\$60.945 que corresponde à R\$149.959 referente ao AFD.

### **21.2. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC V**

Visando obter recursos para investimento, bem como para atender necessidades de caixa para o ano de 2009, a Companhia firmou termo de contrato com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL estruturando o FIDC V, num montante de R\$200.000 com recursos advindos do FI – FGTS. O prazo de duração do contrato foi alterado de 80 meses para 104 meses por meio de decisão em assembleia geral de cotistas do fundo realizada em 20 de outubro de 2014.

Em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 27/06/2016 os quotistas, por unanimidade, decidiram pela liquidação antecipada do FIDC CEEE V – GT, que nesta data tinha saldo devedor total de R\$ 22.786.151,25 (vinte e dois milhões setecentos e oitenta e seis mil cento e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), demonstrado pelas cotas seniores.

As cotas subordinadas, adquiridas pela CEEE-GT no fundo foram utilizadas para o abatimento do saldo devedor no montante de R\$ 8.853.569,33 (oito milhões oitocentos e cinquenta e três mil quinhentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos).

### **21.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD**

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos prevêem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos a CEEE-GT deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma. A Companhia

encaminhou o seu Plano de Ajuste Estrutural para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Até 31 de dezembro de 2015 foi liberado o valor de US\$12.419 que corresponde à R\$35.651 referente ao BID e US\$41.287 que corresponde à R\$97.345 referente ao AFD.

#### 21.4. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT, por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O valor do financiamento concedido é de R\$236.340, sendo que o total liberado até 31 de Dezembro de 2016 foi de R\$69.037.

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do Contrato de Financiamento.

#### 21.7. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	PRINCIPAL	CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015
2018 .....		33.923	-
2019 .....		36.342	14.219
2020 .....		36.556	23.415
2021 .....		38.782	25.022
Após 2021 .....		562.881	694.562
		<u>708.484</u>	<u>757.218</u>

#### 21.8. Composições do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
RGR .....	2,79%	3,16%
Dólar US\$ .....	89,25%	87,26%
CDI .....	0,00%	1,18%
TJLP .....	7,96%	8,40%
Outros .....	-	-
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

\* A sigla RGR identifica os contratos financiados com os créditos da Reserva Global de Reversão. Sobre os valores contratados incidem juros de 5% a.a e taxa de administração.

#### 22. PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

As controladas CEEE-D e a CEEE-GT, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE concedem aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

As Controladas registram seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das



amortizações de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Durante o período de carência as Controladas realizam o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015
<b>CEEE-GT</b>			
Circulante.....		56.114	60.480
Não Circulante.....		854.325	604.371
<b>Subtotal</b>		<b>910.439</b>	<b>664.851</b>
<b>CEEE-D</b>			
Circulante.....		94.752	105.426
Não Circulante.....		965.713	763.172
<b>Subtotal</b>		<b>1.060.465</b>	<b>868.598</b>
<b>Total Consolidado</b>		<b>1.970.904</b>	<b>1.533.449</b>

		CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP ...		218	385
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	34	2.034	6.792
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 Plano Único	34	-	864
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV .....	34	18.020	28.124
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV	34	-	926
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA .....		130.594	128.815
		<b>150.866</b>	<b>165.906</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP ...		2.124	1.606
Provisão Plano Único .....		177.526	120.732
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 Plano Único	34	127.428	88.730
Provisão Plano CEEEPREV .....		756.145	381.202
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV	34	81.230	95.091
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA .....		675.585	680.182
		<b>1.820.038</b>	<b>1.367.543</b>
<b>Total</b>		<b>1.970.904</b>	<b>1.533.449</b>

## 22.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, as Controladas são responsáveis pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Concessionária, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

## 22.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

### 22.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Diante desse arcabouço legal, considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Nessa esteira, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Dado esse contexto, a Companhia efetuou consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na data de 28 de novembro de 2013, questionando o adequado tratamento contábil e recebeu, por intermédio do Ofício 189/2016/CVM/SEP/GEA-5 da datado de 5 de setembro de 2016, na qual a CVM expressa a posição de que não haveria óbice em relação ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária.

Ainda, conforme conteúdo do Memorando nº 11/2016-CVM/SNC/GNC, de 19 de maio de 2016, a SNC/CVM já expôs que: “Conclusão: Com base em todo exposto, esta SNC ratifica posicionamento favorável ao procedimento adotado pelas patrocinadoras de reconhecer o déficit atuarial de forma paritária, e que os fundamentos para tal entendimento, conforme já mencionado, são os mesmos devidamente esclarecidos no MEMO SNC/GNC/Nº 001/14. Quanto aos requisitos para o cálculo do déficit atuarial, reafirmamos que eles devem estar de acordo com o estabelecido nas disposições sobre Reconhecimento e Mensuração de Plano de Benefício Definido, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.”

#### 22.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuíam. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual Nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,2 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10)

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

#### 22.5. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	5,91% a.a.	5,78% a.a.	5,88% a.a.	5,78% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	5,91% a.a.	5,78% a.a.	5,88% a.a.	5,78% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	2,01% a.a.	N/A	N/A	2,01% a.a.
Expectativa de Inflação	4,87% a.a.	4,87% a.a.	4,87% a.a.	4,87% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	96,71%	100,00%	100,00%	96,71%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 male	UP-94 male	UP-94 male	AT-2000 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49 male	N/A	N/A	AT-83 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação CEEE

Quanto às taxas de desconto, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEED e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica- CEEE-GT observam os princípios estabelecidos na CVM 695/12. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos da cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).



A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

70



## 22.6.1. Resultados da Avaliação Atuarial – controlada CEEE-GT (continuação)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	2016							
	Plano Único		CTP		EXA		CEEEPREV BD	
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(44.066)	-3,90%	(91)	-3,95%	(5.788)	-2,09%	(77.909)	-4,55%
Redução de 0,5%	47.387	4,19%	98	4,25%	6.035	2,18%	84.727	4,95%
Expectativa de Vida								
Redução da Expectativa em 1 ano	(26.284)	-2,32%	(56)	-2,44%	(13.274)	-4,79%	(31.073)	-1,81%
Aumento da Expectativa em 1 ano	25.862	2,29%	55	2,40%	13.573	4,90%	30.338	1,77%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	92	0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	3.318	0,19%
Redução de 0,5%	(91)	-0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.952)	-0,17%

ANÁLISE DA VARIAÇÃO EM PERDAS/(GANHOS) SOBRE AS OBRIGAÇÕES APURADA	2016			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Alteração da Taxa de Desconto em relação ao ano anterior	116.710	261	15.097	227.431
Alteração da Taxa de Crescimento Real de Salários em relação ao ano anterior	-	-	-	-
Alteração da Composição Familiar em relação ao ano anterior	(14.844)	-	-	(34.668)
Experiência da população	42.432	7	3.216	-
Outras variáveis	-	-	-	61.352
<b>Total das Perdas/(Ganhos)apuradas no exercício</b>	<b>144.297</b>	<b>267</b>	<b>18.314</b>	<b>254.115</b>

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2016	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Disponível	0,03%	0,02%
Realizável – Gestão Previdencial	8,33%	4,47%
Realizável – Gestão Administrativa	1,14%	3,51%
Títulos Públicos	56,46%	57,40%
Créditos Privados e Depósitos	7,88%	7,60%
Ações	11,91%	10,94%
Fundos de Investimentos	12,08%	12,86%
Investimentos Imobiliários	0,68%	0,63%
Empréstimos e Financiamentos	1,49%	2,57%
<b>Total em percentual dos ativos do plano</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>



## 22.6.2. Resultados da Avaliação Atuarial – controlada CEEE-D

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

	2016					2015				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
<b>CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL</b>										
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.006.488)	(34)	(536.401)	(1.066.748)	(2.609.671)	(909.602)	(236)	(579.771)	(1.021.125)	(2.510.734)
Custo do serviço corrente	(624)	-	-	(8.360)	(8.984)	(810)	-	-	(9.810)	(10.620)
Custo de juros	(131.557)	(5)	(70.795)	(150.948)	(353.305)	(105.531)	(17)	(68.993)	(128.844)	(303.385)
Custo do serviço passado - efeito alteração ou redução do plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial	(143.503)	(4)	(15.561)	(213.306)	(372.374)	(94.648)	120	17.140	15.023	(62.365)
Benefícios pagos pelo plano	115.048	4	93.506	89.299	297.858	104.103	99	95.223	78.008	277.433
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(1.167.124)</b>	<b>(38)</b>	<b>(529.250)</b>	<b>(1.350.063)</b>	<b>(3.046.476)</b>	<b>(1.006.488)</b>	<b>(34)</b>	<b>(536.401)</b>	<b>(1.066.748)</b>	<b>(2.609.671)</b>
<b>ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO</b>										
<b>2016</b>										
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(896.334)	-	-	(957.631)	(1.853.966)	(785.168)	-	-	(847.313)	(1.632.481)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(270.790)	(38)	(529.250)	(392.431)	(1.192.510)	(221.320)	(34)	(536.401)	(219.435)	(977.190)
<b>Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>(1.167.124)</b>	<b>(38)</b>	<b>(529.250)</b>	<b>(1.350.063)</b>	<b>(3.046.476)</b>	<b>(1.006.488)</b>	<b>(34)</b>	<b>(536.401)</b>	<b>(1.066.748)</b>	<b>(2.609.671)</b>
<b>2015</b>										
Parcialmente coberto		Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	
Estatuto do Plano										
<b>CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS</b>										
<b>2016</b>										
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	785.168	-	-	847.313	1.632.481	779.462	-	-	823.314	1.602.776
Retorno esperado dos ativos do plano	103.155	-	-	120.915	224.069	92.026	-	-	104.476	196.502
Ganhos / (perdas) atuariais	81.258	-	-	55.658	136.917	(9.472)	-	-	(33.027)	(42.499)
Contribuições do empregador	38.973	4	93.506	20.848	153.332	24.494	99	95.223	28.504	148.320
Contribuições de participantes do plano	2.828	-	-	2.196	5.024	2.761	-	-	2.054	4.815
Benefícios pagos pelo plano	(115.048)	(4)	(93.506)	(89.299)	(297.858)	(104.103)	(99)	(95.223)	(78.008)	(277.433)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>896.334</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>957.631</b>	<b>1.853.966</b>	<b>785.168</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>847.313</b>	<b>1.632.481</b>

74

## 22.6.2. Resultados da Avaliação Atuarial – controlada CEEE-D (continuação)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	2016							
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD				
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(44.331)	-3,80%	(1)	-2,88%	(11.355)	-2,15%	(62.867)	-4,66%
Redução de 0,5%	47.611	4,08%	1	3,04%	11.850	2,24%	68.564	5,08%
Expectativa de Vida								
Redução da Expectativa em 1 ano	(27.948)	-2,39%	(1)	-3,67%	(24.914)	-4,71%	(23.561)	-1,75%
Aumento da Expectativa em 1 ano	27.561	2,36%	1	3,65%	25.445	4,81%	23.073	1,71%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	73	0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	4.853	0,36%
Redução de 0,5%	(72)	-0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.312)	-0,32%

ANÁLISE DA VARIAÇÃO EM PERDAS/(GANHOS) SOBRE AS OBRIGAÇÕES APURADAS	2016			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD
Alteração da Taxa de Desconto em relação ao ano anterior	117.542	3	29.599	183.050
Alteração da Taxa de Crescimento Real de Salários em relação ao ano anterior	-	-	-	-
Alteração da Composição Familiar em relação ao ano anterior	(18.176)	-	-	(28.882)
Experiência da população	44.137	1	(14.038)	-
Outras Variáveis	-	-	-	59.138
Total das perdas / (ganhos) apuradas no exercício	143.503	4	15.561	213.306

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2016	
	Plano Único	CEEPREV BD
Disponível	0,03%	0,02%
Realizável – Gestão Previdencial	8,33%	4,47%
Realizável – Gestão Administrativa	1,14%	3,51%
Títulos Públicos	56,46%	57,40%
Créditos Privados e Depósitos	7,88%	7,60%
Ações	11,91%	10,94%
Fundos de Investimentos	12,08%	12,86%
Investimentos Imobiliários	0,68%	0,63%
Empréstimos e Financiamentos	1,49%	2,57%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

## 23. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Reserva Global de Reversão - RGR	-	847
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	152.235	58.360
CDE Conta ACR	18.016	17.003
Repactuação de Dívida - CDE	4.098	-
Programa de Eficiência Energética - Recursos PEE	128.485	98.824
Programa de Eficiência Energética - Recursos P&D	107.577	95.180
Programa de Eficiência Energética - Recursos FNDCT	1.010	1.126
Programa de Eficiência Energética - Recursos MME	505	563
Encargos Setoriais - CCRBT	-	644
Total	411.926	272.547
NÃO CIRCULANTE		
Repactuação de Dívida - CDE	148.734	153.899
Recursos PEE	31.400	30.222
Recursos P&D	17.695	16.474
Obrigações Especiais	192.588	-
Total	390.417	200.595

### 23.1. Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26/04/2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

### 23.2. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos Programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

### 23.3. Repactuação de Dívida – CDE

O montante de R\$148.734 (R\$153.899 em 31 de Dezembro de 2015) no Passivo Não Circulante refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida com o Fundo Setorial CDE celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras. O valor repactuado é R\$142.716 referente às faturas inadimplidas no período de 10/02/2015 a 10/07/2015 que somam o montante de R\$215.347 compensadas dos valores a receber no montante de R\$72.631, e estabelece a remuneração sobre variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC *pro rata temporis* e amortização em 60 (sessenta) meses, sendo que nos 24 (vinte e quatro) primeiros meses serão pagos apenas os encargos sobre o saldo devedor.

## 24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

As Controladas são parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, apresenta riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONSOLIDADO				CONSOLIDADO			
	31/12/2016				31/12/2015			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis .....	247.062	185.645	3.533	436.240	236.047	178.673	6.330	421.050
Riscos Possíveis .....	431.863	153.654	18.010	603.527	414.391	200.388	110.931	725.710
Total .....	678.925	339.299	21.543	1.039.767	650.438	379.061	117.261	1.146.760

### 24.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONSOLIDADO				CONSOLIDADO			
	31/12/2016				31/12/2015			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante								
Saldo da provisão .....	54.337	36.753	-	91.090	49.592	53.035	-	102.627
Passivo não circulante								
Saldo da provisão .....	191.018	130.448	7.793	329.260	186.455	104.558	6.330	297.343
Contas a pagar para contingências .....	-	21.080	-	21.080	-	21.080	-	21.080
Subtotal Riscos Prováveis .....	245.355	188.281	7.793	441.430	236.047	178.673	6.330	421.050
(-) Depósitos judiciais .....	(26.313)	(7.333)	(230)	(33.875)	(26.804)	(8.609)	(259)	(35.672)
Total não circulante .....	164.705	144.196	7.564	316.464	159.651	117.029	6.071	282.751
Total geral .....	219.042	180.949	7.564	407.554	209.243	170.064	6.071	385.378

## 24.2. Movimentação da provisão para contingências

	CONSOLIDADO			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2015	209.243	170.064	6.071	385.378
(+) Novos Ingressos .....	63.294	45.918	1.311	110.523
(-) Pagamentos .....	(41.172)	(32.731)	(89)	(73.992)
(-) Montantes Revertidos .....	(45.897)	(39.995)	(344)	(86.236)
(+) Atualização Monetária .....	33.085	35.934	585	69.604
(+/-) Montantes Depositados .....	489	1.759	29	2.277
(=) Saldo Final Dezembro/2016	219.042	180.949	7.563	407.554

## 24.3. Natureza das Ações

### 24.3.1. Trabalhistas

As Controladas vêm permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra as Concessionárias referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

### 24.3.2. Cíveis

As Controladas estão sendo citadas em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra as Controladas referem-se a convênios de devolução, corte/religação de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial e outras.

### 24.3.3. Tributárias

A Concessionária Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEED, no que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS possui contenciosos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo. Esses contingentes perfazem cerca de R\$12.543 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

### 24.3.3 Tributárias

Do saldo provisionado de R\$4.285 da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEEGT refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A Companhia busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

#### 24.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$4.111

#### 24.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Companhia possui cerca de R\$82.870 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98, bem como em relação ao contido na Lei nº 10.833/03, artigo 10º, inciso XI.

### 25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

#### 25.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEEGT estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, CEEED, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) contabiliza seu passivo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse passivo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro que será devido em período futuro relacionado a diferenças temporárias entre a base fiscal e a base societária da Companhia.

##### 25.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Reconhecimento do Custo Atribuído .....	70.612	82.781
Varição do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda .....	5.183	(41.058)
Exclusão Temporária .....	99.722	222.135
Exclusão Temporária - Atualização da Indenização RBSE .....	1.266.236	-
Atualização do Ativo Financeiro .....	-	78.433
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido .....	1.441.753	342.291
(-) 30% da Base Negativa de anos anteriores .....	(23.530)	(74.735)
Base de Cálculo após Compensação .....	1.418.223	267.556
Alíquota Aplicável 34% (IR e CS) .....	482.196	90.969
Alíquota Aplicável 30% (Redutor RIR/99 - Art.150) .....	(131.856)	-
Total do Passivo Fiscal Diferido .....	350.340	90.969

##### 25.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais Não Utilizados

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica RS, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT não foi incrementado no exercício de 2016. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 303.191.



	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56) .....	276.927	272.597
Provisão para Contingências Trabalhistas .....	95.233	104.260
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis .....	72.525	49.184
Outras Provisões .....	-	495
Total das Diferenças Temporárias .....	444.685	426.536
Alíquota IRPJ/CSLL .....	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias .....	151.193	145.022
Base Negativa da CSLL .....	391.940	394.294
CSLL Diferida (Alíquota 9%) .....	35.275	35.486
Prejuízos Fiscais do IRPJ .....	748.480	750.833
IRPJ Diferido (Alíquota 25%) .....	187.120	187.708
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL .....	222.394	223.194
Crédito Fiscal não Recinhecido.....	(303.191)	297.821
Saldo Contábil.....	70.395	70.395

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Diferenças Temporárias Tributáveis .....	331.673	90.969
Diferenças Temporárias Dedutíveis .....	(70.395)	(70.395)
Saldo Contábil Líquido.....	261.278	20.575

## 25.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia, com base em estudo técnico submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Companhia. Esse estudo projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Exercício de 2016.....	20.015	44.624
Exercício de 2017.....	34.817	1.863
Exercício de 2018.....	31.420	(13.660)
Exercício de 2019.....	29.554	(12.252)
Exercício de 2020.....	49.350	-
A partir do Exercício de 2021.....	114.789	-
Total .....	279.945	20.575

## 25.3. Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de Contribuição Social

Até 31 de dezembro de 2016, a Companhia acumulou prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social sobre o lucro nos valores de R\$2.950.203 (R\$2.492.195 em 31 de dezembro de 2015) e R\$2.950.203 (R\$2.492.195 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro descrevem as condições para o reconhecimento de ativo fiscal diferido originado de diferenças temporárias, assim como de prejuízos fiscais e base negativa. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovem a realização desse crédito fiscal. A Companhia revisa anualmente o estudo técnico de realização do

crédito. O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa não está reconhecido, na medida em que as condições para o seu registro não estão asseguradas. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$1.267.409 (R\$1.090.058 de 31 de dezembro de 2015).

## 26. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>			
Encargo de Capacidade Emergencial .....		1.551	1.554
Compensação Financ para Utilização de Recursos Hídricos .....		2.701	2.862
Obrigações com Obras da Transmissão .....		12.140	12.177
Contribuição Custeio Serviço Iluminação Pública - CIP .....		5.964	7.846
Consumidores .....	26.1	15.032	18.793
Parcelamento ANEEL - Auto Infração .....	26.2	-	1.630
Parcelamento AGERGS - Auto Infração .....	26.3	3.738	-
Acordo Judicial Cível .....	26.4	-	10.414
Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas .....	26.5	160	6.452
Parcelamentos ANEEL .....		-	923
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015 (nota explicativa nº 9.8).....		-	85.714
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/2016 (nota explicativa nº 9.5).....		86.546	-
Provisão de Valores não Faturados .....		9.508	-
Juros e Multas Referentes a Tributos .....		-	9.751
Outros Credores .....		27.504	16.287
<b>Total</b>		<b>164.844</b>	<b>174.403</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisão Auto de Infração .....	26.6	21.106	25.577
Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas .....	26.5	1.200	-
Comercialização de Energia na CCEE .....	26.7	60.773	56.696
TESB .....	26.8	-	16.925
Outros Credores .....		9.797	10.896
<b>Total</b>		<b>92.876</b>	<b>110.094</b>

### 26.1. Consumidores

O valor de R\$15.032 (R\$18.793 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

### 26.2. Parcelamento ANEEL – Auto de Infração 0094/2014

A Concessionária efetuou parcelamento junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL referente ao Auto de Infração nº 0094/2014-SFE, cujo montante acordado na data de adesão era de R\$ 1.956, em 12 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, sendo que a última parcela foi liquidada no mês de agosto/2016, restando liquidado tal parcelamento.

### 26.3. Parcelamento AGERGS – Auto de Infração 01/2012

A Concessionária efetuou parcelamento junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL referente ao Auto de Infração AGERGS nº 01/2012, cujo montante acordado na data de adesão era de R\$ 6.408, e será pago em 12 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 05 (cinco) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$3.738.

Data do Evento	Histórico	Valor
12/08/2016	Parcelamento ANEEL	6.408
31/12/2016	Atualização até 31/12/2016	42
31/12/2016	Parcelas Pagas até 31/12/2016	(2.712)
	Saldo a Pagar	3.738
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>3.738</b>
<b>Total</b>		<b>3.738</b>

#### **26.4. Acordo Judicial Reclamatória Trabalhista**

A Companhia efetuou acordo judicial relativo à reclamatória trabalhista impetrada pelo Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2011. O valor inicial da obrigação de responsabilidade da Companhia perfaz R\$22.451. O montante acordado foi pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo as 10 (dez) primeiras no valor de R\$694 e as demais no valor de R\$310, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, sendo que a última parcela foi liquidada no mês de abril/16, restando liquidado tal parcelamento.

#### **26.5. Acordo Judicial Cível**

A Concessionária efetuou acordo judicial cível referente à demanda impetrada pela ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. O processo de conciliação foi efetivado em setembro de 2014, e o valor da obrigação perfaz R\$ 22.173. O montante acordado será pago em 18 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, sendo que a última parcela foi liquidada no mês de abril/16, restando liquidado tal parcelamento.

#### **26.6. Provisão Autos de Infração**

O valor de R\$20.228 (R\$23.801 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante refere-se a Autos de Infração que têm por objeto a aplicação de penalidades quanto a não conformidade dos índices de qualidade de atendimento e quanto às interrupções no fornecimento de energia elétrica e demora no restabelecimento do atendimento.

#### **25.7. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

O valor de R\$60.773 (R\$56.696 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

#### **26.8. TESB**

O valor de R\$16.925 em 31 de dezembro de 2015 refere-se quotas integralizadas do capital da TESB. A variação de R\$16.920 refere-se a quotas cedidas pela acionista Zheijiang que serão ressarcidas pela Companhia. Sobre este valor não estão previstas atualizações e o pagamento se dará de acordo com as condições estabelecidas em termo de compromisso a ser firmado entre as partes.

### **27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

#### **27.1. Controladora**

##### **27.1.1. Capital Social**

O capital social da Controladora é de R\$319.803 em 31 de dezembro de 2016, representado por 189.113.071 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A sua composição é a seguinte:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
 Demais acionistas

CONSOLIDADO	
31/12/2016	31/12/2015
99,99%	99,99%
0,01%	0,01%
100%	100%

### 27.1.2. Outros Resultados Abrangentes de Controladas

CONSOLIDADO	
31/12/2016	31/12/2015
Varição do valor justo do ativo financeiro disponível para venda (líquido de trib)	(5.358)
Custo Atribuído dos Ativos de Geração .....	41.197
Perda Atuarial .....	(499.760)
Participação Não Controladores .....	158.104
	(305.817)
	(27.098)
	54.635
	(464.659)
	148.969
	(288.153)

## 28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida possui a seguinte composição:

CONSOLIDADO	
31/12/2016	31/12/2015
Fornecimento de Energia Elétrica .....	2.874.679
Passivo/Ativo Financeiro Setorial .....	(371.726)
Renda Não Faturada .....	133.741
Suprimento de Energia Elétrica .....	348.891
Disponibilização do Sistema de Distribuição .....	1.762.954
Disponibilização do Sistema de Transmissão .....	374.890
Remuneração do Ativo Financeiro .....	1.298.834
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	26.608
Receita de Construção .....	420.833
Outras Receitas Operacionais .....	146.937
	7.016.641
	6.330.233
Deduções da Receita Operacional	
ICMS/ISS .....	(1.308.189)
PIS e COFINS .....	(298.624)
Quota RGR .....	(5.079)
Outros Encargos .....	(105.215)
Encargos do Consumidor - CCRBT .....	-
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE .....	(30.991)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE .....	(585.525)
Compensação Financeira Pela Util Rec Hidr - CFURH .....	(30.992)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE .....	(4.317)
	(2.368.932)
	(2.344.699)
Receita Operacional Líquida	4.647.709
	3.985.534

### 28.1. Renda Não Faturada

Refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

### 28.2. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$348.891 (R\$310.916 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs e pela disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

### 28.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$374.890 (R\$333.007 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de Conexão e do Sistema de Transmissão a terceiros.

### 28.3. Remuneração do Ativo Financeiro

O valor de R\$1.298.834 (R\$25.330 em 31 de Dezembro de 2015) é composto pela melhor estimativa realizada pela Companhia e reconhecida em 30 de junho de 2016 no montante de R\$ 918.913, relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE, conforme diretrizes da Portaria nº 120/2016 MME . O valor de R\$14.507 é referente à remuneração dos demais ativos.

As controladas passaram a efetuar a apropriação das despesas referentes à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSE e à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH na rubrica de deduções da receita operacional, tendo em vista as instruções e orientações do órgão regulador

### 29. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	815	11.574
Custo com Energia Elétrica Comprada de Terceiros .....	78.389	55.468
Energia Elétrica comprada para Revenda .....	1.741.899	2.464.280
Encargo de Uso do Sistema .....	196.394	232.200
	<u>2.017.497</u>	<u>2.763.522</u>

#### 29.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

SUPRIMENTO RS (*)	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Energia Comprada Hídrica .....	608.285	772.860
Energia Comprada Hídrica Itaipu .....	306.859	527.873
Energia Comprada Térmica .....	381.426	570.697
Energia Comprada Fontes Alternativas e Outras .....	445.329	592.850
	<u>1.741.899</u>	<u>2.464.280</u>
(*) Valores líquidos dos Repasses CDE e CCRBT		
SUPRIMENTO MWh	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Energia Comprada Hídrica .....	4.499.949	4.499.949
Energia Comprada Hídrica Itaipu .....	1.891.395	1.891.395
Energia Comprada Térmica .....	1.476.741	1.476.741
Energia Comprada Fontes Alternativas .....	598.094	598.094
	<u>8.466.179</u>	<u>8.466.179</u>

#### 29.2. Energia Elétrica Comprada de Terceiros

O valor de R\$78.389 (R\$55.468 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se à aquisição de energia de terceiros, negociados no Ambiente de Contratação Livre.

#### 29.3. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$196.394 (R\$232.200 em 31 de Dezembro de 2015) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.



### 30. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CONSOLIDADO									
	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	412.535	393.403	-	-	86.406	97.213	-	-	498.941	490.616
Cláusula 25 CTP	5	17	-	-	1.056	68	-	-	1.061	85
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	201.461	121.873	-	-	44.840	22.100	-	-	246.301	143.973
INSS - Empregador	86.174	106.649	-	-	16.370	314	-	-	102.544	106.963
Administradores	427	(3)	-	-	2.541	3.212	-	-	2.968	3.209
Subtotal Pessoal / Administradores	700.602	621.939	-	-	151.213	122.907	-	-	851.815	744.846
Empr. Fund. ELETROCEEE	15.263	31.725	-	-	-	-	-	-	15.263	31.725
Total Pessoal e Administradores	715.865	653.664	-	-	151.213	122.907	-	-	867.078	776.571
Material	43.845	27.520	-	-	2.583	1.331	-	-	46.428	28.851
Serviço de Terceiros	148.757	125.120	13.245	13.316	36.129	35.989	-	-	198.131	174.425
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	48.017	27.765	-	-	6.950	3.401	-	-	54.967	31.166
Custo de Construção	420.833	470.810	-	-	-	-	-	-	420.833	470.810
Amortização do Intangível da Concessão	101.662	53.912	-	-	-	-	-	-	101.662	53.912
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	81	170	-	-	81	170
Arrendamento e Aluguéis	10.588	10.061	-	-	639	591	-	-	11.227	10.652
Seguros	751	704	-	-	64	64	-	-	815	768
Tributos	10.265	2.656	-	-	1.147	9.055	-	-	11.412	11.711
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	39.453	44.168	-	-	-	3.933	39.453	48.101
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	44.043	(7.311)	44.043	(7.311)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	43.272	24.655	43.272	24.655
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	15.891	33	15.891	33
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	3.020	9.828	3.020	9.828
Reversão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	(7.152)	(4.195)	(7.152)	(4.195)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	3.516	48.935	3.516	48.935
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	4.092	5.966	4.092	5.966
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-	113.482	-	113.482	-
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	91.832	3.544	91.832	3.544
Débitos de Consumidores	-	-	24.764	23.702	-	-	-	-	24.764	23.702
Outros	13.625	20.404	(1)	(1)	3.558	943	-	-	19.902	42.150
TOTAL	1.514.208	1.392.616	77.461	81.185	202.364	174.451	314.716	106.191	2.108.749	1.754.444



### 31. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Energia Elétrica de Curto Prazo .....	815	11.574
Custo com Energia Elétrica Comprada de Terceiros .....	78.389	55.468
Energia Elétrica comprada para Revenda .....	1.741.899	2.464.280
Encargo de Uso do Sistema .....	196.394	232.200
	<b>2.017.497</b>	<b>2.763.522</b>

### 32. RECEITA/DESPESA FINANCEIRA

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITA FINANCEIRA</b>		
Renda de Aplicações Financeiras .....	56.491	44.082
Acréscimo Moratório - Energia Vendida .....	85.861	55.831
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais .....	20.030	22.146
Receitas Financeiras com Parcelamentos .....	600	33.956
Variação Monetária - Energia Comprada .....	31.168	30.844
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos .....	283.298	70.600
Variação Monetária - SELIC CVA .....	72.143	73.211
Atualização das Quotas Subordinadas FIDC .....	2.549	187
Atualização Monetária - Notas do Tesouro Nacional - NTN-B .....	23.406	105.291
Atualização Monetária da Indenização RBNl .....	-	70.166
Atualização do Ativo Financeiro .....	-	181.122
Outras Receitas Financeiras .....	51.767	21.443
<b>Total Receita Financeira</b>	<b>627.313</b>	<b>708.879</b>
<b>DESPESA FINANCEIRA</b>		
Encargos de Dívidas .....	(120.450)	(85.784)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT .....	(32.801)	(25.554)
Despesa Financeira com Tributos .....	(6.745)	(3.072)
Despesa Financeira com Empreendimentos .....	(1.135)	(499)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos .....	(136.331)	(276.531)
Variação Monetária - Energia Comprada .....	(14.036)	(104.728)
Variação Monetária - SELIC CVA .....	(74.488)	(17.712)
Penalidades ANEEL - Contrato de Concessão .....	(77.975)	(19.458)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais .....	(7.528)	(1.960)
Atualização Monetária - Notas do Tesouro Nacional - NTN-B .....	(17.551)	(80.807)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notificações .....	(444)	(114)
Atualização das Quotas Subordinadas FIDC .....	(1.430)	(77)
Correção Monetária, Juros e Despesas Financeiras com Parcelamentos .....	(113.754)	74.081
Outras Despesas Financeiras .....	(24.499)	(39.726)
<b>Total Despesa Financeira</b>	<b>(629.167)</b>	<b>(581.941)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(1.853)</b>	<b>126.938</b>

### 33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL .....	1.274.413	1.274.413	66.419	66.419
IRPJ (15%) e CSLL (9%) .....	133.813	80.288	6.974	4.184
IRPJ - Adicional de 10% .....	89.185	-	4.625	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões .....	222.998	4.184	11.599	4.184
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014 .....	(225.515)	(81.185)	(18.864)	(6.791)
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício .....	4.495	1.618	25.509	9.184
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes .....	17.385	6.259	8.984	3.234
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes .....	(18.013)	(6.486)	(13.608)	(4.899)
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações .....	1.350	494	13.620	4.912
Incentivo PAT = 4% .....	(33)	-	(327)	-
Contribuições FECA - CEDICA/RS .....	-	-	(82)	-
Salário Maternidade - Prorrogação .....	(102)	-	(104)	-
<b>Total IRPJ e CSLL Corrente</b>	<b>1.215</b>	<b>494</b>	<b>13.107</b>	<b>4.912</b>
<b>Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias</b> .....	<b>188.442</b>	<b>67.480</b>	<b>(40.553)</b>	<b>(14.598)</b>
<b>Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS</b> .....	<b>(2.315)</b>	<b>(834)</b>	<b>(16.295)</b>	<b>(5.867)</b>
<b>IR CS Diferidos</b> .....	<b>186.127</b>	<b>66.646</b>	<b>(56.848)</b>	<b>(20.465)</b>
<b>Total IRPJ e CSLL</b>	<b>187.342</b>	<b>67.140</b>	<b>(43.741)</b>	<b>(15.553)</b>

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB em 31 de março de 2016 a despesa de R\$225 milhões, referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

### 34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### 34.1. Controladora

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR controla diretamente a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, visto que participa com 65,92% do capital social de cada controlada.

#### 34.2. Consolidado

Foram realizadas transações com partes relacionadas incluindo compra e venda de energia elétrica e transações de financiamento, sendo que a energia elétrica vendida é baseada em tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em condições de similaridade com o praticado no mercado.

As operações realizadas com partes relacionadas estão demonstradas conforme segue:

Partes Relacionadas	31/12/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	64.803	-	8.232	77.983	-	6.810
Eletrobras	143.011	23.884	(3.280)	109.703	32.167	(3.280)
Fundação ELETROCEEE	55	197.155	(89.286)	139	220.527	(108.132)
Outras Investidas	-	-	-	-	-	-
Total	207.869	221.039	(84.334)	187.825	252.694	(104.602)

Os saldos compõem-se de:

		31/12/2016				
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	34.778	-	-	-	34.778
Aplicações financeiras	5	7.782	-	-	-	7.782
Parcelamentos		21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	297	-	55	-	352
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	11.262	-	-	11.262
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015	9	-	19.048	-	-	19.048
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.171/2016			103.855			103.855
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa e CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição	11	-	5.985	-	-	5.985
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	2.861	-	-	2.861
		64.803	143.011	55	-	207.869
Passivo						
Contribuição Patrocinadora	22	-	-	13.334	-	13.334
Empréstimo circulante	21 e 22	-	4.121	74.815	-	78.936
Empréstimo não circulante	21 e 22	-	19.763	109.006	-	128.769
		-	23.884	197.155	-	221.039
Resultado						
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	3.411	3.411
Despesa operacional - Pessoal		-	-	(89.286)	-	(89.286)
Receita financeira		8.232	-	-	-	8.232
Despesa financeira		-	(3.280)	-	-	(3.280)
		8.232	(3.280)	(89.286)	3.411	(80.923)

		31/12/2015				
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa .....	5	48.009	-	-	-	48.009
Aplicações financeiras .....	5	7.570	-	-	-	7.570
Parcelamentos .....		21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários .....	9	458	290	139	-	887
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social .....	9	-	4.450	-	-	4.450
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.639/2013 .....	9	-	-	-	-	-
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.834/2014 .....	9	-	-	-	-	-
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.971/2015 .....	9	-	95.238	-	-	95.238
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa e CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição .....	11	-	6.864	-	-	6.864
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT .....	9	-	2.861	-	-	2.861
		<u>77.983</u>	<u>109.703</u>	<u>139</u>	<u>-</u>	<u>187.825</u>
<b>Passivo</b>						
Contribuição Patrocinadora .....	22	-	-	34.916	-	34.916
Empréstimo circulante .....	21 e 22	-	8.283	1.790	-	10.073
Empréstimo não circulante .....	21 e 22	-	23.884	183.821	-	207.705
		<u>-</u>	<u>32.167</u>	<u>220.527</u>	<u>-</u>	<u>252.694</u>
<b>Resultado</b>						
Renda da Prestação de Serviços .....		-	-	-	2.015	2.015
Despesa operacional – Pessoal .....		-	-	(111.657)	-	(111.657)
Receita financeira .....		9.121	-	-	-	9.121
Despesa financeira .....		-	(4.084)	-	(3.929)	(8.013)
		<u>9.121</u>	<u>(4.084)</u>	<u>(111.657)</u>	<u>(1.914)</u>	<u>(108.534)</u>

### 34.3. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

As Controladas consideram como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$3.990 (R\$4.264 em 31 de dezembro de 2015) possuindo diretores empregados e não empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal conforme Plano de Contas da ANEEL.

A remuneração dos Diretores não empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS	CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015
Conselho de Administração .....	625	660
Conselho Fiscal .....	318	267
Verba de Representação .....	763	470
Honorário Diretor não Empregado .....	142	559
Pessoal Adido .....	296	257
Encargos .....	790	996
Subtotal .....	<u>2.934</u>	<u>3.209</u>
Diretores Empregados .....	<u>1.056</u>	<u>1.055</u>
Total .....	<u>3.990</u>	<u>4.264</u>

### 35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As Controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco das Concessionárias.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos Financeiros</b>			
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Número Disponível .....	5	6.931	16.385
SIAC/BANRISUL .....	5	-	922
Aplicações Financeiras			
SIAC/BANRISUL .....	5	40.316	43.087
Quotas Subordinadas - FIDC .....	5	-	8.331
Aplicações Financeiras Vinculadas .....	5	-	2.181
Empréstimos e Recebíveis			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	6	700.950	698.217
Indenização Rede Básica Existente RBSE .....	13	-	-
Ativo Financeiro da Concessão - CEEE-GT .....	13	604.566	416.076
Disponível para Venda			
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	10	126.818	149.963
Ativo Financeiro da Concessão - CEEE-D .....	13	469.387	472.579
<b>TOTAL</b>		<b>1.948.968</b>	<b>1.807.741</b>
<b>Passivos Financeiros</b>			
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado			
Fornecedores .....	18	557.344	640.210
Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações .....	21	755.967	790.578
<b>TOTAL</b>		<b>1.313.311</b>	<b>1.430.788</b>

### 35.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras e aos Consumidores estão compatíveis com o valor de tais operações.

Na controlada Companhia Estadual de Distribuição Energia Elétrica – CEEED, as contas a receber de consumo de energia elétrica de poderes públicos, federal, estadual e municipal (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$174.394.

Na controlada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEEGT, as contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$94.013.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio das Controladas são os seguintes:

#### 35.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco das controladas incorrerem em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5	60.455	114.293
Aplicações Financeiras de Longo Prazo .....	5	7.791	18.082
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	6	693.325	689.403
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	10	126.818	149.963
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	1.011.948	888.655
Indenização Rede Básica Existente - RBSE .....	13	1.689.166	-
<b>Total</b>		<b>3.415.547</b>	<b>1.860.396</b>

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

A controlada CEEE-D atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com Poder Concedente, o risco de crédito se origina quando a Companhia incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

Na controlada CEEE-GT o recebimento da indenização dos empreendimentos da Rede Básica de Novos Investimentos – RBNI, conforme Anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1/11/2012 será realizado em trinta (30) parcelas mensais, corrigidas por IPCA mais WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*) de 5,59% real ao ano e possui risco considerado baixo uma vez que se trata de um montante a receber do Poder Concedente.

O segmento de Geração da companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEEGT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e no Ambiente Livre - CCEALs. As receitas atreladas a estes contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário – CDBs. A receita proveniente de usinas prorrogadas e que

### 35.1.2. Risco de Preço

As tarifas da CEEE-D são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas.

Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica, realizada a cada quatro anos, que tem como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O segmento de Geração da controlada CEEE-GT tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Esta variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada cinco anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração – RAG, a qual deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARs e CCEALs, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado, e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão da controlada CEEE-GT tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

### 35.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas, através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL, às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

A quantidade de energia comprada para atendimento à Companhia está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Companhia descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontração de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada Companhia, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD.

Além do recurso de descontração, a Companhia tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 5% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias). Os compromissos assumidos com compra de energia estão elencados conforme quadro a seguir:

LEILÃO	TIPO ENERGIA	PRODUTO	MWh (*)	%
4º Leilão	Energia Existente Hidrica	2009-S	190.526,38	2,1%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	2008-30	22.150,88	0,2%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	2009-30	9.289,24	0,1%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	2010-30	279.893,79	3,1%
3º Leilão	Energia Nova Hidrica	2011-30	112.559,23	1,2%
5º Leilão	Energia Nova Hidrica	2012-30	106.479,81	1,2%
LPE Santo Antônio	Energia Nova Hidrica	2012-30	214.968,02	2,4%
LPE Jirau	Energia Nova Hidrica	2013-30	545.702,80	6,0%
LPE Belo Monte	Energia Nova Hidrica	2016-30	55.872,22	0,6%
8º Leilão	Energia Nova Hidrica	2012-30	46,63	0,0%
12º Leilão	Energia Existente Hidrica	2014-3	363.077,32	4,0%
13º Leilão	Energia Existente Hidrica	2014-6	615.539,71	6,7%
1º Leilão	Energia Nova Termica	2008-T15	152.814,06	1,7%
1º Leilão	Energia Nova Termica	2009-T15	103.007,69	1,1%
1º Leilão	Energia Nova Termica	2010-T15	261.992,15	2,9%
4º Leilão	Energia Nova Termica	2010-T15	39.368,20	0,4%
6º Leilão	Energia Nova Termica	2011-T15	36.736,45	0,4%
3º Leilão	Energia Nova Termica	2011-T15	105.833,38	1,2%
5º Leilão	Energia Nova Termica	2012-T15	231.030,49	2,5%
7º Leilão	Energia Nova Termica	2013-T15	699.044,64	7,7%
12º Leilão	Energia Nova Eólica	2014-OF20	44.834,20	0,5%
12º Leilão	Energia Nova Termica	2014-T20	52.591,97	0,6%
12º Leilão	Energia Nova Hidrica	2014-H30	23.172,12	0,3%
13º Leilão	Energia Existente Termica	2014-T05	304.368,72	3,3%
8º Leilão	Energia Nova Termica	2012-T15	466,32	0,0%
14º Leilão	Energia Existente Hidrica	2015-3	138.452,59	1,5%
14º Leilão	Energia Existente Termica	2015-3	134.953,26	1,5%
13º Leilão	Energia Nova Eólica	2016-OF20	116.524,27	1,3%
13º Leilão	Energia Nova Termica	2016-T20	6.240,77	0,1%
17º Leilão	Energia Nova Eólica	2016-OF20	172.017,48	1,9%
ITAIPU			1.943.430,03	21,3%
PROINFRA			192.383,16	2,1%
ANGRA			342.462,65	3,7%
COTAS GARANTIA FISICA			2.632.010,70	28,8%
BILATERAIS			33.906,24	0,4%
CONTABILIZAÇÃO DE CURTO PRAZO			(1.150.871,61)	-12,6%
TOTAL			9.132.765,96	100,0%

(\*) Não auditado

Os riscos existentes são:

Não atendimento a 100% do mercado – exposição voluntária ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;

Repasse não integral da energia comprada acima do nível regulatório;



Variações drásticas de mercado que impliquem em subcontratação ou sobrecontratação decorrentes de crises econômicas;

Saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 KW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

Grande volatilidade do preço da energia liquidada no curto prazo, para atender variações sazonais de demanda, provocada por variações climáticas que interferem na disponibilidade de geração hídrica em cada mês;

Despacho de geração térmica para substituir a falta eventual de geração hídrica, o que eleva os preços dos contratos por disponibilidade na proporção do custo do combustível utilizado nesta geração.

#### 35.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da controlada CEEE-GT é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial da controlada CEEE-D está atrelado aos contratos de compra de energia de Itaipu e Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio. As alterações cambiais provenientes dos contratos de energia de Itaipu serão repassadas à tarifa por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A- CVA.

##### I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2015 cuja cotação do dólar corresponde a R\$3,90 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do Bacen para 31/03/2016, correspondente ao dólar a R\$4,05. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 31/12/2016	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos .....	645.536	542.831	678.539	814.247
Fornecedores (Itaipu Binacional) .....	294.813	247.908	309.885	371.862
Passivo Líquido Exposto	940.349	790.739	988.424	1.186.109
Efeito Líquido da Variação Cambial			197.685	395.370

#### 35.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Companhia se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela a seguir demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota Explicativa	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa .....	5	56.214	356.214	-	-	-
Aplicações Financeiras .....	5	7.782	7.782	-	-	-
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	6	700.864	690.474	-	-	-
Indenização Rede Básica Existente - RBSE .....	13	1.689.166	105.573	211.146	633.437	749.400
Investimentos em Títulos do Governo/ Conta de Resultados a Compensar - CRC .....	10	126.818	126.818	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	834.703	52.240	-	-	782.463
		3.415.547	1.339.101	211.146	633.437	1.531.863
<b>Passivos Financeiros</b>						
Empréstimos e Financiamentos .....	21	1.530.345	109.251	136.405	359.784	924.905
Fornecedores .....	18	686.144	441.196	-	191.057	-
		2.216.489	550.447	136.405	550.841	924.905

### 35.1.6. Gestão de Capital

As controladas visam uma estrutura de capital que seja coerente com o cenário macroeconômico e setorial e que também seja capaz de salvaguardar sua capacidade de continuidade a fim de que se mantenha a confiança do investidor e que seja possível a captação de novos financiamentos para garantir a execução de seus investimentos.

Por meio de uma estrutura de capital saudável é possível equilibrar o saldo de dívidas e de patrimônio e para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Companhia tem a possibilidade de revisar a sua prática de pagamento de dividendos, de alongar o perfil de sua dívida bem como de alienar os ativos alheios à concessão.

Condizente com outras companhias do setor, as controladas monitoram a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
<b>Endividamento</b>			
Empréstimos e Financiamentos .....	21	755.967	790.578
Caixa e equivalentes de caixa .....	5	(60.022)	(114.293)
Investimento em Títulos do Governo .....	10	(126.818)	149.963
<b>Dívida Líquida</b>		<b>569.127</b>	<b>826.248</b>
Patrimônio Líquido .....		1.126.793	1.004.254
<b>Endividamento do Patrimônio Líquido</b>		<b>(0,31)</b>	<b>0,82</b>

Do endividamento total de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015, 4,32% (43,41% em 31 de dezembro de 2014) estão registrados no passivo circulante e 99,14% (69,14% em 31 de dezembro de 2014) no passivo não circulante.

### 35.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade das controladas vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da controladas.

#### I. Análise de sensibilidade

As operações das Controladas são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. As Controladas desenvolveram a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2015 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores CDI e IPCA previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 31/12/2015. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	Cenário Base em 31/12/2016	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	20					
BNDES .....		TJLP	63.382	73.237	100.081	115.130
Eletrobras - RGR .....		Sem Risco	23.884	23.884	23.884	23.884
			87.266	97.121	123.965	139.014
Exposição Líquida			87.266	97.121	123.965	139.014
Efeito esperado no Resultado				(9.855)	(26.844)	(15.049)

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, as Controladas avaliaram os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Demonstrações Financeiras conforme sugerido no CPC 40 e IFRS 7.

Sendo assim, a Administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela anterior.

### 35.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa .....	5	60.022	60.022
Aplicações Financeiras de Longo Prazo .....	5	7.782	7.782
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias .....	6	700.950	700.950
Ativo Financeiro da Concessão .....	13	1.073.953	469.387
Investimentos em Títulos do Governo/ Conta de Resultados a Compensar - CRC .....		126.818	126.818
Indenização Rede Básica Existente - RBSE .....		1.689.166	1.689.166
Total		3.658.691	3.054.125
Passivos Financeiros			
Empréstimos e Financiamentos .....	21	508.663	1.101.018
Fornecedores .....	18	924.414	924.414
Total		1.433.077	2.025.432

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Concessionária possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

### 35.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- I. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- II. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- III. Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo utilizando um método de avaliação e classificados conforme tabela a seguir:

	Valor contábil 31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa				
Aplicações Financeiras	42.560	-	42.560	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	1.689.166	-	1.689.166	-
Investimentos em Títulos do Governo/CRC	126.818	126.818	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	834.703	-	-	834.703
Aplicações financeiras				
Aplicações Financeiras	52.596	-	52.596	-
Aplicação Financeira Vinculada	2.181	-	2.181	-
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	1.689.166	-	1.689.166	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	126.818	126.818	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	834.703	-	-	834.703
	<b>5.398.711</b>	<b>253.636</b>	<b>3.475.669</b>	<b>1.669.406</b>

	Valor contábil 31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário Disponível	65.362	65.362	-	-
SIAC/BANRISUL	48.009	-	48.009	-
Aplicações financeiras				
SIAC/BANRISUL	7.570	-	7.570	-
Aplicação Financeira Vinculada	2.181	-	2.181	-
Quotas Subordinadas FIDC	8.331	8.331	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	149.963	149.963	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	888.655	-	-	888.655
	<b>1.170.071</b>	<b>223.656</b>	<b>57.760</b>	<b>888.655</b>

### 35.1.10 – Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo das quotas Subordinadas FIDC, Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata e dos Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar – CRC foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo das aplicações financeiras vinculadas, aplicação SIAC/BANRISUL e da Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

## 35.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados às Concessionárias e suas Operações

### 35.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional - SIN é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, as quais estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico destes empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétricos, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo – MCP, podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, o que no caso da CEEE-GT representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas Distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

### **35.2.2. Riscos Ambientais**

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Companhia.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

**PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO**

Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**

Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**

Diretor

**LEONARDO HOFF**

Diretor

**LUIS CARLOS SACIOTO TADIELLO**

Diretor

**JÚLIO ELÓI HOFER**

Diretor

**ELISANGELA MOURA RODRIGUES**

Contadora CRCRS 62384

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE Par

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE – Par ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par em 31 de dezembro de 2016 e da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às demonstrações financeiras, que descreve que a controlada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício nos montantes de R\$ 1.236.010 mil e R\$ 1.040.749 mil, respectivamente. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. O plano da administração para tratar essas condições está divulgado na Nota 1.3. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.





Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE Par

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE Par

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE Par

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de março de 2017

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

  
Adriano Machado  
Contador CRC 1PR042584/O-7 "S" RS



## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.420.472/0001-05, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-Par relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

**PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO**  
Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**  
Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**  
Diretor

**LEONARDO HOFF**  
Diretor

**LUIS CARLOS SACIOTO TADIELLO**  
Diretor

**JÚLIO ELÓI HOFER**  
Diretor

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.420.472/0001-05, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-Par referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

**PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO**

Diretor Presidente

**ROBERTO BALAU CALAZANS**

Diretor

**CÉSAR LUIS BAUMGRATZ**

Diretor

**LEONARDO HOFF**

Diretor

**LUIS CARLOS SACIOTO TADIELLO**

Diretor

**JÚLIO ELÓI HOFER**


Diretor



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.

  
Adriana Furlanetto  
Presidente

  
Melissa Guagnini Hoffmann Custódio  
Conselheira

  
Cristiane Zinelle Ferreira Lohmann  
Conselheira

  
Vilson Haussen Jacques Filho  
Conselheiro



## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, Manifestação sobre o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2016, encerrado em 31 de dezembro de 2016, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Acionistas.

Porto Alegre, 27 de março de 2017.



Artur José de Lemos Júnior,  
Presidente do Conselho de Administração.



Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado




Vicente Paulo Mattos de Britto Pereira



Vera Inêz Salgueiro Lermen



Ademir Baretta



Daniel Vargas de Farias



**Empresa Gaúcha de Rodovias**  
**EGR**



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e o presente Relatório da Administração: A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR é uma empresa pública, vinculada à Secretaria dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012) para administrar as estradas com pedágio pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo do Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR. O novo modelo consolidado tem como diferencial a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta às comunidades para as prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as rodovias, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação. O ano de 2016 foi marcado no cenário nacional pela continuidade da crise econômica, com reflexos na taxa de crescimento do PIB. No RS o cenário econômico acompanhou a crise nacional. A arrecadação líquida dos pedágios teve redução de 1,49% em relação ao exercício anterior, passando para o patamar de R\$ 169.549.342,74 o fluxo de veículos total em 2016 foi de 41.058.897, representando uma redução de 0,66% em relação à 2015. As intervenções em manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 71.419.699,25, 2,22% maior do que 2015. No que tange aos investimentos (registrados no Intangível), foram de R\$ 19.253.673,77 representando um aumento de 111,56% em relação à 2015. Os investimentos somados aos gastos manutenção e conservação atingiram o montante de R\$ 90.673.373,02, representando 53,47% da receita operacional líquida. Os recursos arrecadados nas rodovias, por força do estatuto da EGR, devem ser aplicados na rodovia que gerou a receita. Ocorre que existem praças de pedágio, que por terem fluxo de veículos elevado possuem receita maiores do que outras praças. Para adequação desta situação, foi aprovado pela Assembleia Geral de 30 de março de 2015 a criação de um fundo centralizado de parte dos recursos financeiros para melhor e racional gestão financeira da Companhia. A EGR atua em 892,78 km de rodovias identificadas no quadro abaixo

Praça	Rodovia	Trecho	Extensão por rodovia (Km)	Extensão por praça (Km)
Campo Bom	<b>ERS-239</b>	Entr. BRS-116 (P/ Novo Hamburgo) – Riozinho (Fim TRV-Mun)	75,54	75,54
Portão	<b>ERS-122</b>	Entr. ERS-240 (Rincão do Cascalho) - Entr. ERS-446 (P/ São Vedelino)	40,19	74,79
	<b>ERS-240</b>	Entr. BRS-116 (Vila Scharlau) – Entr. RSC-287/470/ERS-124 (B) (P/ Montenegro)	34,60	
Santo Antônio da Patrulha	<b>ERS-474</b>	Entr. BRS-290 (P/ Porto Alegre) - Entr. ERS-239 (Rolante)	35,00	35,00
Viamão	<b>ERS-040</b>	Entr. ERS-118 (P/ Passo do Fúza) – Entr. ERS-786 (Balneário Pinhal)	83,00	97,92
	<b>ERS-784</b>	Entr. ERS-786 (Cidreira) - Entr. ERS-040 (P/ Pinhal)	14,92	
Flores da Cunha	<b>ERS-122</b>	Entr. RSC-453 (B) (Caxias do Sul) – Entr. ERS-437 (A) (Antônio Prado)	46,70	46,70
Três Coroas	<b>ERS-115</b>	Entr. ERS-239 (P/ Taquara) - Entr. ERS-235 (Gramado)	40,87	40,87
Gramado	<b>ERS-235</b>	Nova Petrópolis (Fim TRV-Mun) - Gramado	30,84	43,98
	<b>ERS-235</b>	Entr. ERS-115 (Gramado) – Canela	5,90	
	<b>ERS-466</b>	Caracol - Entr. ERS-235 (P/ Canela)	7,24	
São Francisco de Paula	<b>ERS-235</b>	ERS/235, Canela (Fim TRV-Mun) – Entr. ERS-020 (A) (P/ São Francisco de Paula)	31,24	59,22
	<b>ERS-020</b>	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) – Acesso Norte à São Francisco de Paula	6,38	
	<b>ERS-020</b>	Entr. ERS-235 (B) (P/ Canela) - Acesso à Três Coroas	21,60	
Encantado	<b>ERS-130</b>	Entr. RSC-453 (A) (P/ Venâncio Aires) – Entr. ERS-129 (P/ Roca Sales)	28,53	87,83
	<b>ERS-129</b>	Entr. ERS-130 (P/ Arroio do Meio) - Entr. ERS-441 (Guaporé)	59,30	
Boa Vista do Sul	<b>RSC-453</b>	Entr. BRS-386(B)/ERS-129 (Estrela) – Entr. RSC-470 (A) (Garibaldi)	57,60	73,99
	<b>ERS-128</b>	Entr. BRS-386 (B) (P/ Tabai) – Entr. RSC-453 (Teutônia)	16,39	
Cruzeiro do Sul	<b>RSC-453</b>	Entr. RSC-287/ERS-244 (P/ Santa Cruz do Sul) – Entr. ERS-130 (A) (P/ Cruzeiro do Sul)	29,45	29,45
Venâncio Aires	<b>RSC-287</b>	Entr. BRS-386 (B) (Tabai) – Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz)	77,00	77,00
Candelária	<b>RSC-287</b>	Entr. BRS-471 (B) (P/ Santa Cruz) – Entr. ERS-502 (P/ Paraíso do Sul)	72,16	72,16
Coxilha	<b>ERS-135</b>	Entr. ERS-324 (Passo Fundo) – Entr. BRS-153 (A) (P/ Erechim)	78,33	78,33
Total			<b>892,78</b>	<b>892,78</b>

Em 2016 destacam-se as seguintes realizações: Doação para a Brigada Militar de 22 veículos Pick-up 4x2, fabricação nacional, zero Km, com desembolso de R\$ 2.145.000,00. Interseção de acesso à Boa Vista do Sul (contrato 040/2015). Conclusão das baías de paradas de ônibus na ERS-040 Viamão – Pinhal (contrato 048/2015). Projeto de restauro de pavimento da RSC-287 Santa Cruz-Tabai. Projeto de restauro de pavimento da RSC-287 Santa Cruz-Paraíso do Sul. Estabilização e recomposição do talude no Km 29 na ERS-115 (Contrato 052/2015). Estabilização e recomposição do talude no Km 27 na ERS-115 (Contrato 053/2015). Interseção de acesso à Encantado (posto Peteba), rua lateral ao Bairro Santa Clara e ampliação do acostamento de acesso secundário (Contrato 043/2015). Foram restaurados 365 km e duplicados 1,4 Km. A EGR encerrou o exercício de 2016 com resultado positivo de R\$ 13.619.333,82, que foi transferido para a reserva legal no valor de R\$ 680.966,69 e para a reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 12.938.367,13. O índice de liquidez corrente foi de 1,88 (Ativo Circulante de R\$ 99.261.377,02 dividido pelo Passivo Circulante de R\$ 52.770.217,29), ou seja, para cada R\$ 1,00 real de obrigações a pagar a EGR possui R\$ 1,88 em seu ativo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

**Nelson Lidio Nunes**  
Diretor - Presidente  
CPF nº 150.698.340-53**Ney Michelucci Rodrigues**  
Diretor Adm. e Financeiro  
CPF nº 237.646.270-34**Milton Cypel**  
Diretor Técnico  
CPF nº 077.103.300-10**Rubem Frederico Masera e Silva**  
Contador CRC/RS 078309  
CPF nº 387.554.670/91**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2016**

	Nota	31/12/2016	31/12/2015 reap.	31/12/2015
<b>ATIVO</b>		131.970.382,74	108.852.321,06	108.852.321,06
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		99.261.377,02	95.269.753,99	95.269.753,99
DISPONIBILIDADES	2.4	74.673.082,51	76.215.387,47	76.215.387,47
Bancos C/Corrente		1.011.586,73	638.497,13	638.497,13
SIAC		73.661.495,78	75.576.890,34	75.576.890,34
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		24.520.380,31	18.971.196,12	18.971.196,12
Arrecadação das Praças		19.693.743,53	15.124.822,21	15.124.822,21
Valores a Receber		70.432,91	4.382,44	4.382,44
Depósitos Judiciais		69.691,74	15.410,34	15.410,34
Adiantamento a Fornecedores		21.478,25	34.934,10	34.934,10
Adiantamento a Empregados		14.451,45	146,01	146,01
Impostos a Recuperar	5	4.650.582,43	3.791.501,02	3.791.501,02
ESTOQUES		67.914,20	83.170,40	83.170,40
Material de Expediente		41.437,48	56.693,68	56.693,68
Material Rodovias		26.476,72	26.476,72	26.476,72
DESPESAS ANTECIPADAS		-	-	-
Despesas Antecipadas		-	-	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		32.709.005,72	13.582.567,07	13.582.567,07
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		433,97	433,97	433,97
Créditos e Valores		433,97	433,97	433,97
IMOBILIZADO	2.5	706.833,62	534.946,42	534.946,42
Imobilizado		846.588,66	601.435,08	601.435,08
Depreciação Acumulada		(139.755,04)	(66.488,66)	(66.488,66)
INTANGÍVEL		32.001.738,13	13.047.186,68	13.047.186,68
Intangível		32.697.549,95	13.219.156,18	13.219.156,18
Amortização Acumulada		(695.811,82)	(171.969,50)	(171.969,50)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015 reap.	31/12/2015
<b>PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		131.970.382,74	108.852.321,06	108.852.321,06
<b>PASSIVO</b>		52.770.217,29	46.059.619,04	49.323.011,74
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		52.770.217,29	46.059.619,04	49.323.011,74
Fornecedores		13.953.813,08	16.880.583,09	16.880.583,09
Obrigações Trabalhistas		1.147.121,76	955.385,65	955.385,65
Tributos Contrib. Federais		2.579.438,90	2.828.720,53	2.828.720,53
Tributos Municipais	4	28.861.158,81	20.504.261,79	20.504.261,79
Outras Contas a Pagar		5.889.888,69	4.474.214,46	4.474.214,46
Adiantamento de clientes		170.936,85	200.343,92	200.343,92
Obrigações Cíveis	8	-	111.502,29	3.374.894,99
Provisão Penalid. Contrat.		167.859,20	104.607,31	104.607,31
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		79.200.165,45	62.792.702,02	59.529.309,32
CAPITAL SOCIAL	6.1	33.288.129,61	30.500.000,00	30.500.000,00
Capital Subscrito		33.788.129,61	31.000.000,00	31.000.000,00
Capital a Integralizar		(500.000,00)	(500.000,00)	(500.000,00)
RESERVA DE LUCROS		45.912.035,84	32.292.702,02	29.029.309,32
Reserva Legal		2.941.152,69	2.260.186,00	2.260.186,00
Reserva Retenção Lucros	9	42.970.883,15	30.032.516,02	26.769.123,32
PREJUÍZOS ACUMULADOS		-	-	-
Prejuízos Acumulados		-	-	-

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

**Nelson Lidio Nunes**  
Diretor - Presidente  
CPF nº 150.698.340-53**Ney Michelucci Rodrigues**  
Diretor Adm. e Financeiro  
CPF nº 237.646.270-34**Milton Cypel**  
Diretor Técnico  
CPF nº 077.103.300-10**Rubem Frederico Masera e Silva**  
Contador CRC/RS 078309  
CPF nº 387.554.670/91**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016**

	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITA BRUTA OPERACIONAL</b>		
<b>RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>215.839.441,48</b>	<b>218.693.391,28</b>
Prestações de Serviços	215.839.441,48	218.693.391,28
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(46.290.098,74)</b>	<b>(46.568.678,63)</b>
PIS	(1.244.315,87)	(1.259.681,58)
COFINS	(5.742.996,34)	(5.813.914,93)
ISSQN	(8.406.462,83)	(8.387.784,12)
Isentos	(2.994.763,50)	(3.379.170,30)
Multipassagem	(7.378.654,90)	(7.474.361,80)
Isentados	(20.435.792,30)	(20.152.078,80)
Violações	(87.113,00)	(101.687,10)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>169.549.342,74</b>	<b>172.124.712,65</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(132.180.151,13)</b>	<b>(133.541.344,73)</b>
Serviços de Terceiros PJ	(18.248.769,67)	(12.540.880,49)
Manutenção Conservação de Rodovia	(71.419.699,25)	(69.869.464,33)
Manutenção Conservação de Instalações	(39.602.233,09)	(39.460.042,18)
Convênios	(2.849.533,02)	(11.615.319,04)
Ressarcimento Usuários	(59.878,90)	(53.805,44)
Reembolso Usuários	(37,20)	(1.833,25)
<b>RECEITAS DIVERSAS</b>	<b>407.260,31</b>	<b>130.460,91</b>
Receitas Diversas	51.476,83	52.600,91
Outras Receitas Operacionais	355.783,48	77.860,00
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(21.102.132,94)</b>	<b>(19.987.145,58)</b>
Despesas Administrativas	(18.937.823,82)	(16.944.214,44)
Despesas diversas	(2.164.309,12)	(3.042.931,14)
<b>RECEITA ANTES DO MOVIMENTO FINANCEIRO</b>	<b>16.674.318,98</b>	<b>18.726.683,25</b>
Receitas Financeiras	6.045.233,12	5.827.097,49
Despesas Financeiras	(4.464.969,28)	(2.776.640,88)
<b>PREJUÍZO/LUCRO ANTES PROVISÃO IRPJ E CSLL</b>	<b>18.254.582,82</b>	<b>21.777.139,86</b>
Provisão IRPJ	(3.401.918,38)	(4.896.713,53)
Provisão CSLL	(1.233.330,62)	(1.771.456,87)
<b>PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>13.619.333,82</b>	<b>15.108.969,46</b>

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

**Nelson Lidio Nunes**  
Diretor - Presidente  
CPF nº 150.698.340-53**Ney Michelucci Rodrigues**  
Diretor Adm. e Financeiro  
CPF nº 237.646.270-34**Milton Cypel**  
Diretor Técnico  
CPF nº 077.103.300-10**Rubem Frederico Masera e Silva**  
Contador CRC/RS 078309  
CPF nº 387.554.670/91



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2016

Fluxo de Caixa Operacional	2016	2015 reap.	2015
Lucro Líquido	13.619.333,82	15.108.969,46	15.108.969,46
Despesas com Depreciação	73.266,38	32.779,35	32.779,35
Despesas com Amortização	523.842,32	134.093,65	134.093,65
Ajustes Exercícios Anteriores		3.263.392,70	
Aumento/Diminuição do Ativo			
Arrecadação das praças	(4.568.921,32)	(5.292.306,91)	(5.292.306,91)
Adiantamentos	(849,59)	(33.739,25)	(33.739,25)
Valores a receber	(66.050,47)	(4.786,41)	(4.786,41)
Depósitos Judiciais	(54.281,40)	3.789.071,23	3.789.071,23
Estoques	15.256,20	258.735,37	258.735,37
Despesas antecipadas	0,00	39.530,58	39.530,58
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	(859.081,41)	1.151.438,46	1.151.438,46
Aumento/Diminuição do Passivo			
Obrigações trabalhistas	191.736,11	233.035,18	233.035,18
Fornecedores	(2.926.770,01)	(311.105,52)	(311.105,52)
Obrigações Fiscais	9.523.289,62	10.553.570,24	10.553.570,24
Outras contas a pagar	(111.502,29)	17.450,01	3.280.842,71
Adiantamento de clientes	(29.407,07)	0,00	0,00
Provisões	63.251,89	(213.821,22)	(213.821,22)
Caixa Líquido Atividades Operacionais	15.393.112,78	28.726.306,92	28.726.306,92

Fluxo de Caixa Investimentos			
Aquisição/baixa de imobilizado	(245.153,58)	2.688.398,92	2.688.398,92
Aquisição de intangível	(19.478.393,77)	(9.269.991,33)	(9.269.991,33)
Caixa Líquido Atividades Investimentos	(19.723.547,35)	(6.581.592,41)	(6.581.592,41)

Fluxo de Caixa Financiamentos			
Novos Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Integralização de Capital	2.788.129,61	0,00	0,00
Caixa Líquido Atividades Financiamentos	2.788.129,61	0,00	0,00

Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(1.542.304,96)	22.144.714,51	22.144.714,51
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	76.215.387,47	54.070.672,96	54.070.672,96
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	74.673.082,51	76.215.387,47	76.215.387,47

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Nelson Lidio Nunes  
Diretor - Presidente  
CPF nº 150.698.340-53Ney Michelucci Rodrigues  
Diretor Adm. e Financeiro  
CPF nº 237.646.270-34Milton Cypel  
Diretor Técnico  
CPF nº 077.103.300-10Rubem Frederico Masera e Silva  
Contador CRC/RS 078309  
CPF nº 387.554.670/91DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES  
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2016

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2014	30.500.000,00	1.504.737,53	12.415.602,33	0,00	44.420.339,86
Integralização					0,00
Lucro líquido exercício				15.108.969,46	15.108.969,46
Destinação :					0,00
Reserva Legal		755.448,47		(755.448,47)	0,00
Reserva Retenção Lucros			14.353.520,99	(14.353.520,99)	0,00
Reversão de reservas					0,00
Saldo em 31.12.2015	30.500.000,00	2.260.186,00	26.769.123,32	0,00	59.529.309,32
Ajuste exercício anterior			3.263.392,70		3.263.392,70
Saldo em 31.12.2015 reap.	30.500.000,00	2.260.186,00	30.032.516,02	0,00	62.792.702,02
Integralização	2.788.129,61				2.788.129,61
Lucro líquido exercício				13.619.333,82	13.619.333,82
Destinação :					0,00
Reserva Legal		680.966,69		(680.966,69)	0,00
Reserva Retenção Lucros			12.938.367,13	(12.938.367,13)	0,00
Reversão de reservas					0,00
Saldo em 31.12.2016	33.288.129,61	2.941.152,69	42.970.883,15	0,00	79.200.165,45

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Nelson Lidio Nunes  
Diretor - Presidente  
CPF nº 150.698.340-53Ney Michelucci Rodrigues  
Diretor Adm. e Financeiro  
CPF nº 237.646.270-34Milton Cypel  
Diretor Técnico  
CPF nº 077.103.300-10Rubem Frederico Masera e Silva  
Contador CRC/RS 078309  
CPF nº 387.554.670/91NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

## 1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR – é uma empresa pública de capital fechado controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, mediante autorização da Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012, vinculada à Secretaria dos Transportes – e regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012. A EGR sujeita-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A empresa tem sede e foro na cidade de Porto Alegre podendo criar escritórios regionais no Estado do Rio Grande do Sul e possui prazo de duração indeterminado.

## 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

## 2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

## 2.2. Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC) são registrados mensalmente como receita financeira.

## 2.3. Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

## 2.4. Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.

## 2.5. Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	110.274,80	97.655,59		22.990,59	184.939,80
Máquinas	7.865,80	-		1.038,84	6.826,96
Equipamentos	403.227,94	120.826,97	7.108,98	41.779,67	457.166,26
Computadores e periféricos	5.238,54	20.280,00		3.133,56	22.384,98
Impressoras	8.339,34	13.500,00		4.323,72	17.515,62
Veículos	-	2.145.000,00	2.145.000,00	-	-
Total	534.946,46	2.397.262,56	2.145.000,00	73.266,38	706.833,62

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Software	206.223,67	224.720,00		69.360,88	361.582,79
Imóveis	4.230.813,13	10.516.911,91		454.481,44	14.293.243,60
Obras em andamento	8.610.149,88	19.253.305,68	10.516.911,91	-	17.346.911,74
Total	13.047.186,68	29.995.305,68	10.516.911,91	523.842,32	32.001.738,13
TOTAL IMOB. E INTAG.	13.582.133,10	32.392.568,24	12.669.020,89	597.108,70	32.708.571,75

No intangível na conta Imóveis e Obras em andamento estão registrados obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela EGR, amortizado nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial.

	Taxa de depreciação/ amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

## 2.6. Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor.

## 3. Imobilizado Recebido das Concessionárias

Os bens recebidos pela EGR, originários do patrimônio das Concessionárias responsáveis pelas praças de pedágio, foram transferidos no exercício de 2013, sem especificação de valor, estão os mesmos sendo analisados, classificados e avaliados por empresa especializada e serão incorporados posteriormente ao patrimônio da EGR, por essa razão não figuraram no imobilizado da empresa.

## 4. Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

O ISSQN devido pela EGR sobre a prestação de serviços é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, mas não ocorreu pagamento em 2016 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 8.406.462,83, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 28.562.729,82 referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016.

## 5. Impostos a Recuperar

O saldo de impostos a recuperar de R\$ 4.650.582,43 é composto de R\$ 3.464.455,99 de IRPJ e R\$ 1.168.816,12 de CSLL e R\$ 17.310,32 de IRRF.

## 6. Patrimônio Líquido

## 6.1. Capital Social

O capital social é de R\$ 33.288.129,61 (trinta e três milhões, duzentos e oitenta e oito mil, cento e vinte e nove reais e sessenta e um centavo), dividido em 33.288.129,61 (trinta e três milhões, duzentos e oitenta e oito mil, cento e vinte e nove reais e um) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da EGR publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593 era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014. Em 2016 houve a integralização de capital de R\$ 2.788.129,61 decorrente da incorporação dos juros de capital próprio.

## 7. Remuneração dos Investidores

No exercício de 2016 não serão distribuídos dividendos, tendo em vista a política da Companhia que é a de aplicar nas rodovias pedagiadas sob sua administração, todos os recursos que arrecada que são provenientes da exploração direta de rodovias, por meio da cobrança de tarifas ou de serviços suplementares relacionados à exploração rodoviária, situação expressa em sua lei de criação nº LEI N.º 14.033, DE 29 DE JUNHO DE 2012 no art.7º : "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

## 8. Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da EGR nos processos judiciais pendentes na data do balanço. A EGR responde por 62 processos judiciais de natureza cível com valor estimado de R\$ 240.871,26, classificado com perda possível.

Os processos são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa
- perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
- perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

Em decorrência da revisão na avaliação dos processos, foi feito o ajuste do exercício anterior, referente ao ano 2015, no valor de R\$ 3.263.392,70, adequando-se a realidade de desembolso da companhia. Para possibilitar a comparabilidade do ajuste e a correção do efeito em 2015, representou-se as contas do Balanço Patrimonial deste exercício.

## 9. Reserva de Retenção de Lucros

Na reserva de retenção de Lucros de 2016, através do Ajuste de Exercício Anterior, foi incorporado o valor de R\$ 3.263.392,70

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Nelson Lidio Nunes  
Diretor - Presidente  
CPF nº 150.698.340-53Ney Michelucci Rodrigues  
Diretor Adm. e Financeiro  
CPF nº 237.646.270-34Milton Cypel  
Diretor Técnico  
CPF nº 077.103.300-10Rubem Frederico Masera e Silva  
Contador CRC/RS 078309  
CPF nº 387.554.670/91RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Aos

**Administradores e Acionistas da  
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A. - EGR**  
**Porto Alegre - RS**

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A. – EGR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

## Em nossa opinião,

as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EGR em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à EGR, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Conforme nota explicativa 08, tendo em vista a reavaliação da probabilidade de perdas dos processos da empresa, passivos anteriormente reconhecidos como provável, foram reavaliados. Os saldos de 2015 estão sendo representados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.





CNPJ: 16.987.837/0001-06  
NIRE: 43 3 0005511 6  
www.egr.rs.gov.br



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DOS TRANSPORTES

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a EGR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EGR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EGR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EGR.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EGR. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EGR a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2017.

#### MACIEL AUDITORES S/S

2CRC RS 5.460/0-0 – S - SP  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC RS – 71.505/0-3  
Sócio Responsável Técnico

#### LUCIANO GOMES DOS SANTOS

1CRC RS – 59.628/0-2  
Sócio Responsável Técnico

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, todas em comparabilidade ao exercício social de 2015. Da análise procedida, inferiu-se que as Demonstrações Financeiras, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e, as manifestações deste Colegiado proferidas em relatórios de suas Reuniões Ordinárias, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2016. Opinamos, ainda, favoravelmente sobre a Proposta de destinação do Lucro, oriunda dos Órgãos da Administração da Companhia, a qual não contempla a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. Porto Alegre, 30 de março de 2017.

#### MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA EGR

Paulo Cesar Santana Nunes  
Conselheiro Presidente

Delmar Henrique Backes  
Conselheiro

Vanderlan Frank Carvalho  
Conselheiro

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação, por unanimidade de votos, do conjunto de Demonstrações Financeiras e, ainda, pela aprovação da Proposta de Destinação dos Lucros, sem distribuição de dividendos, pela incorporação em reserva de retenção de lucros do ajuste de exercícios anteriores, pela incorporação dos juros de capital próprio a pagar por meio de aumento de capital e pelo encaminhamento destas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Porto Alegre, 28 de março de 2017.

#### MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EGR

Humberto Brandão Canuso - Presidente  
Representante da Secretaria dos Transportes

Nelson Lidio Nunes  
Diretor-Presidente da EGR

Mário Rache Freitas  
Representante da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional

Gilberto Machado de Pinho  
Representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Everton Santos Oltramari  
Representante do Governador do Estado do RS

Jackson Valenti Nogueira  
Representante da Casa Civil

## PUBLICAÇÕES LEGAIS

#### REGISTRO DE IMÓVEIS - SÃO LEOPOLDO

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Edite do Amaral, Oficiala do Registro de Imóveis de São Leopoldo, faz saber que de acordo com as disposições do art. 26 e seus parágrafos, da Lei nº 9.514/97, atendendo requerimento do credor fiduciário - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, e considerando que não foi encontrada nos endereços fornecidos, notifica pelo presente edital **ANGELA DOS SANTOS - CPF sob nº 824.402.470-49**, a comparecer neste **OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS**, na rua Lindolfo Collor nº 944, em São Leopoldo, no horário das 09h às 17hs, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da última publicação, a fim de efetuar o pagamento de parcelas atrasadas, das despesas de notificação e demais encargos, do contrato de alienação fiduciária, nº 093.03994235, registrado sob nº R-8/55.977, ref. Uma Casa de Alvenaria, do Conjunto Habitacional Cohab Feitoria, na Avenida Rodolfo Muller, nº 900, Bairro Feitoria e o respectivo terreno composto do lote 17, da quadra 1694 da planta geral, nesta cidade, constante da matrícula nº 55.977, do Livro 02 - Registro Geral. Notifico-a, outrossim, que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em nome da credora fiduciária - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nos termos do art. 26 § 7º da Lei 9.514/97. São Leopoldo (RS), 23 de março de 2017. Edite do Amaral - Oficiala do Registro de Imóveis.

## Prefeituras preços especiais para seus editais.

3213.9139  
LIGUE  
E ANUNCIE.



www.cee.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA

## AVISO DE LICITAÇÃO

### LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL N.º 6000000110 ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº BID-2813/OC-BR

Abertura: 04/05/2017, às 14h. Objeto: Ampliação da Subestação Uruguiana 5. A retirada do Edital e informações adicionais poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio A, Sala 428, Poa/RS, fone (51) 3382-4846, no horário comercial, ou pelo site www.cee.com.br.

## AVISO DE LICITAÇÃO

### LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL N.º 6000000190 ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº BID-2813/OC-BR

Abertura: 05/05/2017, às 14h. Objeto: Ampliação da PCH Bugres. A retirada do Edital e informações adicionais poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitações, situada na Av. Joaquim Porto Villanova, n.º 201, Prédio A, Sala 428, Poa/RS, fone (51) 3382-4846, no horário comercial, ou pelo site www.cee.com.br.



## CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL

CNPJ: 33.582.750/0001-78

### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - PESSOA FÍSICA - EXERCÍCIO DE 2017

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, em conjunto com as Federações Estaduais de Agricultura e os Sindicatos Rurais e/ou de Produtores Rurais com base no Decreto-lei nº 1.166, de 15 de abril de 1.971, que dispõe sobre a arrecadação da Contribuição Sindical Rural – CSR, em atendimento ao princípio da publicidade e ao espírito do que contém o art. 605 da CLT, vêm **NOTIFICAR** e **CONVOCAR** os produtores rurais, pessoas físicas, que possuem imóvel rural, com ou sem empregados e/ou empreendem, a qualquer título, atividade econômica rural, enquadrados como “Empresários” ou “Empregadores Rurais”, nos termos do artigo 1º, inciso II, alíneas “a”, “b” e “c” do citado Decreto-lei, para realizarem o pagamento das Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Rural, **referente ao exercício de 2017**, devida por força do Decreto-lei 1.166/71 e dos artigos 578 e seguintes da CLT. O recolhimento da CSR deverá ocorrer, **impreterivelmente, até o dia 22 de maio de 2017**, em qualquer estabelecimento integrante do sistema nacional de compensação bancária. A falta de recolhimento da Contribuição Sindical Rural – CSR, até a data do vencimento (**22 de maio de 2017**), constituirá o produtor rural em mora e o sujeitará ao pagamento de juros, multa e atualização monetária previstos no artigo 600 da CLT. As guias foram emitidas com base nas informações prestadas pelos contribuintes nas Declarações do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, repassadas à CNA pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, remetidas, por via postal, para os endereços indicados nas respectivas Declarações, com amparo no que estabelece o artigo 17 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1.996, e o 8º Termo Aditivo do Convênio celebrado entre a CNA e a SRFB. Em caso de perda, de extravio ou de não recebimento da Guia de Recolhimento pela via postal, o contribuinte deverá solicitar a emissão da 2ª via, diretamente, à Federação da Agricultura do Estado onde tem domicílio, até 5 (cinco) dias úteis antes da data do vencimento, podendo optar, ainda, pela sua retirada, diretamente, pela internet, no site da CNA: **www.cnabrazil.org.br**. Eventual impugnação administrativa contra o lançamento e a cobrança da Contribuição Sindical Rural - CSR deverá ser encaminhada, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da guia, para a sede da **CNA, situada no SGAN Quadra 601, Módulo K, Edifício CNA, Brasília - Distrito Federal, Cep: 70.830-021** ou da Federação da Agricultura do seu Estado, podendo ainda, ser enviada via internet no site da CNA: **cna@cna.org.br**. O sistema sindical rural é composto pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil–CNA, pelas Federações Estaduais de Agricultura e/ou Pecuária e pelos Sindicatos Rurais e/ou de Produtores Rurais.

Brasília, 04 de abril de 2017

João Martins da Silva Júnior - Presidente da Confederação



### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Banco do Brasil S.A., conforme autorização concedida por intermédio da Portaria MF nº 202, de 21 de julho de 2004, Norma de Execução de Dívida MDA/SRA nº 01, de 29 de junho de 2011 e o contrato de financiamento entre este agente financeiro e o(s) mutuário(s) abaixo identificado(s), após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal (AR), NOTIFICA POR OPERAÇÃO INADIMPLIDA DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, que a não liquidação da operação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação deste Edital, resultará no encaminhamento de processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, para inscrição em Dívida Ativa da União e tornará passível de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin.

Para realização dos pagamentos devidos, o devedor deverá se dirigir à dependência do Banco responsável pela operação.

Nome	CPF / CNPJ	Nº Operação
Espolio Isaac Garcia	149.700.230-34	40/01196-8
Gedivaldo De Mattos De Oliveira	018.464.120-99	40/03153-5
Gelson Antonio Dias Flores	986.342.750-00	40/02340-0
Gentil Bueno De Lima	018.676.550-98	40/04889-6
Glaucia De Fatima Bueno Rodrigues	011.586.320-61	40/01803-2
Maiara De Oliveira Chaves	018.497.670-76	40/02340-0
Maicon Kemp	021.934.610-07	40/03861-0
Marcell Valbrim	897.127.300-34	40/00001-X
Maria Alcení Dos Santos	028.626.920-18	40/04655-9
Maria Laine Machado Antunes	546.165.300-68	40/01505-X
Rogério Moraes Estulano	015.094.220-64	40/02340-0
Rosicleia Basso	021.117.970-14	40/05666-X
Sonia Marisa Rodrigues	006.326.330-00	40/00008-7
Valdoci Fernandes De Lima	475.938.140-68	21/00050-6
Veronica Ramos Vieira	010.208.270-76	40/03264-7

Maurício Menna Barreto Cordeiro  
Gerente Geral